



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JOSÉ ELIERSON DE SOUSA MOURA

**OS MÚLTIPLOS DIZERES SOBRE A CIDADE:
a invenção discursiva da pobreza em Picos (1970-1979)**

PICOS-PI

2014

JOSÉ ELIERSON DE SOUSA MOURA

**OS MÚLTIPLOS DIZERES SOBRE A CIDADE:
a invenção discursiva da pobreza em Picos (1970-1979)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

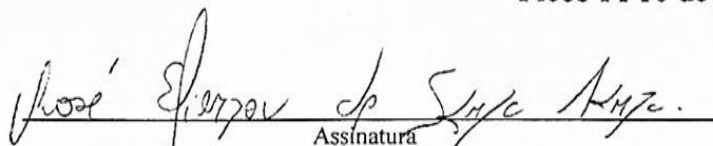
Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento.

PICOS-PI

2014

Eu, **José Elierson de Sousa Moura**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI 10 de julho de 2014.


Assinatura

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

M929m Moura, José Elierson de Sousa.
Os Múltiplos dizeres sobre a cidade: a invenção discursiva da pobreza em Picos (1940-1949) / José Elierson de Sousa Moura. – 2013.
CD-ROM : il; 4 ¼ pol. (180 p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.
Orientador(A): Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento

1. Ditadura Civil-Militar. 2. Produções Discursivas. 3. Rodovia Transamazônica. 4. Picos-PI. I. Título.

CDD 361.809 812 21

JOSÉ ELIERSON DE SOUSA MOURA

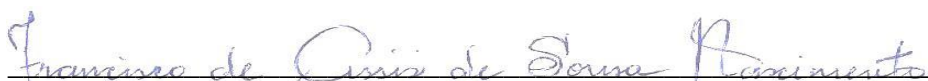
**OS MÚLTIPLOS DIZERES SOBRE A CIDADE:
a invenção discursiva da pobreza em Picos (1970-1979)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

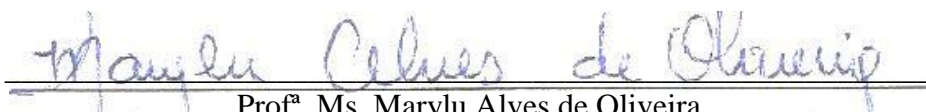
Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento.

Aprovada em: 20 / 02 / 2014

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento
Orientador



Prof^a. Ms. Marylu Alves de Oliveira
Examinadora Interna



Prof. Ms. Jaison Castro Silva
Examinador Externo



Prof. Ms. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito
Suplente

Ao meu tio Francisco Robério de Sousa (*in memoriam*), que por ter enfrentado múltiplos discursos punitivos da loucura, atravessando e envergando o seu corpo, cotidianamente, inspirou-me a seguir em frente, na escrita desse trabalho, para que eu institucionalizasse em forma de dedicatória, todo o amor que dedicou para mim e que eu dediquei para ele, naquele tempo em que eu não passava de um moleque, desfrutando da sua ingenuidade calada e encostada no sofá.

AGRADECIMENTOS

Por diversas vezes, em algumas madrugadas, um desejo de simular os agradecimentos que início aqui tomou conta de mim. Semelhante a um quebra-cabeça composto por lapsos de lembranças, as imagens dos momentos que compartilhei com as pessoas que me ajudaram a chegar até aqui foram constantes e inevitáveis, como as lágrimas que escorreram sem pedir licença. A verdade é que elas não precisavam pedir passagem, porque eram as minhas companheiras daqueles momentos. Só que hoje, percebo que imaginar os agradecimentos era mais fácil do que pensar os seus deslizamentos no papel, diante do risco de ser injusto com aqueles que contribuíram decisivamente para o momento dessa escrita ou por causa do inegável esquecimento de alguns nomes. Mas uma coisa é certa: é preciso começar.

Agradeço primeiramente à minha mãe, Edna Maria de Sousa, pelo amor e carinho que despejou/despeja em mim todos os dias. Desde os primeiros momentos em que eu já fazia parte da sua carne, enfrentou junto comigo todos os dizeres corretivos que podiam circundar uma “mãe solteira”, naquele início da década de 1990, na cidade de Picos. Obrigado por acreditar em mim e não medir esforços para construir a nossa felicidade. Essa conquista também é sua, mãe. Eu te amo!

À minha avó, Francisca de Sousa; ao meu avô (que também é o meu pai), Inácio de Sousa; à minha tia, Cícera de Sousa; e aos meus tios, Robério de Sousa (*in memorian*), Nacildo de Sousa e Inácio Filho, em vocês eu encontrei/encontro forças todos os dias para lutar pela nossa felicidade. Hoje eu sei que vocês fizeram o possível e o impossível por mim. Obrigado por tudo. Valeu a pena. E, agradecer dessa forma, é a minha maneira de dizer que amo vocês. Sou muito feliz por vocês serem a minha família.

À minha irmã Thalita Albano, pelo carinho que recebi durante os poucos contatos em que tivemos, pelos encontros e desencontros da vida. Obrigado pelo apoio, maninha!

Às minhas primas, Genilda, Juliane e Amanda; e aos primos Kelvin, Carlos e Renato. Obrigado pelo carinho e apoio de vocês.

Ao meu tio Clementino (*in memorian*), que criou a minha avó e sempre me recebeu de braços abertos em sua casa. Ao tio Paulo Rodrigues (*in memorian*), pelas conversas e momentos compartilhados na sua casa. E à minha tia Anália (*in memorian*), que deixou nas minhas lembranças a sua simplicidade de acolher em sua casa aqueles que os amava com os seus bolos e doces, que representavam a sua forma de dizer que a sua vida adoçava aqueles que compartilhavam da sua presença.

Ao meu orientador, Francisco Nascimento, não somente pelos direcionamentos que lançou para a pesquisa, com a sua maneira peculiar e cirúrgica de orientação, mas também pela amizade e por todas as vezes que reservou parte do seu tempo para uma conversa, um conselho, um incentivo, seja na sala da Coordenação de História ou no restaurante universitário. Desde o primeiro período, você foi uma das minhas inspirações para seguir em frente. Tentei, com esse trabalho, fazer cada momento (que não foram poucos) em que ocupei o seu tempo, valer a pena. Obrigado por tudo!

À minha amiga e professora (para todas as horas) Marylu de Oliveira, que desde o primeiro período, as nossas vidas se cruzaram de tal forma que não consigo explicar a sintonia das nossas “almas libertárias”, como ela mesma já nos definiu. Não tenho palavras para agradecer tudo que você fez por mim ao longo do curso. Obrigado pelo direcionamento na escolha do tema que resultou nessa pesquisa, por me avisar sobre o edital que abriu vagas para o PET Cidade, Saúde e Justiça, pelo grupo de estudos de Teoria da História etc. Obrigado, também, por cada momento em que pude compartilhar da sua presença, seja na sala do PET ou no restaurante universitário. Eu passava a semana esperando chegar os dias de quinta-feira e sexta-feira, para desfrutar da sua presença nas aulas de República I e República III. Obrigado, também, por me ajudar quando eu mais precisei. Enfim, obrigado por despertar em mim as múltiplas sensibilidades que são da cor do arco-íris que compõem a sua alma.

Ao meu jovem amigo-professor (e orientador nas horas vagas) Fábio Leonardo, pela amizade que se iniciou pelas sociabilidades do Facebook e se fortaleceu com a sua vinda para o Campus de Picos por meio da “arte dos encontros”, como ele mesmo diz. A cada momento compartilhado, eu aprendo muito. Agradeço também pelas conversas, que não são poucas, principalmente quando o assunto é Teoria da História; pelos conselhos; pela companhia de todos os dias no restaurante universitário; e, principalmente, pelo incentivo diário. Obrigado por me ensinar que a história também é feita de sensibilidades e que o historiador pode e deve praticar o seu ofício com leveza. Você é uma das minhas inspirações, doente!

À minha amiga (para todas as horas), Kelly Márcia. Quando a escolhi para fazer parte de minha vida, eu não fazia ideia que ela também tinha a “alma libertária”. E é por isso que a nossa amizade deu certo. Agradeço pelos muitos momentos compartilhados, pelas conversas sempre inteligentes, os conselhos (que não foram poucos), as experiências de vida trocadas, por me fortalecer a cada dia, com a sua força de vontade e determinação contagiantes. Agradeço, principalmente, pela ajuda quando eu mais precisei. Você tornou-se um ponto de apoio na minha vida. Amadureci muito com a sua amizade. Obrigado por despertar em mim, as múltiplas sensibilidades que são da cor do arco-íris da sua alma.

Ao Romão Araújo pela amizade, mas principalmente por nossas conversas na sua casa, nas madrugadas, juntamente com a Kelly e a Eveline. Você tornou-se um grande amigo e uma pessoa que admiro muito, pela tamanha determinação contagiante. Você pode contar comigo sempre. Obrigado por tudo, Romão!

Às professoras Janille Ribeiro e Ada Raquel e o professor Fortunato Monge por terem contribuído para a minha formação acadêmica, nos momentos em que pude desfrutar das suas companhias no PET Cidade, Saúde e Justiça. Vocês são muito importantes para mim, porque o PET ajudou a mudar a minha vida. Obrigado imensamente por tudo.

Ao meu amigo (para todas as horas) Luan Cardoso, por todos os momentos que compartilhamos, seja em sala de aula, no PET ou nas sociabilidades da vida. Obrigado por não medir esforços para me ajudar, brother. Sempre que eu precisei, pude contar com você. A sua amizade é muito valiosa. Agradeço imensamente por tudo!

Ao meu amigo de longa data Ítalo Batista, que não mediu esforços para me ajudar. Sempre com as suas palavras de incentivo. Tenho uma dívida impagável com você. Obrigado por tudo!

Aos amigos Eduardo Almeida e Francisco Silva, que os conheci na UFPI e que são muito importantes para mim. Obrigado pelas conversas, conselhos, sociabilidades, mas, principalmente, pelo desfrutar da intelectualidade de vocês dois. E tudo que vocês conquistaram não foi por “sorte”. Agradeço ao Eduardo, ainda, pela revisão incansável desse texto. Obrigado por tudo!

Às minhas amigas Eveline Maria e Yana Moura e aos amigos Erick Willer, Maurício Martins e Sérgio Melo, que na verdade é “Antonio” (elas e eles fazem parte das *Fia de baby*), pelas sociabilidades e pelo apoio que vocês me deram/dão a cada vez que nos encontramos. Obrigado por destinarem grande parte do tempo de vocês para tornarem a UFPI e a cidade de Picos lugares melhores para as múltiplas “mentes libertárias”, que precisam de espaço para “jogar seus corpos no mundo”. Obrigado por despertarem em mim, as múltiplas sensibilidades que são da cor do arco-íris que compõem as suas almas.

Ao amigo Eugênio Melo, pelas conversas, conselhos, momentos de descontração, mas, principalmente, por me ajudar sempre que eu precisei. Obrigado mesmo!

Ao meu padrinho Osvaldo (Curica) e à minha madrinha Ednalva, pelo apoio e carinho que me deram, para que eu conseguisse chegar até aqui.

Aos amigos de longa data: Taylon Yago, José Tiago, Edilete, Nilton, Eduardo Crisóstomo, Paloma Oliveira, Marcos Vinicius, Vanessa Moura, Arnailton Araújo, Arnalda, Edwin Ricardo, Nayedson Batista, Lucas Cardoso, Edson, Derillândia, Maria, Alysson

Monteiro, Remédios Monteiro, Anderson Monteiro, Zenir Monteiro, José Antonio, Gizeli Lima, Leandro Pio e Jonnison Lima, pela amizade, apoio e sociabilidades.

Às minhas amigas Jéssica Brandão, Letícia Cabral, Danyella Iguaracy e Gabriella Iguacyara, pela amizade, apoio e carinho que me concederam/concedem.

Agradeço também à Karla Pinheiro, pelas conversas no Facebook e pelo apoio. Obrigado!

Aos colegas do PET Cidade, Saúde e Justiça, em especial Eliano Batista, Nathany Rocha, Trindade Santos, Bárbara Beatriz, Karla Jessik, Maísa Claro, Mikaelly, Camila e Larice Íris, pelos momentos compartilhados na sala do PET.

A todos os professores e professoras do curso, em especial José Lins, pelas conversas trocadas pelos corredores da UFPI, bem como pelo aprendizado, enquanto fui seu monitor na disciplina de História Medieval I, já que foi a minha primeira experiência de pensar a UFPI além da minha sala de aula. Ao professor Gleison Monteiro, que durante a disciplina de Métodos e Técnicas da Pesquisa em História, ajudou-me no recorte da proposta que se transformou nesse texto, com a sua orientação cirúrgica e dedicada. E ao professor Agostinho Coe, pelas indicações bibliográficas que sugeri para essa pesquisa e pela disciplina História e Cidades que foi importante para o amadurecimento da proposta que se transformou nessa pesquisa. Às professoras Nilsângela Cardoso, Olívia Candeia, Ana Paula e Ana Maria Koch, pelos momentos em sala de aula de grande aprendizado. Ao professor Mairton Celestino, pelos apontamentos para o estudo da historiografia brasileira e para a operacionalização da teoria da história na narrativa historiográfica e, claro, por suas aulas sempre provocativas. Aos professores Frederico Ozanan e Johny Santana pelos ensinamentos e momentos compartilhados em sala de aula.

Ao professor Elson Rabelo, pelas conversas no Facebook e pelos apontamentos e indicações bibliográficas que me concedeu e, também, pela paciência. À Kllaricy Oliveira, pelas indicações bibliográficas. E ao professor Naudiney Castro, pelos momentos compartilhados na UFPI, seja pelo Projeto do 3º BEC ou pelos eventos organizados.

Às professoras Lena Silva, Graça Rodrigues, Rosa Lima e Ângela, por me inspirarem a seguir a docência.

Aos inseparáveis Itamar Lima e Cleydson Brito, pela amizade, momentos compartilhados em sala de aula ou fora dela, e pelas preparações dos trabalhos. À Ranyelle Teixeira e Edmar Ferreira. Obrigado por me ajudarem quando eu precisei de vocês. Obrigado mesmo!

Às três técnicas da Coordenação de História: Josane Miranda, Lucia Coelho e Walnis Nunes. Três mulheres que tiveram muita paciência, tamanha a quantidade de vezes que as ocupei. E ao Paulo Luz, funcionário do restaurante universitário, por compartilhar das “rodadas de Coca-Cola”. E também à “dona Puri”, pelo apoio que concedeu na organização dos eventos do PET Cidade, Saúde e Justiça ou do curso de História. Obrigado também pelos momentos de descontração.

Aos colegas de sala, em especial os que contribuíram no planejamento dos trabalhos ou nas caronas (que foram muitas). Obrigado mesmo!

Às entrevistadas, Inês Pires e Jesus da Silva; e aos entrevistados Alfredo Schaffler, Bertinho Filho (*in memorian*), Chagas Lima, Cícero Bento, Francisco de Oliveira, Francisco Pires e Waldetar Neto, por contribuírem com essa pesquisa, por meio das entrevistas que me concederam. Tod@s vocês são parte importante desse trabalho. Obrigado a tod@s!

Ao Francisco Luis Lima da Fonseca (*in memorian*) que, mesmo não cedendo uma entrevista para essa pesquisa, por conta dos desencontros da vida, contribuiu com muitas informações que nos possibilitaram um norte para a busca de documentos. Era de seu desejo ceder uma entrevista já que, na semana em que faleceu, perguntou por mim e se eu não iria entrevistá-lo. São coisas que marcam. Esse trabalho também foi para você!

Ao funcionário João Marcos, da Câmara dos Vereadores da cidade Picos, pelo suporte e acesso aos documentos oficiais presentes naquela instituição. Aos estudantes do Curso de História, José Rodney, pela concessão de fontes hemerográficas, e Heverton Machado, pela concessão de fontes oficiais; e a Carlos Brandão, pelas indicações de entrevistados. E também, a Jailson Dias, pela indicação de pesquisa na Câmara dos Vereadores de Picos. E, claro, à Gracivalda Albano, pela concessão de algumas fotografias presentes no Museu Ozildo Albano, mas principalmente pela disponibilidade. Agradeço a tod@s vocês.

Aos funcionários civis do 3º BEC e o ex-funcionário civil (e meu vizinho), Nonato, pelas indicações de entrevistados e pelas informações cedidas sobre o acervo daquela instituição.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pela manutenção da bolsa PET, entre dezembro de 2010 e março de 2014.

No mais, só tenho que agradecer às pessoas que contribuíram para que esse momento chegasse. Muito obrigado a tod@s!

*Não! Você não me impediu de ser feliz!
Nunca jamais bateu a porta em meu nariz!
Ninguém é gente!
Nordeste é uma ficção! Nordeste nunca houve!
Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!
Não sou da nação dos condenados!
Não sou do sertão dos ofendidos!
Você sabe bem:
Conheço o meu lugar!*

Belchior

RESUMO

Este trabalho visa problematizar as pegadas da maquinaria que inventou a pobreza discursivamente na cidade de Picos, no estado do Piauí, durante a década de 1970. No início dessa década, algumas produções discursivas presentes em alguns jornais, principalmente o *Jornal do Brasil*, apresentaram, enquanto necessidade, a construção da Rodovia Transamazônica como forma de desenvolver as regiões Norte (considerada um vazio demográfico) e Nordeste (encarada enquanto um local de “pobreza” e de grande contingente populacional). Por meio dessas produções discursivas, a cidade de Picos foi considerada como o “marco zero” da Transamazônica, devido às junções da BR-230 e BR-232 em seu espaço, ao passo que foi atravessada por alguns sentidos, como uma cidade que possuía uma grande quantidade de “flagelados”. A “pobreza” foi inventada discursivamente em Picos para justificar a sua necessidade de ser inserida na Política de Integração Nacional (PIN). E, assim, se o desejo era “melhorar” a cidade, em seu espaço foi instalado o 3º *Batalhão de Engenharia de Construção* (3º BEC), que prometeu construir trechos da Transamazônica em Picos e em outras cidades do Piauí e de outros estados; uma unidade do *Campus Avançado* que era ligada à Universidade Federal de Goiás, para promover o “ordenamento econômico e social”, ao passo que inventou discursivamente a “pobreza” em Picos, no Bairro Paroquial, porque a ideia era que, com a instalação da Transamazônica, a cidade se desenvolveria, mas se o seu crescimento não fosse “ordenado” pelo Campus Avançado, o “desordenamento” persistiria. Com o mesmo intuito de inserir a cidade de Picos no PIN, em seu espaço ocorreu debates sobre a implantação de um *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*, na Câmara dos Vereadores, inventando discursivamente os “pobres” e o “velhos mendicantes”, como forma de justificar algumas alterações no espaço urbano da cidade. Nesse mesmo processo de reordenamento do espaço urbano, durante a década de 1970, não somente o Estado brasileiro participou, mas a Igreja Católica, o 3º BEC e alguns civis da cidade, que juntos formaram a Associação Beneficente João XXIII (que era mais ligada à Igreja Católica), que possibilitou a construção do Abrigo “Joaquim Monteiro”, construído para receber os “velhos mendicantes” e os “pedintes” que circulavam pelos patamares das igrejas de Picos. Assim, se os espaços da cidade estavam definidos para que os “pobres” consumissem, fez-se necessário entrevistarmos alguns sujeitos que viveram a década de 1970 em Picos, para sabermos quais as táticas que eles desenvolveram para romper com os sentidos de consumo da cidade, impostos pelo Estado brasileiro, a Igreja Católica, o Exército brasileiro e alguns civis.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Picos-PI. Produções Discursivas. Rodovia Transamazônica.

ABSTRACT

This paper aims to problematize the footsteps of machinery that invented discursively poverty in the city of Picos, in the state of Piauí, during the 1970s. Earlier this decade, some discursive productions present in some newspapers, *Jornal do Brasil* mainly presented as necessity, the construction of the Trans-Amazon Highway in order to develop the North (considered a demographic vacuum) and Northeast (seen as a place of "poverty" and large populations). Through these discursive productions, Picos was considered the "ground zero" of the Trans due to the joints of the BR-230 and BR-232 on your space, while it was crossed by some senses, as a city that had a lot of "flagellum". "Poverty" was invented discursively in the Picos to justify their need to be entered in the National Integration Policy (NIP). And so, if the desire was to "improve" the city in your space the 3rd Battalion of Construction Engineering (3rd BEC), which promised to build portions of the Trans Picos and other cities of Piauí and other states has been installed; a unit of *Advanced Campus* which was linked to the Federal University of Goiás, to promote "economic and social order", while invented discursively "poverty" in Picos, in the Parish Town, because the idea was that with the installation of Trans, the city would grow, but its growth was not "ordained" by Senior Campus, the "scrambling" persist. With the same intention of entering the Picos PIN in your space occurred discussions on the implementation of a Master Plan for the Organization of Urban Space in the City Council, inventing discursively the "poor" and "old beggars" as a way to justify some changes in the urban space of the city. That same reordering of urban space during the 1970s, not only the Brazilian state participated, but the Catholic Church, the 3rd BEC and some businessmen of the city, which together formed the Benevolent Association João XXIII (who was more attached to the Church Catholic), which enabled the construction of the Shelter "Joaquim Monteiro", built to take the "old beggars" and "beggars" by circulating levels of the churches of Picos. Thus, the spaces of the city were set so that the "poor" consumed, it was necessary interviewing some guys who lived in the 1970s peaks, so we know what tactics they developed to disrupt the senses consumer city, imposed by the Brazilian government, the Catholic Church, the Brazilian army and some civilians.

Keywords: Civil-Military Dictatorship. Picos-PI. Discursive Productions. Trans-Amazon Highway.

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 01:** *Mário Andreatza* falando sobre a Rodovia Transamazônica em uma das reportagens do *Jornal do Brasil* 35
- Imagem 02:** Mapa retratando a região Norte e a Nordeste, para abordar a *Política de Integração Nacional*, no *Jornal do Brasil* 41
- Imagem 03:** Apresentação dos planos geográficos da *Rodovia Cuiabá-Santarém* e da *Rodovia Transamazônica*, no *Jornal do Brasil* 43
- Imagem 04:** Capa da revista *Veja*, retratando a face do (suposto) “ex-terrorista” *Massafumi Yoshinaga* 48
- Imagem 05:** Momento do (suposto) depoimento de *Massafumi Yoshinaga* em uma das edições da revista *Veja* 49
- Imagem 06:** O presidente *Emílio Médici* em seu gabinete, em uma das edições da *Veja* 51
- Imagem 07:** Mapa retratando o percurso da *Rodovia Transamazônica*, com a sua passagem pela cidade de Picos-PI, no *Jornal do Brasil* 56
- Imagem 08:** A *Rodovia Transamazônica* em trecho que localizado entre as cidades de Carolina e Imperatriz, no estado do Maranhão, em reportagem do *Jornal do Brasil* 62
- Imagem 09:** A presença de um homem e de alguns jumentos na cidade de Picos-PI, pelo *Jornal do Brasil* 70
- Imagem 10:** Nordestinos em uma rodoviária em São Paulo, manifestando o desejo de retornar para a região de origem, por acreditar que esta estava se desenvolvendo 93
- Imagem 11:** O Ministro Costa Cavalcanti falando sobre os planejamentos do Campus Avançado, no jornal *Correio da Manhã* 102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 “TRANSAMAZÔNICA, A ESTRADA-DESAFIO”: uma experiência que gerou um horizonte de expectativa na década de 1970	30
1.1 O Programa de Integração Nacional (PIN) e os debates sobre a Rodovia Transamazônica	31
1.1.1 O “espetáculo de miséria”: a promessa de “desenvolvimento” do Nordeste	37
1.1.2 O Nordeste, a “sêca” e o suposto perigo da “subversão”	46
1.1.3 As disputas internas pelos sentidos do Programa de Integração Nacional (PIN)	52
1.2 A viagem do “pior ônibus do mundo”: o <i>Jornal do Brasil</i> e a produção de sentidos sobre a cidade de Picos	56
1.2.1 Osmar Alves de Aguiar: um “gordo” que lucrava com os buracos da BR-230	59
1.2.2 Um ônibus com “12 pretinhos, todos iguais, da mesma família”: a cidade (e os cidadãos) de Picos nas palavras de Rangel Cavalcante	61
1.3 O “marco zero” é aqui: a instalação do 3º Batalhão de Engenharia de Construção-Batalhão Visconde da Parnaíba e a construção da Rodovia Transamazônica na cidade de Picos.....	71
1.3.1 Rupturas e permanências: os debates sobre a instalação do 3º BEC em Picos	72
1.3.2 A invenção de um “autor”: os discursos não são acessíveis para todos ou todas.....	76
1.3.3 O 3º BEC e o alargamento do espaço urbano: a cidade de Picos enquanto um imã	78
1.3.4 A despedida: o 3ºBEC e a sua transferência.....	80
1.3.5 Uma cidade “estranha”: as sensibilidades de Inês Pires quando chegou a Picos.....	85
1.3.6 Nos caminhos da integração: o discurso anticomunista do Coronel João Ferreira de Almeida na inauguração das pistas laterais da BR-230-316.....	86
1.3.7 Na bagagem, os sonhos de uma vida melhor: a Rodovia Transamazônica enquanto um horizonte de expectativa.....	91
1.4 A Transamazônica no horizonte: uma expectativa que anunciou um ordenamento econômico e social.....	95
2 CONTROLANDO O DESENVOLVIMENTO, CONTROLA-SE A POBREZA: a invenção da “classe pobre” nos discursos do Campus Avançado	97
2.1 O Campus Avançado e a produção de sentidos sobre a cidade de Picos	99

2.1.1	Um ponto estratégico da Rodovia Transamazônica: a cidade de Picos e os debates sobre a implantação de um Campus Avançado em seus domínios.....	99
2.1.2	A busca do ordenamento social e econômico: a instalação do Campus Avançado na cidade de Picos.....	104
2.1.3	O Campus Avançado e as propostas de trabalho em Picos	106
2.2	O jornal <i>Voz do Campus</i> e a invenção discursiva da pobreza	107
2.2.1	O jornal <i>Voz do Campus</i> e a pretensa “neutralidade” sobre os discursos produzidos na cidade	108
2.2.2	A busca pelos determinantes econômicos e sociais das doenças: a invenção da “classe pobre” pelo saber médico-higienista.....	109
2.3	Inventou-se discursivamente a pobreza: a identificação que permitiu a reorganização do espaço urbano.....	116
3	REORDENA OS “POBRES”, ORDENA A CIDADE: os discursos do plano diretor de organização do espaço urbano e a busca pelo ordenamento econômico e social da cidade de picos.....	117
3.1	O <i>Jornal do Brasil</i> e os debates para a construção dos Planos Diretores Urbanos ao longo da Rodovia Transamazônica.....	119
3.2	Diferentes espaços, para sujeitos diferentes: a invenção dos “velhos”, dos “pedintes” e da “pobreza” enquanto “entulho do passado”, no início da década de 1970.....	124
3.2.1	Mais presente no “progresso”: a Igreja Católica e o ideal do “moderno” na cidade de Picos, durante o início da década de 1970	126
3.2.2	A Associação Beneficente João XXIII e os sentidos que foram lançados para a criação do abrigo Joaquim Monteiro	127
3.2.3	O espaço dos “pobres”: a criação do bairro Paroquial na cidade de Picos.....	133
3.3	Os debates e a implantação do <i>Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano em Picos</i>.....	139
3.3.1	O ideal de “modernização” em Picos, na primeira metade da década de 1970.....	141
3.3.2	Os debates na Câmara dos Vereadores, as produções de sentidos e a aprovação do Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano.....	143
3.3.3	Os discursos e a face positiva da “desapropriação”	149
3.4	A criação dos espaços da “pobreza” e as produções de sentidos.....	153
4	AS MANEIRAS DE FAZER DOS CORPOS LÍQUIDOS: (re)significações espaciais e produções de sentidos sobre a cidade de picos da década de 1970	154
4.1	Os sujeitos e os sentidos múltiplos sobre a década de 1970 na cidade de Picos	155

CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS E FONTES	171

INTRODUÇÃO

As pegadas discursivas da pobreza

Durante o primeiro período do curso de Licenciatura em História, na Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – no segundo semestre do ano de 2009, realizamos interlocuções com a professora Marylu Alves de Oliveira na busca de definirmos uma temática para o Trabalho de Conclusão de Curso. Manifestamos o desejo de pesquisarmos o período da Ditadura Militar (1964-1985) na cidade de Picos. E, das interlocuções, compreendemos que os eventos históricos ocorridos durante tal temporalidade, não se desenrolaram inspirados por grandes agitações, semelhante ao que aconteceu em outras cidades ao longo do Brasil. Apenas aconteceu de uma maneira peculiar. E continuamos com o desejo em mente. No ano de 2011, iniciamos no Programa de Educação Tutorial “Cidade, Saúde e Justiça”, um projeto de pesquisa intitulado: *Rio Guaribas: história oral e identidade*¹, tendo como orientadora a professora Ada Raquel Teixeira Mourão. A partir da pesquisa, fizemos contatos com textos referentes aos campos temáticos *História e Cidades* e *História e Memória*.

Mediante os contatos com as temáticas acima, conversamos mais uma vez com a professora Marylu Oliveira, no ano de 2011, e manifestamos novamente o desejo de definir a temática para o Trabalho de Conclusão de Curso. E, diante dos contatos que estávamos mantendo no PET “Cidade, Saúde e Justiça”, com os campos de *História e Cidades* e *História e Memória*, lançamos o desejo de seguir pesquisando nesses campos. A professora Marylu Oliveira sugeriu-nos, então, pesquisar o processo de modernização que foi implantado na cidade de Picos, a partir da instalação do 3º Batalhão de Engenharia de Construção- Batalhão Visconde da Parnaíba (3º BEC). Posterior às interlocuções que tivemos, a temática foi recortada à medida que tivemos acesso às fontes, porque se o trabalho do historiador é semelhante ao ofício desempenhado por um artesão (oleiro), selecionamos e manuseamos um tipo de argila para confeccionarmos as nossas “peças artesanais”. Tratou-se de uma maneira

¹ O Projeto de pesquisa, intitulado *Rio Guaribas: história oral e identidade* foi um projeto vinculado ao Programa de Educação Tutorial “Cidade, Saúde e Justiça”, com a coordenação da professora Msc. Ada Raquel Teixeira Mourão. Teve como objetivo, compreender a saudade que algumas pessoas que viveram as décadas de 1950 a 1970 em Picos, e que na falta das atividades que desenvolviam no Rio Guaribas, naquelas décadas, lembraram-se com saudade dos tempos idos. A pesquisa iniciou-se em 2011 e terminou em 2013.

de manusear as nossas ferramentas, para que ocorresse a construção dos questionamentos a serem respondidos durante a escrita desse texto².

O primeiro local que visitamos foi o 3º BEC. Levamos um ofício, mas não tivemos contato com o acervo, que era denominado de “arquivo morto”, por membros daquela instituição. As fontes situadas no 3º BEC tornaram-se acessíveis no ano de 2012, através do projeto de extensão *Restauração de documentos e preservação da memória do Exército brasileiro na cidade de Picos-PI*³, que na época era coordenado pelo professor Francisco de Assis de Sousa Nascimento e pela professora Marylu Oliveira. Com o acervo liberado para pesquisa, tivemos acesso aos *Registros Históricos do 3º BEC*, da década de 1970. O segundo local que visitamos foi a Câmara dos Vereadores da cidade de Picos. Tivemos acesso aos livros de *Atas das Sessões* e os *Projetos de Lei*. Em seguida, tivemos acesso aos jornais *Voz do Campus*, *Macambira* e *O Profeta*, que circularam na cidade, também ao longo dos anos 70 do século passado.

Mantivemos ainda, contato com a disciplina *Cidades e História*, que foi ministrada pelo professor Agostinho Júnior Holanda Coe; e com um minicurso ministrado pela professora Marylu Oliveira, aos membros do PET “Cidade, Saúde e Justiça”, intitulado *História Oral e Memória*. A partir desses contatos, a nossa pretensão era pesquisar a modernização que foi planejada para a cidade de Picos, nos anos 70 do século passado, focando nas memórias das pessoas que foram atingidas pelo processo.

Partimos então, para a busca das pessoas que sofreram as consequências de tal acontecimento. Uma das primeiras pessoas que encontramos, tratou-se de Francisco Luís Lima da Fonseca, cidadão que foi um dos atingidos durante a década de 1970. A sua família precisou se retirar de casa, para que a rotatória da igreja do Sagrado Coração de Jesus fosse construída, de acordo com o seu relato. A sua casa foi derrubada e sua família recebeu uma indenização. Ao final da conversa, Francisco da Fonseca disse-nos que aceitava ceder uma entrevista. Contudo, no início do ano de 2013, ocorreu o seu falecimento. Já tínhamos entregue o projeto com a proposta de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso, e como Francisco da Fonseca era o sujeito (até aquela data) que encontramos para contrapor os discursos presentes nas Atas e nos Projetos de Lei, da Câmara dos Vereadores da cidade de Picos, por meio de uma problematização da pesquisa, lançamos outro olhar.

² KUYUMIJIAN, Marcia de Melo Martins; MELLO, Maria Thereza Negrão de. Apresentação. In: _____; _____. **Os espaços da história cultural**. Brasília: Paralelo 15, 2008, p. 9.

³ O Projeto de Extensão intitulado *Restauração de documentos e preservação da memória do Exército brasileiro na cidade de Picos-PI*, ligado a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Piauí, tem como objetivo restaurar e digitalizar a documentação que se encontra no 3º Batalhão de Engenharia de Construção- Batalhão Visconde da Parnaíba.

Nesse mesmo período, a partir de um anúncio no endereço eletrônico *Brasil: nunca mais*⁴, visualizamos que alguns acervos da temporalidade correspondente à Ditadura civil-militar, estavam disponíveis. Na página citada, não encontramos notícias ou acervos referentes à cidade de Picos, mas na parte da página intitulada *Acervos relacionados*, o acesso à página da *Biblioteca Nacional Digital do Brasil* e a sua *Hemeroteca Digital Brasileira*, tornou-se possível⁵. A partir dessa busca, lançamos mão dos jornais *Correio da Manhã*, *Diário da Noite*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*, da década de 1970. Encontramos nos jornais, várias matérias acerca dos debates que foram travados no campo macro do político, tendo como assunto principal a construção da Rodovia Transamazônica no Nordeste e, conseqüentemente, na cidade de Picos, já que esta apareceu por diversas vezes como a cidade que era considerada o “marco zero” da Rodovia Transamazônica, naquela temporalidade.

Através da leitura desses jornais, tivemos como possibilidade de análise, o livro *À Margem da História*⁶, de Euclides da Cunha, tendo em vista que a Transamazônica, segundo algumas reportagens que foram feitas com o Ministro dos Transportes, o Coronel do Exército Mário Andreazza, foi planejada a partir dessa obra euclideana. E ainda no ano de 2013, obtivemos o discurso do senador Arnon de Mello, intitulado *A Transamazônica e o desenvolvimento do Nordeste*⁷, momento em que a “seca” figurou como principal problema. Um problema de ordem “natural”.

Logo após a aquisição desses materiais, conversando com o professor Francisco Nascimento, relatamos sobre as características das fontes que tínhamos a disposição e a recorrente presença do Nordeste e da cidade de Picos nas justificativas que foram utilizadas pelo governo brasileiro para que a Rodovia Transamazônica fosse construída. O professor Francisco Nascimento apontou-nos um caminho: trabalhar com a produção de discursos

⁴ A página eletrônica “Brasil Nunca Mais” ou simplesmente BNM, denomina-se como um projeto que começou a ser pensado em 1975, por advogados e religiosos que desejaram obter em meio a Ditadura Militar, informações e evidências de violações aos direitos humanos, que foram praticados por agentes do aparato repressivo do Estado brasileiro, no período que concerne à Ditadura Militar. O projeto culminou com a publicação de um livro intitulado *Brasil: nunca mais*, em julho de 1985, aqui no Brasil; e *Torture in Brazil*, nos Estados Unidos, porque havia o medo de que o conteúdo fosse censurado, mesmo com o final da Ditadura Militar. Ver: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>>. Acesso em: 24 de outubro de 2013.

⁵ A Biblioteca Nacional Digital- BNDigital, denomina-se enquanto um sistema aberto e interconectado, voltado para a preservação da memória documental brasileira. Foi lançada oficialmente no ano de 2006, período em que integrava coleções que já estavam sendo digitalizadas desde o ano de 2001. Direcionou como suas missões, preservar a memória cultural e proporcionar o amplo acesso às informações que estão contidas no seu acervo. Na sua Hemeroteca Digital Brasileira, em seu acervo de periódicos, estão disponíveis para consulta: jornais, revistas, anuários, boletins, dentre outros. Ver: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2014.

⁶ CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. 3. ed. Porto: Livraria Chandron, de Lelo & Irmão, 1922.

⁷ MELLO, Arnon de. *A Transamazônica e o desenvolvimento do Nordeste*. Maceió: Gazeta de Alagoas, 1970.

acerca do Programa de Integração Nacional (PIN), que foi implantado na cidade, durante a década de 1970, visando construir a Transamazônica.

Passamos a olhar a temática acima enquanto uma produção discursiva e não discursiva. E ao realizarmos a leitura do livro *A invenção do Nordeste e outras artes*⁸, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, e a análise dos jornais *Correio da Manhã*, *Diário da Noite*, *Diário de Notícias* e o *Jornal do Brasil* (que possuíam circulação nacional) e o jornal *Voz do Campus* (que circulou na cidade de Picos, mas não somente nesta), percebemos que por meio da materialização da linguagem, a cidade foi (re)inventada discursivamente como um local de “pobreza”, enquanto o Nordeste apareceu como uma região de grande “concentração demográfica”, o que servia para justificar a construção da Transamazônica, já que para o governo brasileiro, os nordestinos poderiam “colonizar” a região amazônica, considerada como uma região de “vazio demográfico”.

A ideia era que a construção da Rodovia Transamazônica desenvolveria Picos e a região Nordeste. A pobreza no Piauí, na década de 70 do século passado, não foi uma singularidade da cidade de Picos. E ainda assim, a cidade serviu de base para que práticas discursivas e não discursivas a denominassem de local da pobreza. Por isso, recebeu em seus domínios a instalação do 3º Batalhão de Engenharia de Construção - Batalhão Visconde da Parnaíba (3º BEC); uma unidade do Campus Avançado, constituído por estudantes e professores da Universidade Federal de Goiás; e um Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano. Projetos que foram instalados na cidade, inspirados pelos discursos do governo federal da época, para que “melhorassem” os índices de desenvolvimento econômico e social da cidade, promovendo a integração nacional.

Assim, se o historiador é aquele que (também) organiza os dados do passado em função de seus questionamentos⁹, as perguntas que procuramos responder durante a escrita do texto foram: de que modo a problematização da implantação do Programa de Integração Nacional, que foi proposto pelo governo da Ditadura civil-militar¹⁰, durante a década de 1970,

⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 34.

¹⁰ A ideia de Ditadura civil-militar foi expressa aqui, no sentido empregado por Maria Helena Moreira Alves. Baseando-se em Alfredo Stephan, Maria Helena Moreira Alves destacou que uma das características que diferenciou a Escola Superior de Guerra Brasileira, da Escola Superior de Guerra dos Estados Unidos da América, foi o fato de no Brasil a ESG ter contado não somente com militares em seu quadro de professores convidados, conferencistas e alunos, mas com civis também. (Ver: ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru-SP: Edusc, 2005, p. 24.). E o sentimento de que os civis também fizeram parte do golpe de 1964, fez-presente também, nos depoimentos dos militares que foram entrevistados para a composição do livro *Visões do Golpe*. Foi uma das formas utilizadas pelos militares que foram entrevistados, para justificarem o Golpe de 1964. Relataram que alguns setores da sociedade civil, temerosos

tornou-se possível a partir de Picos, já que esta foi considerada como o “marco zero” da Rodovia Transamazônica, que era o símbolo da política de integração nacional, no início da década de 1970? O que levou a Ditadura civil-militar a delimitar Picos como local de pobreza, ao longo da década de 1970, levando o Exército brasileiro a destinar suas atenções para a cidade, com a implantação de ações que pretenderam controlar o (estimado) desenvolvimento econômico e social, implantando uma unidade de um Campus Avançado e um Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano?

Dentro desse ideal de reorganização do espaço urbana, o que levou a Igreja Católica a se envolver na construção de um abrigo de “velhos” e na doação de terrenos para cidadãos, culminando com a formação do Bairro Paroquial? E de que maneira alguns cidadãos inventaram suas táticas, para burlar as estratégias que foram desenvolvidas pelo Estado brasileiro, pela Igreja Católica e pelo 3º BEC, em meio a esse ideal de reorganização do espaço urbano, empreendendo outros sentidos para o consumo da cidade?

O desmonte discursivo da pobreza

No momento da escrita, manuseando os referenciais teóricos, o historiador é aquele que se encontra “envolto por presenças do presente e do passado” e, mesmo assim, escreve na solidão. Embora desfrutemos de muitas vozes, o nosso trabalho é individual¹¹. Utilizamos as nossas ferramentas ao nosso modo. No momento da escrita, desenvolvemos o nosso ofício permeados por uma pouca luminosidade, que foi gerada pela tensão do escuro do passado, que se tornou um universo de possibilidades, e pelas fontes e leituras teóricas que dispomos, representando um pouco de luminosidade de outro tempo que não conhecemos, senão uma pequena parte. E o passado se tornou um universo de possibilidades, porque lidamos com as últimas “flores murchas” de outro tempo¹². O historiador se torna um colecionador de flores, que tratadas com as devidas “honras”, reproduzem os “perfumes” de outrora.

E para sentirmos um pouco dos “perfumes” da cidade de Picos da década de 1970, trazendo-nos as produções discursivas acerca do processo de modernização que foi

de que a esquerda pudesse tomar o poder no país, desejaram que os militares tomassem o poder. Os setores citados foram: a igreja, os empresários e a classe média. Ver: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. In: _____; _____; _____. **Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 14.

¹¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Rio de Janeiro, n. 19, Ano 4, 2009, p. 6. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/o_tecelao_dos_tempos.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2012, p. 5-6.

¹² Ibid., p. 6.

planejado/implantado na cidade, utilizamos como “agente químico”, a definição presente em a *Ordem do discurso*, para conhecermos o significado daqueles que analisamos: os discursos¹³. Nessa obra, Michel Foucault delineou a necessidade que um discurso possui de “reverberar uma verdade” que só pode ser vista, mediante a sua evocação, tornando-se a única possibilidade de existência. Ou pelo menos tentando ser a única possibilidade aos olhos que não o conheciam.

A partir de *As palavras e as coisas*, pudemos problematizar os motivos de o termo *classe pobre* ter sido criado para denominar apenas parte das crianças da cidade, através de uma reportagem presente no jornal *Voz do Campus*, durante o início da década de 1970. Na obra, Michel Foucault iniciou falando sobre um dos limites do pensamento: familiarizar “coisas” com “palavras”¹⁴. Se em linhas anteriores, apresentamos a necessidade que um discurso possui de tornar-se “verdadeiro”, agora podemos pensar como o discurso trabalha em seus domínios, para tornar a “verdade” visível. A partir do jornal *Voz do Campus*, as “coisas” foram os alunos de uma das escolas, enquanto que as “palavras” representaram as doenças “encontradas” nos exames feitos com os estudantes. O discurso, através do saber médico, utilizou a higiene para justificar as suas ações com a *classe pobre*.

O *Jornal do Brasil* evidenciou outra ação que o discurso de integração gerado a partir da construção da Transamazônica, implantou em Picos: a necessidade de realizar um reordenamento do espaço urbano. Reordenamento que foi pensado com o nome de *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*. Para justificar a sua implantação, os discursos trabalharam semelhante às argumentações que foram utilizadas para justificar a implantação do Campus Avançado: a necessidade que a cidade tinha de ter uma infraestrutura que possibilitasse o seu desenvolvimento, através da implantação da Rodovia Transamazônica, promovendo a integração nacional.

Por meio das entrevistas que realizamos com Chagas Lima, Cícero Bento, Francisco Oliveira, Francisco Pires, Inês Pires, Jesus da Silva e Waldetar Neto, compreendemos de que modo a cidade foi o espaço das tensões existentes entre alguns cidadãos, o Estado brasileiro, a Igreja Católica e o 3º BEC. Com base em Michel de Certeau, entendemos que essas instituições de poder, produziram *estratégias*, submetendo alguns cidadãos para algumas maneiras definidas de consumo da cidade, durante a década de 1970. Mas, ao passo que o governo brasileiro e a Igreja Católica permitiram, dando abertura, tateando as *táticas* que

¹³ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 10.

¹⁴ Id., 1999, p. 10.

tiveram a disposição, os sujeitos que foram entrevistados empreenderam novos significados para o consumo de Picos¹⁵.

E ainda com relação à implantação do *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*, a criação do Bairro Paroquial e a sua habitação, e a maneira como alguns cidadãos criaram suas formas de burlarem os modos de consumir os espaços da cidade, definidos pelo Estado brasileiro, pela Igreja Católica e pelo 3º BEC, lançamos mão dos conceitos de *sólidos* e *líquidos*¹⁶, de Zygmunt Bauman, presentes na sua obra *Modernidade líquida*.

A utilização dos dois conceitos tornou-se necessária porque a discussão que Zygmunt Bauman empreendeu permitiu-nos perceber de que maneira o Estado brasileiro, a Igreja Católica e o 3º BEC, envoltos pelo espírito do “fazer-se moderno”, estavam presos ao espaço e o tempo, durante a década de 1970. Enquanto que alguns cidadãos, tateando as táticas que tiveram a disposição, consumiram o espaço e o tempo de Picos, nos anos 70 do século passado, ao seu modo. E mais, fugiram das regras de consumo que lhes foram impostas. Assim, os *sólidos* possuem dimensões espaciais claras, ao mesmo tempo em que procuram neutralizar esse impacto; os *líquidos*, ao contrário, não se fixam ao tempo e ao espaço, não mantendo a sua forma com facilidade, representados na nossa discussão pelos cidadãos que burlaram os modos de consumo que foram impostos pelo Estado brasileiro e pela Igreja Católica da cidade de Picos.

E diante das fontes que tivemos ao nosso dispor, compreendemos que as análises que foram feitas tiveram como mote *práticas discursivas*, que ao sentido de Mary Jane Spink e Benedito Medrado, em *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*, tratam-se da linguagem em ação¹⁷. No momento em que a linguagem foi movimentada nas fontes impressas, em que lançamos mão para análise, ou também, nas entrevistas que foram transcritas, produzindo sentidos diferentes, lidamos com práticas discursivas. Práticas, que sendo a linguagem materializada ou não, procuraram inventar discursivamente a cidade de Picos enquanto “local de pobreza”, de “concentração demográfica”, de “miscigenação”, de “difíceis condições geográficas e climáticas”, aproximando-se de uma análise que foi feita por Durval Muniz em *A invenção do Nordeste e outras artes*, já que na temporalidade em que analisou as produções discursivas sobre o Nordeste, percebeu a invenção de um Nordeste enquanto local de “predominância dos negros sobre os brancos” e de “condições naturais”

¹⁵ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 45.

¹⁶ BAUMAN, Zygmunt. Prefácio. In: _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 8.

¹⁷ SPINK, Mary Jane; Medrado Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: _____. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 43.

“difíceis”, sendo as justificativas utilizadas para tomar o espaço em que vivia os “nordestinos”, enquanto um local “atrasado”¹⁸.

E, por isso, o emprego do conceito de *invenção* foi feito com uma finalidade específica. Os discursos que partiram do governo brasileiro destacaram a pobreza na cidade de Picos, desejando justificar as suas ações. Trabalharam a sua maquinaria¹⁹ para criar mecanismos de identificação das pegadas daquilo que consideraram como “pobreza”. Uma invenção discursiva que pretendeu lançar características negativas para aqueles que moravam em espaços “marginalizados”, sendo portando uma forma de identificação.

Assim, para falarmos da invenção discursiva da pobreza, utilizamos como aporte teórico, *A Escrita da História* de Michel de Certeau. O conceito de *invenção*, na maneira que foi expresso aqui, como forma de historicizar uma maquinaria discursiva da pobreza, significou uma prática que buscou historicizar as mudanças dos sentidos que foram lançados para a cidade, a partir do governo brasileiro durante a década de 1970. O Nordeste e, conseqüentemente Picos, receberam novos sentidos e novas interpretações. Páginas que foram preenchidas pelo discurso denunciativo da pobreza, para que justificassem a implantação da Rodovia Transamazônica em seus domínios; e para justificar também a pretensa “colonização” da região amazônica, com o deslocamento de nordestinos para a região Norte do país. Se, para Michel de Certeau, o estudo da história é o estudo da escrita como prática histórica, a maquinaria discursiva sobre a pobreza, lançada para Picos, durante a década de 1970, mereceu ser analisada.

Pensar práticas discursivas e não discursivas, para a invenção da “pobreza” que foi lançada para a cidade de Picos, insere a nossa discussão também, dentro da invenção de algo mais abrangente: a construção da “piauiensidade”. E, assim, podemos pensar que a “pobreza” que foi lançada para a cidade de Picos também foi atravessada pela construção da “piauiensidade”, já que na construção dessa identidade, elementos como “seca”, “fome”, “atraso”, “corrupção” e “pobreza”, foram/são lançados enquanto características que faziam/fazem parte do “piauiense”²⁰.

Elucidar a ideia de que a construção de rodovias integraria os espaços brasileiros, não foi uma novidade da década de 1970. Elson de Assis Rabelo verificou que no ano de

¹⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006, p. 14.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 20.

²⁰ BORGES, João Carlos de Freitas; CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. Construindo uma identidade indesejada: a cultura letrada e o malogro da piauiensidade. In: OLIVEIRA, Karla Ingrid Pinheiro de. SILVA, Ítalo Cristiano Silva e. **Olhares de Clio**: cenários, sujeitos e experiências históricas. – Teresina: EDUFPI, 2013, p. 113.

1959, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Piauí já fazia parte dos debates desenvolvimentistas que estavam preocupados com a “pobreza” do estado, e que por isso, defendiam que a construção de estradas levaria ao “desenvolvimento”²¹. E se desde o ano de 1959, essas ideias de que a construção de estradas “resolveria” o “problema” da “pobreza” do Piauí, pelos menos duas afirmações são possíveis: a primeira, diz respeito às significações que essas ideias atestadas por Elson Rabelo provocaram durante o contexto da década de 1970; e a outra, ajuda-nos na compreensão da “pobreza” dentro da construção da “piauiensidade”, explicitando a nossa análise de que o trabalho aqui escrito também foi atravessado pela construção do “ser piauiense”.

O estudo aqui desenvolvido tratou-se (também) de uma maneira de problematizar as pegadas dos discursos que inventaram a pobreza em Picos, à medida que se legitimaram e se perpetuaram através da materialização da linguagem, nos documentos oficiais, nas fontes hemerográficas e em entrevistas transcritas²². Uma materialização que não aconteceu somente no campo da linguagem. Diversas práticas entre os cidadãos legitimaram a invenção discursiva.

A ideia de *invenção* aqui expressa, também foi baseada em Durval Muniz. Na obra *A invenção do Nordeste e outras artes*, o autor teceu de que forma o Nordeste, enquanto espaço geográfico foi inventado a partir de meados da década de 10, do século passado, por produções que pretenderam dar visi/dizibilidade a um modo de ser nordestino. Produções que apresentaram um Nordeste que precisou de políticas de combate contra a seca. Não procurou ao longo da sua escrita combater as produções discursivas, com a apresentação de um “verdadeiro” modo de ser dos nordestinos na temporalidade que analisou. Na sua forma de historicizar, a elucidação de uma “verdade” através de palavras que são atravessadas pelo estilete de *Clio*, seria permanecer refém a discriminação²³.

À medida que realizamos a leitura de *A invenção do Nordeste e outras artes*, percebemos que Durval Muniz, denunciou nas práticas discursivas e não discursivas que analisou a (também) existência de um Nordeste “pobre”. Desse modo, tornou-se necessário perceber de que maneira empregou o conceito de *invenção* de Michel de Certeau, na sua obra, para desmontar os discursos que utilizaram o Nordeste enquanto um objeto discursivo.

²¹ RABELO, Elson de Assis. Rumores da miséria, ecos da história: a emergência do estereótipo da pobreza piauiense nos anos 1950 e 1960. *Fênix* (UFU. Online), v. 6, p. 3, 2009, p. 4.

²² CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 11.

²³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006, p. 21.

A materialização discursiva (e não discursiva) da pobreza

Na escrita do trabalho, dispomos de fontes hemerográficas, documentos oficiais, livros de memórias e entrevistas que realizamos com algumas pessoas que viveram em Picos durante a década de 1970, e que estiveram de alguma forma, envolvidas com os eventos históricos que foram aqui abordados. A partir da reunião desse material, a divisão destes tornou-se necessária, para que cada um lançasse sentido dentro da nossa proposta de discussão.

Na busca de contemplarmos a discussão acerca da invenção discursiva da pobreza na cidade de Picos, para justificar a construção da Rodovia Transamazônica, envolvendo o Nordeste (no campo macro do político) e Picos (de forma específica), lançamos mão do jornal *Correio da Manhã* (1970-1972); *Diário da Noite* (1970-1972); *Diário de Notícias* (1970-1974); e do *Jornal do Brasil* (1970-1976), jornal *O Globo* (2013), presentes na Hemeroteca Nacional Digital do Brasil; da revista *Veja* (1970), presente no Arquivo Digital da Veja; do *Prontuário 291 do DEOPS/SP* (1970), presente no Acervo Digital do Estado de São Paulo; do discurso do senador Arnon de Mello, intitulado *A Transamazônica e o desenvolvimento do Nordeste* (1970), presente no Arquivo do Senado Federal; e os livros *À Margem da História* (1922) e *Os Sertões* (1984) de Euclides da Cunha, estando o último presente na Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro.

Para pensarmos os debates e a implantação do 3º Batalhão de Engenharia de Construção - Batalhão Visconde da Parnaíba na cidade, durante a década de 1970, dispomos do jornal *Diário de Notícias* (1970-1974), dos *Registros Históricos* do 3º BEC (1970-1979), presente no Arquivo daquela instituição; das *Atas das Sessões da Câmara dos Vereadores* (1970-1977) e dos *Projetos de Lei da Câmara dos Vereadores* (1970-1977), ambos disponíveis para pesquisa, no Arquivo da Câmara dos Vereadores de Picos; e das entrevistas que realizamos com Francisco das Chagas Pires (2013), Inês Ilma da Cruz Pires (2013) e José Bertino de Vasconcelos Filho (2013).

Nas discussões que envolveram a implantação do Campus Avançado, bem como a invenção discursiva da pobreza que foi empreendida por alguns dos trabalhos que foram desenvolvidos pelas equipes do Campus Avançado, utilizamos o *Correio da Manhã* (1970-1972), *Diário de Notícias* (1970-1974), o *Jornal do Brasil* (1970-1976); O jornal *Voz do Campus* (1972-1973); as *Atas das Sessões da Câmara dos Vereadores* de Picos (1970-1977); e a entrevista que realizamos com Alfredo Schaffler (2013).

Para desenvolvermos as discussões acerca dos debates e da implantação do *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*; a criação do Bairro Paroquial e a sua habitação; e a forma como alguns cidadãos desenvolveram as suas “artes do fazer”, para consumirem a cidade de Picos, durante a década de 1970, utilizamos o *Jornal do Brasil* (1970-1976), o jornal *O profeta* (1976), o jornal *Voz do Campus* (1972-1973); e o jornal *Macambira* (1976); as *Atas das Sessões da Câmara dos Vereadores* (1970-1977) e os *Projetos de Lei da Câmara dos Vereadores* (1970-1977), de Picos; o livro *No Transbordar do Rio* (2010) de Ana Paula e Maria Santana; e as entrevistas que realizamos com Alfredo Schaffler (2013), Maria de Jesus da Silva (2013), Francisco das Chagas Lima (2013), Cícero Bento da Silva (2013), Francisco Luiz de Oliveira (2013), Francisco das Chagas Pires (2013) e Waldetar da Rocha Neto (2013). E na tentativa de contemplarmos a proposta de discussão que foi apresentada nas páginas anteriores, dividimos o trabalho em quatro capítulos.

Durante o primeiro capítulo, intitulado “*Transamazônica, a estrada-desafio*”: *uma experiência que gerou um horizonte de expectativa na década de 1970*, o tema abordado foi o planejamento do Programa de Integração Nacional (PIN), que foi composto pelos debates que envolveram a pretensa construção da Rodovia Cuiabá-Santarém e da Rodovia Transamazônica. A partir desses debates traçamos de que maneira a cidade de Picos foi delineada enquanto um local de pobreza, como forma de justificar a instalação da Transamazônica em seus domínios. Relatamos, também, que tal construção ocorreu não somente com as intenções que os discursos evidenciaram de aplicar o “desenvolvimento” da região Norte e da cidade de Picos, mas também, como forma de promover a transferência de nordestinos para “colonizarem” a região amazônica. Nesse contexto, relatamos sobre o “horizonte de expectativa” que a transferência do 3º Batalhão de Engenharia de Construção - Batalhão Visconde da Parnaíba, da cidade de Natal, para Picos e a construção da Rodovia Transamazônica provocou nos moradores da cidade, durante a década de 1970.

No segundo capítulo, intitulado *Controlando o desenvolvimento, controla-se a pobreza: a invenção da “classe pobre” nos discursos do Campus Avançado*, o tema relatado foi de que modo a cidade de Picos foi inserida nas discussões que instituíram a “pobreza” no Nordeste, durante a década de 1970, justificando a instalação de uma unidade do Campus Avançado em seus domínios. E também, sobre as produções discursivas que o jornal *Voz do Campus* desenvolveu, para respaldar os trabalhos do Campus Avançado, utilizando-se do saber médico-higienista, justificando que era uma forma de inserir a cidade na política de integração nacional. Mostramos, a partir disso, como as produções do jornal *Voz do Campus*, por meio da experiência, inventaram o termo *classe pobre* para denominar alguns sujeitos.

No terceiro capítulo, chamado de *Reordena os “pobres”, ordena a cidade: os discursos do Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano e a busca pelo ordenamento econômico e social da cidade de Picos*, uma análise acerca do Plano Diretor, que foi criado para a cidade, tornou-se possível. Apontamos de que forma esse Plano foi pensado pelo Estado brasileiro, através dos discursos, como forma de permitir o “melhoramento” da infraestrutura da cidade, que estava (supostamente) crescendo com a implantação da Rodovia Transamazônica. Mas, na verdade, serviu para inventar discursivamente a “pobreza”, afastando alguns moradores de determinadas áreas, para espaços específicos.

E no quarto e último capítulo, intitulado *As maneiras de fazer dos corpos líquidos: (re)significações espaciais e produções de sentidos sobre a da cidade de Picos da década de 1970*, mostramos de que maneira a experiência de vida que alguns populares tiveram, naquele período, possibilitou as rupturas de sentidos nas maneiras de consumir a cidade, expressas pelo Estado brasileiro, o 3º BEC e a Igreja Católica, enquanto instituições de poder. Rupturas de sentidos que ficaram expressas por meio de entrevistas que realizamos com alguns sujeitos que moraram em Picos, durante a temporalidade que analisamos.

1 “TRANSAMAZÔNICA, A ESTRADA-DESAFIO”: uma experiência que gerou um horizonte de expectativa na década de 1970

Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência.

Reinhart Koselleck

No trecho acima, Reinhart Koselleck deixou-nos uma lição: por meio de uma experiência histórica é possível construirmos uma urdidura que nos direcione a uma expectativa histórica, embora não seja um manusear simples. É um trabalho que traz ressalvas, colocando-nos frente ao limite do nosso fazer. A análise que apresentou, invariavelmente, revelou-se enquanto um contorno que elucidou a visão de mundo que ele possuía no presente da escrita do seu trabalho. O historiador que procura caminhos para fugir de determinados ranços de sua época, mesmo sabendo que muitos deles são impossíveis de serem driblados, tem em mente que a sua escrita parte de determinada visão de mundo, significando assim, quando da descoberta do seu modo de enxergar o social, uma forma de se deleitar com a sua escrita da história. Uma escrita que o atravessa, problematizando ou não as suas visões de mundo, já que esta se encontra envolta por reflexões que são constantes.

Reinhart Koselleck, por exemplo, desenvolveu sua escrita sobre a *experiência* e a *expectativa* à luz da renovação nos domínios da historiografia, porque não pretendeu uma escrita que trouxesse um passado pronto, que estivesse esperando o historiador realizar o seu desvendamento. A forma de pensar a história por meio das duas categorias que apresentou (experiência e expectativa) levou-nos a pensar não somente no que aconteceu. O que poderia ter acontecido também entrou nas discussões. E os projetos que foram feitos naquele presente da década de 1970, em Picos, prometendo desenvolvimento econômico e social, moveram as vidas de alguns sujeitos.

E se em algumas vezes direcionamos nossos olhares apenas para o que deu certo, sendo algo que mais nos chamou atenção em determinado momento, o pensamento de Koselleck ajuda-nos na percepção de que (naquela temporalidade) ignoramos que as pessoas foram movidas não somente pelo que aconteceu, dando certo ou não, de acordo com a vida de cada uma, mas também, por aquilo que não aconteceu ou que poderia ter acontecido um dia. Uma espécie de *Futuro Passado*¹, que é o título da obra em questão. As histórias foram

¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

constituídas pelas experiências de vidas e pelas expectativas geradas. Experiências e expectativas que fizeram as pessoas atuarem ou sofrerem².

Na década de 1970 em Picos, as experiências constituíram-se na implantação da Rodovia Transamazônica e na transferência do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, da cidade de Natal, Rio Grande do Norte, para a cidade de Picos. As expectativas delinearão-se em duas linhas: moveram os moradores que esperavam melhorar de vida com a implantação do 3º BEC e com a construção da Transamazônica; os trabalhadores do 3º BEC, no Rio Grande do Norte, que vieram à cidade de Picos no desejo de manterem os seus empregos; e os picoenses que moravam na região Sul do país, que desejaram retornar, por acreditarem que a situação da região Norte e do Nordeste tinha melhorado após o início de construção da Transamazônica. Utilizamos a hipótese levantada por Koselleck, porque através da determinação de passado e futuro, de experiência e expectativa, tornou-se possível conhecermos parte de um tempo histórico: a década de 1970, na cidade de Picos³.

Durante a escrita do capítulo, a nossa análise careceu também de diálogos com autores da corrente que foi denominada por Sandra Pesavento de *Nova História Política*, já que nos permitiram analisar o modo que os meios de comunicação de massa (como os jornais que foram citados em linhas anteriores), através do efeito de verdade, pretenderam fazer crer, produzindo expectativas. E, ao mesmo tempo, possibilitaram-nos perceber de que forma ocorreram as rupturas de sentidos, entre as pessoas que entrevistamos e os sentidos que foram lançados pelas fontes oficiais e hemerográficas que foram citadas acima⁴.

1.1 O Programa de Integração Nacional (PIN) e os debates sobre a Rodovia Transamazônica

Em agosto do ano de 2013, o jornal *O Globo*, por meio de um comunicado em seu site, lançou a seguinte matéria: *Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro*⁵. A matéria elucidou que através de discussões internas que ocorreram na redação do jornal, na contemporaneidade, a equipe do editorial compreendeu que o tempo de assumir o apoio que o jornal *O Globo* despejou a Ditadura civil-militar, havia chegado. Justificou-se que o apoio à

² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 306.

³ Ibid., p. 16.

⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 75.

⁵ APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**. Rio de Janeiro. 31 ago. de 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 14 set. de 2013.

intervenção dos militares por parte do conselho editorial, aconteceu, porque no social, e de forma implícita, na redação do jornal, havia o temor de que o presidente João Goulart desferisse um golpe em 1964, juntamente com comunistas. Em um dos trechos da reportagem, as seguintes palavras foram lançadas:

Naquele contexto, o golpe, chamado de “Revolução”, termo adotado pelo GLOBO durante muito tempo, era visto pelo jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma democracia. Os militares prometiam uma intervenção passageira, cirúrgica. Na justificativa das Forças Armadas para a sua intervenção, ultrapassando o perigo de um golpe à esquerda, o poder voltaria aos civis. Tanto que, como prometido, foram mantidas, num primeiro momento, as eleições presidenciais de 1966.⁶

As justificativas que foram apresentadas pelo jornal *O Globo*, lançaram que o jornal utilizou a palavra “Revolução” para denominar o Golpe civil-militar de 1964, por “muito tempo”, além de enunciar “o perigo de um golpe à esquerda”, corroborando com a ideia que apresentamos anteriormente, de que havia o “medo” no social e na redação do jornal, de que João Goulart desferisse um golpe com comunistas ou a chamada esquerda. Essa ideia fez-se presente, ou pelo menos foi alimentada com determinados interesses políticos, naquele período⁷.

No livro *Visões do Golpe*, através dos depoimentos de militares, Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, reuniram as falas de alguns militares sobre o ex-presidente João Goulart. Como resultado das análises dos depoimentos, João Goulart não foi visto como “perverso” e nem como “comunista”, mas antes de tudo, como alguém que foi “fraco” e se deixou levar pela “esquerda” ou pela “maléfica” influência de Leonel Brizola⁸. Na medida em que os militares apresentaram sentidos para João Goulart e não para os eventos que comandaram, naquele ano de 1964, revelaram-se enquanto produtores de prática discursiva, hierárquica, disciplinar e de autoproteção, já que deixaram subentendido que João Goulart era “fraco”, pois tinha se deixado levar pela influência de Leonel Brizola.

Ao assumir o apoio ao Golpe de 1964, o jornal *O Globo* não tratou apenas do seu editorial, mas do editorial de outros jornais, como *O Jornal do Brasil*. No que se refere à década de 1970, o *Jornal do Brasil* direcionou algumas de suas matérias para apresentar aos

⁶ APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**. Rio de Janeiro. 31 ago. de 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 14 set. de 2013.

⁷ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24.n 47.p. 29-60, 2004, p. 43.

⁸ D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. In: _____; _____; _____. **Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 11.

seus leitores em diversas edições, discursos do presidente Emílio Garrastazu Médici; do Ministro dos Transportes, Mário Andreazza; e do Ministro do Interior, Costa Cavalcanti. Foram matérias que procuraram justificar a construção da Transamazônica através de discursos que destacaram a pobreza no Nordeste (de forma mais ampla) e na cidade de Picos (de forma específica). O Nordeste, que até meados da década de 1910, não existia enquanto invenção discursiva⁹.

A princípio, os discursos proferidos pelo presidente Médici, que ficou na presidência do Brasil do ano de 1969 até o ano de 1974; pelo Ministro Andreazza¹⁰; e pelo Ministro Costa Cavalcanti¹¹, não apresentaram motivos para que merecessem uma análise mais profunda¹². Acontece assim, porque uma cultura se instala pela partilha e atribuição de significados. Mas o olhar do analista, que é aquele que trabalha com a análise de discurso, deve ser feita na busca de historicizar a elaboração dos jogos entre os discursos. Para isso, as atenções devem ser despejadas nos objetos discursivos. E o planejamento da Rodovia Transamazônica, presente no *Jornal do Brasil* no início da década de 1970, constituiu-se em um objeto discursivo¹³ e, com isso, mereceu as nossas análises.

O discurso procura características que já estavam presentes no seu objeto, mas que só foram visíveis a partir da sua elucidação. Podem ser lançados/produzidos no social, não apenas por meio da oralidade, mas através de um texto impresso, que se constituiu em um *ato de fala impresso*¹⁴. Cada matéria do *Jornal do Brasil* que apresentou as falas do presidente Emílio Médici, por exemplo, constituíram-se em um ato de fala impresso. Em matéria do ano de 1970, Médici anunciou a implantação de um sistema rodoviário para integrar a região Amazônica.

⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006, p. 13.

¹⁰ Durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, o coronel Mário Andreazza foi Ministro dos Transportes, sendo um dos responsáveis pelo planejamento da Rodovia Transamazônica, que foi tratada durante o governo de Emílio Médici como o símbolo da política de integração nacional, que pretendia integrar a região Norte e a região Nordeste, ao restante do país.

¹¹ O Ministro do Interior no período de governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, Costa Cavalcanti foi um dos responsáveis pelo planejamento e implantação dos Campi Avançados, que fez parte da política do Projeto Rondon. A ideia era proporcionar o desenvolvimento econômico e social de cidades que receberam trechos da Rodovia Transamazônica.

¹² O perigo das pessoas falarem e de seus discursos proliferarem, para Michel Foucault, existe na medida em que aquilo que foi proferido pretende ser a única possibilidade de existência, para determinado tema. No caso de Emílio Médici, Mário Andreazza e Costa Cavalcanti, por meio daquilo que proferiram sobre o Nordeste, pretenderam ser vozes autorizadas que falavam a verdade, sem espaço para o questionamento. Ver: FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 8.

¹³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 32-33.

¹⁴ SPINK, Mary Jane; Medrado Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 47.

A conquista da lendária Região Amazônica e sua definitiva integração na economia nacional representam um anseio de toda a nação brasileira e fundamentam a ação decisiva de Governos revolucionários a esse respeito. Com uma área correspondente a cerca de 50% do território nacional e ocupada por apenas 3,83% de nossa população, distribuída segunda densidade que não chega a alcançar a cifra de um habitante por quilômetro quadrado, representa a Amazônia um dos maiores vazios demográficos do mundo, fora das regiões polares.¹⁵

Médici apresentou justificativas para a construção de um sistema rodoviário. Destinou sua atenção para a região Amazônica, apresentando características que a tornava impossibilitada de ser integrada na economia nacional. Destacou que o seu espaço geográfico correspondia a 50% do território nacional e que a sua população não chegava a um habitante por quilômetro quadrado. Tinha apenas 3,83% da população do país naquele ano. O seu desenvolvimento, fazia-se necessário, até porque era um desejo de “toda a nação brasileira”. Em seguida, abordou que o primeiro passo do governo para o desenvolvimento econômico da região amazônica, gerando crescimento de outras áreas, seria através da implantação de uma “infra-estrutura de transportes”. Dessa forma, foi lançado o sistema rodoviário ao qual passou a fazer parte a Rodovia Transamazônica.

Mas um discurso não pode ser analisado apenas pelo que pretendeu dizer. O discurso também é aquele que diz de um modo, para dizer de outro. Ainda mais no campo do político, nível que a produção discursiva não serve como ponto de apoio para o discurso se pacificar, mas ao contrário: a política é o local onde os discursos (de modo privilegiado) exercem os seus mais temíveis poderes¹⁶. Nas palavras do presidente Médici, a sua intenção foi apresentar o sistema rodoviário. Ao passo que destacou o desenvolvimento econômico da região amazônica, como pertencente a “toda a nação brasileira”, relatou que este permitiria o crescimento econômico de outras regiões, lançando uma característica para a região amazônica, de forma implícita: uma região que não crescia economicamente e que não permitia o crescimento de outras áreas do país. Logo, outras regiões do Brasil custeavam os gastos da região amazônica, sendo o motivo de não crescerem também. O não desenvolvimento de outras regiões, não era por outras questões, mas pela região amazônica que não conseguia gerar riquezas para arcar com seus próprios gastos.

¹⁵ PRESIDENTE anuncia rede de rodovias na Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXIX, nº 290, p. 7, 17 mar. de 1970.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 9.

O presidente Médici utilizou-se de uma das características do discurso: movimentar uma linguagem institucional no nível macro do político¹⁷. Uma linguagem que passou a fazer parte das estratégias do Estado brasileiro. Aqueles que apresentaram as propostas do governo compartilharam da linguagem utilizada pelo presidente. Frequentemente, Mário Andreazza e Costa Cavalcanti não falaram em nome de suas ações. Os dois Ministros falaram em nome de Médici. Em reportagem intitulada *Transamazônica garantirá expansão do Nordeste*, Andreazza, por exemplo, apareceu enquanto uma das vozes “autorizadas” para tratar dos assuntos do governo brasileiro, que diziam respeito à construção de estradas no ano de 1970. Para isso, o *Jornal do Brasil* explorou a imagem de Andreazza.



Imagem 1: Mário Andreazza falando sobre a rodovia Transamazônica em uma das reportagens do *Jornal do Brasil*.

Fonte: Hemeroteca Nacional Digital do Brasil.

Na imagem, Andreazza apareceu em movimento, ou seja, parecia gesticular a respeito de algum assunto, como se estivesse explicando algo para alguém. Na verdade, segundo o texto da reportagem que levou a fotografia, ele estava em “mesa-redonda com os redatores de economia e finanças” do *Jornal do Brasil*. À medida que abordou sobre a construção da Transamazônica e dos transportes no Brasil, naquele período, “mostrou-se seguro” sobre o que abordava. Assim, a imagem acima, procurou convencer aquele que realizava as leituras daquela edição do jornal, de que Andreazza estava consciente do que falava. A reportagem tratou-o enquanto uma “fala autorizada”¹⁸.

¹⁷ SPINK, Mary Jane; Medrado Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p.43.

¹⁸ TRANSAMAZÔNICA garantirá expansão do Nordeste. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 95, p. 28, 26 e 27 jul. de 1970.

Se dentro do governo brasileiro aconteceu uma repetição daquilo que foi pronunciado, na tentativa de expressar uma unidade, passando a imagem de que as ações foram planejadas, desenrolou-se assim, porque através do compartilhamento da linguagem, o discurso foi se constituindo aos poucos. Um quebra-cabeça discursivo que foi formado com o passar do tempo, pelas produções de sentidos que foram se completando ou se contradizendo. Para compreendermos o compartilhamento de ideias entre vozes institucionais, devemos entender que quando formado, o discurso passa a produzir um efeito de verdade naquilo que pretendeu elucidar.

Médici falou por todos os habitantes do país, ou pelo menos tentou. Afirmou que todos aqueles que viviam na “nação brasileira”, ao tempo do seu discurso, ansiavam pela integração da região amazônica na economia nacional. Foi um exemplo de como o discurso pretendeu ser a voz que falou a “verdade”, por todos aqueles que tentou representar, já que o sujeito que construiu um discurso desejou falar por um ou mais sujeitos, transformando o seu enunciado em verdade¹⁹.

As palavras serviram para fortalecer os discursos daqueles que faziam parte do governo brasileiro. Ocorreu assim, porque a vontade de verdade se baseia em uma distribuição institucional, procurando exercer pressão sobre os outros discursos, coagindo-os a seguir a mesma vontade de verdade²⁰. A postura do presidente Médici constituiu-se em uma produção discursiva dentro do campo macro do político. A análise dessa produção discursiva, no que diz respeito à política brasileira da década de 1970, tornou-se possível, em termos de produção historiográfica, por causa da aproximação que houve, ao longo da segunda metade do século XX, entre a linguística e os historiadores que tiveram como objeto de estudo o campo político²¹. O Ministro Mário Andreazza, em outra reportagem, reafirmou a vontade de verdade de Médici.

O que se oferece, agora, ao Nordeste, com a Transamazônica, é não apenas a possibilidade de ocupação das terras úmidas do Maranhão, mas de toda a faixa da Amazônia ao sul do grande rio, com uma superfície, pelo menos uma dezena de vezes maiores que as áreas ainda não ocupadas do Maranhão. Essa estrada, juntamente com a Cuiabá-Santarém, abrirá ao país e,

¹⁹ OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Contra a Foice e o Martelo**: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959- 1969: uma análise a partir do jornal O Dia. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007, p. 26.

²⁰ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 17.

²¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Estudos históricos**. 1992, p. 267.

principalmente, ao Nordeste, novas e imensas possibilidades de expansão econômica [...]”²²

As palavras de Andreazza incidiram na ideia de que a Transamazônica desenvolveria o Nordeste, além de possibilitar a exploração de outras áreas, como o Maranhão, pelos nordestinos, corroborando com os discursos proferidos por Médici. Desenrolou-se assim, porque ambos fizeram parte de uma instituição que procurou controlar a produção de discursos, mas não foi regra. Dentro de uma mesma instituição, como a política, a reafirmação dos discursos pode não ter acontecido. Se o desejo de Médici foi coagir a maneira que outros membros do Estado brasileiro deveriam falar sobre o Programa de Integração Nacional (PIN), não aconteceu dessa maneira com o governador pernambucano da época, Nilo Coelho. Se ele não confirmou a vontade de verdade do presidente, representou assim, um “perigo”. Se o discurso de Médici pretendeu uma coerência entre aqueles que eram representantes do Estado brasileiro, significa que ele utilizou de uma das artimanhas das produções discursivas: manusear a verdade que pretendeu produzir/lançar no social, como forma de esconder a sua vontade de verdade²³. Para compreendermos as disputas de sentidos que aconteceram entre o presidente Médici e o governador pernambucano da época, é preciso que conheçamos primeiro os planejamentos que foram feitos para o Programa de Integração Nacional, para depois compreendermos em que momento houve as discordâncias.

1.1.1 O “espetáculo de miséria”: os debates e a promessa de “desenvolvimento” do Nordeste

Em matéria de 1970, o *Jornal do Brasil* apresentou o Programa de Integração Nacional:

Nas reuniões ministeriais previstas para hoje, estarão presentes os Ministros da Fazenda e dos Transportes. Srs. Delfim Neto e Mário Andreazza. Segundo os técnicos, a construção da Transamazônica põe por terra definitivamente o projeto do lago amazônico planejado pelo Hudson Institute. A opinião de técnicos que participaram das últimas discussões sobre o Programa de Integração Nacional – nome dado ao projeto de construção da Rodovia Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, acompanhado da colonização das áreas adjacentes numa extensão de 10 quilômetros de largura – indica que a decisão do Governo de adota-lo agora, com a urgência com que foi feito, está intimamente ligada à última crise do Nordeste gerada pela seca.²⁴

²² TRANSAMAZÔNICA garantirá expansão do Nordeste. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 95, p. 28, 26 e 27 jul. de 1970.

²³ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 19.

²⁴ NOVA frente. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 61, p. 14, 18 jun. de 1970.

Apareceu como metas do Programa de Integração Nacional, a construção da Rodovia Transamazônica e da Rodovia Cuiabá-Santarém, além do desenvolvimento do Nordeste, que precisou de medidas públicas, devido uma crise que foi “gerada pela seca”. Sentidos que se conectaram em Picos, pois desde o ano de 1969, a cidade figurava como um local de “seca”, já que várias pessoas invadiram comércios a procura de alimentos, roupas e remédios, povoando o imaginário daqueles que viviam em seus domínios²⁵. Assim, a principal preocupação do Estado brasileiro, naquele período, foi com o crescimento econômico²⁶. As palavras que foram apresentadas acima não se trataram de mais uma transcrição de discurso cedido pela Casa Civil para que os jornais publicassem, sendo algo que aconteceu com grande frequência naquele período. Tratou-se de uma reportagem que foi elaborada pela equipe do *Jornal do Brasil*, apresentando uma reunião que aconteceu entre o presidente Médici e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil da época, Laudo de Almeida Camargo. Na reunião, Laudo Camargo ofereceu apoio aos militares, mas a reportagem não teve como foco principal relatar o acordo que foi feito entre as partes²⁷.

A reportagem pretendeu destacar o “espetáculo de miséria” que Médici relatou ter visto em viagem que fez ao Nordeste. O seu discurso apresentou como sinais de “miséria” em Recife, a falta de não ver “uma só pessoa fumando” e de “crianças jogando bola”. Lançou as suas palavras em direção ao que viu em Recife, como forma de justificar as ações que o governo estava planejando para o Nordeste. O discurso exerceu a função de tornar as “coisas” visíveis a partir de características que não são visíveis a todos, pelo menos foi assim que trabalhou a sua maquinaria. Se a partir do que viu ou não, Médici resolveu promover um desenvolvimento do Nordeste, o seu discurso realizou uma generalização do que foi visto em uma cidade, para toda uma região.

Percebemos que o que deu liga entre o que foi proferido pelo presidente Emílio Médici e as “coisas” foi o espaço criado pela linguagem, para justapor aqueles que foram considerados semelhantes. Ao passo que fez assim, apresentou uma face do seu objeto que só se tornou visível, porque foi apresentado aos olhares que não o conheciam²⁸.

²⁵ MARQUES, Elimária Costa. BRANDIN, Vivian de Aquino Silva. Frentes de combate à seca no Piauí: esperanças, tristezas e realidades na década de 1970. In: VASCONCELOS, José Geraldo. SILVA, Samara Mendes Araújo. SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos (Orgs.). **Labirintos de Clio: práticas de pesquisa em História**. – Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 11.

²⁶ ALMEIDA, Kllaricy Oliveira de. **Filhos bastardos do progresso**. Pobreza e discurso na imprensa teresinense na primeira metade da década de 1970. 2011. 102f. Monografia (Curso de Licenciatura) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011, p. 24.

²⁷ RECONCILIAÇÃO pelo desenvolvimento. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXX, nº 76, p. 6, 4 jul. de 1970.

²⁸ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.13.

A maneira que apresentou o “espetáculo de miséria” tornou o Nordeste visível, como forma de “corrigi-lo”, através do Programa de Integração Nacional. Mesmo pensando na construção de um sistema rodoviário, anunciando novas estradas que seriam construídas ao longo do país, algumas já estavam sendo terminadas, pelo menos era o que se noticiava naquele período. A rodovia Belém-Brasília foi um exemplo possível²⁹. Eram estradas que faziam parte dos interesses do Estado brasileiro para integrar o país, mas acreditava-se naquele momento que não eram suficientes para desenvolver a Amazônia.

Por meio de um edital de concorrência pública, aberto em junho de 1970, o Estado brasileiro lançou uma “nova” proposta de “ocupação” da Amazônia. A promessa da vez foi construir novas frentes de trabalhos para as populações nordestinas atingidas pela seca³⁰. O anúncio de um novo processo de “ocupação” da Amazônia tornou-se um paradoxo³¹. As promessas do governo brasileiro que promoveria uma “ocupação”, não era algo novo, porque em *À Margem da História*, Euclides da Cunha já havia anunciado essa necessidade, mas não foi nossa pretensão colocar o pensamento euclideano como a “origem” desse discurso, porque se Euclides da Cunha, no início do século XX, imaginou-se enquanto a origem do que ele disse em sua obra, entendemos que se tratou de uma forma de esquecimento no momento da escrita, porque para escrever tais ideias, utilizou-se de referenciais culturais que circulavam no social no momento em que formulou as suas ideias³².

Para Euclides da Cunha, o Brasil era “uma pátria sem a terra e uma terra sem a pátria”³³. Como o anúncio de Médici foi um paradoxo, ao mesmo tempo em que proferiu algo que já tinha sido dito, tornou-se algo novo diante do contexto em que foi proferido. Tornou-se novo pelas ressignificações que empreendeu sobre a obra euclideana. As palavras de Médici representaram assim, um processo parafrástico, que diz respeito à manutenção de ideias, mesmo em momentos diferentes³⁴.

Assim, a primeira rodovia anunciada pelo governo, através do discurso proferido por Médici, para ser feita com a mão de obra nordestina foi a Cuiabá-Santarém. No que diz respeito à mão de obra utilizada é preciso destacar que não somente nordestinos que viviam no semiárido trabalharam nas construções das estradas, na região amazônica, na década de 1970. O *Jornal do Brasil* relatou que paranaenses, mineiros, paulistas e fluminenses também

²⁹ PRESIDENTE anuncia rede de rodovias na Amazônia. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano LXXIX, nº 290, p. 7, 17 mar. de 1970.

³⁰ OCUPAÇÃO da Amazônia é preparada. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 62, p. 1, 19 jun. de 1970.

³¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p.24.

³² ORLANDI, Eni. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009, p.35.

³³ CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. 3. ed. Porto: Livraria Chandron, de Lelo & Irmão, 1922, p. 14.

³⁴ ORLANDI, Op. cit., p.36.

trabalharam. A reportagem destacou que as intenções do Estado brasileiro estavam voltadas para o recrutamento de trabalhadores nordestinos, tendo em vista o grande contingente populacional da região, mas que trabalhadores de outras regiões foram recrutados também³⁵.

Quando o governo brasileiro prometeu a construção da segunda estrada, o seu nome ainda não estava definido. Especulava-se que seria chamada de “Transamazônica”. Surgia assim, aquela que seria o “cartão de visitas” da propaganda política³⁶. A escolha do nome dessa rodovia gerou um debate na imprensa. Para alguns, ela deveria se chamar rodovia “Euclides da Cunha”, tendo em vista que segundo Mário Andreazza, a criação da Rodovia Transamazônica foi feita com base no livro *À Margem da História*, de Euclides da Cunha.

A um amigo que lhe perguntava ontem como foi que nasceu a ideia da construção da estrada, Transamazônica, o Ministro dos Transportes, coronel Mário Andreazza, respondeu que ela “foi inspirada em Euclides da Cunha e na coragem de estadista que teve o presidente Médici para tomar essa decisão histórica.” Um dos principais objetivos dessa estrada, entre muitos outros, será o de interligar, entre si, por rodovia, os diversos afluentes do rio Amazonas [...]³⁷

Andreazza inseriu como um dos pontos de influência para a construção da Rodovia Transamazônica, a obra euclideana. Realizou ressignificações para o livro *À Margem da História*³⁸. Aconteceu dessa maneira, porque os sentidos passados estão passíveis de renovação em diálogos que serão travados no futuro³⁹. Com o lançamento de *Os Sertões*, Euclides da Cunha foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1903, e também, para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB. No ano seguinte, partiu para a Amazônia, liderando a Comissão de Reconhecimento do Alto Purus.

Foi a partir dessa visita à região amazônica que os escritos de *À Margem da História* foram traçados. Os discursos de Euclides da Cunha, tendo como base o livro que serviu de inspiração para que a Transamazônica fosse feita, partiram de um estudo que o governo o destinou para fazer. As ideias que foram lançadas na obra, constituíram-se em uma busca euclideana de conhecer o “homem amazônico”⁴⁰. No início de *À Margem da História*,

³⁵ OS caminhos da integração. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXII, nº 64, p. 47, 1 out. de 1972.

³⁶ ALMEIDA, Killaricy Oliveira de. **Filhos bastardos do progresso**. Pobreza e discurso na imprensa teresinense na primeira metade da década de 1970. 2011. 102f. Monografia (Curso de Licenciatura) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011, p. 24.

³⁷ EUCLIDES e a Transamazônica. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 62, p.10, 19 jun. de 1970.

³⁸ CUNHA, Euclides da. **À Margem da História**. 3ª ed. Porto: Livraria Chandron, de Lelo & Irmão, 1922.

³⁹ SPINK, Mary Jane; Medrado Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: _____. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 49.

⁴⁰ PACHECO, A. SILVA, A. C. S. O homem “à margem da História” por Euclides da Cunha. **Fênix** (UFU. Online), v. 9, p. 1-13, 2012, p. 2.

Euclides da Cunha relatou que “todos nós desde mui cedo gizamos um Amazonas ideal”⁴¹. Através das palavras do presidente Emílio Médici, quando este expressou que o desejo de desenvolvimento econômico da região amazônica era de “tôda a nação brasileira”, os escritos de Euclides da Cunha significaram de outras maneiras. O que foi dito por Médici não foi novo, mas a importância concentrou-se no acontecimento de sua volta⁴². Além de expressar a necessidade de desenvolver a região Norte do país, justificou que o desenvolveria, como forma de promover também o crescimento econômico e social da região Nordeste.

Dentre os ganhos anunciados com a construção da Transamazônica, destacou-se: ser uma “vereda” ao nordestino para a “colonização” de um enorme vazio demográfico, como era conhecida a região amazônica. Apontar o vazio demográfico, desejando justificar a sua “ocupação”, não ocorreu apenas na década de 1970. O próprio Euclides da Cunha relatou que qualquer viajante que percorresse as terras da Amazônia, sentiria “fadiga” devido aos “horizontes vazios” que teria a sua frente⁴³. Os discursos que justificaram a construção da Rodovia Transamazônica assumiram a característica de utilizar não somente o Norte do país, mas o Nordeste também, porque se Médici proferiu em sua viagem à cidade de Recife, que o Nordeste era um local de “miséria”, algo deveria ser feito. Uma das formas de vencer a “miséria”, segundo o governo brasileiro, seria através da exploração de áreas próximas ao que seria a Rodovia Transamazônica, que foi apresentada para empresários de todo o país⁴⁴.

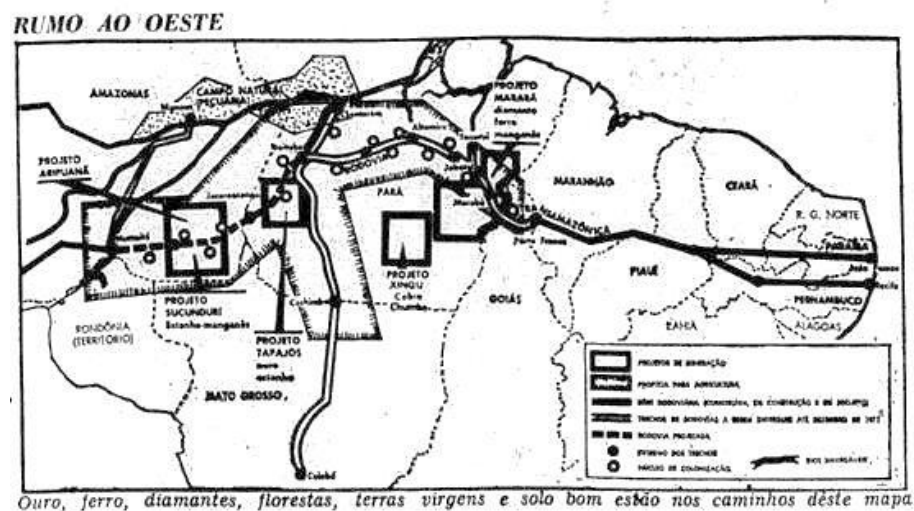


Imagem 2: Mapa retratando a região Norte e Nordeste, para abordar a *Política de Integração Nacional*, no *Jornal do Brasil*.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

⁴¹ CUNHA, Euclides da. *À Marjem da Historia*. 3ª ed. Porto: Livraria Chandron, de Lelo & Irmão p. 5.

⁴² FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 25.

⁴³ CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 6.

⁴⁴ OCUPAÇÃO da Amazônia é preparada. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 62, p. 1, 19 jun. de 1970.

A apresentação do mapa na página anterior, além de cristalizar que a exploração da região Norte se fazia necessário, tendo em vista que a legenda apresentou como ganhos da construção da Transamazônica a aquisição de “ouro”, “ferro”, “diamantes”, “florestas”, “terras virgens” e “solo bom”, lançou também os papéis da região Nordeste. Na imagem, enquanto o Nordeste apareceu vazio de opções, no sentido que poderia proporcionar economicamente para o Programa de Integração Nacional, a região Norte apareceu com várias opções, como descreveu a legenda da imagem.

Até mesmo acerca dos contingentes populacionais, a imagem ajudou a estereotipar. Se a região Norte apareceu enquanto uma terra que possuía, no ano de 1970, “ouro”, “diamantes” e “terras virgens”, a imagem apresentou a existência de um “vazio demográfico” expressivo. Sentido que se conectou com a fala do presidente Médici, quando o mesmo relatou que a região amazônica possuía metade do território geográfico nacional, enquanto que a população não acompanhava o ritmo de ocupação necessária. A imagem da região Nordeste representou um vazio de opções. Lançou a ideia de que a (única) maneira dos nordestinos contribuírem para o crescimento econômico da região Norte e para os objetivos do Programa de Integração Nacional, era através da mão de obra para “colonizar” e explorar as potencialidades da região amazônica.

A imagem se constituiu em um texto visual, que no momento de o historiador realizar a sua análise, deve considerar três componentes indispensáveis: o autor, que é aquele que possuiu saberes específicos para realizar a construção dos sentidos que foram repassados, ou pelo menos pretendidos; o texto em si, que possuiu como atividade criar uma realidade que foi pensada como a maneira de representar um evento histórico para as gerações futuras e para aquelas que estavam entrando em contato com a sua versão final; e o leitor, sendo aquele que entrou em contato, com a imagem ao tempo da sua produção/lançamento no social. Com relação à “imagem 2” que foi apresentada aqui, intitulada de *Rumo ao Oeste*, o autor foi o *Jornal do Brasil* que, de acordo com o jornal *O Globo*, prestou apoio ao Golpe civil-militar de 1964; o desejo era disseminar a ideia de que os nordestinos deveriam aproveitar o potencial da região Norte, encarando a construção da Transamazônica, enquanto um “corredor” de oportunidades; e o leitor, foi representado pelos sujeitos que entraram em contato com a reportagem formulada pelo Estado brasileiro⁴⁵.

Se a matéria era uma forma de compreender que o nordestino deveria encarar a Transamazônica enquanto um “corredor” de oportunidades, para a reportagem intitulada *O*

⁴⁵ MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 73-98, p. 8.

que existe ao longo da estrada, feita pelo *Jornal do Brasil*, os nordestinos que se transferissem para a região amazônica, teriam enormes oportunidades.

Na imensa região do Sudeste do Pará se destaca a reserva ferrífera da serra dos Carajás. Avalia-se que essa formação ferrífera seja superior a 400 milhões de toneladas, com espessura média em torno de 100 metros de afloramento numa extensão de [...] quilômetros, desde a serra Norte até a serra Sul. Nas proximidades de Marabá, ao longo do rio Tocantins, desde São João de Araguaia até Arumatoná, encontra-se um dos mais importantes distritos diamantíferos do Brasil. A exploração ali é feita em regime de garimpagem, desde a década de 30, com altos e baixos na produção, chegando, às vezes a atingir 10% da produção nacional (20 a 30 mil quilates anuais). Ouro e estanho se encontram em boa qualidade na região do médio Tapajós [...]⁴⁶

Segundo o *Jornal do Brasil*, a região amazônica poderia gerar muitos lucros para os nordestinos, conectando-se com a apresentação do mapa, expresso anteriormente. Para fazer isso, apresentou como “ganhos” para aqueles que fossem para o Norte do país, a possibilidade de extrair ferro “da reserva ferrífera da serra dos Carajás”, que era superior, segundo a reportagem, ao número de “400 milhões de toneladas”; de explorar “distritos diamantíferos”, ao longo do rio Tocantins; e “ouro e estanho”, na região do médio Tapajós. E se os ganhos com a “colonização” da região amazônica estavam apresentados, coube ao *Jornal do Brasil* lançar como novidade, os trechos das estradas que seriam construídas. Assim, os trechos que seriam atravessados pela Rodovia Transamazônica e pela Rodovia Cuiabá-Santarém, foram apresentados através de outra reportagem.

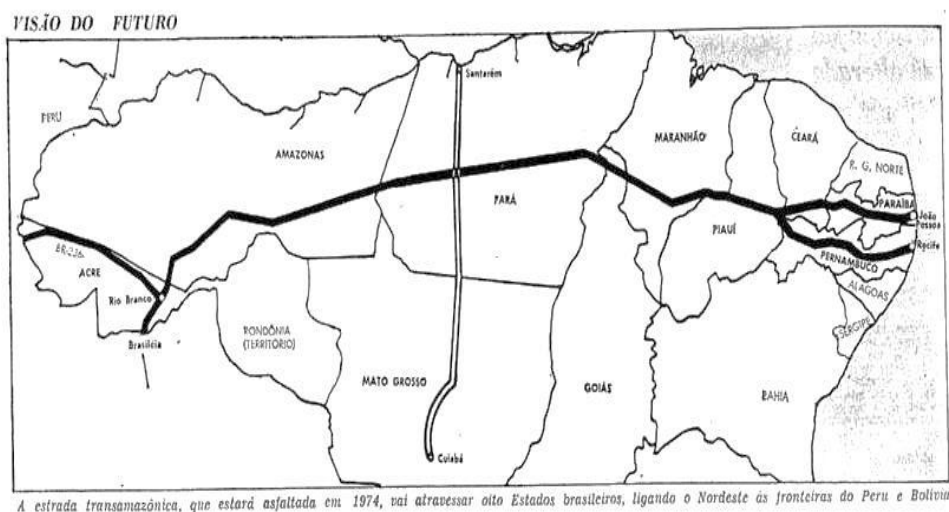


Imagem 3: Apresentação dos planos geográficos da Rodovia Cuiabá-Santarém e da Rodovia Transamazônica, no *Jornal do Brasil*.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

⁴⁶ O que existe ao longo da estrada. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 62, p. 13, 19 jun. de 1970.

Através da formulação imagética da página anterior, que se constituiu em uma maneira de apresentar geograficamente as direções da Rodovia Transamazônica, percebemos os planos que foram feitos para o seu trajeto. A estrada que foi traçada em uma tonalidade mais clara, com seu sentido longitudinal, representou a Rodovia Cuiabá-Santarém. Já a estrada que foi desenhada em uma tonalidade mais escura, com seu sentido meridional, representou a Rodovia Transamazônica, que partia em duas divisões: uma saindo do estado da Paraíba e outra do estado do Pernambuco, encontrando-se no estado do Piauí, na cidade de Picos, através da coadunação da BR-230 e da BR-232⁴⁷. Seguiria assim, o seu curso até atingir o estado do Acre, perto das fronteiras do Peru e da Bolívia, como afirma a legenda da apresentação geográfica. A reportagem trouxe a notícia de que em uma das etapas seria feita a elaboração de um “plano de integração”, com a construção da rodovia. Além disso, foi realizado um planejamento de “colonização” das margens da estrada, nos trechos vazios⁴⁸.

A ocupação das áreas, através da instalação da Transamazônica, pode ser comparada com a maneira que Euclides da Cunha pensou a ocupação dos trechos da Amazônia. Para ele, a estrada de ferro serviria não para atrair habitantes, pelo menos não era a sua principal intenção, mas para distribuir em áreas as pessoas que já moravam naquele local⁴⁹. E mais uma vez, o Estado brasileiro imprimiu outra acepção, porque na década de 1970, a ideia foi que a Transamazônica não somente distribuísse, mas que servisse de acesso para os nordestinos que fossem “colonizar” aquele trecho. No entanto, um sentido foi consenso entre o pensamento de Euclides da Cunha e o pensamento do Estado brasileiro no ano de 1970, representado por Mário Andreazza: a construção da Transamazônica serviria para complementar a rede de transportes fluviais que já existia na região amazônica⁵⁰.

A apresentação geográfica da página anterior pode ser lida como uma produção discursiva não verbal. Dentre todos os objetos que um discurso pretende dar visibilidade, o próprio discurso é a única possibilidade de existência⁵¹. Há uma distância entre o que foi dito e aquilo que foi desejado por aqueles que lançaram palavras em sua direção, mas os questionamentos da apresentação geográfica podem ser feitos através da sua geometria. Os

⁴⁷ ESTRADAS são vitais e já tem planos prontos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 60, p. 7, 17 jun. de 1970.

⁴⁸ DNER já projetou rodovia transamazônica. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXIX, nº 291, p. 4, 18 mar. de 1970.

⁴⁹ CUNHA, Euclides da. **À Marjem da Historia**. 3ª ed. Porto: Livraria Chandron, de Lelo & Irmão, 1922, p.125.

⁵⁰ ANDREAZZA anuncia rodovia transamazônica como apoio aos transportes fluviais. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXIX, nº 292, p. 16, 19 mar. de 1970.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 8.

olhares que lançaram as linhas sobre o papel traçaram os percursos das estradas ao seu modo, portanto, possuíram poder para fazer assim. A apresentação geográfica não foi a única a ser criada no período. Outras que foram traçadas na mesma época, não foram iguais a que foi utilizada. O *Jornal do Brasil* utilizou aquela, porque foi planejada por uma equipe do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER). Nas entrelinhas, quem escreveu a matéria do jornal, imaginou ter diante de suas mãos o “verdadeiro” traçado da Rodovia Transamazônica. Existiram outras possibilidades de imagens que fornecessem informações geográficas acerca das duas rodovias, mas utilizaram a que foi planejada por técnicos do DNER, por acreditarem, talvez, no “poder” que os técnicos tiveram, através dos saberes (institucionalizados) que possuíam.

Os questionamentos se fizeram necessários, porque as escolhas do tamanho das linhas, as direções que foram dispostas, juntamente com a escolha das colorações, evidenciaram o poder que o discurso possuiu. Ele instituiu características que passaram a existir enquanto “verdade”. A apresentação geográfica do traçado da Transamazônica, ao seu modo, tentou tornar visíveis as “verdadeiras” características, porque fazendo parte do campo das imagens que são elaboradas no social para serem vistas, pretendeu a “verdade” diante daqueles que as observou⁵². Os leitores do *Jornal do Brasil*, que viram as imagens geográficas que foram postas em páginas anteriores, ao lançar o pensamento em direção à proposta do governo federal, no sentido de criar uma expectativa, como uma linha no horizonte que as moveu⁵³, imaginaram-na ao modo que o jornal traçou. O discurso teve poder: tornou visível o que não era visto, como forma de ser a única maneira possível de existência.

A reportagem apresentou ainda, como uma das etapas da implantação do sistema viário, a criação de um “plano de integração”, que se tratou de um dos desejos do governo para tentar a promoção do desenvolvimento econômico da região amazônica. A preocupação do governo com o crescimento da economia existiu ao sentido “produtivista” e não “distributivista”, porque para o Estado brasileiro só poderia haver Segurança Nacional e Desenvolvimento com um crescimento da economia permitindo a abertura de investimentos, principalmente o estrangeiro. O pensamento, naquele período, era de que o desenvolvimento chegaria através da construção de estradas para a região Norte, local em que se acreditava existir uma grande quantidade de recursos⁵⁴. Um crescimento que ficou conhecido por “milagre econômico” e que foi possível graças ao cenário nacional e a algumas medidas que

⁵² PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 85.

⁵³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 308.

⁵⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru-SP: Edusc, 2005, p. 147.

foram realizadas pelo Estado brasileiro entre os anos de 1969 e 1973, como forma de atrair investimentos⁵⁵. Entre esse período, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil permaneceu na casa de dois dígitos⁵⁶.

O Nordeste também fez parte das atenções da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, presente no manual que foi elaborado pela ESG (Escola Superior de Guerra). No manual, uma das preocupações era com a guerra de “subversão interna”, que se dividia em duas: na *Guerra insurrecional*, que foi definida como um conflito interno, levando parte da população do país a buscar a deposição do governo; e a *Guerra revolucionária* que também era um conflito interno, mas que se definia também pelo apoio de uma ideologia externa, visando uma tomada de poder⁵⁷. Se as preocupações com a guerra de “subversão interna” existiam, o governo brasileiro tentou controlar esse “perigo”, mediante a execução de suas atividades com base na “utopia autoritária”⁵⁸. Graças a Doutrina de Segurança Nacional e os treinamentos que foram feitos na Escola Superior de Guerra, os militares se sentiram “preparados” para “resolverem” os “problemas” do Brasil, assumindo o governo de forma direta, no ano de 1964⁵⁹. A partir desse sentimento que os militares tiveram, na década de 1970, o Nordeste entrou nas discussões do Programa de Integração Nacional, porque alguns deputados do estado do Ceará acreditavam que a “sêca” era um pretexto para a “subversão”.

1.1.2 O Nordeste, a “sêca” e o (suposto) perigo da “subversão”

Tal pensamento que elucidou a “subversão” enquanto um perigo apareceu em reportagem do *Jornal do Brasil*, da seguinte maneira:

Deputados estaduais denunciaram ontem, em telegrama à bancada federal do Ceará, a existência de grupos subversivos interessados em aproveitar a situação de sêca para provocar agitação entre os flagelados do interior. Boletins de incitação “estão circulando em alguns municípios do interior

⁵⁵ ALMEIDA, Kllaricy Oliveira de. **Filhos bastardos do progresso**. Pobreza e discurso na imprensa teresinense na primeira metade da década de 1970. 2011. 102f. Monografia (Curso de Licenciatura) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011, p. 29.

⁵⁶ SÁ EARP, Fábio. PRADO, Luiz Carlos. “O milagre” brasileiro crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda 1967- 1973. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília A. N (orgs.), **O Brasil Republicano**, vol. 4, **O tempo da Ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 14.

⁵⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru-SP: Edusc, 2005, p. 37.

⁵⁸ A “utopia autoritária” trata-se de um conceito forjado por Carlos Fico em *Versões e Controvérsias*, para conceituar o desejo que alguns militares tiveram, a partir de 1964, de eliminar as formas de dissenso que fizeram oposição a Ditadura civil-militar no ano seguinte, sendo o comunismo, a “subversão” ou a “corrupção”. Ver: FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24.n 47.p. 29-60, 2004, p. 34.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 43.

cearense, todos acusando o Governo Federal e a Sudene como responsáveis pela fome e pelas dificuldades que atingem o homem do campo⁶⁰.

O Nordeste passou a figurar como um “perigo” para o Estado brasileiro, tendo em vista que onde existisse “flagelados”, o risco de incitação a “subversão” estava presente. Foi nesse contexto de discussões que a cidade de Picos, figurou como um “centro de região flagelada”. Estado que recebeu as atenções do Ministro Costa Cavalcanti, que em 1970 afirmou não haver “sêca generalizada” no Nordeste, mas que a região sul do Piauí era a única afetada pela estiagem. Costa Cavalcanti afirmou ainda, que nenhum brasileiro morreria de fome, já que o Estado brasileiro não deixaria⁶¹. Naquele momento, segundo a reportagem do *Jornal do Brasil*, o Piauí era o único estado que havia reconhecido a gravidade da estiagem.

A Sudene liberou ontem NCr\$ 748 mil para as frentes de trabalho criadas no interior do Piauí – único lugar em que reconhece a gravidade da estiagem – e mandou observadores à Paraíba e ao Ceará para verificar se há sêca caracterizada. O Governo de Pernambuco tomou a mesma iniciativa em relação ao alto sertão do Estado. **O Governo federal continua remetendo ferramentas, alimentos e medicamentos a Picos, no Piauí, centro de região flagelada**, onde a situação já vai melhorando com o início da construção da rodovia até Teresina, que emprega muitos trabalhadores antes ociosos⁶². (grifo nosso).

A cidade de Picos, que foi citada no trecho anterior, teve que destinar mão de obra para a construção de uma rodovia até a cidade de Teresina, como forma de empregar os “ociosos”. Os discursos que partiram do Estado brasileiro, no período de planejamento da construção da Rodovia Transamazônica, destacaram que a região Nordeste possuía um excedente populacional, que somado a “sêca” que abatia “toda” a região, levou ao aparecimento de muitos “flagelados”.

E isso não era bom, pois poderia incitar uma guerra de “subversão interna”. Uma das formas pensadas, para vencer a ameaça dos “subversivos” foi promover o desenvolvimento da economia, pelo menos foi assim que Médici expressou o seu pensamento. Quando o presidente se referiu à construção da Transamazônica, enquanto caminho para vencer as ameaças “subversivas”, fez desse modo uma tentativa de descaracterizar a imagem dos “subversivos”. A partir de reportagens do *Jornal do Brasil* e da revista *Veja*, que serão apresentadas posteriormente, Médici procurou desqualificar a prática “subversiva”, com dois

⁶⁰ SÊCA é pretexto à subversão, dizem deputados. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 15, p. 14, 25 abr. de 1970.

⁶¹ MINISTRO reafirma que só Piauí tem estiagem. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 15, p. 14, 25 abr. de 1970.

⁶² SÊCA é pretexto à subversão, dizem deputados. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 15, p. 14, 25 abr. de 1970.

objetivos: o primeiro, na tentativa de apresentar acepções para a “subversão”, para que mais flagelados do Nordeste não procurassem essa prática enquanto uma forma de resistir as suas condições de vida; e o segundo objetivo era utilizar a construção da Transamazônica, enquanto uma maneira de negar a necessidade da “subversão”, já que os flagelados deveriam esperar o crescimento da região Nordeste com o Programa de Integração Nacional. Para isso, Médici utilizou a prisão de um “subversivo” chamado Massafumi Yoshinaga, que havia deixado a “subversão”, supostamente por acreditar que o Brasil se desenvolveria com as construções das estradas que estavam acontecendo.

Assim, o *Jornal do Brasil* em matéria de julho de 1970, apresentou que para Médici, o país estava no rumo certo, tendo em vista que um jovem chamado de Massafumi Yoshinaga, que era tido como “subversivo”, havia renegado o “terrorismo”. O ponto alto da fala do presidente, na reportagem, foi destacar quais os motivos levaram o jovem “Massa”, como era conhecido, a apoiar o governo. O presidente apresentou três motivos: um decreto-lei que estendeu o limite do mar territorial para 200 milhas; a visita que fez ao Nordeste, com o discurso proferido na cidade de Recife sobre os “flagelados”; e a construção da Rodovia Transamazônica⁶³. Em reportagem do ano de 1970, intitulada *Autocrítica do terror*, a revista *Veja* apresentou significações para essa fala de Médici e para o depoimento que Massafumi Yoshinaga supostamente concedeu ao DEOPS/SP (Departamento de Ordem Política e Social), explorando além do texto, ou seja, as falas que foram inseridas na reportagem, a presença de fotografias. E a primeira foi estampada na capa dessa edição:

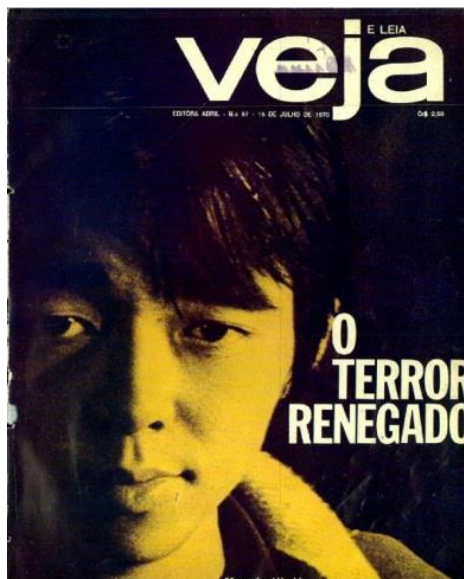


Imagem 4: Capa da revista *Veja*, retratando a face (suposto) “ex-terrorista” *Massafumi Yoshinaga*.
Fonte: Acervo Digital da Revista *Veja*.

⁶³ RECONCILIAÇÃO pelo desenvolvimento. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 76, p. 6, 4 jul. de 1970.

A partir da imagem acima, percebemos que uma das intenções da revista *Veja*, nessa edição, a começar pela capa, foi enfocar que o “terrorismo” estava “renegado” por sua própria “essência”, já que apresentou como ator principal o “ex-terrorista Massafumi Yoshinaga”, com uma expressão de tristeza por ter “renegado” a prática “subversiva”, como se ele estivesse desiludido com o “terrorismo” combatido pelo Estado brasileiro. A fotografia tem que ser historicizada, levando-se em consideração que o fotógrafo que realizou o “clic” e o editor, tiveram outras oportunidades de capturar a imagem de Yoshinaga, no entanto, preferiram-no com a fisionomia “triste”, representando alguém que conhecia o “terrorismo”, mas que resolveu “renegar” essa prática de “subversão”. Por meio de uma fotografia, uma cena histórica foi “inventada”, como forma de significar naquele presente da década de 1970⁶⁴.

O suposto depoimento em que Yoshinaga “renegou” o “terrorismo” foi relatado também no *prontuário de nº 291 do DEOPS/SP*. Analisando tal documento, percebemos que desde o ano de 1969, a Ditadura civil-militar estava investigando a vida de Yoshinaga. No *prontuário do DEOPS/SP*, constam algumas informações a respeito de Yoshinaga, como o seu nome completo, “André Yoshinaga Massafumi”; os nomes de seus pais, “Kiyomatsu Yoshinaga e Mitki Yoshinaga”; o endereço em que ele residia, “Rua dos Democratas, 1076-SP”; e o grupo ao qual ele fazia parte, o VPR- Vanguarda Popular Revolucionária⁶⁵. A revista *Veja* apresentou outra imagem em suas páginas:



Imagem 5: Momento do (suposto) depoimento de Massafumi Yoshinaga em uma das edições da revista *Veja*.

Fonte: Acervo Digital da Revista *Veja*.

⁶⁴ MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 73-98. p. 4.

⁶⁵ Os trechos foram retirados do Prontuário nº 291/SI/SSP/DEOPS-SP 1970: 23 de julho de 1970.

Na fotografia anterior, a revista *Veja* apresentou o momento em que Yoshinaga lançou as suas palavras, “renegando o terrorismo”. Ou seja, apresentou-o como alguém que participou do “terrorismo” e que por isso, possuía a sua fala “autorizada” para desqualificar a prática de subversão. Assim, as palavras que Yoshinaga supostamente expressou, foram veiculadas, como forma de produzirem ideias acerca da “subversão”. O *prontuário de nº 291 do DEOPS/SP*, tratou de reproduzir aquelas que ficaram conhecidas como as palavras de um “ex-terrorista” que renegou a prática “subversiva”, por acreditar no Programa de Integração Nacional, que estava sendo implantado pelo governo do presidente Médici.

Na fotografia, Yoshinaga apareceu cercado por militares, membros do governo brasileiro e por uma câmera, indicando a presença da imprensa. Ao analisarmos a imagem, compreendemos que o seu corpo encontra-se levemente inclinado para frente, o que deixa a suspeita no ar de que estivesse algemado com as suas mãos para trás. Se assim se encontrava, Yoshinaga poderia então estar sendo pressionado a produzir ideias negativas sobre a “subversão”. Mas para problematizarmos esses sinais de pressão na fala de Yoshinaga é preciso que conheçamos antes as suas palavras que foram apresentadas pelo *prontuário nº 291 do DEOPS/SP*.

Em entrevista à imprensa [Yoshinaga], declarou-se arrependido e disposto a renunciar ao terrorismo, no qual se iniciou em 1966, primeiramente participando de movimento estudantil e posteriormente engajando-se a VPR. Manifestou-se aos jovens, por carta, desprezando o terror e incitando outros companheiros a seguir-lhe o exemplo de entregar-se às autoridades e abandonar o que chama de “banditismo” pois que “há trigo neste joio”. As declarações prestadas pelo nominado, **atingiram o objetivo desejado**, tendo em vista a repercussão internacional que logrou obter. O impacto atingiu também a esquerda radical, que se manifesta contrária às declarações do mesmo, como se depreende por panfletos distribuídos na madrugada de 21 do corrente.⁶⁶ (grifo nosso).

O fragmento acima, que foi retirado do *prontuário nº 291 do DEOPS/SP*, foi um dos principais instrumentos de propaganda do governo brasileiro, no início do ano de 1970, para desqualificar os grupos da chamada “esquerda radical”, conhecidos também por “subversivos” ou “terroristas”. Para isso, o *prontuário de nº 291 do DEOPS/SP* começou a lançar as palavras que foram proferidas por Yoshinaga.

A partir de tal fragmento, percebemos que os sentidos que foram apresentados pelo DEOPS/SP, conectaram-se com as ideias que foram lançadas pela reportagem da revista *Veja*. Yoshinaga apareceu também como aquele “terrorista” que ingressou primeiramente ao “movimento estudantil” e que, posteriormente, “engajou-se a VPR”.

⁶⁶ O trecho foi retirado do Prontuário nº 291/SI/SSP/DEOPS-SP 1970: 23 de julho de 1970.

O governo brasileiro, por meio da imprensa escrita, seja na *Veja* ou no *Jornal do Brasil*, lançou Yoshinaga enquanto o “terrorista” que resolveu se entregar. No entanto, no momento em que o trecho do *prontuário nº291 do DEOPS/SP*, expressou que as declarações de Yoshinaga “atingiram o objetivo desejado”, deixou margem para compreensões contrárias. Se as declarações atingiram o “objetivo” porque conseguiram “repercussão internacional”, foi um sinal de que Yoshinaga foi utilizado para produzir uma negatividade para a “esquerda radical” e sentidos positivos para a política do Programa de Integração Nacional, que estava sendo debatida naquele momento. Assim, até que ponto Yoshinaga “renegou” ao “terrorismo” e a prática de “subversão”? Pelas fontes não podemos afirmar que ele foi “forçado” a mudar a sua forma de se expressar a respeito daquilo que fazia parte, mas, manuseando as fontes enquanto produções discursivas, uma sensação ficou presente: Massafumi Yoshinaga, no seu tempo, foi uma das principais propagandas do governo do presidente Médici, tendo em vista a sua fala “autorizada” acerca do “terrorismo”. Lembrando que os trechos do *Jornal do Brasil*, da revista *Veja* e do *prontuário nº291 do DEOPS/SP*, foram forjados pelo governo brasileiro ou pela imprensa com orientações anticomunistas.

Se a reportagem enfocou que Yoshinaga era um “ex-terrorista” que havia “renegado” a “subversão”, o texto contido na matéria em que estava à fotografia de Yoshinaga e o depoimento contido no *prontuário nº291 do DEOPS/SP* ajudaram-nos nas análises dos sentidos que foram lançados para a imagem fotográfica. Assim, acreditamos que somente a fotografia não permite o aprofundamento e a prática de historicizar do ofício do historiador. O texto, por exemplo, constitui-se em uma ferramenta que podemos utilizar no momento de análise de uma fotografia⁶⁷. E Médici também falou sobre Yoshinaga.



Imagem 6: O presidente *Emílio Médici*, em seu gabinete, em uma das edições da *Veja*.
Fonte: Acervo Digital da Revista *Veja*.

⁶⁷ MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 73-98, p. 5.

A partir da fotografia acima, no mesmo texto em que apareceu a matéria sobre Yoshinaga, percebemos que o presidente Médici, encontra-se em um local em que a sua fala tornava-se “autorizada”, já que passava a imagem de chefe da “nação brasileira”, por estar envolto por símbolos nacionais. A reportagem da revista *Veja* afirmou que o estado de espírito do presidente, no momento da entrevista, era bom, já que a sua felicidade era visível, mediante as palavras que foram proferidas por Yoshinaga.

A sua satisfação era visível, pelo fato de “cinco das suas obras” (em uma clara personificação do poder), terem sido citadas por Massafumi Yoshinaga, como influenciadoras na sua decisão de deixar o “terrorismo”, sendo três delas: a visita feita por ele à região Nordeste; a extensão do mar territorial para 200 milhas; e a decisão de construir a Rodovia Transamazônica. Assim, percebemos que as ideias que foram lançadas para Yoshinaga repercutiram enquanto propaganda para a construção da Rodovia Transamazônica⁶⁸. A fala do presidente se constituiu em uma tentativa de se conectar com outras pessoas, que nesse caso era a população do Nordeste. O trabalho dos enunciados e vozes⁶⁹ que são lançados é feito à medida que as pessoas reconhecem quem os proferiu. O presidente Médici usou o seu posto de “chefe da Nação brasileira” para montar a vontade de verdade que estava por trás do seu discurso.

1.1.3 As disputas internas pelos sentidos do Programa de Integração Nacional (PIN)

Se o Programa de Integração Nacional estava lançado, prometendo desenvolvimento para um Nordeste assolado pela “sêca” e “estiagem”, sendo local propício para as incitações de “subversivos”, o mais coerente, a primeira vista, seria que os políticos do Nordeste expressassem o seu apoio à fala do presidente Médici, já que uma das atividades do discurso, na tentativa de impedir que surjam contradições ao seu pensamento é a interdição⁷⁰. Através de seus poderes, não se permite que todos tenham acesso a dizer sobre tudo. Aconteceu dessa maneira com os discursos que eram enunciados por Médici. Apareceram nos jornais, levando outros políticos a ficarem pressionados quanto ao que iriam proferir. Um deles foi o senador Arnon de Mello, do estado de Alagoas, que marcou o Nordeste como possuidor de um problema natural: a “sêca”. Para o senador,

⁶⁸ AUTOCRÍTICA do terror. *Veja*. São Paulo, 15 jul. de 1970. n. 97, p. 16.

⁶⁹ SPINK, Mary Jane; Medrado Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 46.

⁷⁰ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 9.

O que está ocorrendo no Nordeste comprova que os esforços que ali se fazem pelo progresso não se adaptam à realidade regional. O problema fundamental nordestino é, como sabemos, a seca. Para enfrentá-lo, levaram-se sessenta anos de despesas e lutas. Primeiro foram as obras contra as secas, graças às quais se construiu a grande maioria dos açudes que lá se encontram. Depois veio a SUDENE, em termos de planejamento, e quando completava seu decênio reapareceu a seca.⁷¹

Para Arnon de Mello, o problema do Nordeste acontecia porque os esforços políticos que foram feitos para aquela região não se adaptaram a sua “realidade regional”. As “obras contra as secas” e a “SUDENE”, não foram suficientes para resolverem os problemas do Nordeste. Apresentou a “seca” como um fantasma que rodeava aquela região e que vez ou outra aparecia. Relatou que os problemas do Nordeste não foram motivados pelas políticas que deixaram de ser aplicadas, visando o “desenvolvimento” daquela região, mas uma característica peculiar daquele espaço: a própria “seca”. O seu discurso lançou a “seca” como algo natural da região Nordeste, enquanto alojou as dificuldades sociais e econômicas no campo da não reflexão. A região passou a ser inventada durante a fala de Arnon de Mello, por meio de uma justificação “vazia”, porque a seca tomada enquanto “natural”, eliminou o seu teor social, econômico e cultural, ao passo que utilizou como uma “lei interior”, dando visibilidade à situação climática⁷².

O seu discurso trabalhou em busca da ordem existente⁷³. Através de um olhar e da linguagem, exprimiu a lei interior do Nordeste, como sendo uma região que os problemas não apareceram por causa das políticas que foram ou não destinadas, mas por uma característica que já fazia parte daquele lugar, referindo-se a “seca”. Os discursos instituíram o Nordeste enquanto um espaço natural, com algumas intenções. A partir desse modo de análise, pudemos perceber as relações de forças que existiram entre as produções discursivas e os jogos de exclusão e interdição, que permitiram a invenção discursiva da pobreza para justificar a construção da Transamazônica; e a transferência de nordestinos para a região amazônica, processo que também atingiu Picos durante a década de 1970⁷⁴.

O senador Arnon de Mello relatou ainda que os problemas com as faltas de chuvas na região obrigou o homem nordestino a viver sem alimento e sem água, porque as chuvas

⁷¹ MELLO, Arnon de. **A Transamazônica e o desenvolvimento do Nordeste**. Maceió: Gazeta de Alagoas, 1970, p. 2.

⁷² MARQUES, Elimária Costa. BRANDIN, Vivian de Aquino Silva. *Frentes de combate à seca no Piauí: esperanças, tristezas e realidades na década de 1970*. In: VASCONCELOS, José Geraldo. SILVA, Samara Mendes Araújo. SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos (Orgs.). **Labirintos de Clio: práticas de pesquisa em História**. – Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 107.

⁷³ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.16.

⁷⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006, p. 15.

não fizeram as sementes desabrocharem⁷⁵. O nordestino, no discurso do senador, foi “antes de tudo, um forte”, ao sentido de Euclides da Cunha com a obra *Os Sertões*⁷⁶. Mais uma vez percebemos que discursos que foram proferidos anteriormente, reapareceram com outras ressignificações que foram empreendidas por outros sujeitos. Esses discursos reaparecem, porque as sociedades possuem narrativas maiores que se contam, se repetem e se refazem à medida que são vociferadas. São pensamentos que foram ditos uma vez e se conservaram, porque ganharam um sentido: dizem algo de “verdadeiro” dentro desses pensamentos⁷⁷.

O discurso do nordestino que é “forte” para vencer as adversidades do meio em que vive, foi um exemplo possível desses discursos que reaparecem. A partir de Arnon de Mello, a ideia euclideana de que o nordestino é “antes de tudo, um forte”, ganhou outra ressignificação. Ou seja, esse discurso que foi proferido sobre o nordestino reapareceu, repetiu-se e foi refeito. Se o governo brasileiro esperou que todos os políticos do Nordeste fossem concordar com os discursos de Médici, como fez Arnon de Mello, o mesmo não aconteceu com o governador do Pernambuco da época, Nilo Coelho, que tentou imprimir outro sentido para a construção da Rodovia Transamazônica.

O Governador Nilo Coelho afirmou ontem que ninguém no Nordeste é contra a integração da Amazônia, mas tampouco alguém admite que se faça a conquista daquela área com o preço da destruição da Sudene, numa referência clara ao corte de 30% dos incentivos fiscais do órgão para a construção da Transamazônica. O Governador Nilo Coelho assegurou que “todos no Nordeste discordam do processo de destruição da Sudene, que não pode desaparecer, porque isto seria o aniquilamento, o retorno àqueles dias infelizes de miséria e empobrecimento e desta seca que nos tortura e desorganiza agora grande parte de vida administrativa do Nordeste.”[...]⁷⁸

Ao contrário do que expressaram o presidente Emílio Médici e o Ministro Mário Andreazza, construindo um sentido de que o Nordeste se desenvolveria com o Programa de Integração Nacional, Nilo Coelho manifestou que a transferência de 30% dos investimentos da SUDENE para a construção da Transamazônica, seria o desaparecimento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. O governador fez referência a “Sudene”, porque o governo federal tinha anunciado o envio de 30% dos investimentos de órgãos como a “Sudene”, a “Sudam”, “Embratur”, “Reflorestamento” e “Sudepe”, para serem aplicados, obrigatoriamente, na execução do PIN⁷⁹. A destruição da “Sudene”, desse modo, para Nilo

⁷⁵ MELLO, Arnon de. **A Transamazônica e o desenvolvimento do Nordeste**. Maceió: Gazeta de Alagoas, 1970, p. 2.

⁷⁶ CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Três, 1984, p. 51.

⁷⁷ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 21.

⁷⁸ FIDELIDADE em Pernambuco. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXX, nº 79, p. 6, 1 e 2 nov. de 1970.

⁷⁹ NOVA Frente. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 61, p. 14, 18 jun. de 1970.

Coelho estava lançada. O enfraquecimento desta seria retornar o Nordeste aos “dias infelizes de miséria e empobrecimento”.

Enquanto para Arnon de Mello, a “Sudene” não tinha conseguido resolver os problemas da “sêca” do Nordeste, para o governador Nilo Coelho, o corte de 30% de seus investimentos levaria o Nordeste para os tempos de “miséria e empobrecimento”. Em sua opinião, a “Sudene” tinha resolvido os problemas da região. No entanto, os argumentos contrários fizeram parte de uma disputa interna, pelas formas de compreensão do Programa de Integração Nacional. Aconteceu assim, porque as palavras que foram lançadas por Nilo Coelho, foram alojadas no campo da polissemia, ou seja, no espaço dos sentidos diferentes que rompem uns com os outros nas produções discursivas⁸⁰.

Em reportagem de julho de 1970, o *Jornal do Brasil* imprimiu outro olhar para essa disputa. Apontou que somente a integração do Nordeste na economia nacional, poderia resolver os seus problemas. Afirmou que a “Sudene” fracassou, porque procurou se desenvolver de forma isolada⁸¹. Quando destacou o isolamento como uma falha do programa, delineou que a integração era a forma “verdadeira” de desenvolvimento. Servindo então, para justificar o Programa de Integração Nacional.

Com essas disputas de ideias em mente, entendemos que a produção de ideias não é feita através de uma atividade “cognitiva intra-individual” ou “reprodução de modelos predeterminados”. Trata-se de uma “prática social” que implica “linguagem em uso”⁸². A maneira como o senador Arnon de Mello e o governador Nilo Coelho expressaram-se, constituiu-se em uma relação dialógica. O conhecimento do que representou a construção da Rodovia Transamazônica, só foi possível à luz dos vários sentidos que foram lançados em sua direção. Sentidos que ficaram expressos através das produções discursivas. E apesar das diferenças que tiveram, a invenção discursiva de um Nordeste pobre permaneceu como ponto em comum.

Como foi elucidado na reportagem do jornal *O Globo*, durante a década de 1970, o *Jornal do Brasil* prestou apoio editorial a Ditadura civil-militar. Outra forma de conhecermos esse apoio foi através de uma viagem que um dos correspondentes do *Jornal do Brasil* (o jornalista Rangel Cavalcante), fez à cidade de Picos, destacando pontos que na sua visão eram negativos, para justificar a necessidade de instalação da Rodovia Transamazônica.

⁸⁰ ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009, p.38.

⁸¹ REFORMA sem demagogia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 73, p. 10, 1 jul. de 1970.

⁸² SPINK, Mary Jane; Medrado Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 42.

1.2 A viagem do “pior ônibus do mundo”: o *Jornal do Brasil* e a produção de sentidos sobre a cidade de Picos

O *Jornal do Brasil*, no ano de 1970, lançou uma série de reportagens intitulada: *Transamazônica, a estrada-desafio*. Na primeira matéria da série, disse que alguns trechos que seriam incorporados à Rodovia Transamazônica, já estavam acessíveis para viagens. Eram trechos em que algumas estradas estavam implantadas, seja municipal, estadual ou federal. Além disso, destacou o traçado que percorreu para escrever a matéria, que teve como ponto de partida a cidade de Fortaleza, no estado do Ceará, e como destino final a Ponte do Estreito, local de junção das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica. No texto, relatou que em todos os locais que passou, sendo as terras “sêcas” do Ceará e do Piauí, até as terras “opulentas” do Maranhão e do Pará, a expectativa para a construção da Rodovia Transamazônica era “unânime” e que milhões de brasileiros estavam sentindo o “gosto do progresso e da civilização”⁸³. Para os trechos que encontrou, ao longo de sua viagem, o jornalista apresentou uma fotografia.



Imagem 7: Mapa retratando o percurso da *Rodovia Transamazônica*, com a passagem pela cidade de Picos-PI, no *Jornal do Brasil*.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

Na legenda da apresentação geográfica da página anterior, Rangel Cavalcante relatou que percorrendo a Rodovia Transamazônica, partindo da direção leste da região Nordeste, o

⁸³ CAVALCANTE, Rangel. TRANSAMAZÔNICA, a estrada-desafio. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 89, p. 31, 19 e 20 jul. de 1970.

asfalto acabava em Picos. Aqueles que quisessem seguir o percurso da rodovia, até a cidade de Carolina, no estado Maranhão, teriam que pegar uma estrada de terra. O jornalista apontou que eram “2 mil quilômetros de sertão nordestino”, para quem quisesse pegar a estrada para conhecer os trechos em que a rodovia já existia. No entanto, a apresentação geográfica, não serviu somente para apresentar a viagem que foi feita por Rangel Cavalcante, para escrever a série de reportagens. Além disso, a proposta do *Jornal do Brasil* foi apontar que com a Transamazônica, a integração nacional aconteceria. Ora, na imagem é possível perceber que o seu trajeto cortaria o Brasil de leste a oeste, ligando os extremos meridionais.

Em toda sociedade, a produção discursiva passa pela seleção, organização e redistribuição. São mecanismos utilizados para não permitir que os perigos do discurso apareçam⁸⁴. Se Rangel Cavalcante expressou através de sua escrita uma necessidade de construção da Transamazônica, explicando que nos trechos que percorreu a expectativa da população era “unânime”, ocorreu desse modo, porque o presidente Médici e o Ministro Mário Andreazza já tinham selecionado o que poderia ser destacado das regiões Norte e Nordeste. E mais, já haviam organizado o discurso para manter uma coerência na sua maneira de se apresentar, para não permitir interpretações que fugissem dos objetivos da política. Compreendemos que o jornalista correspondeu aos desejos do presidente e do ministro. E ao passo que escreveu a reportagem, esteve ciente da sua função, enquanto formador de opinião do governo brasileiro da época.

Além da tarefa gigantesca da construção da Transamazônica, cabe ao Governo outra obrigação: manter o povo informado para acabar os boatos. Apesar de ser considerada a salvação da região, a estrada ainda provoca situações de medo; muitos flagelados acreditam que serão levados à fôrca pelo Governo para as frentes de trabalho e lá morrerão de fome [...]⁸⁵

Ao mesmo tempo em que compreendeu a sua função de formador de opinião, “não entendeu” que o governo brasileiro também tinha as suas funções bem definidas, que era selecionar e organizar os discursos. Em determinado momento, defendeu que o Estado brasileiro não tinha como função apenas construir a Rodovia Transamazônica, mas também, “manter o povo bem informado”. O sentido criado por Rangel Cavalcante serviu para dar mais visibilidade ao seu trabalho: se o governo brasileiro não informava o “povo”, coube ao *Jornal do Brasil* realizar essa função, ou pelo menos incorporou como um de seus objetivos. O jornalista, nesse sentido, trabalhou com o discurso da estereotipia, que se trata de uma fala

⁸⁴ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 8-9.

⁸⁵ CAVALCANTE, Rangel. TRANSAMAZÔNICA, a estrada-desafio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 89, p. 31, 19 e 20 jul. de 1970.

arrogante, uma linguagem que leva a estabilidade acrítica, que se arroga no direito de dizer o que é outro. Nessa linha discursiva, o jornalista tomou para si a função de informar as ações do governo brasileiro. No entanto, para fazer isso, a sua linguagem pretendeu dizer quem eram os sujeitos (nordestinos/picoenses) que os encontrou ao longo de sua viagem⁸⁶.

Ao sentido da reportagem, se o Brasil estava se direcionando para os rumos do “progresso”, os boatos “falsos”, deveriam ser desmascarados para evitar o insucesso das políticas que estavam sendo planejadas. Dentro das produções discursivas, uma das formas de exclusão, acontece através da separação entre o que é “verdadeiro” e o que é “falso”⁸⁷. A preocupação com essa disputa de sentidos apareceu no Jornal *Diário da Noite*, no ano de 1971. Na reportagem intitulada *Transamazônica: assistência médica* apareceu como uma das responsabilidades do governo brasileiro, com as pessoas que estavam trabalhando na construção da Transamazônica, o firmamento de convênios entre o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e hospitais, para atenderem os trabalhadores e os seus familiares⁸⁸. Essa reportagem foi uma tentativa de desqualificar os boatos de que os nordestinos não seriam bem tratados pelo governo, quando estivessem trabalhando na construção da rodovia.

Os boatos de que os nordestinos seriam levados para a região Norte à força e que morreriam de fome, se trataram de algumas ideias que foram veiculadas naquele período. No momento em que Rangel Cavalcante assumiu a responsabilidade de dar a notícia “verdadeira”, procurou desqualificar os sentidos negativos que foram criados para a construção da Rodovia Transamazônica na região Norte. E assim, a análise somente do que foi considerado “verdadeiro” e do que foi considerado “falso”, mascara uma das possibilidades de análise de um discurso: a sua vontade de “verdade”⁸⁹.

Desse modo, qual a vontade de “verdade” que permeou a escrita de Rangel Cavalcante? Diante dos sentidos produzidos no *Jornal do Brasil*, compreendemos que o apoio editorial que foi concedido ao governo da Ditadura civil-militar, incluiu o jornal como um dos principais veículos de informação do governo brasileiro. E ser um dos principais elementos informativos do governo brasileiro, elevou o status de trabalho do jornal em questão. A vontade de “verdade” de Rangel Cavalcante girou em torno do desejo de ser uma das vozes do governo que vociferou a “verdade”, sobre a construção da Rodovia Transamazônica. A voz que garantiu aos que quiseram trabalhar na região Norte, na construção da Transamazônica,

⁸⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006, p. 20.

⁸⁷ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 13-14.

⁸⁸ TRANSAMAZÔNICA: assistência médica. **Diário da Noite**. São Paulo, ano XLVII, nº 14.089, p. 2, 7 set. de 1971.

⁸⁹ FOUCAULT, Michel. Op. cit, p. 13-14.

que o governo não os deixaria “morrer de fome”. A sua vontade de “verdade” desejou eliminar os boatos que poderiam levar algumas pessoas a desistirem de trabalhar e morar na região amazônica, colocando em perigo o plano de “colonização” que foi pensado pelo governo brasileiro. Ao mesmo tempo em que o *Jornal do Brasil* produzia uma propaganda sobre as oportunidades, nos trabalhos que seriam desenvolvidos na região amazônica, existia o medo de que a mão de obra barata, abundante e ociosa, diminuísse de “uma hora para outra”, nos locais em que havia produções rurais no Nordeste⁹⁰.

1.2.1 Osmar Alves de Aguiar: um “gordo” que lucrava com os buracos da BR-230

Ao passo que seguiu o seu percurso, Rangel Cavalcante passou por Picos, relatando o que viu. No entanto, antes de falar sobre a cidade, abordou sobre um local que ele passou, chamado de “63”, localizado no estado do Piauí. O local foi descrito como um ponto estratégico para um “gordo” que se chamava Osmar Alves de Aguiar. Nesse ponto, Osmar Aguiar possuía “o seu negócio de molas de caminhões”, mas com a futura construção da Rodovia Transamazônica, que naquele trecho seria a instalação do asfalto, Osmar Aguiar já estava pensando em montar outro “negócio” para trabalhar. Os lucros de venda de molas de caminhões apareceram, na escrita do jornalista, apresentando que a estrada do local chamado “63”, entre a cidade de Campos Sales, no Ceará, e a cidade de Picos, no Piauí, levava a quebra de muitos caminhões, devido à quantidade de buracos que existiam na BR-230. Foi uma maneira de justificar a construção da Rodovia Transamazônica⁹¹.

Através da sua inquietante linguagem fictícia⁹², Rangel Cavalcante foi o autor da unidade e dos nós de coerência que adentraram no real de Osmar Aguiar. Foi o jornalista que previu a necessidade de Osmar Aguiar mudar de “negócio”, cravando-a através da linguagem. Utilizou o exemplo do lugar conhecido como “63”, para justificar a sua vontade de “verdade”, que foi evidenciar a necessidade da construção da Transamazônica. Para colocar em funcionamento a sua “verdade”, recolheu características do lugar e dos sujeitos que os habitava, tornando-os atores do espetáculo que pretendeu elucidar.

A denominação de Osmar Aguiar de “gordo”, não aconteceu de maneira aleatória. Se o Nordeste apareceu por diversas vezes nos discursos do *Jornal do Brasil*, enquanto espaço da

⁹⁰ CAVALCANTE, Rangel. TRANSAMAZÔNICA, a estrada-desafio. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 89, p. 31, 19 e 20 jul. de 1970.

⁹¹ CAVALCANTE, Rangel. TRANSAMAZÔNICA, a estrada-desafio. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 89, p. 31, 19 e 20 jul. de 1970, p.16.

⁹² FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 26.

“sêca” e da “miséria”; e se os estados do Piauí e do Ceará como “terras da sêca”, o discurso do jornalista pretendeu deixar subentendido que em uma terra em que as pessoas não desenvolviam a agricultura, por conta da falta de chuvas, alguém que não trabalhava como agricultor era “gordo”. Alguém conseguia viver sem passar fome. E o motivo para a vida que Osmar Aguiar levava foi apresentado como sendo o seu “negócio” de vender molas de caminhão. Então, Osmar Aguiar vendia muitas molas, ao passo que muitos caminhões quebravam por causa dos buracos que existiam na pista.

No entanto, as artimanhas da linguagem utilizada pelo jornalista, foram além do que evidenciamos. O não dito também mereceu ser analisado, porque foi através de motivações diversas, que os construtores do *Jornal do Brasil*, pretenderam a publicitação de alguns acontecimentos, ao contrário de outros⁹³. Durante a reportagem, apareceram como fontes de renda para Osmar Aguiar não somente o “negócio” de vender “molas de aço e de ferro” para caminhões, mas também um “pôsto de gasolina”, uma “mercearia” e um “restaurante”. A pergunta que deve ser suscitada é: o que levou o jornalista a elucidar mais o “negócio” de vender molas de caminhão e não as outras fontes de renda? É nesse momento que entra o trabalho de *maquinaria* do discurso. O discurso trabalha para excluir tudo aquilo que coloca a sua vontade de “verdade” a prova⁹⁴.

Entendemos que o direcionamento que Rangel Cavalcante empreendeu para o seu discurso evitou que outras características da vida de Osmar Aguiar desmontassem a sua linha de construção de ideias. Se o desejo do jornalista foi evidenciar que a estrada possuía muitos buracos, em contrapartida, o enfoque dado ao restaurante que Osmar Aguiar possuía não foi do seu interesse. O restaurante não sofria com os buracos. Rangel Cavalcante não pretendia focar nos ganhos que a construção da Rodovia Transamazônica poderia proporcionar para quem passava pelo local “63”. Se assim fosse, ele teria utilizado o restaurante, enfocando que a construção da estrada daria um maior dinamismo na passagem de viajantes pela região que abrangia o “63”. Se os seus olhares voltaram-se para a venda de “molas de aço e de ferro”, o seu desejo foi elucidar o presente daqueles que viviam as margens da BR-230, para justificar as ações que visaram um futuro melhor para quem tivesse que transitar pela (futura) Transamazônica. Se para chegar até Picos, Rangel Cavalcante teve que passar pelo local “63”, o sentido que empregou na reportagem, de que Osmar Aguiar lucrava com a quebra dos caminhões, aproximou-se de um trecho narrado por José Bertino de Vasconcelos Filho, sobre

⁹³ MONTE, Regianny Lima. Entre táticas e estratégias: a relação do Estado autoritário com a imprensa escrita em Teresina durante os anos de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco A. do. SANTOS, Maria L; _____. (Orgs.). **Diluir Fronteiras: interfaces entre história e imprensa**. – Teresina: EDUFPI, 2001, p. 195.

⁹⁴ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 20.

o fluxo dos caminhões que passavam pelo trecho do que seria a Transamazônica em Picos, durante o ano de 1970.

De acordo com Bertino Filho, que foi militar do 3º BEC em Picos, no ano de 70, do século passado, quando ele chegou à cidade no destacamento precursor do 3º Batalhão de Engenharia de Construção - Batalhão Visconde da Parnaíba, quando ocorreu à transferência do 3º BEC da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, para a cidade de Picos, passava um caminhão e somente duas horas depois passava outro⁹⁵. Ou seja, quando o jornalista Rangel Cavalcante lançou sentido para Osmar Aguiar, denominando-o de “gordo” para justificar que ele lucrava com a quebra dos caminhões, Bertino Filho ajudou-nos na relativização dessas informações que foram lançadas pelo jornalista, pois, se para chegar até Picos era preciso passar pelo local “63” e se em Picos, Bertino Filho relatou que passava um caminhão a cada duas horas, a quantidade de caminhões que passava pelo local “63”, durante um dia, poderia não ser tão grande. Assim, compreendemos que a venda de molas de aço e de ferro, não era a única responsável pelos lucros de Osmar Aguiar. O restaurante e o posto de gasolina tinham a sua importância dentro desse cenário, mas, ainda assim, Rangel Cavalcante não direcionou as suas justificativas para esses dois elementos que faziam parte do cotidiano de Osmar Aguiar.

1.2.2 Um ônibus com “12 pretinhos, todos iguais, da mesma família”: a cidade (e os cidadãos) de Picos nas palavras de Rangel Cavalcante

O jornalista Rangel Cavalcante falou também sobre Picos. Apontou que em 1960⁹⁶, um trecho da estrada existente próximo à cidade, na BR-230 “arrombou” a 8 km da cidade de Campos Sales, no estado do Ceará. A fenda foi aberta por causa da enchente que ocorreu no ano de 60, do século passado. Fenda que foi provocada pela derrubada de uma parede que servia de barragem para um açude. No momento em que precisou se deslocar até Picos, o jornalista afirmou que os transportes que passavam por lá, no ano de 1970, utilizavam um desvio de areia fofa⁹⁷. Na mesma reportagem, Rangel Cavalcante colocou uma fotografia que

⁹⁵ VASCONCELOS FILHO, José Bertino de. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 25 de julho de 2013.

⁹⁶ Esse trecho de estrada de terra, que cedeu a 8 km da cidade de Campos Sales em relação à cidade de Picos, no ano de 1960, foi um dos episódios provocados pelas enchentes que também ocorreram na cidade de Picos e em outras cidades do estado do Piauí. Ver: RODRIGUES, Lídia Bruna Albuquerque. **Cidade sob as “Águas de Março”**: história e memória de Picos no período das (pós-)Enchentes (1960). 2011. 55f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2011, p. 10.

⁹⁷ CAVALCANTE, Rangel. TRANSAMAZÔNICA, a estrada-desafio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 90, p. 16, 21 jul. de 1970.

tirou entre as cidades de Carolina e Imperatriz, no estado do Maranhão, como forma de exemplificar os trechos de estradas que estavam abertos.



Imagem 8: A Rodovia Transamazônica em trecho localizado entre as cidades de Carolina e Imperatriz, no Estado do Maranhão, em reportagem do *Jornal do Brasil*.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

A fotografia acima, compreendida enquanto uma produção discursiva não verbal tratou-se de uma maneira de Rangel Cavalcante abordar a construção da Transamazônica. Apesar de ser uma fotografia que trata de um trecho de terra que ficou aberto, entre as cidades de Carolina e Imperatriz, no estado do Maranhão, a sua inserção produziu significação, no momento em que o jornalista relatou que entre Picos e Campos Sales, um trecho de terra da Transamazônica foi aberto desde o ano de 1960, por meio de uma enchente. Confirma o que alguns autores defendem, quando o assunto é pensar a escrita da história por meio de fotografias: as imagens fotográficas permitem pensar uma construção discursiva, tendo em vista que podem “denunciar” as produções de sentidos que o fotógrafo lançou/produziu no social. A relação do historiador com as imagens não deve considerar esse tipo de material presente em sua “cesta de bordadeira”⁹⁸, como “fonte” porque presume uma verdade que pode ser adquirida mediante o manuseio do historiador. É preferível considerar as imagens enquanto “vestígios” de outro tempo⁹⁹.

⁹⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Rio de Janeiro, n. 19, Ano 4, 2009, p. 6. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/o_tecelao_dos_tempos.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2012, p. 4.

⁹⁹ TRONCOSO, Alberto Del Castillo. La memoria histórica y los usos de la imagen. **História Oral**, n. 1, v. 13, jan-jun. 2010, p. 87.

A nossa pretensão em trazer o pensamento de Alberto Troncoso foi perceber de que maneira a fotografia que representou um trecho de terra entre as cidades de Carolina e Imperatriz no Maranhão ganhou significado, à medida que foi conectada com o texto em que tratou sobre Picos. Assim, questionamo-nos: o que levou uma fotografia e um texto, que abordaram espaços distintos, a conectaram-se a partir de um mesmo sentido? É nesse momento que em entra em cena o pensamento do autor evocado anteriormente. Se em suas palavras, as imagens são, antes de tudo, “vestígios”, compreendemos que a sua fabricação, ao mesmo tempo em que aconteceu, provocou o forjamento de uma “realidade”. No caso da imagem da página anterior, um “real” que foi produzido/lançado no social, mediante os nós de coerência que foram empreendidos pelo jornalista Rangel Cavalcante. Se o jornalista foi o autor do “real” (presente na imagem e no texto da reportagem), compreendemos que um dos locais possíveis que permitiu o “conectar” das cidades de Carolina e Imperatriz no Maranhão, com Picos no Piauí, foi a utilização da linguagem por Rangel Cavalcante¹⁰⁰.

Compreendemos que as fotografias não fazem sentido de forma isolada, ou pelo menos o historiador não deve compreender as fotografias dessa maneira. A recomendação é que o historiador também utilize o texto ou a oralidade para compreender os sentidos que foram lançados pelas fotografias, pois, a partir do texto ou da oralidade, os silêncios das fotografias são capturados. A relação entre a escrita da história e a busca pelas fotografias não enquanto “fontes”, mas enquanto produção de um “real”, são possíveis, porque com o passar do tempo, alguns historiadores passaram a manusear as fotografias, não enquanto testemunhas de um passado, mas como a própria construção de outrora¹⁰¹, ou seja, enquanto uma “verdade” que “prova” um evento histórico.

No caso da fotografia apresentada anteriormente, mesmo sendo de cidades diferentes, o texto e a fotografia produziram sentidos acerca da necessidade de construção da Rodovia Transamazônica, como forma de corrigir a dificuldade de tráfego em alguns trechos. O texto sobre Picos abordou sobre a “fenda aberta” na BR-230, enquanto que a fotografia apresentou uma região de estrada de terra, em que três homens, próximos a um carro parado, representam a impossibilidade de se percorrer algumas estradas. Foi uma forma de apresentar que o “progresso” era prejudicado pela falta de estradas adequadas para o tráfego em alguns trechos. Ao longo da reportagem, o jornalista Rangel Cavalcante justificou como conseguiu chegar à cidade de Picos, no Piauí, lançando as suas primeiras impressões:

¹⁰⁰ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.11.

¹⁰¹ TRONCOSO, Alberto Del Castillo. La memoria histórica y los usos de la imagem. **História Oral**, n. 1, v. 13, jan-jun. 2010, p. 87.

Depois de dois dias de viagem, chegamos a Picos, uma das maiores cidades do Piauí, e a primeira na região que já está cuidando de arranjar trabalhadores para os serviços da Transamazônica, a pedido de uma firma construtora de Belém do Pará. Em frente à prefeitura, há um grande número de homens e rapazes sadios, todos ansiosos por um emprêgo na construção da estrada do Gôverno¹⁰².

O jornalista relatou que Picos era uma das maiores do estado do Piauí. Cidade que possuía uma grande quantidade de “homens e rapazes sadios”, no local onde funcionava a prefeitura municipal, “desejosos” de emprego na construção da Transamazônica. O recrutamento foi solicitado por uma empresa do estado do Pará. A maneira que Rangel Cavalcante denominou os trabalhadores de Picos que foram para a região Norte, classificando-os como “homens e rapazes sadios”, merece uma discussão sobre o corpo.

Para realizarmos essa discussão, lançamos mão do filme *Iracema – Uma Transa Amazônica*¹⁰³, de Jorge Bondanzky e Orlando Senna, que abordou sobre a construção da Rodovia Transamazônica na região Norte, mais precisamente no estado do Pará. Paralelo à discussão acerca da construção da Transamazônica, o filme aborda sobre a prostituição de menores de idade, a partir de dois personagens: Iracema (encenada por Edna de Cássia), uma garota de quinze anos de idade que foi inserida na prostituição às margens da Transamazônica; e o motorista de caminhão Sebastião (encenado por Paulo César Peréio) que era mais conhecido como Tião “Brasil Grande”, já que este representava o discurso da “integração nacional” e do “progresso”, contendo em seu caminhão um adesivo com a expressão “Brasil ame-o ou deixo-o”.

Em determinado momento do filme, Iracema, a jovem de quinze anos de idade, pegou a estrada com Tião “Brasil Grande”, momento em que os dois cruzaram vários trechos da Transamazônica. No entanto, em determinado momento, Tião resolveu deixar Iracema pela estrada, que passou a vagar por várias cidades através das caronas que adquiria com os caminhoneiros. Em determinado dia, apareceu um homem, oferecendo-lhe uma viagem de avião até a fazenda de outro que ele o denominou de “homem rico”, para a realização de um “programa” sexual. Quando estava na fazenda, Iracema presenciou a venda de trabalhadores e

¹⁰² CAVALCANTE, Rangel. TRANSAMAZÔNICA, a estrada-desafio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 90, p. 16, 21 jul. de 1970.

¹⁰³ O filme *Iracema: Uma Transa Amazônica*, trata-se de um filme documentário rodado na cidade de Belém do Pará, nas margens da Rodovia Transamazônica, no ano de 1974. Abordou temas como a “integração nacional” e o “desenvolvimentismo”, que eram propagandas feitas pelo governo da Ditadura Civil-Militar (1964-1985); e temas como, o êxodo rural, a prostituição, tráfico de seres humanos, grilagem de terra, desmatamento desordenado, miséria e pobreza. Ver: <DIAS JUNIOR, J. E. S. Iracema uma Transa-Amazônica: o filme como história. In: **XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social**, 2013, Natal – RN. v. 1, p. 1-15>. Por abordar esses temas, o filme sofreu censura por dois anos, sendo lançado no ano de 1976. Ver: < BODANZKY, Jorge. **Iracema uma transa amazônica**, São Paulo, STOPFILM, 1976, 91 min>.

trabalhadoras para o fazendeiro, que era o tal “homem rico”. A lógica da compra girou em torno da expressão “homens e rapazes sadios”, que foi utilizada pelo jornalista Rangel Cavalcante. O fazendeiro desejou comprar os trabalhadores e trabalhadoras mais “sadios”, porque estimava para estes, um tempo útil de três a quatro anos de vida/trabalho. Assim, quando o jornalista relatou em Picos sobre os “homens e rapazes sadios”, para o trabalho na Transamazônica, a sua fala se aproximou da maneira em que esses trabalhadores foram tratados na trama de Jorge Bondanzky e Orlando Senna.

A partir da reportagem, entendemos por “sadio”, os trabalhadores e trabalhadoras que poderiam gerar os lucros esperados pela construtora do Pará, em um determinado tempo. Entendemos que os corpos desses trabalhadores e das trabalhadoras, a partir do processo de “recrutamento” tornaram-se “corpos historiados”¹⁰⁴, pois permitiu uma “visi/dizibilidade”¹⁰⁵. Os corpos que eram recrutados para os trabalhos na construção Transamazônica passaram a carregar significados. No filme de Jorge Bodanzky e Orlando Senna, o significado presente foi de que era uma “mão de obra barata” e “abundante”. Essa é chamada visi/dizibilidade empregada por Durval Muniz. As pessoas que se ofereciam enquanto trabalhadores e trabalhadoras para a construção da Transamazônica na região Norte, adquiriam significados para os seus corpos. Passavam a serem “corpos historiados”.

Ainda segundo o jornalista Rangel Cavalcante, Picos era uma das maiores do estado e possuía uma grande quantidade de mão de obra desempregada, que deveria ser aproveitada nos trabalhos de construção de estradas. Se a cidade precisou receber o recrutamento de trabalhadores, nas palavras do jornalista, a sua justificativa não tardou a chegar. Em 1970, o *Jornal do Brasil* evidenciou a visita de um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para socorrer a população flagelada da cidade.

Um avião da Fôrça Aérea levantará vôo amanhã do Aeroporto do Galeão com 25 toneladas de gênero alimentícios para o Piauí, dando início à operação coordenada de socorro às populações flageladas do Nordeste por parte do Exército, Marinha e Aeronáutica. No próximo dia 25, 10 caminhões do exército sairão da Guanabara diretamente para a cidade de Picos, no Piauí, levando mais de 80 toneladas de alimentos [...]¹⁰⁶

A cidade de Picos figurou como o local em que as pessoas necessitavam de doações de alimentos, já que continha em seus domínios “flagelados”. Essas palavras foram utilizadas, na

¹⁰⁴ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. XI.

¹⁰⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006, p. 13.

¹⁰⁶ AVIÃO da FAB levará alimentos ao Piauí. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 9, p. 18, 18 abr. de 1970.

mesma linha de pensamento que foi tecida para justificar a participação do Nordeste no Programa de Integração Nacional: se o discurso acima relatou que existiam pessoas passando fome na cidade, a maneira de amenizar, para aqueles que fizeram parte do governo brasileiro, foi através do recrutamento daqueles que não tinham emprego, para trabalharem nas construções de estradas e na “colonização” da região amazônica. No entanto, se o discurso pretendeu mostrar que os desejos estavam voltados somente para amenizar a situação dos “flagelados”, do Nordeste e de Picos, outra reportagem do *Jornal do Brasil*, apresentou uma face diferente para o recrutamento dos trabalhadores. Existia uma preocupação com os nordestinos que migravam para o sul do país. Para combater essa migração, a “Comissão de Migrações” da época, decidiu tomar providências para evitar o deslocamento de pessoas para os estado da região Sul. A interiorização de técnicos para combater as migrações foi uma das ações que foram realizadas.

Entre as providências que a Comissão julga como necessária foi considerada básica a interiorização de técnicos com o que se procurará combater a principal causa das migrações: a falta de condições da grande maioria dos municípios, obrigando os que almejam melhor vida a emigrar. Essa interiorização terá a sua primeira experiência com a ida de duas equipes técnicas para Altamira e Porto Velho, financiadas pelo Ministério do Trabalho. Amanhã, em Picos, Piauí, o Secretário-Geral do Ministério do Trabalho, Sr. Armando de Brito debaterá com o Governador Alberto Silva, o segundo plano piloto, que se baseará no apoio à infra-estrutura dos Estados e dos municípios.¹⁰⁷

Se o trecho acima apresentou como um dos desejos do governo brasileiro, a não migração de nordestinos e nortistas para a região Sul, por meio de uma publicidade que desfizesse a imagem que os migrantes tinham da cidade de São Paulo, por exemplo, serviu-nos também, para compreendermos de que forma o discurso do *Jornal do Brasil* lançou acepções às ações do governo brasileiro. À medida que cintilamos as várias ordens possíveis, o discurso do *Jornal do Brasil*, perde o seu caráter de enclausurar as “coisas” em si mesmas¹⁰⁸.

Se o discurso de recrutamento dos trabalhadores que foram levados de Picos para a região amazônica pretendeu criar a imagem de um Estado brasileiro que estava preocupado com os “flagelados” que passavam fome e que necessitavam da doação de alimentos, ou que estava preocupado com os desempregados, o trecho da página anterior apresentou outro

¹⁰⁷ COMISSÃO de Migrações quer plano publicitário a fim de impedir invasão do Sul. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXI, nº 249, p. 22, 26 jan. de 1972.

¹⁰⁸ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.13.

significado para o recrutamento das pessoas de Picos. A preocupação do Estado brasileiro, não era somente com as pessoas que estavam desempregadas e que passavam fome, mas também, com as que migravam para a região centro-sul. O governo brasileiro acreditava que desse modo, a “gigantesca” população do Nordeste seria desviada de sua rota “normal”, que eram os “superpovoados centros metropolitanos do centro-sul”¹⁰⁹.

A pobreza foi destacada como forma de justificar um discurso que pretendeu evitar que os picoenses se deslocassem para a região centro-sul do país. Embora as intenções do governo brasileiro tenham se voltado para evitar o deslocamento de migrantes para o centro-sul, através da escrita de Rangel Cavalcante, percebemos que a decisão de recrutamento de trabalhadores em Picos gerou um horizonte de expectativa.

A estrada, diz o secretário, mal foi anunciada, já está causando movimento em Picos, onde a população acredita que ela será toda asfaltada em dois anos. Vivendo sob influência direta de Pernambuco, São Paulo e Salvador, com os quais faz girar todo o seu movimento comercial, Picos espera expandir-se e diversificar suas atividades, hoje apoiadas essencialmente na agricultura [...]¹¹⁰

Se a cidade de Picos foi vista como um local que havia a grande quantidade de trabalhadores ociosos e de pessoas que passavam fome, de acordo com Rangel Cavalcante o povo de Picos estava “consciente”, quanto ao que representava a construção da Transamazônica. Consciência que (de acordo com a reportagem do *Jornal do Brasil*) foi possibilitada a partir de uma viagem que o Ministro da Agricultura, Cirne Lima, fez à cidade de Picos, para “sondar” se havia pessoas interessadas em trabalhar na construção da rodovia, na região Norte. De acordo com o jornalista, a disposição de migração para a Amazônia era “total”. Somente alguns que alegaram “velhice” ou “doença” não se colocaram a disposição¹¹¹. Podemos analisar a expectativa que foi gerada na cidade, no início da década de 1970, entre as pessoas que se dispuseram a trabalhar nas frentes de trabalho de construção da Transamazônica, a partir das palavras de Rangel Cavalcante.

Através da linguagem que foi grafada nas fontes, podemos conhecer o espaço de expectativa que foi gerado no passado¹¹². Assim, através do trecho acima, escrito pelo jornalista Rangel Cavalcante, foi possível compreendermos quais as expectativas que a

¹⁰⁹ SKIDMORE, Thomas. **De Castelo a Tancredo (1964- 1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 289.

¹¹⁰ CAVALCANTE, Rangel. TRANSAMAZÔNICA, a estrada-desafio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 90, p. 16, 21 jul. de 1970.

¹¹¹ TRANSAMAZÔNICA, a estrada-desafio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 91, p. 14, 22 jul. de 1970.

¹¹² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 268.

construção da Rodovia Transamazônica gerou em alguns picoenses. A esperança para uns foi de conseguir emprego, enquanto para outros foi de que a cidade diversificasse a sua produção econômica que girava em torno da agricultura. Se uma das formas do discurso produzir significado é através da linguagem em uso¹¹³, a que foi utilizada pelo jornalista, serviu para criar uma expectativa daquilo que foi analisado enquanto passado. Compreendemos que as expectativas nem sempre são criadas por aqueles que são os seus alvos. As expectativas históricas também são criadas para fazerem parte das pessoas de um determinado tempo, sem que as mesmas tenham desejado ou se manifestado sobre, no ato de criação, no sentido da linguagem materializada.

Em reportagem posterior, Rangel Cavalcante falou sobre o ônibus que pegou em Picos com destino à cidade de Floriano, no Piauí. Descreveu o ônibus da Princesa do Agreste, naquela época, como sendo talvez, “o pior ônibus do mundo”. Um ônibus que fazia o trecho Recife-Floriano em dois dias, quase sempre com o dobro de sua capacidade. Os passageiros, segundo o jornalista, viajavam “espremidos entre sacos, malas e cargas diversas e estranhas”. Apontou, em seguida, de que forma se deu a viagem.

O Princesa tem capacidade para 31 passageiros sentados, mas já saímos de Picos com 78 pessoas apontada entre a carga, e cada vez mais novos passageiros iam subindo nas diversas paradas. Somente de uma vez subiram 12 pretinhos, todos iguais, da mesma família, e pagaram Cr\$ 1,00 por cabeça. A agência da empresa não sabe se o ônibus vai chegar a Picos lotado ou não, mas assim mesmo vende passagens a quem quiser. Na hora da partida cada uma se arruma da melhor maneira possível [...]¹¹⁴

A partir das palavras que foram delineadas no fragmento acima, percebemos que a intenção do jornalista de retratar a viagem naquele que poderia ser o “pior ônibus do mundo”, foi não somente de mostrar que a viagem foi realizada comportando passageiros além do que o ônibus suportaria, mas, de igual forma, lançar palavras para os sujeitos que encontrou no caminho. Retratar as pessoas que habitavam a cidade de Picos fez-se necessário, para tentar estancar os sujeitos nordestinos em seus corpos.

Ao retratar que em determinado momento doze passageiros de uma mesma família entraram no ônibus, pagando por “cabeça”, comparou de forma implícita o transporte dos passageiros, com o transporte de animais, que são contados geralmente por “cabeça”. Ao afirmar que todos eram de uma mesma família, deixou outro sentido implícito para a cidade

¹¹³ SPINK, Mary Jane; Medrado Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 42.

¹¹⁴ CAVALVANTE, Rangel. TRANSAMAZÔNICA, a estrada-desafio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 91, p. 14, 22 jul. de 1970.

de Picos: local em que as famílias eram numerosas, com altos índices de natalidade. Relatar que as famílias de Picos eram extensas foi uma das formas de justificar o recrutamento de trabalhadores para a construção dos trechos da Transamazônica, na região Norte, pois lançava a ideia que existia uma “mão de obra abundante”. Em seguida, Rangel Cavalcante relatou sobre as pessoas que pegaram o ônibus, utilizando uma das características do discurso para classificar. Michel Foucault elucidou que uma das maneiras do discurso trabalhar é através da *convenientia*, que é uma das primeiras formas da similitude. São convenientes as “coisas” que se tocam na borda e que a natureza os colocou no mesmo local¹¹⁵.

Ao falar que as pessoas que pegaram o ônibus eram “12 pretinhos, todos iguais”, o jornalista usou da *convenientia* para justificar a sua vontade de “verdade”. A partir das suas palavras, o espaço em que a natureza revelou para dispor os sujeitos, foi realizado através da cor da pele. E por possuírem características semelhantes, no que concerne a cor da pele, eram “todos iguais”.

No período dos marcos da modernidade, quando os discursos deram visi/dizibilidade a região Nordeste, definiram como motivo para o seu atraso (visto como natural), além das “difíceis condições geográficas e climáticas”, os efeitos da “miscigenação da raça, herança biológica dos antepassados”, com a predominância de negros sobre brancos¹¹⁶. Assim, ao relatar sobre “12 pretinhos, todos iguais”. Uma forma de discurso que tentou “enclausurar” a identidade da região Nordeste, a partir de meados da década de 1910, para estancar os nordestinos em seus corpos e assim, justificar o “atraso” da região.

Em seguida, Rangel Cavalcante explicou que o motivo para o ônibus chegar lotado em Picos, saindo com passageiros acima da sua capacidade era a falta de estradas. O ônibus da empresa Princesa do Agreste, o “pior ônibus do mundo”, era o único a passar por Picos no espaço de tempo de duas vezes por semana. A Transamazônica tornou-se assim, a estrada que possibilitaria a passagem de mais ônibus, para resolver os problemas de lotação do ônibus Princesa do Agreste, melhorando as condições das viagens. Em julho de 1970, no *Jornal do Brasil*, foi publicada uma foto de Picos, no contexto de discussão sobre a falta de estradas na cidade.

¹¹⁵ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 24.

¹¹⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006, p. 14.

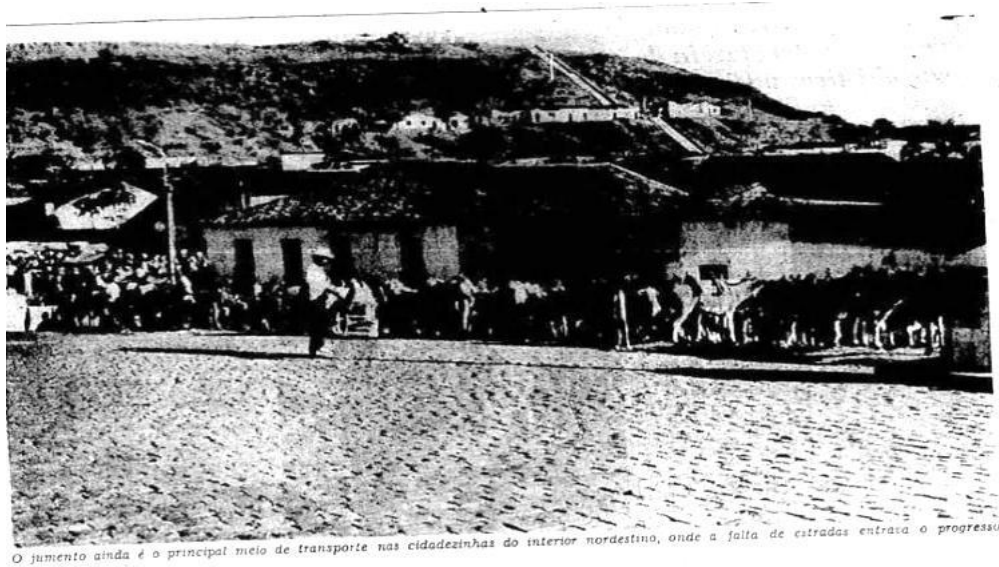


Imagem 9: A presença de um homem e de alguns jumentos na cidade de Picos-PI, pelo *Jornal do Brasil*.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil

A partir da fotografia da página anterior, Rangel Cavalcante lançou seu olhar para uma das características de Picos no início da década de 1970: a utilização do jumento como meio de transporte. No entanto, a fotografia não pode ser lida somente por meio do que significou, mas a partir das intenções que permearam o fotógrafo na tentativa de passar uma “verdade”, através do seu olhar. A fotografia é uma forma de linguagem não verbal. Uma maneira de produzir significados, tendo em vista que o olhar do fotógrafo não é neutro. Ele teve outras possibilidades de registro fotográfico, mas escolheu a cena histórica que pretendeu imortalizar¹¹⁷. Rangel Cavalcante teve a oportunidade de capturar outras cenas do cotidiano de Picos, no entanto preferiu dar visibilidade aos deslocamentos dos jumentos.

A fotografia ficou nas cores preto e branco, relatando a presença de um homem na parte esquerda e a de um jumento na parte direita. Ao fundo, foi possível avistarmos uma escada, que cortou um trecho de poucas casas em um morro. A escada ficou conhecida em Picos como a “escada do Mestre Abraão”. Se através de uma fotografia é possível a criação de sentidos, o que levou o fotógrafo a focar na imagem de um jumento? A compreensão de uma fotografia não pode ser realizada sem que conheçamos o contexto em que o documento fotográfico foi criado/representado¹¹⁸.

Se o contexto em que Rangel Cavalcante retirou a fotografia da cidade de Picos foi o período de planejamento e debates sobre a criação da Transamazônica, a fotografia pretendeu

¹¹⁷ MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 73-98. p. 7.

¹¹⁸ KOSSOY, Boris. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº 49, 2005, p. 35-42, p. 41.

repassar uma mensagem, através da criação de sentidos: a cidade de Picos, assim como outras “cidadezinhas do interior do Nordeste”, utilizava como principal meio de transporte o jumento. Na legenda da fotografia, o jornalista afirmou que a falta de estradas obrigava as pessoas a utilizarem o jumento, o que, em sua opinião, era um “problema”, porque impedia o “progresso”. A fotografia, tal qual um discurso, serviu para produzir um efeito de “verdade”. Mas o questionamento de um discurso tem que ser feito não somente pela “verdade” ou “falsidade” que pretende fixar, mas pela vontade de “verdade” que não cessa de se transformar¹¹⁹. A nossa pretensão foi denunciar a vontade de “verdade” de Rangel Cavalcante. A fotografia que o seu olhar capturou através do clique, serviu como mote de análise para entendermos que a sua posição assumida de ser formador de opinião do Estado brasileiro, buscando acabar com os boatos sobre a construção da Rodovia Transamazônica, foi uma forma de criar sentidos, justificando as ações que foram desenvolvidas pela Ditadura civil-militar, naquele contexto de início da década de 1970.

As produções discursivas feitas por Rangel Cavalcanti, no sentido de que a construção da Rodovia Transamazônica permitiria e facilitaria os deslocamentos de transportes no Piauí, tornou-se novo, por se tratar de um contexto diferente: a temporalidade da década de 70, do século passado. No entanto, para o Piauí, não era algo tão novo, tendo em vista que no estado, de acordo com Elson Rabelo, no ano de 1964, havia a preocupação com o crescimento da lavoura de mercado do estado, que necessitava, assim, da construção de rodovias¹²⁰. Se havia, durante a década de 1970, a necessidade de melhorar as suas estradas, a cidade de Picos recebeu a instalação do 3º Batalhão de Engenharia de Construção.

1.3 O “marco zero” é aqui: a instalação do 3º Batalhão de Engenharia de Construção-Batalhão Visconde da Parnaíba e a construção da Rodovia Transamazônica na cidade de Picos

Em reportagem do jornal *Diário de Notícias* do ano de 1970, apareceram definidas as participações do exército brasileiro na construção da Transamazônica. Assim, duas áreas distintas foram descritas como os locais em que o exército se voltaria para desenvolver os seus trabalhos, sendo que uma continha a participação de Picos. O exército trabalharia, de acordo com essa proposta, partindo de João Pessoa, no estado da Paraíba, passando por Picos,

¹¹⁹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 19.

¹²⁰ RABELO, Elson de Assis. Rumores da miséria, ecos da história: a emergência do estereótipo da pobreza piauiense nos anos 1950 e 1960. **Fênix** (UFU. Online), v. 6, p. 3, 2009, p. 5.

até chegar à cidade de Porto Franco, no estado do Maranhão¹²¹. Como Picos foi o local escolhido para ser o entroncamento da malha rodoviária do Nordeste, a instalação do 3º BEC foi justificada.

No ano de 1970, militares do Rio Grande do Norte estiveram em Picos, para fazer um reconhecimento da área em que estava prevista para ser instalado o quartel do 3º BEC, proferindo as seguintes palavras:

Este Comando realizou, no período de 11 a 15 de agosto, uma viagem de reconhecimento à cidade de PICOS, tendo em vista a próxima mudança da sede do Batalhão de Natal para aquela cidade. Durante aquêles foram reconhecidos diversos itinerários, bem como foram estudadas as condições sócio-econômicas da região, além de terem sido mantidos contatos para doação do futuro local aquartelamento por parte do Governo do Piauí.¹²²

A instalação do 3º BEC passou por algumas etapas, como ficou subentendido no trecho acima. Primeiro foi realizada uma visita para reconhecimento dos indicadores econômicos e sociais. Depois, aconteceram as negociações para a doação do terreno que seria o futuro local de aquartelamento. Quando o assunto foi a instalação do 3º BEC em Picos, José Bertino de Vasconcelos Filho, Francisco das Chagas Pires e Inês Pires, por meio de entrevistas que nos concederam, imprimiram sentidos diferentes. O conhecimento desses sentidos faz-se importante, principalmente, pela experiência que os cidadãos que os narraram tiveram na cidade, durante a década de 1970.

1.3.1 Rupturas e permanências: os debates sobre a instalação do 3º BEC em Picos

Bertino Filho foi aposentado e morou em Picos. Trabalhou no Exército brasileiro por 20 anos. Revelou, na entrevista, que entrou no exército como soldado e que anos depois realizou os cursos de cabo e sargento. Quando o batalhão foi transferido da cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, para a cidade de Picos, Bertino Filho veio acompanhando o 3º BEC. Ele disse o seguinte:

Eu gostaria de adiantar que Picos não era pra receber esse batalhão, a sede do batalhão... A sede do batalhão era pra ir pra Oeiras, mas como o batalhão teve dificuldade em conseguir o terreno em Oeiras, aí um cidadão por nome de Senhor Monteiro, vendeu o terreno de 100 hectares, onde hoje é sede do

¹²¹ COLABORAÇÃO do Exército na Transamazônica. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, s/ano, nº 14.669, p. 12, 25 ago. 1970.

¹²² REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 4, 1970.

batalhão, ao governo do estado, e o governo do estado transferiu esse terreno pra o exército, na pessoa do Cel. Eliano.¹²³

Para Bertino Filho, a instalação do 3º BEC só não ocorreu na cidade de Oeiras, no Piauí, porque o Batalhão encontrou dificuldades para conseguir o terreno, e que o mesmo não encontrou dificuldades para conseguir local na cidade de Picos, já que um cidadão, chamado de “Senhor Monteiro”, vendeu o terreno ao governo do estado do Piauí, que o transferiu para o exército. Já Francisco Pires, imprimiu outro significado para o mesmo assunto que foi narrado no trecho acima. Francisco Pires é aposentado e também veio para Picos, acompanhando o 3º BEC, quando ocorreu a sua transferência. Sobre a instalação do Batalhão, não seguiu a mesma linha de pensamento de Bertino Filho.

A chegada do 3º BEC aqui foi o seguinte. O batalhão, quando lá no Rio Grande do Norte, construiu um trecho de estrada de... Lá de Potengi, Potengi a Mossoró e quando terminou, o BEC tinha serviço ainda pra fazer, que era abrir a Macau e foi o senador desmantelado que tinha lá, não segurou o BEC lá, aí o senador... Como é o nome do senador, que é parente de Carlos Luiz? Helvídio Nunes. Foi e puxou o batalhão pra aqui. Sei que viemos pra aqui. Quando chegamos aqui, aí foi uma companhia pra Oeiras, outra pra Valença e outra ficou aí onde é hoje o IBAMA, a 2ª companhia.¹²⁴

A instalação do 3º BEC, com base na discussão que apresentamos do Programa de Integração Nacional (PIN), presente no *Jornal do Brasil*, ocorreu (também) porque a cidade de Picos foi escolhida como o ponto de junção da malha rodoviária do Nordeste, sendo conhecida como o “marco zero” da Rodovia Transamazônica. No entanto, para Bertino Filho e Francisco Pires, os motivos foram outros. A compreensão de sentidos que os dois narradores formularam através de suas falas, foi possível porque através de uma entrevista ocorre o processo de ruptura do discurso, através da linguagem em ação¹²⁵. Por lançarmos as perguntas com alguns direcionamentos para determinado tema, muitas vezes, as respostas dos entrevistados não seguem a mesma linha de coerência que traçamos.

Quanto às entrevistas que realizamos com Bertino Filho e Francisco Pires, no que concerne à doação do terreno para a instalação do quartel do 3º BEC, as respostas não seguiram a coerência que foi traçada no *Jornal do Brasil*. Entendemos que a ruptura de sentidos empreendida pelos dois narradores, no que diz respeito à motivação da transferência

¹²³ VASCONCELOS FILHO, José Bertino de. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 25 de julho de 2013.

¹²⁴ PIRES, Francisco das Chagas. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

¹²⁵ SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 45.

do 3º BEC de Natal para Picos, tratou-se de um exemplo possível de como um discurso funciona, através de um jogo duplo: a memória presente no discurso institucionalizado, que pretende uma cristalização, ou seja, uma permanência do que foi vociferado, tal qual foi lançado/produzido no social por uma instituição, que pode ser a política, por exemplo; e a memória daqueles que através do esquecimento, empreendem novos sentidos para o que foi vociferado pela política. Assim, a maneira que Bertino Filho e Francisco Pires falaram sobre a transferência do 3º BEC para a cidade de Picos, tratou-se de uma ruptura com os sentidos presentes no *Jornal do Brasil*¹²⁶, por exemplo.

O sentido lançado por Francisco Pires aproximou-se de uma análise que foi feita por Jailson Dias sobre o poderio que algumas famílias exerceram em Picos, elegendo filhos, netos e bisnetos, como se a “coisa pública” fosse uma propriedade familiar, perpetuando-os politicamente na cidade por muitos anos. São famílias que exerceram/exercem uma grande influência nos espaços da política, mas não somente nestes. Por esse motivo, permanecem no imaginário da cidade. A maneira que o desejo pela “coisa pública” foi transmitido, tratou-se de uma cultura política¹²⁷ que foi empregada por algumas famílias, dentre as quais destacamos “Nunes de Barros”, “Dantas Eulálio” e “Santos”¹²⁸.

A cultura política significa a formação de códigos ou referentes, formalizados dentro de um partido ou, até mesmo, dentro de uma família, no sentido de permanecer uma tradição política¹²⁹. Helvídio Nunes de Barros foi um dos membros dessas famílias, que aproveitou o poderio de seu sobrenome para se perpetuar na política municipal, estadual e nacional, ao passo que foi representante do partido ARENA (Aliança Renovadora Nacional), durante a década de 1970. Por isso, possui seu nome vinculado a vários logradouros públicos de Picos, alimentando o simbolismo em torno do seu nome¹³⁰. As famílias “Nunes de Barros”, “Dantas Eulálio” e “Santos”, levaram pelos menos duas gerações para perderam parte do seu poderio político em Picos, que esteve concentrado em suas mãos por muitos anos. Coincidiu assim, com um pensamento de Serge Berstein, de que dentro de uma cultura política, levam-se pelo menos duas gerações para que novas ideias ou novos grupos surjam¹³¹.

¹²⁶ ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009, p. 10.

¹²⁷ RÉMOND, René. Por que estudar a história política?. **Estudos históricos**. 1994, p. 19.

¹²⁸ OLIVEIRA, Jailson Dias de. **MDB E ARENA**, Cultura Política na cidade de Picos durante o regime militar (1964-1985). 2012. 100f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2012, p. 31.

¹²⁹ BERSTEIN, Serge. “A cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (orgs.) **Para uma história Cultural**. Lisboa, Estampa, 1998, p. 350.

¹³⁰ OLIVEIRA, Jailson Dias de. Op. cit., p. 32.

¹³¹ BERSTEIN, Op. cit., p. 356.

Pelo poderio que possuiu, alguns sentidos foram criados em torno da imagem de Helvídio Nunes de Barros. Um dos sentidos foi criado por Francisco Pires. Em sua opinião, a instalação do 3º BEC em Picos ocorreu porque Helvídio Nunes de Barros, na sua época de senador “puxou” o batalhão para a cidade. Francisco Pires, desse modo, compartilhou de uma imagem coletiva que foi criada para Helvídio Nunes de Barros, dando sentido a transferência do 3º BEC da cidade de Natal, Rio Grande do Norte, para a cidade de Picos¹³².

Ainda acerca da doação do terreno para a instalação do 3º BEC, ocorreu um pedido de retificação por parte do vereador Djalma Pereira Nunes que era representante político pelo partido ARENA¹³³, reivindicando a autoria do projeto de lei que abriu crédito para a compra do terreno em que foi construído o quartel do 3º BEC, para o prefeito Francisco das Chagas Bezerra Rodrigues, que era conhecido também por “Chico de Júlio”. O projeto foi apresentado da seguinte maneira.

[...] no expediente consta apresentação de projeto. O de nº 33 que fica aberto no orçamento vigente o crédito especial de Cr\$ 12.000,00 para ocorrer o pagamento das despesas referentes à aquisição de um terreno destinado à construção do Quartel do IIIº Batalhão de Engenharia de Construção na cidade de Picos, da autoria do Sr. vereador Djalma Pereira Nunes [...]¹³⁴

Como foi elucidado por Bertino Filho, durante a sua entrevista, a cidade de Picos ofereceu condições para que o 3º BEC fosse instalado aqui. Talvez tenha ocorrido essa disputa entre Picos e Oeiras, mas através dos debates que ocorreram a nível nacional, como no *Jornal do Brasil*, a ênfase dada à cidade de Picos ocorreu por ser nesta o ponto em que uma grande malha ferroviária do Nordeste passou a se encontrar. A instalação do 3º BEC foi justificada também como sendo em Picos, por causa da sua localização geográfica. O que não se justificou foi o pedido de retificação que foi feito pelo vereador Djalma Pereira, acerca da autoria do projeto que possibilitou o crédito para a compra do terreno em que foi construído o quartel do 3º BEC. O imbróglio dessa reivindicação serviu-nos para problematizar as vozes que nos permeiam no momento de nossa fala/escrita. Vejamos o requerimento do vereador Djalma Pereira.

[...] Requeiro, nos termos do Regimento, que V. Excia. mande retificar a Ata da 25ª Sessão da 6ª Legislatura na parte que diz “o de nº 33 que fica aberto no orçamento vigente o crédito especial de Cr\$ 12.000,00 para ocorrer com o pagamento das despesas referentes à aquisição de um terreno destinado à construção do Quartel do IIIº Batalhão de Engenharia de Construção na

¹³² PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 43.

¹³³ OLIVEIRA, Jailson Dias de. **MDB E ARENA**, Cultura Política na cidade de Picos durante o regime militar (1964-1985). 2012. 100f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2012, p. 82.

¹³⁴ ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1970, p. 117.

cidade de Picos, da autoria do Sr. Vereador Djalma Pereira Nunes”. Com efeito, tal retificação se impõe, pois não apresentei projeto de lei de nº33. O referido projeto foi da autoria do Sr. Prefeito Municipal, que é quem tem competência para apresentar projeto de tal natureza. O que fiz foi apresentar uma emenda que se constitui num Substitutivo ao projeto de lei de nº 33 do Sr. Prefeito Municipal, que veio a ser aprovada tal como me era lícito propôr. Requeiro ainda que êste pedido de retificação seja fielmente transcrito e fique para todos os efeitos fazendo parte integrante da Ata da 25ª Sessão da 6ª Legislatura [...] ¹³⁵

As palavras de Djalma Pereira constituíram-se em uma tentativa de desvinculação do seu nome do projeto que abriu crédito para a compra do terreno que permitiu a instalação do 3º BEC, na cidade. O vereador alegou que a sua retificação se fazia necessária, porque ele não tinha apresentado o *Projeto de Lei de nº 33*. Quem apresentou o projeto, de acordo com as suas palavras, foi o prefeito da época, Francisco Bezerra, que foi candidato a vice-prefeito, mas acabou sendo beneficiado pela renúncia de Oscar Neiva Eulálio, que foi representante político nesse período pelo MDB¹³⁶ (Movimento Democrático Brasileiro), e por isso chegou ao cargo de prefeito de Picos no ano de 1970¹³⁷.

Djalma Pereira alegou ainda, que a competência para a criação de um projeto de tal natureza só cabia ao prefeito Francisco Bezerra. Mas, se o desejo de Djalma Pereira foi justificar a autoria do *Projeto de Lei de nº 33*, de forma implícita, as suas palavras nos permitiram duas análises: a primeira, diz respeito às incoerências presentes na justificativa que foi utilizada na retificação; e a segunda, consiste em problematizar quais as características que devemos levar em consideração para afirmar que um sujeito é o autor de um discurso e não outro, já que Djalma Pereira lançou a autoria do projeto para o prefeito Francisco Bezerra. O que torna alguém mais apto para ser considerado o “autor” de um discurso?

1.3.2 A invenção de um “autor”: os discursos não são acessíveis para todos ou todas

No dia quatro de dezembro de 1970, na 25ª Sessão da Câmara dos vereadores em Picos, foi apresentado o *Projeto de Lei de nº 33*, referente à compra do terreno que seria o local de construção do futuro quartel do 3º BEC. Na ata dessa Sessão, consta que o vereador Djalma Pereira esteve presente. Mas, o que justifica o seu pedido de retificação da autoria do projeto, que foi feita apenas na sessão seguinte, no dia 25 de dezembro do ano de 1970? Se

¹³⁵ ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1970, p. 119.

¹³⁶ OLIVEIRA, Jailson Dias de. **MDB E ARENA**, Cultura Política na cidade de Picos durante o regime militar (1964-1985). 2012. 100f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2012, p. 80.

¹³⁷ ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1970, p. 109.

ele esteve presente na Sessão do dia quatro de dezembro, por que não solicitou a retificação? Ou será que a Sessão não ocorreu, tendo em vista que muitas vezes as Sessões eram realizadas fora da câmara dos vereadores e se fazia mais de uma ata, ou seja, várias Sessões em um mesmo dia?¹³⁸

Na tentativa de responder os questionamentos suscitados, o historiador deve levar em consideração não somente o que os sujeitos históricos pretenderam passar através da linguagem em uso, mas aquilo que também não foi dito. A construção de um projeto de lei que permitia a instalação de um quartel, em uma cidade que possuía uma grande quantidade de desempregados, geraria visibilidade para o autor. Diante disso, quando Djalma Pereira escreveu no requerimento que a autoria do projeto foi do prefeito Francisco Bezerra, já que ele possuía “competência” para isso, falou não no sentido da hierarquia (no sentido de legalidade) existente entre um prefeito e um vereador. Vários projetos de leis que foram solicitados naquele ano foram feitos por outros vereadores. A palavra “competência” também não foi usada no sentido de mérito ou de conhecimento. Ela foi usada para expressar que um projeto de “tal natureza” seria mais coerente se recebesse como “autor” não um vereador, mas o próprio prefeito. Seria uma representação de que a cidade de Picos estava apoiando o desenvolvimento do governo brasileiro, com a instalação do 3º BEC, rumo à integração nacional.

Nesse ponto, questionamo-nos: o que é um autor, quando várias vezes se fizeram presentes na construção de um objeto¹³⁹? E não apenas vozes contemporâneas estiveram presentes no momento de uma fala/escrita. É preferível ser não o começo daquilo que foi dito. É preferível ser um dentre os que foram envolvidos por tal pensamento¹⁴⁰. A questão que se coloca é a seguinte: onde a incoerência da “autoria” se alojou nos discursos que foram proferidos nas atas das Sessões da câmara dos vereadores, referentes ao *Projeto de Lei de nº 33*?

Não sabemos os motivos que levaram o vereador Djalma Pereira a pedir a retificação da autoria, mas podemos pensar que se dentro dos discursos existem as seleções daquilo que pode ser falado e aquilo que não pode ser falado, de igual forma, existem seleções dentro dos discursos para determinar quem são os autores dos discursos. São os processos de interdição do que é dito. Assim, a incoerência apareceu no momento em que Djalma Pereira reivindicou

¹³⁸ OLIVEIRA, Jailson Dias de. **MDB E ARENA**, Cultura Política na cidade de Picos durante o regime militar (1964-1985). 2012. 100f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2012, p. 11.

¹³⁹ SPINK, Mary Jane. Apresentação. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 12-13.

¹⁴⁰ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 5.

autoria para o prefeito Francisco Bezerra, colocando-se, ao mesmo tempo, como criador de um “Substitutivo” para o mesmo projeto de lei. A nossa análise não reivindicou a autoria do projeto de lei para o vereador. Buscamos, ao contrário, mostrar de que maneira os discursos utilizaram a sua maquinaria para construírem o seu autor. Acreditamos que a construção de um “autor”, dentro do discurso, aconteceu porque nem todas as regiões de um discurso estavam abertas para todos aqueles que desejam proferir algo¹⁴¹. No caso de Djalma Pereira, a área de produção discursiva do projeto que permitiu a instalação do 3º BEC em Picos não estava acessível para que ele assumisse o posto de fala.

1.3.3 O 3º BEC e o alargamento do espaço urbano: a cidade de Picos enquanto um imã

Após o imbróglio envolvendo a “autoria” do *Projeto de Lei de nº 33*, no início do ano de 1971, o prefeito Francisco Bezerra apresentou como *Projeto de Lei de nº 40*, do ano de 1971, a desapropriação de um terreno que foi doado ao Ministério do Exército, para serem construídos a vila militar e o quartel do 3º BEC.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a desapropriar amigavelmente e até Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), um terreno de propriedade do cidadão José de Moura Monteiro, medindo 1.000 metros de frente por 1.000 metros de fundos, à margem da BR. 316, na área denominada “UNHA DE GATO”, da Fazenda Sussuapara dêste município, para doação ao Ministério do Exército e para construção da vila Militar e quartel do 3º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção).

§ 1º - O pagamento da desapropriação autorizada no Art. 1º desta lei, correrá por contada do Estado do Piauí e Prefeitura Municipal, (crédito aberto pela lei nº 792, de 31/12/970), da seguinte forma:

Govêrno do Estado.....	Cr\$ 48.000, 00
Prefeitura Muncipal.....	Cr\$ 12.000,00

Art. 2º - Fica igualmente o Chefe do Executivo Municipal autorizado a assinar com o Estado do Piauí, convênio de valor de Cr\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil cruzeiros), para recebimento da cota parte dêste, como responsabilidade ao pagamento da quantia estipulada no § 1º.

Art. 3º - Fica ainda o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a doar ao Ministério do Exército, a área desapropriada.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Picos, em 27 de janeiro de 1971.¹⁴²

O projeto de lei acima apresentou mais uma vez a informação acerca da aquisição do terreno que foi doado ao Ministério do Exército, como forma de serem construídos o quartel e

¹⁴¹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 35.

¹⁴² PROJETO de lei de nº 40 da Câmara dos vereadores da cidade de Picos. Folha nº 1. 1970.

a vila militar do 3º BEC, na cidade de Picos. Se Bertino Filho lançou como sentido para a instalação do 3º BEC, a estrutura que a cidade ofereceu; e se Francisco Pires, lançou como sentido, um senador “desmantelado” do Rio Grande do Norte que não conseguiu “segurar” o batalhão no estado do Rio Grande do Norte, enquanto o senador Helvídio Nunes de Barros, do estado do Piauí, no início da década de 1970, conseguiu “puxar” o 3º BEC para Picos, o *Projeto de Lei de nº 40*, apresentou outro sentido.

Não foi apenas a cidade que arcou com a compra do terreno, mas o estado do Piauí também. O *Projeto de Lei de nº 33* arcou com Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros); e o estado do Piauí liberou através de convênio, a quantia de Cr\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil cruzeiros), já que o preço do terreno que foi desapropriado de José de Moura Monteiro era de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros). Percebemos que a produção de sentidos em torno da instalação do 3º BEC, não aconteceu na mesma direção. Por meio das entrevistas que realizamos com Bertino Filho e Francisco Pires, e o *Projeto de Lei de nº 40*, da câmara dos vereadores da cidade de Picos, um pensamento ficou presente: a produção de sentido no cotidiano é um empreendimento coletivo. Bertino Filho e Francisco Pires atribuíram sentidos a instalação do 3º BEC, levando em consideração os fenômenos e as situações que vivenciaram¹⁴³.

Outra informação apresentada pelo *Projeto de Lei de nº 40* foi de que o local em que o quartel e a vila militar do 3º BEC foram construídos, no início da década de 1970, conhecido como “Fazenda Sussuapara”, na localidade denominada de “Unha de Gato”, pertencia à zona rural da cidade. Somente em junho de 1971, o prefeito Antônio de Barros Araújo, que havia vencido as eleições de 1970, representando a sigla política ARENA e que havia assumido a prefeitura em janeiro de 1971¹⁴⁴, lançou o *Projeto de Lei de nº 6*, reconhecendo como bairro integrante de Picos, o lugar “Unha de Gato”¹⁴⁵. A instalação do 3º BEC serviu também para alargar os domínios do espaço urbano da cidade. Outra percepção ficou presente: a de que o prefeito Antônio de Barros Araújo, através da construção de sua “realidade”, criou a representação de que a instalação do 3º BEC, no lugar “Unha de Gato”, não pertencia mais ao espaço rural. Pertencia, com isso, ao espaço urbano da cidade. E, dessa

¹⁴³ SPINK, Mary Jane; Medrado Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 41.

¹⁴⁴ OLIVEIRA, Jailson Dias de. **MDB E ARENA**, Cultura Política na cidade de Picos durante o regime militar (1964-1985). 2012. 100f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2012, p. 82.

¹⁴⁵ ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1970, p. 135.

forma, por meio da representação, o espaço urbano pode ser alterado¹⁴⁶. Se Picos, em convênio com o governo do estado do Piauí, tinha garantido a doação do terreno que seria o local de construção da vila militar e do quartel do 3º BEC, assumiu a partir desse momento uma característica importante: a de ser um *imã*¹⁴⁷.

Durante a década de 1970, a cidade de Picos atraiu pessoas para os seus domínios. Tornou-se um *imã* que movimentou os moradores da cidade, que esperavam dias melhores; e as pessoas que vieram do Rio Grande Norte, para manterem seus empregos, desejando também melhorarem de vida. A transferência do 3º BEC e a promessa de construção da Transamazônica provocou nos moradores de Picos e nas pessoas que vieram do Rio Grande do Norte, uma *expectativa*. E, para relatarmos a vinda dessas pessoas para a cidade, é preciso que conheçamos antes o processo de transferência do 3º BEC da cidade de Natal para a cidade de Picos. Processo que causou comoção nos moradores de Natal, no Rio Grande do Norte, por conta dos parentes e amigos que estavam deixando a cidade.

1.3.4 A despedida: o 3º BEC e a sua transferência para Picos

No dia 21 de maio de 1971, o *Registro Histórico do 3º BEC*, através da transcrição de *Boletim Interno de nº58*, de 21 de maio de 1971, expressou uma nota intitulada *Despedida do 3º B E CNST*, que foi escrita pelo General Carlos de Meira Matos, retratando a transferência do 3º BEC da cidade de Natal, do Rio Grande do Norte, para Picos, no Piauí.

[...] No setor de apoio ao desenvolvimento regional, o 3º BEC deixa neste Estado a lembrança de sua eficiência operativa como Unidade de construção, marcada indelevelmente no território Norte-Riograndense através dos 420 quilômetros de rodovia construídas, 378 quilômetros de pavimentadas, 52 quilômetros de ferrovia implantadas, 827 casas populares construídas em convênio com o Banco Nacional da Habitação, 22 poços perfurados e pelo atendimento a milhares de flagelados nas frentes de trabalho. Por todos êsses excepcionais méritos, êste Cmdo interpretando os sentimentos de tôda Guarnição e da família militar natalense, expressa aos Cmt, Oficiais, Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados do BEC, as manifestações de sua tristeza ao vê-los partir, tristeza só compensada pela certeza que temos de que em sua nova missão em Picos, integrado na tarefa pioneira de abrir a Transamazônica, o 3º BEC continuará com o mesmo entusiasmo e eficiência a servir à causa do engrandecimento do Exército e do Brasil¹⁴⁸.

¹⁴⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53, jun. 2007, p. 15.

¹⁴⁷ ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 12.

¹⁴⁸ REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 2, 1971.

Carlos Matos expressou que “toda” a guarnição de Natal ao tempo do seu discurso, estava triste pela transferência do 3º BEC para Picos. Uma tristeza que só foi compensada pela “certeza” de que em sua nova missão, continuaria com “eficiência” e “entusiasmo”. Uma missão que era pioneira, já que pretendia “abrir a Transamazônica”. Nas palavras de Carlos Matos, a tristeza existia também, por causa dos serviços prestados que o 3º BEC realizou no estado do Rio Grande do Norte. Foi uma forma de compreender os serviços que foram desempenhados pela guarnição, já que se o 3º BEC construiu trechos de rodovias e de ferrovias; casas populares; e poços perfurados, a sensação que permaneceu foi de que muito mais poderia ser construído no estado do Rio Grande do Norte, mas, naquele momento, os esforços estavam planejados para outra cidade: Picos, no Piauí.

Assim, se uma *expectativa* pode ser gerada através de uma *experiência*, e o contrário também pode acontecer, a expectativa de que a cidade de Picos seria integrada através da construção da Rodovia Transamazônica, oferecendo dias melhores para seus habitantes, foi possível de acordo com a fala de Carlos Matos, a partir das obras que o 3º BEC já tinha feito no estado do Rio Grande do Norte¹⁴⁹. O sentimento de que o 3º BEC desempenharia na cidade os mesmos trabalhos feitos em Natal, no Rio Grande do Norte, foram formados a partir da experiência que o 3º BEC teve anteriormente. Ou seja, a partir da maneira que o General construiu a sua realidade, que se tratou de uma experiência, ele formulou em seu discurso que essa experiência seria construída também em Picos¹⁵⁰.

Nos dias 22 e 23 de maio de 1971, em cumprimento do *decreto nº 67.423*, de 20 de outubro de 1970, que permitiu a transferência da sede do 3º BEC, a unidade se transferiu para Picos, por meio de transportes aéreos e terrestres, envolvendo servidores civis e militares¹⁵¹. A partir de entrevistas que realizamos com Bertinho Filho, Francisco Pires e Inês Pires, conhecemos alguns sentidos que foram lançados sobre a transferência do 3º BEC e sobre a viagem de transferência. Bertinho Filho, por exemplo, não acreditava na (possível) transferência do 3º BEC para Picos, no ano de 1970.

Caro colega, eu vim no destacamento precursor. No dia 21 de novembro de 70, nós chegamos aqui. Nós éramos aproximadamente, umas 80 a 100 pessoas, umas 10 viaturas. Eu mesmo, quando conversava com os colegas lá em Natal, antes de vim pra cá, eu num acreditava nunca, porque diziam que o governo não tinha dinheiro pra nada, o que contavam pra gente era a miséria. O salário dos militares era uma coisa que a gente não tinha nem geladeira em casa, naquela época, pra você ter uma ideia, né? E quando

¹⁴⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 307.

¹⁵⁰ TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983, p. 8.

¹⁵¹ REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 2, 1971.

diziam: não, vão mandar o batalhão pra Picos. Eu num acreditava. Conversei muitas vezes com o capitão [...] que foi o nosso comandante do destacamento, pra aqui pra Picos, e eu dizia: capitão eu num acredito não, porque diz que o Brasil não tem dinheiro pra nada, e como é que vai pegar uma unidade dessa e fazer uma transferência pra Picos? Mas aí fomos transferidos, né?¹⁵²

O que se comentava naquele período, de acordo com sua fala, era que o governo brasileiro não tinha dinheiro para nada. Na busca de lançar sentido para a falta de dinheiro do governo brasileiro, destacou que o salário dos militares não era suficiente, já que nem uma “geladeira” os militares possuíam. Os comentários que o ajudaram a criar uma imagem de que o governo brasileiro não tinha dinheiro naquele período, serviram para reforçar o desejo do presidente Emílio Médici e do Ministro Mário Andreazza, de “colonizar” a região amazônica, já que se acreditava que a Amazônia possuía muitas riquezas que poderiam ajudar no crescimento econômico do Brasil. Quando o comandante do 3º BEC recebeu a transferência deste para Picos, Bertino Filho ficou surpreso. Destacou que veio para a cidade de Picos no “destacamento precursor”, composto por “10 viaturas”, comportando entre “80 a 100 pessoas”, ainda no ano de 1970. Já Francisco Pires, só veio no ano de 1971.

Ave Maria! No primeiro escalão que veio pra aqui, veio 31 viatura. Era uma extensão como daqui a Paraibinha pra chegar na pista lá, só de gente, de um lado e outro. Tudo chorando. Depois vou lhe mostrar uma [...] que eu tenho aí. Aí tudo chorando, porque aquele povo foi transferido e deixou a família por lá, de filhos, de mulher. Primeiro vieram os homens, depois que se arrancharam aqui, vieram buscar as famílias e namorada. Aí chorava gente demais. Fazia pena[...]. Eu cheguei aqui no fim de 71. Eu vim, eu fiquei lá em Natal, no escalão recuado, toda repartição, ficou no escalão recuado. Esse escalão recuado, quer dizer o seguinte. Eu trabalhava nos serviços gerais, então cortava madeira, material e aquele povo que ficava nas repartição e a gente embalando. Embalava e mandava pra aqui, viu? Até que terminou de vim toda [...] pra aqui, aí saíram no último escalão e veio o resto todinho de lá pra cá. Já foi no mês de outubro. Já foi no mês de outubro que viemos pra aqui.¹⁵³

Ao contrário de Bertino Filho, que veio para a cidade de Picos no ano de 1970, o senhor Francisco Pires só veio no ano de 1971. Ele disse que ficou na cidade de Natal no “escalão recuado”. Esse escalão era formado por trabalhadores dos serviços gerais que ficaram na antiga sede do 3º BEC, cortando madeira, para embalar e destinar o material que tinha ficado por lá e que tinha como destino a cidade de Picos, a nova sede do 3º BEC. Quando esse trabalho terminou, Francisco Pires veio para Picos, já em outubro de 1971.

¹⁵² VASCONCELOS FILHO, José Bertino de. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 25 de julho de 2013.

¹⁵³ PIRES, Francisco das Chagas. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

Sobre a despedida das pessoas que foram transferidas junto com o 3º BEC, Francisco Pires falou que o “primeiro escalão” era composto, por cerca de “31 viaturas”, todas enfileiradas, com familiares chorando de um lado e de outro. Destacou ainda, que primeiro vieram os homens, e só depois que se instalavam aqui, voltavam ao Rio Grande do Norte para buscar familiares e namoradas. Sobre a viagem de transferência, Inês Ilma da Cruz Pires, falou sobre a despedida e o período que esperou o seu marido, Severino Ramos Pires, encontrar um local para morarem na cidade de Picos.

Aí primeiro veio os homens, nera? E a família ficava. Por que primeiro eles vinham pra conseguir casa aqui e arrumar tudo pra poder trazer a família. Eu sei que Severino chegou aqui, ele veio em 72. Foi 72. Ah, perdão. Foi 71, porque os primeiros, os maquinários, vieram logo em 70. Aí em 71 começou eles virem a trabalhar, né? Aí começou a trabalhar aí na construção do BEC e noutras coisa por aí. Aí em 71, ainda, ele foi me buscar. Era assim, juntava uma família, juntava com um bocado de família, que a gente vinha em ônibus e os móveis vinham em caminhão. Aí juntava umas família que completasse um ônibus, né? Aí foi assim que foi chegando as família. Vinha um, com o ônibus, trazia um bocado de família, aí voltava já tinha outro grupo lá preparado pra vir. Até que veio muita gente na época. O pessoal que trabalhava no BEC foi pouca gente que num quis vim, não veio, mas a maioria veio aqui pra Picos, né? Desse jeito aí que eu tô falando. A gente vinha em ônibus e os móveis vinha em caminhão. E aí dentro do ônibus a gente se arrumava, nera? Quem tinha menino pequeno armava as redes dentro do ônibus... Armava as redes dentro do ônibus e deitava os meninos (risos). Foi uma viagem até divertida, né? Foi até bom, viajar um dia e uma noite. Que na época de ônibus era essa pisadinha aí.¹⁵⁴

O trecho narrado por Inês Pires fez-se importante, porque ela não era servidora do 3º BEC, e configurou-se na fala de uma mulher que teve a sua vida alterada por causa da transferência de seu marido (que era irmão do senhor Francisco Pires), para a cidade de Picos, juntamente com o 3º BEC. Contou-nos no trecho acima, que primeiro vieram os “maquinários” em 1970 e que em 1971, vieram os homens para procurarem lugar para morarem com seus familiares. Um desses homens foi o seu marido Severino Pires. Ela contou que o seu marido foi lhe buscar ainda no ano de 1971. Para viajar, ela revelou que era preciso juntar a quantidade de famílias necessárias para lotar um ônibus, que ficava se deslocando de Picos para Natal. Sobre a viagem, relatou que as famílias se deslocavam de ônibus, enquanto os seus móveis eram transferidos em um caminhão. De acordo com a sua fala, a viagem durava “um dia e uma noite”. Para as crianças dormirem, eram armadas redes dentro do ônibus.

¹⁵⁴ PIRES, Inês Ilma da Cruz. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

A transferência da família de Inês Pires representou um paradoxo: enquanto o seu marido manteve o emprego de funcionário civil, com a sua permanência no 3º BEC, Inês Pires, que trabalhava como costureira perdeu a sua freguesia, com a vinda para Picos. Ela contou que sempre gostou de trabalhar. Primeiro trabalhou como professora e depois como costureira.

Os sentidos que foram lançados por Bertino Filho, Francisco Pires e Inês Pires foram diferentes, no que concerne à transferência do 3º BEC e a viagem para Picos. Bertino Filho não acreditava que o 3º BEC fosse transferido, já que os militares, nas suas palavras, ficavam sabendo apenas da parte da “miséria”; sobre a transferência, Bertino Filho e Francisco Pires empreenderam que a transferência significava a permanência no emprego, enquanto que para Inês Pires significou a permanência do emprego do seu marido, Severino Pires, e a perda da freguesia que se utilizava de suas costuras; o que permaneceu em comum entre os três narradores foi o sentimento que assolou os moradores da cidade de Natal, no início da década de 1970, já que muitos se separaram dos seus familiares.

Se o governo brasileiro lançou como sentido para a transferência do 3º BEC, a necessidade de construção da Transamazônica, presente no *Boletim Interno de nº58* de 21 de maio de 1971, lançado pelo General Carlos de Meira Matos; e a necessidade de se criar empregos para as pessoas que viviam desempregadas na cidade, como forma de diminuir as chances de incitação dos comunistas entre os pobres que viviam na cidade de Picos, já que esse perigo existia, conforme relatamos em páginas anteriores; Bertino Filho e Francisco Pires viram a oportunidade de manterem os seus empregos.

A ruptura de sentidos, nos três casos que foram expressos em páginas anteriores, só foi possível, porque ocorreu uma *ruptura com o habitual*. Uma entrevista, geralmente foca em um ou mais temas, mas isso não significa que os sentidos que foram gerados pelos entrevistados, seguiu o sentido feito pelos entrevistadores. No momento em que as respostas se dissociaram do habitual, as práticas discursivas ganharam sentidos diversos¹⁵⁵. Se Bertino Filho, Francisco Pires e Inês Pires criaram expectativas acerca da nova vida que levariam na cidade de Picos, isso aconteceu, porque a expectativa é ligada ao individual e ao interpessoal¹⁵⁶.

¹⁵⁵ SPINK, Mary Jane; Medrado Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 45.

¹⁵⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 310.

1.3.5 Uma cidade “estranha”: as sensibilidades de Inês Pires quando chegou à cidade de Picos

Inês Pires relatou que sentiu vontade de chorar quando chegou a Picos. Ela disse que achou “tudo estranho”. Era uma cidade que, em sua opinião, era “ruim”. A expectativa gerada por Inês Pires ao deixar a cidade de Natal era diferente da expectativa que ela passou a ter, quando chegou à cidade. Por ser ligada ao individual, a expectativa assume diversas características, podendo aparecer através de esperança e medo. Se através do narrar de Inês Pires, foi possível percebermos a expectativa que foi gerada sobre a transferência de sua família da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, para a cidade de Picos, de igual forma pudemos perceber a sensibilidade que também foi formada nesse percurso.

O historiador que busca uma análise das sensibilidades deve empreender o seu olhar para atos, ritos, palavras e objetos da vida material. Inês Pires, por exemplo, expressou a sua sensibilidade sobre a cidade de Picos no início da década de 1970, através de palavras¹⁵⁷. Ao deixar a cidade de Natal, o seu sentimento foi de “esperança”, já que o emprego do seu marido havia se mantido; e quando chegou a Picos, o seu sentimento passou a ser de “medo”. Achou a cidade “estranha”. Tal qual a expectativa que foi criada pelo governo brasileiro, para as pessoas que vieram de Natal, incluindo Inês Pires, as sensibilidades também foram criadas. Inês Pires esperava, à primeira vista, mas ao chegar ao seu destino, o desejo de melhorar de vida foi desfeito. Ela passou a temer que os seus desejos não fossem conquistados¹⁵⁸.

Isso aconteceu porque os sujeitos históricos que vivem/viveram um mesmo período não são/eram contemporâneos, segundo uma série de fatores, como a “idade”, a “categoria social”, o “local geográfico” e os “signos culturais” que foram compartilhados¹⁵⁹. A partir de determinadas variáveis, o desejo de retorno de uma temporalidade (já vivida) se faz presente. Algumas questões, independente da época, aparecem novamente, porque o tempo não é linear. Os olhares não se voltam somente para o futuro, mas para o passado também. E assim, se para Inês Pires a cidade de Picos era “estranha”, compreendemos que o “espaço geográfico” em que lhe pertencia era diferente daquela que ela encontrou quando chegou à cidade. Inês Pires, pelo desejo de retorno à cidade de Natal, no Rio Grande do Norte,

¹⁵⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 58.

¹⁵⁸ PIRES, Inês Ilma da Cruz. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

¹⁵⁹ CORBIN, Alain. O prazer do historiador. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº 49, p. 11- 31, 2005, p. 16.

direcionou as suas palavras para falar sobre essa inquietação dos seus sentimentos que começaram a se formar, nos primeiros momentos em que pisou em Picos¹⁶⁰.

Compreendemos que se o Estado brasileiro gerou expectativa para Inês Pires, prometendo melhorias de vida com a transferência do 3º BEC, mas ao mesmo tempo ela se frustrou ao chegar à cidade de Picos, já que sentiu “vontade de chorar”, entendemos que o Estado brasileiro prometeu instalar as pessoas que trabalhavam no 3º BEC e que vieram da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, em um *lugar*, ou seja, permitindo que essas pessoas se sentissem seguras. No entanto, ao chegar, através da sua sensibilidade, passou a não se sentir segura. Assim, para Inês Pires, a cidade de Picos representava um *espaço* e não um *lugar*, tendo em vista que ela não tinha um ponto para fixar os seus desejos de melhorar de vida e tão pouca estava familiarizada com a cidade¹⁶¹. A análise das formas em que Inês Pires representou a cidade, ao chegar ao seu espaço no ano de 1971 significou uma análise no campo da *história das sensibilidades*, porque esse tipo de estudo se caracteriza por identificar a maneira que os sentidos foram utilizados para criarem imagens do outro. Inês Pires, a partir do que viu na cidade de Picos, no ano de 1971, representou-a enquanto uma cidade “estranha”¹⁶².

1.3.6 Nos caminhos da integração: o discurso anticomunista do Coronel João Ferreira de Almeida na inauguração das pistas laterais da BR-230-316

Passada a viagem de transferência do “destacamento precursor” do 3º BEC para a cidade de Picos, o Tenente Coronel Eliano Moreira de Souza, em formatura da Unidade, declarou instalada na cidade de Picos, a sede do 3º Batalhão de Engenharia de Construção em 24 de maio de 1971¹⁶³. Com a sede instalada, ocorreu em agosto do mesmo ano, a transferência do Comando do 3º BEC, de Eliano Moreira, para o Tenente Coronel João Ferreira de Almeida. Solenidade que contou com a presença do governador do estado do Piauí da época, Alberto Silva, e de autoridades civis e militares da cidade¹⁶⁴. À medida que o 3º BEC começou a realizar suas construções, alguns sentidos foram lançados em sua direção. O

¹⁶⁰ REZENDE, A. P. M. **X Encontro Nacional de História Oral**- testemunhos: história e política. Recife. p. 1-6. 26 a 30 de abril de 2010. (Anais eletrônicos). p. 2.

¹⁶¹ TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983, p. 3.

¹⁶² CORBIN, Alain. O prazer do historiador. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº 49, p. 11- 31, 2005, p. 19.

¹⁶³ REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 2, 1971.

¹⁶⁴ REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 3, 1971.

jornal *Diário de Notícias* em reportagem intitulada *Exército continua contribuindo com a integração: estradas*, lançou seu olhar para o 3º BEC da seguinte maneira:

O 3º Batalhão de Engenharia de Construção, sediado na cidade de Picos, no Piauí, vem marcando sua presença naquele Estado e no do Maranhão através da execução de grandes obras rodoviárias, confirmando, assim, a grande contribuição dada pelo Exército a nossa total integração nacional. De suas realizações podemos destacar: construção em pavimentação asfáltica, de 110,30 km de estradas entre Picos e Valença, permitindo a ligação da primeira cidade com a Capital Piauiense; construção em revestimento asfáltico de 20 km de estrada na BR 407, em direção Picos-Petrolina (PE); construção, em revestimento primário, de 20 km de estrada, na BR-020, entre Picos-Divisa PI-CE, e 36 km de estrada de 1º abertura, na BR-230-MA, entre Carolina (MA) e Riachão (MA) [...]¹⁶⁵

A partir do trecho acima, o 3º BEC recebeu um sentido do jornal *Diário de Notícias*: o batalhão que ajudava o exército brasileiro a cumprir a sua missão de “total integração nacional”. Para isso destacou obras que o 3º BEC havia realizado, enfocando na construção da BR-316, ligando Picos à cidade de Teresina; e a construção da BR-230, no estado do Maranhão, entre as cidades de Carolina e Riachão. Foi uma maneira encontrada pela reportagem para afirmar que a integração nacional, prometida pelo governo brasileiro através do Programa de Integração Nacional, estava sendo realizada. Em outras palavras: o Brasil estava no rumo “certo”. E, sobre a construção da BR-316, no trecho que ligou a cidade de Picos à cidade de Teresina, o *Registro Histórico do 3º BEC*, apresentou que em setembro de 1972, o 3º BEC recebeu a visita de inspeção de dois generais, que percorreram o trecho da “BR 316-Picos-Teresina, até Valença”¹⁶⁶. Essa mesma comissão, visitou as obras da BR-230 e BR316, dos trechos em que o 3º BEC ficou encarregado de construir¹⁶⁷.

Se a reportagem do jornal *Diário de Notícias* aproximou-se do *Registro Histórico do 3º BEC*, percebemos que o jornal constituiu-se em um “autor” do discurso. E o “autor” aqui não foi entendido como aquele que pronunciou o discurso pela primeira vez, porque não foi a nossa pretensão determinar o início ou final do discurso. O discurso não é uma *raiz* que vai se transformando, ao passo que permanece com um mesmo sentido. O discurso é um *rizoma*. É formado por vários sentidos que romperam a ordem expressa de um sentido que pretendeu ser o único verdadeiro. Por isso não é possível determinar o início ou final de um discurso¹⁶⁸. O autor também não foi entendido como aquele que escreveu ou que falou algo. O autor foi

¹⁶⁵ EXÉRCITO continua contribuindo com a integração: estradas. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, s/ano, nº 15.426, p. 6, 6 fev. 1973.

¹⁶⁶ REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 4, 1972.

¹⁶⁷ REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 4, 1971.

¹⁶⁸ DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. Introdução. In: _____; _____. *Mil platôs- Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 16.

entendido enquanto unidade e significação do discurso¹⁶⁹. E através da sua reportagem intitulada *Exército continua contribuindo com a integração: estradas*, o jornal *Diário de Notícias* deu unidade e agrupou o discurso que foi institucionalizado pelo *Registro Histórico do 3º BEC*.

Em 31 de março de 1973, o Comandante do 3º BEC, o Coronel João Ferreira de Almeida, realizou na Praça Félix Pacheco a entrega das pistas laterais da BR-316-230, ou seja, as pistas laterais da Rodovia Transamazônica, no trecho que passou a cortar Picos. Ocasão que gerou uma disputa na câmara dos vereadores, sobre a transcrição do pronunciamento que João de Almeida realizou nesse dia. Para analisarmos o pronunciamento, é preciso que antes analisemos a disputa que esse pronunciamento gerou entre os vereadores, durante uma sessão da câmara dos vereadores.

Foi público haver sido realizado nesta Guarnição o programa abaixo transcrito, em comemoração ao aniversário da Revolução Democrática de 31 Mar/ 64:

- 0530- Alvorada festiva na Praça Félix Pacheco
- 0715- Dispositivo pronto do Btl na BR-316, na Av Central-Picos-PI
- 0730- Apresentação da tropa ao Cmt do Btl.
- 0735- Leitura da ordem do Dia
- 00740- Palavras do Cmt do 3º BE Cnst
- 0750- Entrega oficial à cidade das pistas laterais da BR-316 e início da Ação Cívico- Social (ACISO) [...] ¹⁷⁰

No trecho acima, podemos destacar alguns sentidos que foram formados. O primeiro diz respeito ao local em que houve a entrega das pistas laterais da BR-316-230, na cidade de Picos: a Praça Félix Pacheco. Tratou-se de uma parte central da cidade, logo, subentende-se que o desejo de João de Almeida foi abranger o seu discurso para a maior quantidade de cidadãos possíveis naquela data. Se a entrega foi feita por lá, a pretensão do 3º BEC foi mostrar para os habitantes da cidade de Picos que a cidade estava sendo integrada, no sentido proposto pelo PIN. O segundo sentido diz respeito ao dia que foi escolhido para esse evento: 31 de março de 1973. Essa data corresponde ao dia em que ocorreu o Golpe civil-militar de 1964. Sendo assim, o dia não foi escolhido de forma aleatória. Ele foi escolhido com algum sentido. Mas para descobirmos em que sentido aconteceu à escolha, precisamos entrar em contato com o discurso que foi proferido.

Durante uma sessão que ocorreu na câmara dos vereadores em junho de 1973, foi negada a solicitação que o vereador Emir Maia Martins havia feito, no desejo de que o discurso proferido pelo Coronel João de Almeida fosse transcrito em ata. A justificativa

¹⁶⁹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 25.

¹⁷⁰ REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 1, 1973.

utilizada pelo vereador Emir Maia foi de que se tratava de uma homenagem feita pelo Coronel, para a “revolução de 31 de março”. Os vereadores “concordaram” com a solicitação de Emir Maia, em primeiro momento, mas depois “discordaram”¹⁷¹. Se o desejo do vereador foi justificado pela data em que o discurso foi feito, devemos conhecer as palavras de João de Almeida. O seu pronunciamento foi transcrito, na ata da Sessão do dia três de agosto de 1973.

Comemoramos hoje o 9º Aniversário da Revolução democrática de 31 de março de 1964. **Exatamente há 9 anos o nosso país emergia das garras comunistas para trilhar os caminhos da Democracia, da Liberdade, da Paz, do Trabalho, do Progresso e de Deus.** Naquele dia o glorioso Exército de Caxias levantou-se em peso apoiado pelas armas e sobretudo pelo povo brasileiro para dizer um Basta àquele governo que a passos céleres encaminhava nossa pátria para a órbita do comunista internacional. Naquele dia nos propusemos a jamais esperar suplantar os sacrifícios com milagres mas tão somente acreditar no milagre do sacrifício.¹⁷² (grifo nosso).

João Ferreira de Almeida lançou acepção para aquela data. Relatou que aquele dia o exército estava comemorando o “9º Aniversário da Revolução democrática de 31 de março”. Se a sua fala se iniciou tocando nesse assunto, compreendemos que a entrega das pistas laterais da BR-316-230 visava, também, lançar um sentindo: o governo brasileiro estava no rumo “certo”, enquanto cumpria uma de suas promessas: afastar o país do comunismo. Para isso, o Coronel João de Almeida lançou as suas formulações naquele dia.

Se o governo afastava-se do comunismo, em sua opinião, as características que foram lançadas para o governo brasileiro trouxeram, implicitamente, pontos negativos para o comunismo. Se o país, de acordo com o discurso, estava seguindo rumo ao “progresso” e em busca de “Deus”, significava, em outras palavras, que com o comunismo o “progresso” não existiria e que o comunismo se afastava de “Deus”. Com respeito a isso, não era novo para o Piauí que um discurso anticomunista estivesse direcionando-se para “Deus”. Por “discurso anticomunista”, entendemos que é o conjunto de enunciados composto por indivíduos ou grupos que lutam/lutaram contra o comunismo, no que diz respeito à síntese marxista-leninista, que permitiu a criação do bolchevismo e do modelo soviético¹⁷³. Durante a década de 1960, de acordo com Marylu Alves de Oliveira, o estado do Piauí, principalmente as

¹⁷¹ ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1973, p. 184.

¹⁷² ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1973, p. 189.

¹⁷³ MOTTA, R. P. S. Introdução. In: _____. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002, 19.

idades de Teresina e Parnaíba, políticos e intelectuais já tinham usado a “moral cristã” e a “fé em Deus”, como forma de “repelir” o comunismo, ou pelo menos tentar¹⁷⁴.

O discurso do Coronel João de Almeida não pode ser lido somente pela época em que foi proferido. Se, para ele, o comunismo era uma ameaça, significava que em sua fala, de forma implícita, alguns sentidos que foram lançados sobre o comunismo em épocas anteriores, fizeram-se presentes. Esses sentidos permaneceram no tempo, mesmo com as mudanças nos contextos históricos¹⁷⁵. São sentidos que ficaram circulando no social, até o momento em que foram refletidos dentro da disputa macro da política daquele período¹⁷⁶. Uma fala de Bertino Filho, sobre o que ele chamou de “Revolução de 64”, ajuda-nos na compreensão da discussão que foi levantada sobre os sentidos que permanecem no social.

Que a revolução de 64 não foi um golpe de estado. Foi o povo que vendo desmantelo, que a gente tava bem próximo da linha de ser comunista, aí o povo num aceitava porque nós temos, vamos assim dizer, um treinamento nosso, uma amizade nossa, os cursos que os oficiais faziam, era tudo com os Estados Unidos, dificilmente a gente mexia com a China, Japão, Alemanha... A gente era mais do lado ocidental.¹⁷⁷

A sua fala, no trecho acima, tratou-se de uma interpretação da mesma data que foi abordada pelo Coronel João Ferreira de Almeida: o dia 31 de março de 1964. Para Bertino Filho, de forma implícita, ocorreu o distanciamento entre militares e comunistas, porque o “povo num aceitava”. E também, porque os cursos que os oficiais do exército faziam, eram “tudo com os Estados Unidos”.

A fala de Bertino Filho aproximou-se de uma análise que Marylu Oliveira fez sobre a maneira que o discurso anticomunista trabalhou nos Estados Unidos. Para ela, o discurso anticomunista que foi expresso entre os Estados Unidos serviu também para retirar o país do isolacionismo que viveu por algum tempo. Em busca de combater a “real ameaça comunista”, a política americana tentou implantar a sua estratégia internacional: primeiro na Europa, depois na Ásia e por fim na América Latina¹⁷⁸. Se o senhor Bertino Filho disse que os cursos feitos pelos oficiais eram realizados na proximidade com os Estados Unidos e que

¹⁷⁴ OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Contra a Foice e o Martelo**: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959- 1969: uma análise a partir do jornal O Dia. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007, p. 15.

¹⁷⁵ SPINK, Mary Jane; Medrado Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 43.

¹⁷⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Estudos históricos**. 1992, p. 270.

¹⁷⁷ VASCONCELOS FILHO, José Bertino de. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 25 de julho de 2013.

¹⁷⁸ OLIVEIRA, Op. cita., p. 23.

difícilmente o exército “mexia” com a China, Japão ou Alemanha, a sua fala foi de encontro às regiões que os Estados Unidos tentaram implantar a sua política, como relatou Marylu Oliveira.

E o discurso de João de Almeida prosseguiu do seguinte modo:

Hoje, num ato concreto da obra revolucionária, vamos fazer a entrega a cidade de Picos destes pequenos melhoramentos milagres do nosso sacrifício que tanto melhoraram a impressão da passagem por esta querida e acolhedora terra. São eles os arruamentos laterais com as obras de drenagem das ruas que margeiam a BR/316-230, rodovia federal que serve de a Picos e cujo trecho totalmente pavimentado e sinalizado de Picos a Valença será inaugurado depois de amanhã pelo Exmo Sr. Presidente da República no momento em que também inaugurará a ponte sôbre o Rio Parnaíba em Teresina.¹⁷⁹

Portanto, o sentido lançado no fragmento acima, foi de que a entrega dos trechos da BR-316-230, servia para “melhorarem a impressão da passagem por esta querida e acolhedora terra”. Ao se expressar dessa maneira, o sentido lançado por João de Almeida, completou as significações que foram lançadas para Picos, pelo jornalista Rangel Cavalcante, do *Jornal do Brasil*. Já que em sua opinião a cidade precisava de melhoramentos nas suas estradas, pois o transporte mais utilizado por aqui era o jumento. A fala do Coronel João de Almeida, serviu para completar também, a impressão que a dona Inês Pires teve quando chegou à cidade, já que achou “estranha”.

1.3.7 Na bagagem, os sonhos de uma vida melhor: a Rodovia Transamazônica enquanto um horizonte de expectativa

Em reportagem do *Jornal do Brasil*, intitulada *Nordestinos retornam com confiança em melhores dias*, o tema foi o retorno de alguns sujeitos para a região Nordeste, na busca de melhorarem de vida. Um desses nordestinos que o título da reportagem se referiu, foi o picoense Abdias Vasco de Sá.

“Escuto falar que a vida está melhorando no Nordeste. Por isso estou voltando. Tentei me acostumar com São Paulo mas não deu não. A gente ganha um pouco de dinheiro mas as coisas são muito caras”. Esse é o depoimento do pedreiro Abdias Vasco de Sá, 34 anos, natural de Picos, Piauí, colhido na rodoviária paulista, onde, diariamente, vários nordestinos deixam a cidade e retornam para a sua região.

¹⁷⁹ ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1973, p. 190.

A partir das propagandas que foram feitas pelo governo brasileiro, por meio dos jornais, o picoense Abdias Vasco de Sá, que estava em São Paulo no ano de 1976, retornou para a cidade de Picos, porque ouviu falar que a vida estava “melhorando no Nordeste”. Uma espécie de *horizonte de expectativa*¹⁸⁰. Durante a década de 1970, essa expectativa não foi formada somente pela possível construção de uma rodovia, mas de duas. Dentro dos planejamentos do PIN, no ano de 1970, não se cogitou a construção de apenas uma Rodovia Transamazônica, mas de uma segunda também.

Em reportagem intitulada *Transamazônica nº2*, o jornal *Diário de Notícias* apresentou esse planejamento do governo brasileiro.

O Govêrno já está pensando numa segunda Transamazônica. Esta sensacional informação foi colhida ontem por êste colunista em fontes fidedignas do Ministério dos Transportes. O pensamento do Presidente Médici passará a ação, neste nôvo empreendimento integrador, assim que estiver implantada a Transamazônica Sul. Esta é a que ora se encontra em fase de estudos e de realização, partindo de Picos, no Piauí, cruzando com a também projetada Santarém-Cuiabá e indo buscar o Acre pelas cabeceiras dos afluentes meridionais do Amazonas. A Transamazônica Norte será na verdade um terceiro paralelo de integração, considerando-se como primeiro a Transamazônica Sul e como segundo, ou o do meio, a rodovia líquida do próprio Amazonas. A Transamazônica Norte, a ter início ainda no Govêrno Médici, partirá de Macapá, pretendendo chegar aos contrafortes da fronteira com a Colômbia [...]¹⁸¹.

De acordo com o trecho acima, a “Rodovia Transamazônica nº2”, seria a “Transamazônica Norte”, mas que só começaria a ser feita quando a “Transamazônica Sul”, que era a que passaria pela cidade de Picos, fosse terminada. Percebemos que a Rodovia “Transamazônica Norte” se constituiu em um projeto que também mexeu com a vida das pessoas. Foi como a linha do horizonte: as pessoas moveram-se na sua direção, mas o encontro pode não ter acontecido¹⁸².

O desejo do cidadão Abdias de Sá, de voltar para Picos, talvez tenha se formado por um anúncio semelhante ao que foi feito pelo jornal *Diário de Notícias*, sobre a rodovia “Transamazônica Norte”. Os discursos de que a vida no Nordeste estava melhorando, propiciaram a Abdias de Sá, imaginar uma vida melhor em Picos. Uma imaginação que não sabemos se foi cumprida. Foi uma linha, tal qual a linha do horizonte, no ano de 1976, que não foi possível de ser tocada. Mas moveu a sua vida: ele desejou retornar. Para fazer sentido

¹⁸⁰ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 311-312.

¹⁸¹ TRANSAMAZÔNICA nº2. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, s/ano, nº 14.627, p. 6, 8 jul. 1970.

¹⁸² KOSELLECK, Op. cit., p. 311.

naquilo que abordava, nessa mesma reportagem, o *Jornal do Brasil* apresentou uma fotografia da rodoviária em que o picoense Abdias de Sá foi entrevistado.



Imagem 10: Nordestinos em uma rodoviária em São Paulo, manifestando o desejo de retornar para a região de origem, por acreditar que esta estava se desenvolvendo.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

Na imagem acima, o *Jornal do Brasil* procurou fazer sentido para as palavras do picoense Abdias de Sá, pois se este apresentou como desejo o retorno para a cidade de Picos, acreditando que a situação na região Nordeste estava melhorando, tendo em vista que as notícias que chegavam eram esperançosas, a fotografia capturou a cena de uma rodoviária na cidade de São Paulo, em que supostos nordestinos estavam retornando para a região Nordeste, por acreditarem que lá a situação estava melhor do que na cidade de São Paulo.

Na fotografia, em meio às pessoas, apareceram as bagagens de viagens, que carregavam a expectativa de melhorarem de vida na região Nordeste. Outro sentido lançado foi de que muitos nordestinos estavam deixando a cidade de São Paulo, ou seja, uma forma de convencer aqueles nordestinos que ficaram na região Sul do país, de que a região Nordeste estava melhorando, com as construções de estradas. Só não sabemos se a esperança de Abdias de Sá se confirmou ou não. No caso de outra picoense, percebemos que a sua esperança de trabalhar na região Norte foi frustrada.

Em matéria do *Jornal do Brasil* intitulada *Mãe queria trocar filha por uma rede*, a picoense Maria Helena da Silva teve a sua frustração tornada pública.

Viúva, com fome e sem ter onde dormir, Maria Helena da Silva, piauiense, de 26 anos, tentou trocar a filha Maria das Graças, de cinco anos, por uma rede, mas seu desespero custou-lhe a liberdade: no momento em que propunha o negócio ao proprietário de um bar, foi presa e encaminhada, com a menina, ao Juizado de Menores. Maria Helena contou que veio de Picos, no Piauí, com o marido, Raimundo Silva, para trabalhar na Transamazônica,

mas ele morreu no mês passado, esmagado por uma árvore, quando realizava um serviço de desmatamento. O Juiz Rui Silva internou a mulher e a filha na Fundação Bem Estar Social.¹⁸³

Percebemos que a construção da Rodovia Transamazônica gerou um horizonte de expectativa, tendo em vista que movimentou a vida da picoense Maria da Silva, do seu marido Raimundo Silva e da sua filha Maria das Graças. Mas, nem sempre as expectativas são confirmadas. A picoense Maria Helena, que esperava ser amparada pelas promessas do governo brasileiro, a partir do emprego do seu marido na construção da Transamazônica, teve, ao contrário, as suas expectativas frustradas.

A reportagem não deixou claro, mas entendemos que após a morte do seu marido, ela não recebeu assistência. Assim, no momento em que o governo brasileiro produzia sentidos acerca da construção da Transamazônica, Maria Helena não contava com a morte do seu marido. O conceito de horizonte de expectativa tornou-se apropriado para essa análise, porque para ele, aquilo que foi possibilidade um dia de acontecer, também moveu as pessoas. No ato de criação das expectativas, as pessoas vislumbraram, assim como a picoense Maria Helena, uma vida melhor. No entanto, distante da cidade de Picos, ela foi retirada do convívio da cidade de Belém, sendo levada para a “Fundação Bem Estar Social”, tendo a sua vida atravessada pelo discurso do Direito. Esse discurso que esteve a serviço, nesse caso, do reordenamento do espaço urbano de alguma das cidades da região Norte, não permitiu que Maria Helena recebesse ajuda, mesmo após a morte do seu marido, mas, permitiu, ao contrário, a sua prisão, por tentar vender a filha. Maria Helena vislumbrou voltar para Picos, porque as notícias davam conta de que na região Nordeste e na região Norte a situação estava melhor.

Mas, se o picoense Abdias de Sá acreditava que a situação na cidade de Picos estava melhorando, para o prefeito José Nunes de Barros, no mesmo ano de 1976 em que Abdias de Sá desejou retornar, a situação não era favorável, em reportagem intitulada *Prefeitos dizem que fome e desemprego aumentam em várias regiões do Piauí*, presente no *Jornal do Brasil*.

Além de comunicar o assalto à Souza Cruz, o Prefeito de Picos, que é irmão do Senador Helvídio Nunes de Barros (Arena-PI), disse que mais de 80 ônibus e caminhões passam pela sua cidade, diariamente, levando flagelados de várias regiões do Nordeste que fogem da seca e da fome. Acrescentou que “de uns 20 dias para cá” não um só onde não haja um roubo ou um assalto a uma casa comercial. Muitos flagelados de Picos e de outros municípios perambulam pelas ruas da cidade, pedindo emprego e comida. – Parece que tiraram todos os ladrões das cadeias do Nordeste e soltaram em Picos,

¹⁸³ MÃE queria trocar filha por uma rede. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXV, nº 129, p. 20, 15 ago. de 1975.

fazendo com que a população viva em pânico ante os roubos, saques e assaltos contínuos. Estamos enfrentando, por enquanto, “uma seca verde”, mas a tendência é de agravamento da situação porque toda a safra de arroz está perdida pela demora do inverno – destaca o Sr. José Nunes de Barros.¹⁸⁴

A partir do trecho acima, uma análise é cabível. Diz respeito à definição das tensões entre as múltiplas identidades da cidade de “Picos” e do “picoense”, à medida que José Nunes evidenciou que a violência chegou a Picos por aqueles “flagelados” que não eram “picoenses”. Ao contrário de procurar uma “identidade” única, preferimos a busca das “múltiplas identidades”, pois, a definição da identidade é feita pelas características que não toma como elementos que lhes pertençam¹⁸⁵. No caso das palavras que foram proferidas pelo prefeito da cidade de Picos, no ano de 1976, José Nunes definiu o “picoense” por aquilo que ele acreditava não ser o “picoense”: aquele que empreendia assaltos a comércios na cidade. Assim, o prefeito daquela temporalidade definiu a violência como um problema de fora, ou seja, “das cadeias do Nordeste”. Analisando o caso do picoense Abdias de Sá, da picoense Maria Helena e do prefeito José Nunes, no ano de 1976, compreendemos que um horizonte de expectativa pode ser gerado por outro, bem como, pode ser atravessado pelas produções de sentidos. Por que se em trecho do *Jornal do Brasil*, a cidade de Picos ora foi o local da “expectativa”, ora não era mais esse local, compreendemos que o “horizonte de expectativa” é um ciclo que não podemos definir o seu começo ou o seu fim. Sabemos apenas que moveu as pessoas e que fez parte de uma disputa de sentidos. O estudo aqui desenvolvido nesse capítulo aproximou-se da história conceitual do político, porque incidiu em pensar como uma época, um país ou grupos sociais conduziram sua ação, encarando seu futuro, através de um trabalho permanente de reflexão¹⁸⁶. Aqui, houve um trabalho reflexivo, que permeou a cidade, ao passo que alguns cidadãos “enfrentaram” o seu “futuro” através dos sentidos que foram lançados para o horizonte de expectativa.

1.4 A Transamazônica no horizonte: uma expectativa que anunciou um ordenamento econômico e social

Assim, percebemos que por meio do Programa de Integração Nacional, a Rodovia Transamazônica foi pensada como forma de desenvolver as regiões Norte e Nordeste, já que

¹⁸⁴ PREFEITOS dizem que fome e desemprego aumentam em várias regiões do Piauí. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. ano LXXXV, nº 295, p. 12, 30 jan. de 1976.

¹⁸⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005, p. 17.

¹⁸⁶ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 15, nº 30, 1995, p. 16.

para o Estado brasileiro, os trabalhadores nordestinos que fossem morar no Norte, promoveriam a “colonização” da região, ao mesmo tempo em que possibilitariam a diminuição da pobreza no Nordeste, considerada uma região de grande concentração demográfica. E Picos, que passou a ser o local de junção das BR’s 230 e 232, possibilitando a coadunação da Transamazônica. E tida como o “marco zero” daquela rodovia, Picos recebeu algumas significações, sendo uma delas, a cidade que possuía uma grande quantidade de pobres, merecendo assim, a instalação do 3º Batalhão de Engenharia de Construção- Batalhão Visconde da Parnaíba, que também serviu para a construção da Transamazônica em Picos. E por receber o 3º BEC e a Transamazônica, o governo brasileiro anunciou que a cidade de Picos estava inserida do no Programa de Integração Nacional, já que uma das premissas deste, era a integração entre as regiões do país, por meio da construção de estradas. Foi anunciado também, que a cidade de Picos cresceria, com a construção dos empreendimentos que foram instalados na cidade. Mas para o Estado brasileiro, representado pelas figuras políticas de Emílio Médici, Mário Andreazza e Costa Cavalcanti, algumas cidades necessitavam do acompanhamento do governo. E em Picos, esse acompanhamento foi realizado por meio da instalação de uma unidade do Campus Avançado e pela implantação de um Plano Diretor. Nos dois capítulos subsequentes, as implantações dos empreendimentos anunciados anteriormente, foram lançadas no tempo e no espaço, como forma de contextualização.

2 CONTROLANDO O DESENVOLVIMENTO, CONTROLA-SE A POBREZA: a invenção da “classe pobre” nos discursos do campus avançado

O impossível não é a vizinhança das coisas, é o lugar mesmo onde elas poderiam avizinhar-se.

Michel Foucault

Em *As palavras e as coisas*, Michel Foucault falou de uma impossibilidade existente no pensamento humano: definir o *outro* por meio da linguagem. Para realizar tal questionamento, citou um texto que foi escrito por um pensador argentino, chamando-o somente de *Borges*. Nesse texto, Jorge Luis Borges citou como exemplo parte de uma enciclopédia chinesa, que definiu a divisão de animais em algumas categorias.

[...] a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo, l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas” [...] ¹

Através do fragmento acima, percebemos que a enciclopédia chinesa classificou os animais, separando-os em categorias. Mas a proposta de Michel Foucault, ao fazer a sua análise, não foi definir o que foi “verdadeiro” ou “falso” no modo que a enciclopédia os categorizou. Não questionou a possibilidade ou impossibilidade do trecho “k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo”, porque se assim tivesse feito, a criação de uma “verdade” com o sinal trocado teria aparecido para o que estava analisando. Assim, seria ainda, a busca de um sentido “verdadeiro” por meio de um modo de analisar.

A proposta é que os sentidos têm que ser analisados por meio de um dispositivo teórico, que os construa ao longo da pesquisa². Construimos o nosso “dispositivo teórico” de análise, porque, ao contrário de pretender um sentido único, descaminhamos a maneira de pretender uma “verdade”, tomando como exemplo a linguagem que foi utilizada para organizar e servir de espaço para que as “coisas” fossem dispostas na enciclopédia. A partir disso, constatou que aquilo que foi chamado de “exótico” em um espaço que não era o seu, ou seja, o pensamento do *outro*, era o limite do seu pensamento. Aquilo que achamos incoerente, para aquilo que não nos pertence impede-nos de defini-lo por meio da linguagem. Impede-nos porque a nossa linguagem, assim, assume características de arrogante, aproximando-se do

¹ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. IX.

² ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009, p. 59.

discurso da *estereotipia*, que se trata de uma fala produtiva que possui uma dimensão concreta, que arroga para si, a objetividade de dizer quem é o outro em poucas palavras³.

Durante a escrita do capítulo, analisamos o trabalho de maquinaria do discurso que foi produzido em Picos, através dos jornais *Correio da Manhã*, *Diário da Noite*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*, da década de 1970; e um jornal que foi produzido na cidade: o jornal *Voz do Campus*, que pertenceu ao Campus Avançado.

Esse trabalho de maquinaria discursiva inseriu Picos nos debates que envolveram a região Nordeste, durante a década de 1970, inventando a pobreza discursivamente, tida como “classe pobre”, como forma de justificar os trabalhos da unidade do Campus Avançado, instalada na cidade no ano de 1972. Assim, os discursos que foram lançados, como forma de justificarem o trabalho do Campus Avançado foram produzidos por um saber que pretendeu “colonizar” os moradores pobres da cidade, ao sentido da palavra “colonizar”, tendo como matéria prima um poder: o saber médico-higienista⁴.

Antes de compreendermos o saber médico-higienista que foi utilizado por aqueles que fizeram parte do Campus Avançado, analisamos os discursos que apareceram nos jornais sobre a possível instalação da unidade do Campus Avançado. Mas, para desenvolvermos as nossas análises, não devemos buscar os sentidos que foram lançados pelas produções discursivas, como se fossem algo completo. A falta também faz parte dos sentidos. É nesse momento que entra em jogo o imaginário, que também faz parte das produções de sentidos. O imaginário também é um campo para o historiador⁵. Um campo possível, no sentido da incerteza do acontecido, mas o impossível é também uma das formas de conexão da história. Enquanto historiadores é preciso que compreendamos uma lição: que não nos percamos na exatidão⁶. Assim, a escrita desse capítulo, impreterivelmente foi influenciada pelo contato que tivemos com o livro *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*⁷, na disciplina de *História do Brasil República I*, que cursamos com a professora Marylu Oliveira. A relação entre a “pobreza” e o ideal de “higiene”, que foi planejada no governo do prefeito Pereira Passos, na cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX, levou-nos ao desejo de escrevermos sobre a cidade de Picos e um possível ideal de “higiene” que provocou o “controle” da “pobreza”.

³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006, p. 20.

⁴ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. XI.

⁵ ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009, p. 52.

⁶ REZENDE, A. P. M. **X Encontro Nacional de História Oral- testemunhos: história e política**. Recife. p. 1- 6. 26 a 30 de abril de 2010. (Anais eletrônicos). p. 5.

⁷ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. – 1ª. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

2.1 O Campus Avançado e a produção de sentidos sobre Picos

O ano era 1970 e o veículo noticioso era o *Jornal do Brasil*. Mais uma vez esse jornal, por meio de reportagem intitulada *Transamazônica*, lançou significados para a construção da Rodovia Transamazônica, como forma de justificar a sua construção. O apoio que o jornal prestou a Ditadura civil-militar, produzindo acepções para o modelo de política que era adotado no país, naquele início da década de 1970, serviu como forma de haver um canal de comunicação entre o governo brasileiro e a população, para legitimar o “milagre brasileiro” e o “Grande Brasil”⁸. Assim, a produção de sentidos no campo macro do político, envolvendo a região Norte e a região Nordeste, era intensa. O *Jornal do Brasil* procurou justificar a construção da Transamazônica não mais como uma via de acesso ao Nordeste, para que ele “colonizasse” a região Norte do país, ou mesmo, procurando destacar o “grande contingente populacional” que essa região possuía naquele ano; usou de outra estratégia: a implantação de Campi Avançados no Nordeste.

2.1.1 Um ponto estratégico da Rodovia Transamazônica: a cidade de Picos e os debates sobre a implantação de um Campus Avançado em seus domínios

A cidade, durante essa temporalidade de início da década de 1970, figurou nos debates de implantação dos Campi Avançados, enquanto uma das cidades que poderia receber uma unidade do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás. E com isso,

O Ministro Costa Cavalcanti comentava ontem que o início da construção da Transamazônica permitirá um novo campo de trabalho para o Projeto Rondon-6. Assim os universitários terão a responsabilidade de efetuar um levantamento sócio-econômico das pequenas cidades existentes no traçado da futura estrada, bem como estudar, dentro do ângulo geológico e agrônômico, os locais que apresentem melhores condições para fixação de novos núcleos habitacionais.⁹

Através do trecho acima, o *Jornal do Brasil* abordou sobre a construção da Rodovia Transamazônica e sobre os trabalhos que foram realizados pelo “Projeto Rondon-6”, no que diz respeito aos universitários. Informou que a instalação de uma unidade em Picos seria um “novo campo de trabalho”, porque os universitários realizariam “levantamento sócio-

⁸ ALMEIDA, Kllaricy Oliveira de. **Filhos bastardos do progresso**. Pobreza e discurso na imprensa teresinense na primeira metade da década de 1970. 2011. 102f. Monografia (Curso de Licenciatura) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011, p. 29.

⁹ TRANSAMAZÔNICA. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXX, nº 139, p. 10, 16 set. de 1970.

econômico” nas pequenas cidades que existiam durante o percurso da futura Transamazônica. Fariam mais: estudos dentro do “ângulo geológico e agrônômico”, para serem escolhidos os locais que tivessem em condições para receber “novos núcleos habitacionais”.

Duas propostas estavam justificadas: a construção da Transamazônica, que serviria não somente como um “corredor” para que nordestinos “colonizassem” a região Norte, mas também, como ponto de trabalho para mais um projeto do governo federal, que era chamado de “Projeto Rondon”; e, através de estudos dos universitários, algumas cidades poderiam receber núcleos habitacionais. É preciso destacar que nesse período, setembro de 1970, o 3º Batalhão de Engenharia de Construção- Batalhão Visconde da Parnaíba, não havia sido transferido da cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, para a cidade de Picos. Então, se o período era de conhecimento das cidades que poderiam “crescer”, os estudos que foram realizados pretenderam também investigar se a cidade poderia receber o 3º BEC em seus domínios. Assim, compreendemos que se o estudo da cidade de Picos, pelos universitários do Projeto Rondon, procurava cidades que pudessem receber “núcleos habitacionais”, Picos, que mais tarde recebeu a implantação do 3º BEC, atuou como um *imã*, porque antes das pessoas procurarem a cidade para morarem/trabalharem, a cidade os atraiu¹⁰.

No que diz respeito à compreensão das ideias que foram lançadas pelo *Jornal do Brasil*, para o Campus Avançado, não procuramos a universalidade de um discurso¹¹. Por que assim seria a busca por uma “generosidade do sentido”. Ao contrário, o analista deve buscar as rupturas dos sentidos. Nesse momento, entrou em jogo a perseguição pelos “efeitos de verdade” que os discursos possuem. A perseguição do analista deve ser pelos sentidos rarefeitos. E, para os sentidos atuarem no social, eles necessitam de uma linguagem¹². A procura pela universalidade de um discurso não foi a nossa intenção, porque, do contrário, seria uma maneira de negar ou evocar a ilusão de que a escrita do historiador não é permeada pelos limites *científicos* e de acesso ao *real*¹³.

Os sentidos não são imutáveis. Aparecem e desaparecem conforme a necessidade de justificar uma vontade de verdade. Não quer dizer que um tenha que sobrepor o outro sempre, por meio da contradição interna. Mas, em determinados momentos, um ou mais sentidos são mais convenientes que outros que não ficaram a mostra. Muitas vezes, isso acontece por causa do regime de verdade que permeia o social. Um dos casos citado por Michel Foucault, para explicar como funciona o regime de verdade dentro da produção de discursos, foi o famoso

¹⁰ ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 13.

¹¹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 66.

¹² ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009, p.

¹³ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. XIII.

experimento de ervilhas, realizado por Gregor Mendel¹⁴. Na temporalidade em que viveu Gregor Mendel, no que concerne ao seu experimento das ervilhas, estava “correto”. No entanto, o regime de verdade que permeou o período em que ele viveu, classificou-o como “errado”. Se o discurso utilizado pelo governo brasileiro, naquele ano de 1970, justificou-se em mais de um sentido, compreendemos que houve o princípio da rarefação. No parágrafo seguinte, temos um dos exemplos possíveis, de múltiplos sentidos ou sentidos rarefeitos, quando o assunto foi o planejamento para os Campi Avançados.

Se o foco do governo brasileiro, de acordo com o *Jornal do Brasil*, eram as cidades que tinham a possibilidade de receber “núcleos habitacionais”, compreendemos que outro sentido ficou implícito, colocando a vontade de verdade do discurso do jornal a prova. Em reportagem intitulada *Costa Cavalcanti diz que construção de Brasília deu impulso ao desenvolvimento*, o Ministro Costa Cavalcanti afirmou que a construção de Brasília contribuiu para o desenvolvimento da civilização brasileira rumo ao interior do país¹⁵. Esse discurso de Costa Cavalcanti serviu para produzir sentido à criação dos “núcleos habitacionais”, já que a sua justificativa foi de que a construção de Brasília “contribuiu” para a interiorização da população brasileira. De forma implícita, a sua fala lançou significado positivo para a transferência de núcleos habitacionais que não viviam no interior, para cidades interioranas.

A busca do Campus Avançado era permitir que cidades que recebessem trechos da Transamazônica crescessem e, subentende-se, que essas cidades foram os espaços escolhidos para a transferência desses “núcleos habitacionais”. Para fazer sentido na sua fala, Costa Cavalcanti utilizou-se de um interdiscurso, que é algo que já foi proferido antes, mas que ganhou outro sentido através da produção de um sentido posterior¹⁶. A maneira que lançou sentido para a construção de Brasília tornou esse evento histórico, uma ficção do presente¹⁷.

Para pensarmos esse sentido, utilizamos a *especificidade*¹⁸. Tal princípio ajudou-nos na compreensão de que não devemos transformar o discurso em significações prévias. O mundo não apresenta/apresentou uma face legível, para que a sua decifração fosse feita pelo historiador. Nem tudo foi feito/realizado para ter sentido.

Entendemos que o sentido lançado pelo governo brasileiro, de que a busca era por “novos núcleos habitacionais”, não estava dada. Mereceu ser elucidada pela escrita

¹⁴ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 33.

¹⁵ COSTA Cavalcânti diz que construção de Brasília deu impulso ao desenvolvimento. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXI, nº 310, p. 16, 8 abr. de 1972.

¹⁶ ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009, p. 31.

¹⁷ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. XXIII.

¹⁸ FOUCAULT, Op. cit., p. 50.

historiográfica, porque a linguagem utilizada não foi “transparente”. A linguagem não atravessou um texto para encontrar sentido, mas procurou uma forma de significar¹⁹. Se o governo brasileiro focou na ideia de que os núcleos habitacionais eram algo positivo, a sua explicação de forma implícita não aconteceu somente por isso. Ao passo que o governo se preocupava com a transferência de nordestinos para a região Norte do país, outra preocupação que ficou latente, de acordo com o sentido lançado pelos novos núcleos habitacionais, foi com o deslocamento interno dos nordestinos. Em matéria do *Jornal do Brasil*, de janeiro de 1972, foram apresentadas as cidades que receberiam equipes do Projeto Rondon.

O Projeto Rondon partirá agora para a instalação de *campi* avançados no Nordeste, segundo anunciou ontem o Ministro do Interior, General Costa Cavalcanti, em palestra para o conselho de reitores, atualmente reunido em João Pessoa. Em sua conferência, cujo contexto foi divulgado pelo seu gabinete, o General Costa Cavalcanti revelou que os quatro primeiro *campi* do Nordeste serão instalados em Picos, no Piauí, Imperatriz, no Maranhão, e Barreiras e Irecê, na Bahia.²⁰

Se a busca era pelas cidades que pudessem receber uma maior quantidade de habitantes, a cidade de Picos passou a ser observada. De acordo com o trecho acima, não somente ela, mas a cidade de Imperatriz, no Maranhão, e Barreiras e Irecê, na Bahia. Em reportagem do jornal *Correio da Manhã*, uma fotografia do Ministro Costa Cavalcanti foi exibida, para fazer sentido à implantação dos Campi Avançados no Nordeste.



Imagem 11: O ministro Costa Cavalcanti falando sobre os planejamentos do *campus* avançado, no jornal *Correio da Manhã*.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

¹⁹ ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009, p. 17.

²⁰ COSTA Cavalcânti anuncia que Projeto Rondon estende agora sua ação ao Nordeste. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXI, nº246, p. 7, 22 jan. de 1972.

Na reportagem em que a imagem da página anterior apareceu, o ministro surgiu enquanto aquele que buscou a assinatura de convênio com a SUDENE como forma de integrar a região Nordeste e assegurar o seu desenvolvimento. Desse modo, a implantação do Campus Avançado em Picos, também estava dentro do ideal de integração nacional do governo brasileiro. Em tópico posterior, abordamos sobre esse ideal de busca de integração nacional e desenvolvimento que permeou o Campus Avançado, que procurou desenvolver a cidade, identificando e erradicando a pobreza.

Para o funcionamento dos Campi Avançados, um convênio foi firmado com a SUDENE, na cifra de “Cr\$ 600 mil” (seiscentos mil cruzeiros), para a manutenção dos Campi Avançados em Picos, no Piauí; da cidade de Imperatriz, no Maranhão; e Irecê na Bahia. Assim, se as cidades que receberiam as unidades estavam escolhidas e se o financiamento tinha sido adquirido por Costa Cavalcanti, mediante convênio assinado com a SUDENE²¹, o passo seguinte foi o envio dos universitários do Projeto Rondon, para a observação destas.

Em reportagem do jornal *Diário de Notícias* em janeiro do ano de 1972, outra ideia foi lançada para Picos, para ter recebido uma unidade do Campus Avançado:

Com Picos e Imperatriz, ainda na área do Nordeste, o Ministério do Interior inicia a implantação de “Campi” avançados em pontos estratégicos da Rodovia Transamazônica, visando a apoiar a comunidade das cidades que cresceram sem o correspondente ordenamento social e econômico das cidades que apresentaram esse descompasso destacaram principalmente Altamira e Marabá, que tiveram suas populações quintuplicadas em pouco mais de um ano.²²

A justificativa da reportagem foi direcionada para a escolha das cidades que receberiam uma unidade do Campus Avançado. Cidades que foram consideradas como “pontos estratégicos”. E, ao lançar o segundo sentido, a reportagem deixou implícito, objetivos para a implantação de uma unidade na cidade. Se a escolha também considerou as cidades que cresceram sem “ordenamento social e econômico”, deixou nas entrelinhas que a busca era pela “correção” desses “problemas”, logo, buscava-se um “ordenamento social e econômico”.

Se durante a nossa escrita desse capítulo, outro sentido surgiu para a construção da Rodovia Transamazônica, deu-se ao fato de que não procuramos uma interpretação, mas uma compreensão. Quando se interpreta, o analista fica preso a um sentido. É preferível buscar a

²¹ SISTEMA integrado impulsionará o Nordeste. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. ano, LXXI, nº 24254, p. 3, 7 e 8 mai. de 1972.

²² OPERAÇÃO Rondon mais intensa no Nordeste. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, s/ano, nº15.109, p. 3, 27 jan. de 1972.

compreensão, porque ela permite a análise de outros sentidos que foram expostos no texto analisado²³. A busca pela “interpretação” leva o analista a considerar o “documento” como uma “verdade”, e a compreensão considera o “documento” como a própria construção da “verdade” que se deseja descaminhar²⁴.

2.1.2 A busca do ordenamento social e econômico: a instalação do Campus Avançado na cidade de Picos

Se a cidade de Picos tinha sido escolhida, o passo seguinte foi o processo de instalação do Campus Avançado, contando com a participação do diretor geral, o professor Augusto Silva de Carvalho, e o diretor adjunto, Antonio Pereira da Cruz.

Para promover a implantação do *campus* avançado das universidades goianas em Picos, no Piauí, onde serão treinados concluintes de cursos profissionais, seguiram ontem os diretores geral e adjunto da unidade, professores Augusto Silva de Carvalho e Antonio Pereira da Cruz. Inicialmente, verificarão as reformas que estão sendo feitas nos prédios onde funcionará as unidades avançada, que foram doadas pelo Governo do Piauí. Já está liberada pelo Projeto Rondon uma verba de Cr\$ 60 mil para a implantação do *campus* de Picos, segundo informa a universidade Federal de Goiás, responsável pela obra.²⁵

O trecho acima, presente no *Jornal do Brasil*, apresentou de que maneira funcionaria o Campus Avançado. As primeiras informações contidas na reportagem informaram quem eram os universitários, já que os denominou de “concluintes de cursos profissionais”; e os “diretores geral e adjunto”. Além disso, relatou que o “Governo do Piauí” apoiou a implantação da unidade na cidade de Picos, pois o prédio que estava em reforma para sua instalação foi cedido pelo governo piauiense. O funcionamento do Campus Avançado seria feito pelo projeto Rondon que naquele período já tinha liberado uma “verba”.

A partir disso, percebemos que o governo federal estava somando esforços para “melhorar” a região Nordeste, através da implantação do Campus Avançado em Picos e em outras cidades, como Imperatriz, no Maranhão, e Barreiras e Irecê, na Bahia. Passar uma imagem de que financeiramente era possível realizar tal ação política fez-se necessário,

²³ ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009, p. 26.

²⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006, p. 24.

²⁵ GRUPO goiano vai a Picos para ajudar. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXII, nº327, p. 33, 18 mar. de 1973.

porque uma das faces do governo brasileiro, nesse período da Ditadura civil-militar (1969-1973), foi mostrar que o país estava crescendo economicamente²⁶.

Em outra reportagem do *Jornal do Brasil*, intitulada *Rondon vai estender ação para o Nordeste*, apareceu como metas de Costa Cavalcanti, a instalação de campi avançados, financiados por “doações do empresariado”, através do “Funrondon”²⁷. Essa reportagem serviu para justificar que a implantação dos campi avançados estava resguardada e que não causaria problemas ao governo, no sentido econômico, tendo em vista que seria financiado por investimentos privados. Se a implantação do Campus Avançado estava resguardada economicamente, a primeira equipe se deslocou até Picos para instalar a sua sede e iniciar os trabalhos.

Será oficialmente instalado, na próxima sexta-feira, as 17 horas o campus avançado da Universidade Federal de Goiás, em Picos, no Piauí. Em avião do Projeto Rondon, seguiu, ontem, para aquela cidade, a primeira turma de representantes de Goiás integrada pelos professores Gérson Guimarães, Nazira Fátima Elias, Heli F. Coelho, Joaquim Goiano do Araújo, José Luis Domingues e William Guimarães, do Grupo de Tarefas Universitárias, e mais seis alunos que atuarão no Campus.²⁸

Assim, se o Campus Avançado estava instalado, o senador do Piauí, Helvídio Nunes de Barros, na época, lançou sentido para a sua “inauguração”. Por meio de reportagem do jornal *Correio da Manhã*, de setembro de 1972, o senador lançou “apoio” para a instalação da unidade em Picos.

A inauguração, ontem, pelo Ministro Costa Cavalcanti, do “Campus” avançado da Universidade Federal de Goiás, em Picos, Piauí, como parte do “Projeto Rondon”, foi aplaudida da Tribuna da Câmara Alta pelo Senador Helvídio Nunes (Arena-PI), com a parte de solidariedade do Senador Alexandre Costa (Arena- MA). Afirmou o senador piauiense que o fato se reveste de singular importância para o desenvolvimento do Município de Picos e de todo o Piauí, que- afirmou – “recebe de braços abertos os professores e universitários de Goiás”²⁹.

A partir dessas palavras, percebemos que Helvídio Nunes de Barros, apresentou significação para a instalação do Campus Avançado na cidade de Picos, como forma de se

²⁶ ALMEIDA, Kiliaricy Oliveira de. **Filhos bastardos do progresso**. Pobreza e discurso na imprensa teresinense na primeira metade da década de 1970. 2011. 102f. Monografia (Curso de Licenciatura) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011, p. 24.

²⁷ RONDON vai estender ação para o Nordeste. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXI, nº 246, p. 1, 22 jan. de 1972.

²⁸ CAMPUS do Projeto em Goiás. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro. ano, nº15. 307, p. 5, 19 set. de 1972.

²⁹ HELVÍDIO aplaude Universidade no Piauí. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. ano LXXII, nº24.372, p. 2, 23 set. de 1972.

antecipar aos seus “interlocutores”³⁰. Se naquele contexto o senador foi favorável aos trabalhos do Campus Avançado, pelo menos dois sentidos foram produzidos, através do seu discurso. Compreendemos que se Costa Cavalcanti, já havia proferido vários discursos sobre a implantação na cidade de Picos, classificando, ordenando e distribuindo o que deveria ser dito, em jornais que possuíam uma grande circulação nos grandes centros, o senador Helvídio Nunes de Barros estendeu apoio ao Campus Avançado em Picos, representando, não somente ele, mas “todo o Piauí”. O senador fez dessa forma, talvez, para mostrar apoio às palavras que foram proferidas por Costa Cavalcanti e para produzir aceção para a população da cidade, porque se o Campus Avançado prometia “ordenar” a cidade, mostrava que o senador era favorável a esse ordenamento.

A relação entre o que o ministro já tinha proferido e as palavras do senador do Piauí na época, Helvídio Nunes de Barros, constituiu-se em uma oportunidade para problematizarmos um conceito que fez parte, em alguns momentos, das análises que foram feitas aqui: o *intradiscurso*, que diz respeito ao momento em que um sentido foi formulado, aproveitando um ou mais sentidos que já estavam no social ou dentro de uma instituição, como a fala que foi realizada pelo senador, quando lançou significado para a cidade de Picos, dizendo que esta seria “ordenada” com a implantação do Campus Avançado em seus domínios. A ideia de que o Campus Avançado iria “ordenar” a cidade, já estava presente no imaginário que tinha a unidade como objeto, porque o ministro Costa Cavalcanti já havia disseminado tal pensamento por meio da imprensa³¹.

2.1.3 O Campus Avançado e as propostas de trabalho em Picos

Com a instalação em Picos, o professor Augusto Silva de Carvalho apresentou os trabalhos que seriam desenvolvidos pelo Campus Avançado da seguinte forma:

As possibilidades que a cidade de Picos, no Piauí, oferece aos professores da Universidade Federal de Goiás vão muito além das desentas nos primeiros relatórios sobre a área. Segundo o Professor Augusto Silva de Carvalho, que vai assumir a direção-geral da unidade, algumas das prioridades que vão merecer, inicialmente, o reforço representado pela ação universitária nos diversos setores são: o desvio ou a construção de diques para evitar as inundações do Rio Guaribas, na parte baixa da cidade; um sistema para conter as enxurradas que descem as encostas que circundam Picos; cursos de

³⁰ ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009, p. 39.

³¹ Ibid., p. 32.

inspeção do corte de carnes nos matadouros; ação interna nos minifúndios da área, entre outras.³²

Percebemos de que maneira os esforços para a atuação do Campus Avançado na cidade de Picos foram formulados nas informações cedidas pelo diretor, o professor Augusto de Carvalho. De início, a reportagem revelou que as possibilidades de trabalhos para os membros da unidade em Picos seriam maiores que as planejadas nos primeiros relatórios. Logo após isso, enumerou os trabalhos que seriam feitos, tendo como preocupações: as enchentes do Rio Guaribas; as águas que desciam dos morros; a falta de inspeções nos matadouros da cidade; e os trabalhos que eram realizados nos minifúndios.

No que concerne à preocupação que existia com os minifúndios da cidade de Picos, o discurso do governo brasileiro deixou a sua vontade de verdade a mostra. Se a cidade possuía minifúndios e não latifúndios, e por isso era conhecida como *cidade modelo*³³, como nos revelou Alfredo Schaffler, o que levou a cidade de Picos a ser denominada como um local de pobreza? Assim, se a verdade pretendida pelo discurso procura mascarar a “vontade de verdade”³⁴ que o atravessa, compreendemos que o trabalho do historiador, nesse sentido, tem que ser direcionado para a busca de desvelar essa vontade de verdade que não ficou a mostra. Se o desejo do professor Augusto de Carvalho era mascarar essa vontade de verdade, a sua fala revelou a existência desta, já que deixou “escapar” que a cidade de Picos possuía minifúndios. Se o Campus Avançado estava instalado, tendo suas atividades planejadas, e se a nossa busca foi pelos discursos que o atravessou, fez-se necessário uma análise sobre os trabalhos que foram desenvolvidos, tendo como fonte o jornal *Voz do Campus*.

2.2 O jornal *Voz do Campus* e a invenção discursiva da pobreza na cidade de Picos

Se o Campus Avançado foi instalado em setembro de 1972, o jornal *Voz do Campus*, que passou a ser o veículo impresso de divulgação das atividades que a unidade realizou, teve a sua primeira edição em dezembro do mesmo ano. Na primeira página, o diretor adjunto Antônio Pereira da Cruz apresentou o editorial do jornal. Nessa reportagem, falou sobre os objetivos do jornal; os seus membros; os tipos de temas que seriam abordados nas matérias; o período de circulação; e explicou a escolha do nome ter sido “Voz do Campus”.

³² ESTUDANTES vão para o Nordeste. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. ano LXXII, nº24.308, p. 3, 11 jul. de 1972.

³³ SCHAFFLER, Alfredo. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 7 de agosto de 2013.

³⁴ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 19.

“Voz do Campus”. Este jornalzinho mimeografado que você lê neste momento, meu caro leitor, surge para atender dupla finalidade: a primeira dela para divulgar todos os trabalhos desenvolvidos por cada equipe de Rondonistas estagiários, constituídos de Professores e Universitários das Universidades de Goiás que para aqui vêm em rodízio de 20 em 20 dias; a segunda finalidade, que julgamos muito importante também, é para divulgar lá fora tudo que existe e acontece em Picos. Teremos em suas matérias de todos os sentidos, com exceção apenas de assuntos políticos e policiais [...]”³⁵.

Para Antônio Cruz, a criação do jornal *Voz do Campus*, aconteceu por dois motivos: o primeiro, para a divulgação dos trabalhos dos “Rondonistas estagiários”, que eram os professores e os estudantes universitários da Universidade de Goiás; e o segundo, para a divulgação fora de Picos de tudo que acontecia nesta. No que concernem as “matérias” que seriam abordadas no jornal, Antônio Cruz disse que envolveriam assuntos de “todos os sentidos”, menos os assuntos “políticos e policiais”.

2.2.1 O jornal *Voz do Campus* e a pretensa “neutralidade” sobre os discursos produzidos na cidade

Para desmontarmos a pretensa “neutralidade política”, lançada no trecho do editorial que foi apresentado no jornal *Voz do Campus*, compreendemos que a linguagem é ação e produz consequências, por mais que estas não sejam intencionais. Assim, o nosso trabalho deve se direcionar para percebermos de que forma a linguagem se tornou performática, porque assim podemos identificar o jogo que realizou com seus interlocutores³⁶.

Na parte chamada “Expediente”, apareceu a hierarquia presente no jornal, que ajudou-nos na compreensão dos posicionamentos políticos tomados pelo editorial, através de Antônio Cruz. Apareceram na hierarquia os seguintes nomes: “Gen. Emílio G. Médici”, presidente do Brasil da época; do “Gen. José Costa Cavalcânti”, Ministro do Interior; “Jarbas Gonçalves Passarinho” Ministro da Educação; “Prof. Augusto Silva de Carvalho” diretor-geral do Campus Avançado na cidade; e o de “Antônio Pereira da Cruz”, diretor adjunto da mesma unidade³⁷. Os nomes que foram citados acima (e que apareceram na hierarquia do expediente do jornal) são de membros do governo federal da época, ajudando-nos na compreensão de que a o jornal não tinha deixado os assuntos políticos de lado, porque só o

³⁵ CRUZ, Antônio Pereira da. Editorial. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 1, 8 dez. de 1972.

³⁶ SPINK, Mary Jane; Medrado Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 47.

³⁷ EXPEDIENTE. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 2, 8 dez. de 1972.

fato dos nomes desses representantes políticos do governo federal terem feito parte de suas páginas, já foi uma forma de posicionamento.

Mas o leitor poderia fazer a seguinte ponderação: mas quando Antonio Cruz afirmou não conter política em matérias do jornal *Voz do Campus*, ele pode ter dito no sentido da política municipal, já que dentre os nomes que foram apresentados acima, só o nome de políticos da esfera federal, estiveram presentes. No entanto, em trecho seguinte do “Expediente”, apareceu a hierarquia da esfera municipal, com o título de “Autoridades Principais de Picos”. Apareceram os seguintes nomes: “Prof. Antônio de Barros Araújo”, “Pe. Alfredo Scháfler”, “Ten. Cel. João F. de Almeida”, e do “Capitão Elói Pereira de Sousa”³⁸, ou seja, representantes político, religioso e militar da cidade de Picos, naquela temporalidade.

A presença dos nomes desses representantes políticos, no editorial, desmontou a pretensa falta de assuntos políticos das matérias do jornal. Foi uma forma de Antônio Cruz, através de suas palavras, pretender o campo político “neutro”³⁹. No entanto, o campo político não é o local onde a política silencia os seus poderes, pelo contrário, é o local onde aparecem as contradições da linguagem em ação. A forma como foi apresentada a hierarquia contendo posicionamentos políticos, enquanto se pretendia o contrário, mostrou-se uma contradição da linguagem em ação, mesmo que não tenha sido com intenção. Adiante, podemos perceber de que maneira os trabalhos do Campus Avançado, inventaram a “pobreza” discursivamente.

2.2.2 A busca pelos determinantes econômicos e sociais das doenças: a invenção da “classe pobre” pelo saber médico-higienista

Durante esse período de início da década de 1970, o discurso da Saúde Coletiva, na busca por uma construção de sentidos para a *medicina social*, foi influenciado por pesquisas sociais e epidemiológicas para descobrir os determinantes econômicos e sociais da doença e do sistema de saúde⁴⁰. Era um discurso que procurava combater a “pobreza”. Desse modo, os trabalhos que foram realizados por algumas equipes do Campus Avançado na cidade de Picos, para combater a “ameaça” urbana tiveram que inventar a “pobreza” discursivamente. O jornal *Voz do Campus* produziu também sentidos voltados para a limpeza da cidade, a partir do saber médico-higienista, como forma de apoderar-se dos sentidos direcionados para o controle

³⁸ AUTORIDADES principais de Picos. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 2, 8 dez. de 1972.

³⁹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 9.

⁴⁰ NUNES, Everardo Duarte. Saúde Coletiva: uma história recente de um passado remoto. In: CAMPOS, G. W. S.; MINAYO, M. C. S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, M. Y. (Orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hicitec/Fiocruz, 2006, p. 300.

da “pobreza” na cidade de Picos⁴¹. Ao se preocupar com as condições sanitárias da cidade, incluiu também, alguns cidadãos que não estavam dentro da “norma” sanitária desejada pela equipe “Área de Veterinária”.

Em matéria intitulada *Relatórios das equipes de Rondonistas*, uma das atividades que foi realizada pela primeira equipe de rondonistas que veio para a cidade de Picos, apareceu tendo como tema o “Matadouro Municipal”.

c) ÁREA DE VETERINÁRIA: - Foi solicitado por autoridades locais, para ministrar um curso de Inspeção de Carnes em Matadouro Municipal. Após conhecer a realidade sanitária e administrativa do Matadouro, o Universitário resolveu suspender o curso e adequar melhor as condições sanitárias do estabelecimento. Foi planejado e executado um serviço de limpeza e metodização dos trabalhos dos Magarefes, incluindo-se atestado de saúde de todo pessoal de serviço. A administração do Campus conduziu e presenciou a realização de 17 radiografias e exames clínicos dos trabalhadores do Matadouro, não tendo constatado nenhum caso positivo [...]⁴²

Percebemos que a matéria direcionou-se para a “realidade sanitária” do “Matadouro Municipal”. A preocupação inicial da equipe de Veterinária era com a realização de um curso de “Inspeção de Carnes”, que foi solicitado por “autoridades locais”. No entanto, após o conhecimento das condições sanitárias e administrativas, a equipe resolveu suspender o curso e “adequar melhor” as condições do estabelecimento. A preocupação com a limpeza do espaço urbano foi direcionada para os “Magarefes”, também conhecido como “açougueiros”. Para isso, foram realizados exames e radiografias de “todo pessoal de serviço” do matadouro. Mas o trecho acima não pode ser analisado somente pelo que pretendeu dizer. Para problematizarmos o que não ficou a mostra em um uma produção de sentido, o *interdiscurso*⁴³ ajudou-nos. Assim, através de um discurso proferido pelo vereador Raimundo de Sá Urtiga na câmara dos vereadores, em maio de 1974, compreendemos a relação existente entre os que solicitaram a limpeza do matadouro municipal e as providências que foram realizadas.

[...] Usou da palavra o vereador Raimundo de Sá Urtiga, fazendo uma demonstração geral do estado, do que se encontra a nossa cidade, notadamente no setor de limpeza. E no abate das reses, (gado), fora do Matadouro Público, por motivo de impedimento da estrada. Lamentou o

⁴¹ ROCHA, Artur Gilberto Garcéa de Lacerda. **Discursos de uma modernidade**: as transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880). 2003. 128f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003, p. 15.

⁴² RELATÓRIOS das equipes de Rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 6-7, 8 dez. de 1972.

⁴³ ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009, p. 34.

vereador a situação favoráveis que se encontra os cofres municipais, e a negligência da administração, que deveria tomar medida urgente [...]”⁴⁴

Em seu discurso, Raimundo de Sá Urtiga, que pertencia ao mesmo partido político de José Nunes de Barros, o partido ARENA⁴⁵, falou sobre a situação de limpeza da cidade, enfocando “no abate das reses”, no “Matadouro Público”, produzindo a ideia de que ocorriam fora daquele espaço, sujando a estrada e impedindo a passagem. Assim, no jornal *Voz do Campus*, quando a reportagem sobre o trabalho da equipe de veterinários no “Matadouro Municipal”, destacou que a solicitação de cursos de “Inspeção de Carnes” foi solicitada por “autoridades locais”, encontrou-se com o sentido produzido pelo vereador Raimundo de Sá Urtiga em sua fala.

Aconteceu dessa maneira, porque o contexto, que é formado por interlocutores presentes ou presentificados, um espaço e um tempo, influenciam nas condições de produção de um discurso⁴⁶. O desejo das “autoridades locais” sofreu influência da reportagem do jornal sobre o “Matadouro Municipal”, já que a matéria foi publicada posteriormente, mas o contrário não pode ser descartado como uma possibilidade. A escrita do historiador assemelhasse ao trabalho de uma bordadeira. E ao procurarmos lançar os nós de coerência para um evento histórico, com o material que dispomos no momento da escrita, procurando uma ordem para o caos presente nos documentos, nos relatos, nos escritos e nas narrativas, o nosso trabalho é uma possibilidade dentre várias⁴⁷. Por isso, não descartamos a possibilidade das “autoridades locais” terem influenciado também a escrita da matéria do jornal *Voz do Campus*, sobre o “Matadouro Municipal”.

Se as condições sanitárias em que ocorria o “abate das reses” incomodou as “autoridades locais”, incluindo-se o vereador Raimundo de Sá Urtiga, ocorreu talvez, porque aquelas consumiam carnes do “Matadouro Municipal” e/ou também, porque se o “abate de reses” sujava a estrada da cidade, incomodava os sujeitos que estavam envoltos pelo ideal de “ordenamento” que se instalou na cidade com os trabalhos de construção da Rodovia Transamazônica e do Campus Avançado. Percebemos, a partir disso, que o discurso posto no

⁴⁴ ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 5. Picos: 1974, p. 11.

⁴⁵ OLIVEIRA, Jailson Dias de. **MDB E ARENA**, Cultura Política na cidade de Picos durante o regime militar (1964-1985). 2012. 100f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2012, p. 29-30.

⁴⁶ SPINK, Mary Jane; Medrado Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 44.

⁴⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Rio de Janeiro, n. 19, Ano 4, 2009, p. 4. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/o_tecelao_dos_tempos.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

jornal *Voz do Campus*, sobre as condições sanitárias do “Matadouro Municipal”, não foi possível somente pelas condições internas, mas também pelas condições externas. A *exterioridade* do discurso ficou aparente a partir da solicitação de limpeza da cidade de Picos, que foi feita pelo vereador Raimundo de Sá Urtiga⁴⁸.

E se a cidade estava se “desenvolvendo”, a preocupação com a limpeza do espaço urbano passou a existir, como ficou expresso na cobrança do vereador ao prefeito José Nunes, para que este mantivesse a cidade de Picos limpa, tendo em vista que financeiramente a situação dos cofres públicos era “favorável”. Através da matéria do jornal *Voz do Campus*, percebemos que a preocupação com a limpeza não aconteceu somente com as dependências do “Matadouro Municipal”, mas também, com os “Magarefes” que trabalhavam abatendo o gado. Exames e radiografias foram realizados com os “Magarefes”, já que se exigiu um atestado de saúde de “todos” que trabalhavam no “Matadouro Municipal”. Esse ideal de limpeza começou a ser direcionado pelos trabalhos do Campus Avançado, para os moradores da cidade, especificamente “as crianças pobres”, como foi dito no relatório da equipe de Odontologia, da terceira equipe que passou pela cidade.

d) **ÁREA DE ODONTOLOGIA:** - Proferiram palestras sobre profilaxia bucal, dando ênfase a prevenção da cárie, evidenciando o mecanismo de ação das causas. Os universitários fizeram relacionamento mediante visitas aos Grupos Escolares dos Bairros, motivando e ensinando aos alunos a usarem escovas, assim como mostrando às professoras a viabilidade de campanhas no sentido de doação de escovas às crianças pobres. Durante a estada deste grupo, foi dado por êle, um atendimento de duas horas diárias no Ambulatório do Hospital São Vicente de Paulo, com atendimento de 20 pessoas diariamente.⁴⁹

Os universitários, segundo a reportagem, realizaram palestras, enfocando na prevenção da cárie, em “Grupos Escolares” da cidade, motivando e ensinando os alunos a utilizarem as escovas. Durante esse trabalho, os universitários conversaram com as professoras, para que estas realizassem campanhas para a doação de escovas às “crianças pobres”.

Para analisarmos esse trecho, acreditamos que não existe nada mais “tateante” e “empírico” do que a instalação de uma ordem entre as coisas. O discurso que instaura ordens distingue e ajusta os semelhantes em razão da diferença, no mesmo espaço⁵⁰. Com respeito à matéria que relatou o trabalho do grupo de Odontologia do Campus Avançado, ao passo que o termo “crianças pobres” foi elucidado, houve a instauração de uma ordem nas “coisas”, que

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 50-51.

⁴⁹ RELATÓRIOS das equipes de Rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 8, 8 dez. de 1972.

⁵⁰ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 16.

foram as crianças: a falta de escovas para a prevenção de cáries. Logo, subte-se que a classificação de ser ou não “pobre”, com base nessa produção de sentido, foi a partir daqueles que possuíam ou não, uma escova. Desse modo, discursivamente, houve uma aproximação daqueles que eram semelhantes por meio de uma característica: as “crianças pobres”. E a “preocupação” com os “pobres”, nas matérias do jornal continuou.

Em reportagem de 18 de março de 1973, percebemos que a linguagem de um discurso pretende apagar a sua parte mais perigosa ou a sua desordem⁵¹. A reportagem teve como título *O que fez a 9ª equipe*. E a maquinaria discursiva da pobreza ficou presente, no momento em que o jornal relatou o trabalho da equipe de Bioquímica.

O Grupo veio com a finalidade de realizar um trabalho estatístico sobre as parasitoses intestinais na cidade. Para tanto, foi escolhido a faixa de 7 a 14 anos, dividindo a cidade em três grupos econômico-sociais assim chamados: Bairro Paroquial – considerado o bairro onde residem as famílias de mais baixo poder aquisitivo e sem as mínimas condições de higiene – (classe pobre). Ginásio “Monsenhor Hipólito estabelecimento onde estudam as crianças consideradas da classe rica. Um Grupo Escolar do centro da cidade – onde estudam as crianças consideradas da classe média, sendo que neste local não foi possível fazer os exames devido as aulas só ter iniciado no dia 16.⁵²

A reportagem acima abordou sobre os exames de parasitoses que foram feitos com crianças, por estudantes de Bioquímica da Universidade Federal de Goiás, que faziam parte da 9ª equipe do Campus Avançado. A reportagem informou que a faixa etária escolhida pelos estudantes foi entre “7 e 14 anos”, dividindo a cidade em três níveis econômico-sociais: os que moravam no “Bairro Paroquial”, “de mais baixo poder aquisitivo”, chamados de “classe pobre”, considerada como pertencentes a famílias que não possuíam as “mínimas condições de higiene”; os que estudavam no “Ginásio Monsenhor Hipólito”, considerados como “classe rica”; e a de um “Grupo Escolar” do centro da cidade, que não foi possível realizar os exames porque no período as aulas não tinham começado. Esses trabalhos epidemiológicos foram feitos, a partir do ano de 1973, período em que as taxas de crescimento do “milagre brasileiro” começaram a declinar, e por conta disso, o governo brasileiro começou a se “preocupar” com a “miséria”, destinando os trabalhos da Saúde Coletiva para o controle da “classe pobre”, como ficou expresso na matéria⁵³.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 47.

⁵² O que fez a 9ª equipe. **Voz do Campus**. Picos, ano I, nº 6, p. 5, 18 mar. 1973.

⁵³ NUNES, Everardo Duarte. Saúde Coletiva: uma história recente de um passado remoto. In: CAMPOS, G. W. S.; MINAYO, M. C. S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, M. Y. (Orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hicitec/Fiocruz, 2006, p. 298.

Uma das impossibilidades do discurso se trata de familiarizar as “palavras” com as “coisas”, solidificando estas⁵⁴. Ao sentido da reportagem, as “coisas” corresponderam às crianças que moravam no “Bairro Paroquial” e que foram denominadas de “classe pobre”, já que possuíam “mais baixo poder aquisitivo” e não tinham “mínimas condições de higiene”; e as crianças que pertenciam a “classe rica”, já que estudavam em uma instituição privada de ensino. Assim, já que o espaço da “classe pobre” era o “Bairro Paroquial” e o espaço da “classe rica” era o “Ginásio Monsenhor Hipólito”, a maneira que a linguagem foi utilizada na reportagem, aproximou-se de uma das similitudes que os discursos utilizam para ajustar e classificar as “coisas”. O nome dessa similitude é *analogia*. Através da junção de outras duas similitudes a *convenientia* e *aemulatio*, a *analogia* tem como uma de suas características o afrontamento das semelhanças por meio de um espaço⁵⁵. E o espaço que foi utilizado na matéria do jornal *Voz do Campus* foi o “Bairro Paroquial”, local de “classe pobre”, que não continha as “mínimas condições de higiene”.

A reportagem seguiu relatando sobre os resultados dos exames de parasitoses que foram realizados:

No B. Paroquial foram realizados 290 exames em crianças de 2 a 14 anos, registrando-se 250 casos positivos e 40 negativos, com a maior incidência de Amebas (175) e um com *Schistosoma mansoni*. Foram distribuídos vermífugos e vitaminas para todas as crianças do bairro, com medicamentos cedidos pela Central de Medicamentos (CEME). No Ginásio “Monsenhor Hipólito” foram examinadas 177 crianças de 7 a 14 anos, verificando 124 casos positivos e 53 negativos. Calculado o valor de cada exame a razão de 15, 00 daria Cr\$ 7. 005, 00.⁵⁶

A matéria apresentou que no “B. Paroquial” foram realizados 290 exames, com crianças entre “2 e 14 anos”, registrando-se “250 casos positivos e 40 negativos”. Com as crianças que estudavam no “Ginásio Monsenhor Hipólito”, foram realizados 177 exames com crianças entre “7 e 14 anos”. Foram verificados “124 casos positivos e 53 negativos”. Mas se um dos desejos do discurso é manter a sua coerência, sem que a sua vontade de verdade seja cintilada, através do trecho acima, a vontade de verdade do discurso da matéria do jornal, ficou a mostra. Se a linguagem se encontra entre as “figuras visíveis da natureza” e as “conveniências secretas dos discursos”, sendo um segredo que traz em si mesmo as pegadas

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 10.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 29.

⁵⁶ O que fez a 9ª equipe. **Voz do Campus**. Picos, ano I, nº 6, p. 5, 18 mar. 1973.

da decifração, percebemos que a linguagem que foi utilizada para ser escrita a matéria acima, trouxe consigo a sua decifração, ou seja, ou seu desmonte⁵⁷.

Se a matéria relatou que foram realizados 290 exames com as crianças do “B. Paroquial” que possuíam idade de 2 a 14 anos, com 250 casos positivos e a solução encontrada foi a distribuição de “vermífugo” e “vitamina” para “todas as crianças do bairro”, enquanto que com as crianças do “Ginásio Monsenhor Hipólito” foram realizados 177 exames, com crianças entre 7 e 14 anos, com 124 casos positivos, a matéria não elucidou se foram distribuídos “vermífugo” e “vitamina” para os membros da “classe rica”.

Assim, a acepção que ficou implícita na matéria foi de que a preocupação dos universitários, não foi com as crianças da “classe rica”, mas com as da “classe pobre”. Se as crianças do “B. Paroquial”, por meio da Central de Medicamentos necessitaram de “vermífugo” e “vitamina”, e as do “Ginásio Monsenhor Hipólito” não necessitaram tomar medicamento, outro sentido ficou implícito: somente as crianças que moravam no “B. Paroquial”, por serem de “classe pobre” sem as “mínimas condições de higiene”, poderiam repassar as “parasitoses intestinais”, logo, as “parasitoses intestinais” eram doenças da “classe pobre”. Por isso, a distribuição de “vermífugo” e “vitamina” foi estendida para “todas as crianças” do Bairro Paroquial.

Se as análises que foram desenvolvidas por Sidney Chalhoub em *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial* atestaram que, durante o final do século XIX, a ideia de *classes perigosas* foi cunhada no Rio de Janeiro, para nomear/identificar/controlar os “pobres” que eram considerados “ociosos” e, por isso, uma “ameaça” para a sociedade; e também para denominar os “pobres” enquanto uma “doença contagiosa”, já que as crianças poderiam pegar os “vícios” de seus pais, as análises que desenvolvemos aqui nesse capítulo, aproximaram-se das problematizações desenvolvidas por Chalhoub. Em Picos, durante a década de 1970, os trabalhos que foram desenvolvidos por uma das equipes de Bioquímica do Campus Avançado, direcionaram-se também para as “crianças pobres”. Se na obra chalhoubiana, a preocupação dos “intelectuais-médicos” no Rio de Janeiro era com os “miasmas na putrefação”, no Bairro Paroquial a preocupação dos bioquímicos, foi com as “parasitoses intestinais”. A ideia em Picos, durante a década de 1970, foi de que os determinantes econômicos e sociais provocavam a proliferação das doenças, ou melhor, os

⁵⁷ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 49.

“pobres” eram a principal forma de “contágio” das “parasitoses intestinais”⁵⁸. Por isso, mereciam atenção, para serem “controlados”. Se a história não é um ritual de “apaziguamento”, mas de “despedaçamento”, durante a escrita do capítulo, a partir da análise do jornal *Voz do Campus*, a maquinaria que inventou a “pobreza” por meio da linguagem, para identificar e incidir na vida dos sujeitos, controlando-os, foi “despedaçada”⁵⁹.

2.3 Inventou-se discursivamente a pobreza: a identificação que permitiu a reorganização do espaço urbano

A instalação do Campus Avançado na cidade de Picos permitiu assim, que a pobreza fosse inventada discursivamente. Uma invenção que serviu como forma de identificar os pobres que viviam no Bairro Paroquial. A partir da circulação do jornal *Voz do Campus*, algumas pessoas na cidade tiveram acesso a essa identificação, como forma de legitimarem a identificação da pobreza e conseqüentemente a reorganização do espaço urbano da cidade, com a conseqüente transferência de alguns sujeitos de outros espaços da cidade, para o espaço da pobreza: o Bairro Paroquial. Se nesse capítulo, percebemos a invenção da pobreza, por meio de determinantes epidemiológicos, através dos exames de parasitoses intestinais, no capítulo seguinte acompanhamos a criação dos espaços da pobreza e das alterações urbanísticas.

⁵⁸ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. – 1ª. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 29.

⁵⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006, p. 317.

3 REORDENA OS “POBRES”, ORDENA A CIDADE: os discursos do plano diretor de organização do espaço urbano e a busca pelo ordenamento econômico e social da cidade de picos

“Liga”, por sua vez, é um termo que indica a estabilidade dos sólidos – a resistência que eles “opõem à separação dos átomos”.

Zygmunt Bauman

Em *Modernidade Líquida*, Zygmunt Bauman apresentou os *líquidos* e os *sólidos* enquanto caminhos para a problematização de um tempo: a *Modernidade*. Mas para entendermos os sentidos lançados nessa obra, propomos que os seus escritos sejam consumidos, tendo como ponto de partida o título, já que a nomenclatura do seu livro diz muito sobre a construção dos seus pensamentos. A *Modernidade Líquida* é uma tensão entre os *líquidos* e os *sólidos*. Os *líquidos* são constituídos por “fluidos”, ou seja, moléculas que são mantidas em um arranjo ordenado, atingindo poucos “diâmetros moleculares”. *Líquidos* que exercem uma espécie de afastamento e independência, perdendo-se em meio à ordem que os gestou ou pretendeu gestar.

Apesar de estarem em constante afastamento, vez ou outra, encontram seus semelhantes na maneira de consumirem o cotidiano em que vivem. Ao mesmo tempo em que se distanciam, burlando uma ordem, os *líquidos* se aproximam pelo modo em que se perdem na multidão. Ao contrário, os *sólidos* não foram gestados para possuírem independência. Necessitam de uma “liga” para cercearem os pontos de fugas que os átomos do seu espaço empreendem ou tentam empreender, no desejo de se separarem. Os *sólidos*, que foram gestados por um sistema ordenado, possuem o espaço e o tempo conjugados, como forma de facilitarem o controle dos seus átomos¹. E se já conhecemos as premissas dos *líquidos* e dos *sólidos*, direcionamos nossa análise para o consumo do título da obra, que apresenta um aprofundamento do pensamento que foi gestado por Zygmunt Bauman.

Se o título da obra é *Modernidade Líquida*, o seu autor sugeriu uma aproximação entre os *líquidos* e o período da Modernidade. Aproximação possível, porque um dos desejos da Modernidade em sua gestação foi destruir os resíduos (da Idade Média) que estavam naquele presente, bem como a busca para consumir a construção de uma “nova ordem”, mas com a premissa de que os *sólidos* não fossem derretidos por um novo processo. A premissa era de que os *sólidos* não se tornassem *líquidos*. Mas se os pretensos *sólidos*, no ato de inauguração da modernidade, derreteram uma “antiga ordem”, os mesmos *sólidos* já estavam

¹ BAUMAN, Zygmunt. Prefácio. In: _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 7-8.

aptos também para derreterem o tempo em que viviam, antes mesmo de se perceberem assim. Em outro estágio da Modernidade, o seu ponto “líquido”, a partir das décadas de 1960 e 1970, a pretensão dos *sólidos* abriu espaço para uma nova forma de subjetividade dos “átomos” se lançarem no social: em forma de *líquidos*².

Durante a década de 1970, na cidade de Picos, principalmente na primeira metade, com a pretensão de “solidificar” as relações de alguns cidadãos, o Estado brasileiro, a partir da criação do *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*, para algumas cidades que tinham recebido trechos da Rodovia Transamazônica, pretendeu criar uma “liga” para a cidade, no desejo de tornar o seu espaço “moderno”. A busca deu-se através de um processo de modernização, que por ser contraditório, provocou a sensação de ser amparado por uma burocracia, mas ao mesmo tempo provocou a destruição de sonhos, valores e vidas em Picos³; a Igreja Católica, por outro lado, a partir dos trabalhos dos padres Geraldo Martinho Gereón e Alfredo Schaffler, propiciou um ponto de ordenamento para que a “pobreza”, que já tinha sido inventada e identificada discursivamente, fosse direcionada para o seu espaço: o Bairro Paroquial.

Foi uma espécie de “reordenamento” do urbano, para “ordenar” os “pobres” para o seu espaço “natural”. Ações que contaram com o auxílio do Exército brasileiro, tendo em vista que os “resíduos” desse processo, os “velhos” mendicantes que viviam na calçada da Igreja Matriz de Picos, pedindo esmolas, foram colocados em um espaço próprio: o abrigo intitulado de “Joaquim Monteiro”. Para o controle das atividades desse espaço, foi criada a “Associação Beneficente João XXIII”, ligada a Igreja Católica. Espaço que foi construído e “alimentado”, tendo como um de seus impulsionadores, o 3º Batalhão de Engenharia de Construção, a partir do Coronel João Ferreira de Almeida, Comandante do 3º BEC naquele período, e alguns cidadãos e empresários da cidade.

Assim, a partir de matérias do *Jornal do Brasil*, foi possível uma compreensão das ideias que foram lançadas para Picos, já que de acordo com o Estado brasileiro, a cidade cresceria com a pós-construção do trecho da Transamazônica e a instalação do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, eventos que necessitavam de um “ordenamento” desse pretense crescimento que aconteceria, porque do contrário, tal empreendimento poderia ser feito de forma “desordenada”. Desse modo, a nossa busca, durante a escrita desse capítulo, foi mostrar de que maneira a produção discursiva do Estado brasileiro, da Igreja Católica e do Exército

² BAUMAN, Zygmunt. Prefácio. In: _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 7-8.

³ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 12.

brasileiro procuraram dar “liga” para solidificar alguns cidadãos que viviam na cidade, durante a década de 1970, como forma de não permitir que se tornassem *líquidos*⁴.

Se a busca pelo “moderno” leva em consideração a existência de *sólidos* que são considerados “imperfeitos”, um processo de “modernização” busca realojar esses “sólidos imperfeitos” em outro local, para que “sólidos aperfeiçoados” entrem em cena em determinado contexto⁵.

Se na cidade de Picos, no ano de 1974, com o *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*, a ideia era tornar a cidade de Picos “moderna”, o que veio anteriormente foi considerado como “sólidos imperfeitos”. E, antes de conhecermos os debates e a implantação das alterações urbanísticas, com base no Plano Diretor, fez-se necessário os seguintes questionamentos, como forma de orientar a escrita do capítulo: por meios das produções discursivas, quem eram os “sólidos imperfeitos” que o Plano Diretor desejou “ordenar” na cidade de Picos, durante a década de 1970? Quais os “perigos” que habitam a escrita do historiador que trabalha com um pretense projeto que se autodenominou de “moderno” para determinado espaço urbano, já que tal processo foi fincado no nível das “utopias”? Teria esse historiador, como realojar os sentidos do campo das “utopias” para o das “heterotopias”?

3.1 O *Jornal do Brasil* e os debates para a construção dos Planos Diretores Urbanos ao longo da Rodovia Transamazônica

No ano de 1973, em reportagem intitulada *Plano urbanístico fará que Amapá e Roraima cresçam com Amazônia*, o *Jornal do Brasil* evidenciou uma das preocupações do governo brasileiro naquele período: a necessidade de criação de uma “infra-estrutura” urbana, em cidades que passaram a contar com trechos da Transamazônica, para controlar o estimado crescimento econômico e social dessas cidades. Na reportagem, as duas primeiras cidades que passaram a receber a preocupação do governo brasileiro foram Porto Grande, no estado do Amapá; e Caracaraí, no estado de Roraima. Esse ideal de reordenamento do espaço urbano também permeou Picos, mas para que conheçamos de que forma as suas produções discursivas lhe atingiram, enquanto um objeto discursivo durante a década de 1970, antes, precisamos conhecer como ele foi esboçado para Porto Grande e Caracaraí, porque guardadas a diferenças, existem os pontos de conexões que precisam de problematizações. Assim,

⁴ BAUMAN, Zygmunt. Prefácio. In: _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 8.

⁵ *Ibid.*, p. 10.

O Ministério do Interior concluiu estudos que recomendam a criação de uma infra-estrutura urbana nas cidades de Porto Grande, no Amapá, e Caracarái, em Roraima, para evitar a desagregação de ordem econômica, social, cultural e institucional surgida com o impacto da conquista da Amazônia. As duas cidades ficam ao longo da Perimetral Norte, e para os técnicos do Ministério do Interior a necessidade de dotá-los de serviços básicos urbanos se condicionam a uma reflexão sobre as perspectivas de desenvolvimento futuro “por decorrência da grande obra de integração nacional a que estão relacionados.”⁶

O Ministério do Interior, que tinha como Ministro Costa Cavalcanti, preocupou-se com o crescimento das cidades que receberam trechos da Rodovia Transamazônica. Nesse caso, as duas cidades eram Porto Grande e Caracarái. Alterar o espaço urbano dessas cidades, de acordo com o discurso da reportagem, fazia-se necessário, tendo em vista que elas estavam correndo o “perigo” de sofrerem uma “desagregação de ordem econômica”, “social”, “cultural” e “institucional”, mediante o “impacto” causado pela “conquista da Amazônia”. Assim, ao sentido do governo brasileiro, para as duas cidades acima, não foi suficiente somente a implantação de trecho da rodovia, mas também, receberem melhorias no espaço urbano. Era uma maneira de produzir significados para a política desenvolvida pelo governo brasileiro. Mas, se um discurso não pode ser lido somente pelo que pretendeu passar, faz-se necessário compreendermos de que maneira o governo brasileiro fabricou o seu efeito de verdade, quando o assunto foi “reordenar” o espaço urbano de Picos, com os mesmos sentidos que foram produzidos em semelhança, com o trecho da reportagem.

Uma das maneiras do discurso trabalhar é pelo isolamento dos procedimentos internos e que a partir disso, as práticas discursivas, por meio das suas atividades internas de *classificação, ordenação e distribuição*, procura lançar outra dimensão, a do acontecimento e do acaso, para produzir/lançar no social o seu efeito de verdade⁷. E por meio do trecho da reportagem, é possível conhecermos de que maneira essa outra dimensão do discurso trabalhou a sua maquinaria. Se o discurso abordou que as cidades de Porto Grande e Caracarái cresceram a partir da construção da Transamazônica e que por isso, diante de um crescimento, necessitaram receber uma “infra-estrutura urbana”, compreendemos que a maquinaria discursiva institucionalizou as mudanças urbanas para as duas cidades, no campo do acontecimento e do acaso.

O governo brasileiro apresentou o crescimento das cidades, como sendo “não esperado”. Mas se o governo brasileiro, a partir da construção da Transamazônica, que fazia

⁶ PLANO urbanístico fará que Amapá e Roraima cresçam com Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXIII, nº141, p. 3, 27 ago. de 1973.

⁷ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 20.

parte do PIN, prometeu crescimento para a região amazônica e para o Nordeste, não esperou que as cidades de Porto Grande e Caracaraí fossem crescer? É nesse momento, que o discurso trabalhou o crescimento das cidades enquanto acaso. Seguindo essa linha, quando o *Jornal do Brasil* foi se referir à necessidade em que a cidade de Picos teve de melhorar o seu espaço urbano, procurou justificar da mesma maneira que justificou para as cidades de Porto Grande e Caracaraí, o recebimento das mudanças urbanísticas.

Na área da Transamazônica, o Ministério do Interior executou o chamado Projeto das Sete Cidades, em que dotou sete cidades ao longo daquela rodovia de serviços e infra-estrutura urbanos, empregando para isso recursos da ordem Cr\$ 15 bilhões, provenientes do PIN. As cidades beneficiadas por aquele projeto foram: Picos, no Piauí; Imperatriz, no Maranhão; Altamira, Itaituba, Marabá e Santarém, no Pará; e Humaitá, no Amazonas.⁸

Como relatou o discurso presente no *Jornal do Brasil*, os recursos para a implantação dos serviços urbanos em Picos também foram provenientes do Programa de Integração Nacional. A justificativa do discurso também ficou alojada no campo do acaso e do acontecimento. Em outra reportagem intitulada *Sete Cidades*, o *Jornal do Brasil* sugeriu que a implantação dos serviços urbanos ao longo das cidades que foram escolhidas para fazer parte desse projeto, com a “exceção” de Picos, seria feito em concomitância a participação da Igreja Católica, porque a ideia era promover uma “colonização” das áreas que receberam trechos da Rodovia Transamazônica.

Diríamos que os padres intervêm com naturalidade no processo colonizador porque sempre o fizeram. Desde, rigorosamente, o primeiro momento da primeira Missa. Como a colonização do País está ainda em marcha, grandes serviços pode e deve a Igreja prestar. Mesmo porque, o plano do Governo Federal nas novas zonas que se integram é de tal magnitude que muito fica a realizar no plano do auxílio e socorro ao homem. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem já está recebendo as propostas das firmas empreiteiras que vão disputar a concorrência para a construção da gigantesca Perimetral Norte. Dentro de um mês, começarão os trabalhos nos trechos que vai de Macapá, no Amapá, até a fronteira da Colômbia – uma bagatela da ordem de 2586 quilômetros. Ao mesmo tempo, o Ministério do Interior, com recursos do Programa de Integração Nacional (Cr\$ 15 milhões) trata de fortalecer estruturalmente os centros de irradiação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia. Este projeto, aliás, voltando para sete centros da Transamazônica – Picos, no Piauí, Imperatriz, no Maranhão, Marabá, Altamira, Itaituba e Santarém, no Pará, e Humaitá, no Amazonas – é conhecida no Ministério do Interior como das Sete Cidades. Que reproduza, no extremo Norte, não apenas a bela iniciativa civilizadora dos

⁸ PLANO urbanístico fará que Amapá e Roraima cresçam com Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXIII, nº141, p. 3, 27 ago. de 1973.

jesuítas do século XVII nos Sete Povos do Sul do Brasil, como tantas outras que assinalam a participação da Igreja na História nacional.⁹

Os sentidos que são lançados no social possuem alguns níveis, como o *tempo longo*, o *tempo vivido* e o *tempo curto*¹⁰. No trecho acima, o *Jornal do Brasil* iniciou falando que os padres sempre participaram do processo “colonizador” que começou a ser implantado no país, desde a primeira “Missa” que foi realizada. Como a “colonização” do país, naquele período, estava em “marcha”, era necessária a participação da Igreja Católica mais uma vez. Até porque, para o jornal, nas áreas que estavam se integrando, o trabalho era de tal “magnitude” que necessitava de “auxílio e socorro ao homem”.

O *tempo longo* é aquele em que ocorre a produção e reinterpretação dos conhecimentos que possuem como saber a religião, por exemplo; e se são conhecimentos que antecedem a vida da pessoa, mas que se fizeram presentes em sua vida por meio de instituições, modelos, normas, convenções, ou seja, por meio da reprodução social, compreendemos que por meio desse tempo longo, um sujeito ou mais sujeitos que escreveram a reportagem do *Jornal do Brasil* intitulada *Sete Cidades*, contou com esse dispositivo, para lançar ao nível das produções discursivas, os sentidos de que, tal qual a “colonização” que foi realizada pelos “jesuítas no século XVII”, os padres, naquele presente da década de 1970, poderiam realizar novamente.

Se a análise do tempo longo foi possível, impreterivelmente, foi porque a Igreja Católica reproduziu tais sentidos ao longo do tempo, já que nessa mesma reportagem, o Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns disse que “Anchieta” foi como poucos, “a própria fusão do apóstolo com sua mensagem”, lançando significado para a prática da Igreja Católica, naquele presente da década de 70, do século passado.

Outro nível de produção de ideia, o *tempo vivido*, é uma espécie de signos linguísticos dotados de sentidos que o sujeito adquiriu, ao longo da vida, por meio dos processos de ressignificações históricos, realizados pelas atividades de socialização primária e secundária, que ocorreram ao longo da história pessoal. No entanto, com o nível do *tempo vivido*, não realizamos um processo de análise em cima do trecho que foi retirado da reportagem do *Jornal do Brasil*, pelo fato de não conhecermos o autor da reportagem e, diante disso, não poderemos relacionar o conceito com o limite que a empiria nos ofereceu. No entanto, o terceiro nível, o *tempo curto*, possibilitou-nos uma análise.

⁹ SETE cidades. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXIII, nº93, p. 6, 10 jul. de 1973.

¹⁰ SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 51-53.

O tempo curto é aquele que nos possibilita produzir o significado, que no nosso caso, representa o processo de criação da reportagem. No momento em que o *Jornal do Brasil* apresentou que desejava naquele ano de 1973, que a Igreja Católica desenvolvesse o seu trabalho na região Norte, da mesma forma que os jesuítas desenvolveram no século XVII, no “país”, produziu sentido a partir do *tempo vivido*. E, como elucidou a reportagem, o trabalho dos padres, “colonizando” os trechos da Rodovia Transamazônica na região Norte, não seria realizado também na cidade de Picos.

A reportagem acima tem um fundo de coerência, já que no Projeto Sete cidades, a Igreja Católica não participou em concomitância ao Estado brasileiro, na cidade de Picos. No entanto, os serviços urbanos durante o início da década de 1970, contaram com o apoio da Igreja Católica, que naquele período, respirando o ar do “ser moderno” desejou criar uma Diocese na cidade, como forma de participar do “progresso” e do “desenvolvimento” da cidade. A partir disso, empreendeu a habitação do Bairro Paroquial, local em que as suas atividades foram realizadas; e a criação do abrigo Joaquim Monteiro, para o destinação dos “velhos mendicantes” que pediam esmolas pela cidade.

Os trabalhos realizados pela Igreja Católica lembrou-nos um pensamento: o “poder” é relacional, já que não parte somente do Estado, mas de outras instituições, além de se encontrar pulverizado no social¹¹. Em reportagem ainda do ano de 1973, antecipando-se a votação do *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*, que foi feita na Câmara dos Vereadores de Picos somente em 1974, o jornal *Voz do Campus*, apresentou os objetivos do Plano Diretor que estava previsto para ser executado, a partir da reportagem intitulada *Plano Diretor Urbano*, que foi escrita com “notícias” que foram colhidas na sede da SUDENE, na cidade de Recife, segundo a reportagem.

[...] O Plano de Desenvolvimento Urbano de Picos servirá, segundo linhas gerais definidas pela SUDENE, para orientar o crescimento da zona urbana da cidade, através da identificação dos principais problemas econômicos e sociais decorrentes dos fluxos migratórios que se estão deslocando para a região.¹²

As palavras acima nos possibilitaram duas análises: a primeira, diz respeito às características que foram lançadas para Picos, enquanto uma cidade de “problemas econômicos e sociais”; e a segunda, quando a reportagem acima afirmou que esses “problemas” foram provocados pelos “fluxos migratórios”. Assim, se o *Jornal do Brasil*

¹¹ FOUCAULT, Michel. Introdução. In: _____. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 14-15.

¹² PLANO Diretor Urbano. **Voz do Campus**. Picos. ano I, nº7, p. 1, 8 abr. de 1973.

lançou o significado de que os Planos Diretores não foram planejados, apresentando-os ao “acaso”, o trecho acima nos permitiu desmontar essa ideia mais uma vez. Por que se o Plano Diretor da cidade de Picos foi pensado em decorrência do crescimento da população, o “acaso” não justificou a criação daqueles, porque o governo brasileiro esperava esse “fluxo migratório” para as cidades que tinham recebido trechos da Rodovia Transamazônica.

O projeto que ganhou a denominação na reportagem de *Sete Cidades*, do *Jornal do Brasil*, como forma de “fortalecer estruturalmente” a cidade, foi planejado pelo Estado brasileiro, que na nossa definição abrange as três esferas: federal, estadual e municipal, com a denominação de *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*. Projeto que portava o “olhar que divide e agrupa”¹³. Mas antes disso, é preciso que conheçamos outras produções discursivas que inventaram e identificaram a pobreza em Picos, que mais tarde nos debates para a criação do Plano Diretor, apareceram enquanto “sólidos imperfeitos”, que seriam substituídos pelos “sólidos aperfeiçoados”.

As produções discursivas que inventaram o Bairro Jardim Natal, o abrigo Joaquim Monteiro e o Bairro Paroquial e, conseqüentemente, inventaram os “velhos mendicantes”, os “pedintes” e os “pobres”, ou seja, o “entulho do passado” que sobrecarregava o processo de “reordenamento econômico e social” da cidade mereceu uma análise mais profunda, principalmente porque a definição de tempo, dentro dessas produções discursivas, estava bem definida entre passado, presente e futuro. Sabemos que o tempo histórico não é dividido de tal forma, senão nas produções discursivas, porque os sujeitos que viveram um mesmo período, não são contemporâneos uns dos outros, já que em um mesmo tempo histórico se representam/representaram de diversas maneiras¹⁴.

3.2 Diferentes espaços, para sujeitos diferentes: a invenção dos “velhos”, dos “pedintes” e da “pobreza” enquanto “entulho do passado”, no início da década de 1970

Em *A Escrita da História*, Michel de Certeau lançou como uma das características do Ocidente desde o século XVI (claro que com relativizações) a prática de buscar o “outro” enquanto um “papel em branco” que pode receber palavras, sentidos ou discursos. Um “outro” que representa a partir do pensamento certeaniano, um *objeto de operação* podendo

¹³ BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 8.

¹⁴ CORBIN, Alain. O prazer do historiador. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº 49, p. 11- 31, 2005, p. 17.

receber em sua direção um *querer escrever*, transformando-se em um *corpo escrito*¹⁵. Se a premissa para que um corpo escrito surja é a possibilidade de ser lido enquanto um texto, a cidade de Picos da década de 1970, que recebeu os sentidos de um reordenamento urbano, permitiu-nos pensar de que modo algumas palavras foram lançadas em sua direção, a partir das produções discursivas que foram produzidas/lançadas para o seu social, porque a cidade-escrita não deve ser lida apenas enquanto um texto, pelas produções discursivas (documentos, inventários ou ordens) que foram produzidas em seu social, mas também, pela sua arquitetura, ou seja, a sua materialidade¹⁶. Pensar o espaço urbano de Picos, da década de 1970, dessa forma, tornou-se possível, porque ao longo da década de 1990, ocorreu a emergência daquilo que denominamos de *história cultural*. O espaço urbano deixou de ser compreendido somente como o *locus* privilegiado de produção do capital, para ser também um problema, um objeto de reflexão, que por meio das diversas maneiras que os atores sociais representaram o viver em cidades ao longo do tempo, permitiu aos historiadores trabalhar com os múltiplos significados que foram produzidos, levando em conta a experiência dos cidadãos¹⁷.

Na medida em que as alterações urbanas foram empreendidas, durante a década de 1970, alguns sentidos foram despejados em sua direção, atrelando materialidade e texto, como forma de compreender os processos que foram desenvolvidos em seus domínios. Assim, a cidade entendida enquanto um texto permitiu-nos compreender os sentidos que circularam no seu espaço urbano à medida que o Bairro Jardim Natal, o abrigo Joaquim Monteiro e o Bairro Paroquial foram criados.

Em 1976, em reportagem intitulada *Jardim Natal*, o jornal *Macambira*, que também pertencia ao Projeto Rondon e era ainda composto por universitários e professores da Universidade Federal de Goiás, relatou sobre a criação do Bairro Jardim Natal na cidade de Picos, já durante o ano de 1976. A reportagem apresentou que naquele período, o “Sr. Ozildo Amancio Pereira” lançou o loteamento intitulado “Jardim Natal”. O dono do loteamento apresentou que o seu espaço seria a área mais “Chic” da cidade, já que teria uma “seleção rigorosa” dos seus habitantes. De forma implícita, Ozildo Pereira esboçou que existia um perfil de cidadão que não seria aceito dentro do seu loteamento¹⁸. Selecionar moradores da cidade para morarem em espaços que chamamos de *sólidos*¹⁹, porque eles foram pensados na cidade de Picos, senão para sempre, mas ao menos para durarem por muito tempo, era uma

¹⁵ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 11.

¹⁶ ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 16-17.

¹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53, jun. 2007. p. 13.

¹⁸ JARDIM Natal. **Macambira**. Picos. ano I, nº 9, p. 9, 1 mar. de 1976.

¹⁹ BAUMAN, Zygmunt. Prefácio. In: _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 15.

prática que permeava as instâncias de poder institucionalizadas desde o início da década de 1970. Pensar um perfil de habitantes para áreas específicas, naquele período, foi algo corriqueiro, diante do ideal de “ser moderno” que envolvia a cidade.

Se o poder não existe enquanto instância que esteja presa a um lugar (o Estado)²⁰, mas enquanto uma prática a que ninguém escapa, compreendemos que Picos, durante a década de 1970 recebeu os trabalhos da Igreja Católica e do Exército Brasileiro, enquanto instâncias de saber, que tinham como função a participação no reordenamento do espaço urbano da cidade. Mas, antes de compreendermos a criação do Abrigo Joaquim Monteiro, local em que alguns “velhos” e “pedintes” da cidade foram despejados, faz-se necessário uma compreensão da inserção da Igreja Católica, dentro desse ideal do “ser moderno”, já a partir do ano de 1970.

3.2.1 Mais presente no “progresso”: a Igreja Católica e o ideal do “moderno” na cidade de Picos, durante o início da década de 1970

Em 1973, o jornal *Voz do Campus* abordou sobre uma fala do Bispo da Diocese de Oeiras, na época, “Dom Frei Edilberto Dinkelborg”, que falou sobre a necessidade que a cidade de Picos tinha de sediar uma Diocese. Necessidade que era vista, segundo ele, desde o ano de 1968 e mais fortemente, a partir do ano de 1971, porque somente Oeiras não dava conta de cobrir todo o estado do Piauí, que contava com quarenta municípios. Para abordar sobre essa necessidade, relatou de que forma o “povo de Picos” deveria estar consciente para desempenhar o seu “papel”, contribuindo para a criação da Diocese. A partir de sua fala, o “povo” deveria estar consciente “espiritualmente” e “materialmente”, para receber um “Bispado”²¹.

A partir das palavras de Edilberto Dinkelborg, percebemos que os sentidos lançados pela Igreja Católica, projetando-se no processo de “modernização” da cidade de Picos, impreterivelmente, atravessou de algum modo a sua forma de ser tornar “moderna”, com a criação de uma Diocese, pelo menos era o desejo que permeava o imaginário dos membros da Igreja Católica, desde o ano de 1968, com especial desabrochar, no ano de 1971, justamente o ano que a cidade de Picos passou a receber mais habitantes. Envoltos por esse desejo, a Igreja Católica participou da criação do abrigo Joaquim Monteiro e do Bairro Paroquial, revelando-

²⁰ FOUCAULT, Michel. Introdução. In: _____. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 17.

²¹ DIOCESE de Picos. **Voz do Campus**. Picos. ano I, nº 7, p. 8, 8 abr. de 1973.

se desde o início da década de 1970, como um ponto de trabalho para o desenvolvimento de suas atividades. Em entrevista ao jornalista Geraldo P. do Nascimento, do jornal *Voz do Campus*, o padre Alfredo Schaffler deixou de forma explícita, os interesses da Igreja Católica, na busca de criar uma Diocese; e ao mesmo tempo lançou sentidos para o abrigo Joaquim Monteiro. É preciso que conheçamos, assim, a pergunta do jornalista Geraldo P. do Nascimento, para depois compreendermos a resposta que foi dada pelo Padre Alfredo Schaffler.

* PADRE ALFREDO, O SENHOR É OTIMISTA QUANTO A POSSIBILIDADE DE PICOS TORNAR-SE SEDE DE UMA DIOCESE DO MUNICÍPIO? E QUANDO?

- Sou otimista e espero que daqui a um ano o assunto já tenha tornado-se realidade. Diante do desenvolvimento da nossa cidade, criada uma diocese, a Igreja pode tornar-se mais presente no progresso.²²

Por meio das palavras que foram lançadas pelo padre Alfredo Schaffler, percebemos que diante desse ideal de “progresso” e “desenvolvimento”, naquele período, a Igreja Católica tentou inserir o seu ofício dentro desses meandros, já que as suas palavras utilizadas foram “desenvolvimento” e “progresso”. Em trecho de entrevista que o bispo Alfredo Schaffler nos concedeu, ele disse que chegou à cidade de Picos no ano de 1970, para ajudar nos trabalhos da Diocese da cidade de Oeiras, que estava sobrecarregada, confirmando os esforços que a Igreja Católica estava somando para a criação de uma diocese²³. Nessa mesma reportagem, o jornalista Geraldo P. do Nascimento, questionou como estavam os trabalhos no “albergue” “Joaquim Monteiro”, mas o Padre Alfredo Schaffler relatou a preferência de que essa pergunta fosse encaminhada a “Associação Beneficente João XXIII”²⁴.

3.2.2 A Associação Beneficente João XXIII e os sentidos que foram lançados para a criação do abrigo Joaquim Monteiro

Para que ocorresse a fundação do abrigo Joaquim Monteiro, uma associação foi criada. Mas quais intenções para a criação desse abrigo merecem problematizações? Quem formava a Associação Beneficente João XXIII? Talvez pelo conhecimento dos seus membros, as intenções de sua criação sejam reveladas. A preocupação do padre Alfredo Schaffler com

²² NASCIMENTO, Geraldo P. do. *Voz do Campus*. Picos. ano I, nº 8, p. 7, 28 abr. de 1973.

²³ SCHAFFLER, Alfredo. *Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura*. Picos (PI), 7 de agosto de 2013.

²⁴ NASCIMENTO, Geraldo P. do. *Voz do Campus*. Picos. ano I, nº 8, p. 7, 28 abr. de 1973.

os “pedintes” que viviam em frente às igrejas, apareceu em outro trecho da entrevista que ele concedeu ao jornalista do jornal *Voz do Campus*, Geraldo P. do Nascimento.

Na reportagem, Geraldo P. do Nascimento questionou se o padre Alfredo Schaffler, acreditava que poderia acabar com o “drama esquisito” dos “pedintes” nos patamares das igrejas. A resposta do padre foi de que esperava acabar com esse “drama”, mas só com a ajuda do povo. Por meio de entrevista que Alfredo Schaffler concedeu-nos, conhecemos quem foram os sujeitos que o ajudaram na construção do abrigo Joaquim Monteiro, destinado para o recebimento dos “pedintes”.

[...] Foi no tempo da Ditadura, né? Agora, naquele tempo não tinha fundo rural, não tinha aposentadoria para os velhos. Então sempre na missa de nove as pessoas, idosos, velhos, que não tinham mais familiares, 40, 70, 80, pessoas, ficavam sentadas no patamar, e pedindo esmolas. E as pessoas de bem da cidade, eles distribuíram uma cestas, pessoas que tinha uma certa posse, para cada uma ia um pouco, né? E isso foi a única forma que eles escaparam. Quando uma vez passou em 72, o Alberto Silva, com a dona Floriza, que foi governador, aí eles ficaram impressionados com essa situação. Aí a dona Floriza falou: “mas porque não se pensou em fazer um abrigo para estas pessoas”. Eu disse: “eu também já pensei nisso, eu tinha conversado com algumas pessoas, mas um tempo atrás uma pessoa começou a falar e recolher dinheiro e sumiu, então ficou desacreditado”. Mas eu me sentei depois com outro, o doutor Tadeu Maia, recém formado, o doutor Sigifredo, um dentista, que foi professor também, ainda no segundo grau com a dona Zizi, a dona Gracinha do finado João de Deus, que eles tiveram uma loja lá na avenida, a dona... Esposa do Zé Martins, dona Filomena, e o comandante era João de Almeida com a dona Regina [...].²⁵

Por meio das palavras do bispo Alfredo Schaffler, duas possibilidades de análise são possíveis. A primeira diz respeito à maneira que a política empreendida durante o mandato do Governador Alberto Silva²⁶, com seu o ideal de “limpeza” da cidade de Teresina, também chegou à cidade de Picos. Na capital do estado do Piauí, durante a década de 1970, principalmente na sua primeira metade, o ideal de “limpeza e embelezamento do perímetro urbano”, provocou a expulsão dos pobres que viviam em favelas próximas ao centro da cidade de Teresina, para áreas mais afastadas, permitindo a abertura de ruas e avenidas. Era uma “febre modernizadora”, como forma de “desconstruir” a imagem de cidade empobrecida, que

²⁵ SCHAFFLER, Alfredo. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 7 de agosto de 2013.

²⁶ No ano de 1971, Alberto Tavares Silva foi nomeado como governador do Estado do Piauí, mandato que se estendeu até o ano de 1975. Ver: LIMA, Albert Aurélio. Entre linotypos, clichés e off-sets: uma escrita sobre a modernização da imprensa escrita e a cidade de Teresina nos de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; VIANA, Débora Silva; _____. (Orgs.). **Teresina em Foco: história, cidade e memória**. – Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2012, p. 20.

foi disseminada pela imprensa nacional²⁷. Alberto Silva prometia transformar Teresina em um centro de atração turística, para que ficasse conhecida como a “mais bela capital do Nordeste”, após várias intervenções arquitetônicas²⁸.

A partir de alguns recortes de jornais que foram apresentados aqui, com destaque para o *Jornal do Brasil* e as reportagens que foram feitas pelo jornalista Rangel Cavalcante, a cidade de Picos também figurou como um local de “pobreza”. Se o governador Alberto Silva, juntamente com a sua esposa “Floriza”, viu “idosos e velhos que não tinham mais família”, sentados no patamar pedindo esmolas, Alberto Silva e sua esposa “Floriza” manifestaram que a cidade necessitava de um abrigo. Em outras palavras, a preocupação do governador Alberto Silva era com a visibilidade dos “mendicantes” no centro de Picos. Podemos ler uma cidade enquanto um “corpo escrito”, por consequência, a nossa análise permite a compreensão de que os desejos de Alberto Silva e de sua esposa “Floriza” era de criarem um local em que esses “pobres” que pediam esmolas nas calçadas das igrejas não pudessem ficar a mostra.

Eles entenderam a cidade enquanto um “corpo” que não podia deixar a sua parte “podre”, “defeituosa” ou “doente” na visibilidade, porque se Picos estava se “desenvolvendo” a partir da construção da Rodovia Transamazônica, os “pedintes” não podiam aparecer. Era uma espécie de “higienização” de alguns espaços. Se o *espaço* representa a liberdade de uma cidade (o movimento), enquanto que o *lugar* representa a segurança (a pausa), com a criação do abrigo Joaquim Monteiro, os pedintes que foram inventados discursivamente, para serem instalados por lá, não possuíam acesso ao espaço, já que sofreram a possibilidade de serem retirados dos patamares das igrejas, não tendo a liberdade para permanecerem naqueles locais. Talvez o governador Alberto Silva achasse que os pedintes deixariam a cidade “menos bonita”. Os “velhos” e “idosos” também não tinham acesso ao lugar, porque se este representa a familiaridade ou valor, em um primeiro momento, esses sujeitos não tinham familiaridade com o abrigo Joaquim Monteiro²⁹.

Assim, compreendemos que ao sentido do governador Alberto Silva, de propor a criação de um espaço destinado somente para os velhos e idosos, a criação do abrigo Joaquim Monteiro trabalhou a maneira que os *sólidos* realizam as suas atividades. Mas um processo que busca a modernização, não trabalha para acabar com os *sólidos*, mas para substituir os

²⁷ ALMEIDA, Kiliaricy Oliveira de. **Filhos bastardos do progresso**. Pobreza e discurso na imprensa teresinense na primeira metade da década de 1970. 2011. 102f. Monografia (Curso de Licenciatura) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011, p. 16.

²⁸ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Apresentação: um projeto, múltiplos olhares. In: _____; VIANA, Débora Silva; LIMA, Albert Aurélio (Orgs.). **Teresina em foco: história, cidade e memória**. – Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2012, p. 13.

²⁹ TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983, p. 6.

sólidos defeituosos por *sólidos* livres de problemas, sendo “novos e aperfeiçoados”. A ideia do processo de modernização é superar um ranço antigo, que, nesse caso, era formado pelos “pobres” que pediam esmolas nas calçadas das igrejas, para que isso não acontecesse mais. Só que, ao mesmo tempo, a ideia era retirar os “pedintes” dos patamares das igrejas, mas que eles não circulassem por outros locais de Picos. Ou seja, a ideia era não permitir que a “pobreza” penetrasse e circulasse em determinados espaços³⁰.

A segunda análise que podemos fazer, diz respeito às pessoas que ajudaram o então padre Alfredo Schaffler a retirar os velhos e idosos pedintes de áreas centrais, por meio da construção do abrigo Joaquim Monteiro. De acordo com a fala de Alfredo Schaffler, o período era da “Ditadura Militar” e que por não existir “fundo rural” ou “aposentadoria”, cerca de “40, 70 ou 80”, “velhos” e “idosos” ficavam pedindo esmolas em frente às igrejas. Revelou ainda, que já tinha pensado na construção de um abrigo para colocar esses pedintes e que tinha destinado uma “pessoa” para juntar dinheiro para essa construção, mas essa “pessoa”, que ele não revelou o nome durante a entrevista, tinha “sumido” com o dinheiro. Então, procurou depois disso: “Tadeu Maia”; “Sigifredo”, que era odontólogo; “Gracinha do finado João de Deus”, que tinham uma loja na cidade; e “João de Almeida” e a “dona Regina”, que era o comandante do 3º Batalhão de Engenharia de Construção e a sua esposa. Ou seja, eram pessoas que eram civis ou membros do Exército Brasileiro.

Assim, se para Carlos Fico, o pensamento de René Armand Dreifuss, um brasilianista, foi coerente quando apresentou o Golpe civil-militar de 1964, enquanto uma coalizão entre militares da Escola Superior de Guerra e empresários, denominado de “movimento civil-militar”³¹; e se para Maria Helena Moreira Alves, a Escola Superior de Guerra comandava as ações de conspiradores civis e militares, através do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ações Democráticas)³², em Picos, no início da década de 1970, ou seja, vários anos após o Golpe civil-militar, existiu uma coalizão entre civis e militares, já que os desejos se voltaram para a construção do Abrigo Joaquim Monteiro, que tinha como objetivo retirar “velhos”, “idosos” e “pedintes” das ruas centrais..

Assim, pensamos que o trabalho dos civis, apoiando as atividades que partiam da Ditadura Militar, não ficou restrito somente ao Golpe civil-militar de 1964. Em Picos, por

³⁰ BAUMAN, Zygmunt. Prefácio. In: _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 10.

³¹ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24.n 47.p. 29-60, 2004, p. 51.

³² ALVES, Maria Helena Moreira. Introdução. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru-SP: Edusc, 2005, p. 24-25.

exemplo, a partir da fala de Alfredo Schaffler, percebemos uma coalizão entre o Exército Brasileiro, representado pelo Comandante do 3º BEC naquele período, João Ferreira de Almeida; e alguns civis, representados por “Tadeu Maia”; “Sigifredo”, que era odontólogo; e “Gracinha do finado João de Deus”, que tinham uma loja na cidade. Os desejos se voltaram para a construção do abrigo Joaquim Monteiro, que tinha como objetivo retirar “velhos”, “idosos” e “pedintes” das ruas centrais. Um desejo que partiu também, do governo estadual, representado por Alberto Silva. A fala de Alfredo Schaffler, a respeito da criação do abrigo Joaquim Monteiro, seguiu produzindo sentidos:

[...] A dona Regina era uma pessoa muito sensível e eu conversei com ela e formamos uma associação beneficente, ao qual me fuge o nome, mas está escrito lá no abrigo ainda, de um senhor que deu um terreno. Uma pessoa assim de posse, um rapaz velho. E aí começamos a organizar a construção do abrigo. Fizemos duas vaquejadas, que naquele tempo era uma novidade, porque num se conhecia, nunca se ouvia falar. Eu tinha uma Toyota velha, de 64, que comprei do Jussê, com cadeira de espaguete lá dentro, lona já muito rasgado pelos cabos no interior. E com grupo de jovens e lá onde tem hoje parece o Campus Avançado, a Universidade, não sei, montamos esta vaquejada. Eu fiquei lá de fiscal, só recebendo dinheiro e jogando dentro do carro. Tanto de gente que veio dos quatro cantos ali, com jovens, etc. E o exército, com João de Almeida que era o comandante, ele organizava. E a dona Regina fazia danças, comidas, etc. Eu só sei que com o dinheiro de duas vaquejadas e uma festa de São João que a Cel. Francisco Santos nós fechamos de uma ponta a outra [...] Eu só sei que com esses três eventos, construímos esse abrigo que ainda hoje estar funcionando [...]³³.

De acordo com Alfredo Schaffler, ele conversou com a “dona Regina”, que era a esposa do então Comandante do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, João Ferreira de Almeida. A partir dessa conversa que Alfredo Schaffler e a Regina tiveram, montaram a Associação Beneficente João XXIII, que no momento da entrevista ele não recordara o nome, e, em seguida, os dois organizaram uma vaquejada, sendo uma atividade que não era realizada com grande frequência na cidade. Segundo as suas palavras, momento em que eles conseguiram “muito dinheiro” para a construção do abrigo Joaquim Monteiro.

Não somente o Exército Brasileiro e a Igreja Católica participaram da criação desse abrigo, envolta pelo ideal de modernização da cidade, no ano de 1972, a Câmara dos Vereadores, mediante *Projeto de Lei de nº18*, reconheceu como de “utilidade pública” o abrigo João XXIII. E conhecer as justificativas que foram lançadas para esse reconhecimento ajuda-nos a compreender qual era a importância desse abrigo para o ideal de “modernização”

³³ SCHAFFLER, Alfredo. *Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura*. Picos (PI), 7 de agosto de 2013.

urbana da cidade e, conseqüentemente, do afastamento dos “velhos” “idosos” e “pedintes”, das igrejas da cidade.

Art. 1º Fica Reconhecida como de Utilidade Pública municipal a Associação Beneficente João XXIII, Sociedade Beneficente com sede nesta cidade e que tem por finalidade dar amparo aos velhos pobres e desvalidos da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios;³⁴

A proposta de reconhecimento de utilidade pública, para a Associação Beneficente João XXIII, foi lançada pelo vereador Valdemar Rodrigues de Sousa Martins. A justificativa girou em torno da finalidade que a Associação tinha, segundo o trecho do projeto de lei, já que esta amparava os “velhos pobres e desvalidos da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios”. Uma das formas do discurso trabalhar a sua maquinaria trata-se da construção de seu efeito de verdade, procurando deixar a mostra uma face positiva, sendo o caso do fragmento anterior. Por isso, a leitura do fragmento do projeto de lei leva-nos sem um aprofundamento maior do contexto que estamos manuseando, a desejar e admirar a positividade do trecho com a Associação e as suas ações, tendo em vista que prometeu “amparar” os “velhos pobres e desvalidos”, naquele período da década de 1970. No entanto, o discurso pode trazer consigo a sua decifração. Em trecho da justificativa para o *Projeto de Lei de nº18*, o desmonte desse discurso que foi lançado pelo vereador Valdemar Rodrigues, apareceu permitindo-nos uma compreensão.

[...] É do conhecimento de todos a criação recente neste município de uma sociedade de caráter beneficente, a Associação Beneficente João XXIII, com a finalidade de amparar os velhos pobres e desvalidos da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios. Para tanto, esta Associação está construindo e manterá sob sua responsabilidade, no próspero bairro do Junco, em frente à Sede do 3º B.E.Const. o Abrigo Joaquim Monteiro de Carvalho.³⁵

Semelhante ao trecho anterior, as palavras acima apresentaram como função da Associação Beneficente João XXIII, “amparar os velhos pobres e desvalidos”, mas agora, esses sujeitos já pertenciam a “Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios”. Já era uma associação que estava ligada aos serviços da Igreja Católica. A ideia era inventar a “pobreza” discursivamente e afastar esses “velhos pobres e desvalidos” do centro da cidade, tendo em vista que o local em que o abrigo foi construído, no ano de 1972, estava apenas com um ano que fazia parte da área urbana de Picos, ou seja, em frente à sede do 3º BEC. Processo semelhante aconteceu em Teresina, durante a década de 1970, quando os “pobres urbanos”

³⁴ PROJETO de Lei de nº18 das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 2. Picos: 1972, p. 2.

³⁵ PROJETO de Lei de nº18 das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 2. Picos: 1972, p. 2.

foram afastados para áreas mais afastadas³⁶. O que acontecia no espaço urbano estava conectado com os eventos que se desenrolavam na cidade de Teresina.

Assim, se o discurso presente no *Projeto de Lei de nº18* reconheceu, como de “utilidade pública”, os serviços da Associação Beneficente João XXIII, em grande medida, deveu-se ao fato de conectar os seus sentidos com a política que tomou conta da cidade, a partir da instalação do 3º BEC e da construção do trecho da Rodovia Transamazônica. A cidade de Picos, a partir disso, buscou se tornar “moderna”. Para isso, a “pobreza” tinha que ser excluída desse ideal de modernização e embelezamento do espaço urbano. Outra análise que podemos fazer é com respeito aos motivos para que esse discurso da Associação, que pertencia a Igreja Católica, fosse disseminado na Câmara dos Vereadores. Aconteceu assim, porque os discursos a maior parte do tempo, estão se conectando, para garantir a reprodução dos sentidos e, por conseguinte, os efeitos de verdade que pretendem reproduzir/lançar no social³⁷.

Seguindo esse ideal de se modernizar que a Igreja Católica tinha, e que, segundo as palavras do então padre Alfredo Schaffler na década de 1970, em reportagem do jornal *Voz do Campus*, que vimos em páginas anteriores, buscava a sua inserção nos trabalhos do “progresso” e do “desenvolvimento”, por meio dos padres Henrique Geraldo Martinho Gereón e Alfredo Schaffler, a Igreja Católica possibilitou a construção do Bairro Paroquial, no início da década de 1970 e a sua habitação pelos “pobres” e “flagelados”, ao longo da referida década. Assim, a pergunta que suscitamos é a seguinte: o que levou a Igreja Católica a lançar seus olhares para o Bairro Paroquial, já que os terrenos eram doados aos cidadãos porque o padre Henrique Gereón comprou o terreno, no início da década de 1970? A partir de agora, a escrita desse capítulo é uma tentativa de responder esse questionamento. Para isso, tornou-se necessário acompanharmos a criação do Bairro Paroquial e a sua habitação, por volta do ano de 1973, por “pobres” e “flagelados”, que receberam as doações de terrenos.

3.2.3 O espaço dos “pobres”: a criação do bairro Paroquial

Para pensarmos a construção do Bairro Paroquial, lançamos mão de um pensamento de Michel Foucault, de *As palavras e as coisas*. Para ele, uma das formas dos discursos

³⁶ LIMA, Albert Aurélio. Entre linotypos, clicheiras e off-sets: uma escrita sobre a modernização da imprensa escrita e a cidade de Teresina nos de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; VIANA, Débora Silva; _____. (Orgs.). **Teresina em Foco: história, cidade e memória**. – Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2012, p. 21.

³⁷ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 42.

trabalharem a sua maquinaria é através de *similitudes*. Uma das similitudes que ele discute na sua obra é a *convenientia*, que é ligada ao espaço, na sua forma de “aproximação gradativa”³⁸. O pensamento é de que as coisas pertencem menos umas às outras do que o espaço onde se encontram. A finalidade de construção do Bairro Paroquial, pelos então padres Henrique Gereón e Alfredo Schaffler, trabalhou por meio dessa semelhança, tendo em vista que as pessoas que foram destinadas para morarem no bairro Paroquial eram consideradas pessoas “pobres”. Para compreendermos os sentidos que foram lançados para essa construção, vejamos um trecho da entrevista que o bispo Alfredo Schaffler concedeu-nos, tendo como tema a criação do Bairro Paroquial e os trabalhos que foram desenvolvidos por lá, pela Igreja Católica.

O bairro Paroquial foi criado, porque na Tresidela, quando chegou o rio, que num tinha aquele canal, que foi depois construído, o pessoal perdia tudo. O pobre que já tem pouco e perdendo tudo, não tem mais nada. Então, para tirar essas pessoas da Tresidela, colocamos lá, para que estas pessoas não sofressem mais, com as enchentes. E foi acertado com a prefeitura, no tempo do Oscar, que ninguém ia construir lá. Inicialmente isso foi respeitado, mas mais tarde começou de novo a construir lá. Então isso foi... Isso era uma roça. Era uma roça e eu não me lembro mais quantos hectares. Então era relativamente grande né? Mas a cidade, vocês tentem olhar, terminava lá. Lá não tinha mais cidade. A cidade praticamente nos correios terminava. Lá onde tem aquele posto a casa do Zé Carlos e depois a casa de saúde do Oscar, já ficou praticamente no fim da cidade. Compreendeu no fim da cidade né? A cidade terminava lá né? Então nós construímos lá porque o Geraldo conseguiu esse terreno com o dinheiro que veio dos parentes dele, que comprou e saiu e a gente distribuiu entre as pessoas que vieram prejudicadas pela enchente. Eu acho que serviu para muita gente lá.³⁹

As palavras que foram delineadas pelo bispo, sobre a criação do Bairro Paroquial, processo ao qual ele participou, no início da década de 1970, lançaram sentidos para os “pobres” que viviam na Tresidela. De acordo com a sua fala, a criação do bairro, esteve em grande medida, ligado às relações que os moradores da Tresidela tinham com o Rio Guaribas, que vez ou outra, transbordava e, por isso, povoava o imaginário de moradores da cidade. E que diante dos transbordamentos, o “pobre” que já tinha pouco, diante daquela situação, perdia tudo que tinha. Assim, algumas pessoas da Tresidela foram retiradas e “colocadas” no Bairro Paroquial, ficando “acertado” que as pessoas não voltariam mais a construir às margens do Rio Guaribas, mas alguns cidadãos voltaram a construir por lá.

³⁸ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 25.

³⁹ SCHAFFLER, Alfredo. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 7 de agosto de 2013.

Aconteceu dessa forma, segundo o bispo Alfredo Schaffler, durante o mandato do prefeito Oscar Neiva Eulálio, que ganhou as eleições de 1966 pelo partido MDB e que governou de 1967 a 1970⁴⁰. Por meio de um “Livro Reportagem” intitulado *No Transbordar do Rio*, as jornalistas Ana Paula Santos Moura e Maria de Sousa Santana, esse período de criação do Bairro Paroquial foi abordado, sendo o tema principal do livro. De acordo com Ana Paula e Maria Santana, um “Livro Reportagem” tem como finalidade se apoderar de meios que são utilizados pelo ofício de um historiador e de um literato, tendo em vista que “não é ficção”, já que “todos” os fatos foram “cuidadosamente apurados”, mas ao mesmo tempo, possui como uma de suas características, a “histórias romanceadas”⁴¹, ou seja procurar carregar consigo um tema que é caro a produção historiográfica: a busca pela “verdade” dos eventos históricos. O livro aborda também sobre a enchente de 1969 e a posterior criação do Bairro Paroquial, através da compra do terreno, que foi feita pelo então padre Henrique Gereón, por meio de dinheiro que ele conseguiu com pessoas da Alemanha, como relatou Alfredo Schaffler, na entrevista que nos concedeu. À medida que vai relatando sobre os trabalhos dos padres Henrique Gereón e Alfredo Schaffler, Ana Paula e Maria Santana, romancearam esse processo, subjetivando o discurso da pobreza, já que entrevistaram os dois sujeitos que conduziram o processo de criação do Bairro Paroquial.

Como um instrumento, Deus o fez sacerdote e o envia ao Piauí. Seu espírito caridoso e prático faz o padre alemão incorporar a cultura e os problemas locais; não é piauiense nato, mas compreende as aflições do sertanejo, se identifica com os pobres e pequenos, sofre as suas dores [...]⁴²

Elas “romancearam” a figura do padre Henrique Gereón, já que o apresentaram enquanto um não “piauiense nato”, mas que compreendeu as “aflições do sertanejo”, se identificando com os “pobres e pequenos”, sofrendo das mesmas “dores”. Com base nesse pensamento, percebemos que as autoras incorporaram o discurso da Igreja Católica que acolheu os pobres durante aquele início de década, já que a compra do terreno que deu início a habitação do Bairro Paroquial, só aconteceu no ano de 1970. Uma das propostas de Durval Muniz serve-nos para a problematização dos sentidos que foram lançados por Ana Paula e Maria Santos, para as pessoas que viviam às margens do Rio Guaribas. Ele atestou que na sua escrita os “nordestinos” não seriam “vitimizados”, mas ao contrário, seriam “implodidos”

⁴⁰ OLIVEIRA, Jailson Dias de. **MDB E ARENA**, Cultura Política na cidade de Picos durante o regime militar (1964-1985). 2012. 100f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2012, p. 34.

⁴¹ MOURA, Ana Paula Santos. SANTANA, Maria de Sousa. **No Transbordar do Rio**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Comunicação) Universidade Estadual do Piauí, 2010, p. 11.

⁴² Ibid.

enquanto uma invenção. Abordaria também, de que maneira, por meio das referências sociais, os “nordestinos” foram partícipes desse processo de invenção da sua identidade, na medida em que subjetivaram os limites de serem “nordestinos”⁴³.

A subjetivização do discurso da pobreza, por Ana Paula e Maria Santana, mereceu ser analisada tendo como base o pensamento de Durval Muniz, porque elas levaram as discussões acerca da criação do Bairro Paroquial para uma dimensão vazia. Porque, se os padres Henrique Gereón e Alfredo Schaffler possibilitaram a reunião somente de “pobres” no espaço que ficou conhecido com Bairro Paroquial, mesmo não sendo de forma intencional, uma pequena seleção dos sujeitos que morariam por lá foi feita. Se houve a busca de um perfil, foi porque um modelo de morador para o bairro foi criado, já que em 1973, os trabalhos do Campus Avançado, que vimos no segundo capítulo desse trabalho, denominaram alguns moradores daquele espaço de “classe pobre”. Outro que lançou significado para a criação desse bairro foi Cícero Bento da Silva, que é pedreiro e morador daquele local:

Aqui ficou gente de vários bairros. Aqui veio gente daqui morar aqui, veio gente da Tresidela, que era o local mais necessário, que o padre Geraldo comprou isso aqui mais pro pessoal lá do rio que se preocupava muito com o pessoal, e veio gente da Rua da Malva, gente do Morro da Mariana, e veio gente também de fora, que num tinha onde morar e foi se localizando aqui. Aqui é estaturado com várias pessoas, de vários lugares, num é só de um lugar só não.⁴⁴

A partir de Cícero Bento, algumas informações diferem das que foram apresentadas pelo bispo Alfredo Schaffler, que analisamos anteriormente. Cícero Bento relatou que no Bairro Paroquial não foram morar somente as pessoas que sofreram com as enchentes na Tresidela, mas pessoas também da “Rua da Malva”, do “Morro da Mariana” e pessoas que eram de fora e não tinham onde morar. Por meio dessa informação, percebemos que o conceito de *convenientia*, ajuda-nos na compreensão dos discursos que produziram seus sentidos para as pessoas que foram morar no bairro. Se a escolha era feita com base na “pobreza”, já que pessoas de diferentes locais foram morar naquele espaço, por meio da doação de terrenos, os padres Henrique Gereón e Alfredo Schaffler construíram um perfil para as pessoas que foram habitar o bairro.

⁴³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006, p. 16.

⁴⁴ SILVA, Cícero Bento da. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 26 de julho de 2013.

Esse perfil foi feito com base na *convenientia*, já que agruparam pessoas de diferentes locais, alojando-os em um espaço por serem semelhantes pela “pobreza”⁴⁵. Durante a entrevista acima, Cícero Bento lançou sentido para os “criadores” do Bairro Paroquial. Afirmou que o “fundador” do bairro foi o pai dele, “Francisco Bento da Silva”, já que foi o “primeiro morador”. Disse mais, “quem fundou esse bairro foi a gente, foi nós mesmos”⁴⁶, como se estivesse se referindo aos moradores. A compreensão para a ruptura de sentidos que foi empreendida por Cícero Bento, em entrevista que nos concedeu, aconteceu de maneira mais fluida.

Existe uma reprodução social da linguagem que direciona os sentidos de acordo com a movimentação da linguagem, buscando uma reprodução dos sentidos, no entanto, no cotidiano, os sujeitos utilizando a mesma linguagem, lançam acepções diferentes⁴⁷. E na maneira que Cícero Bento relatou que seu pai foi o “fundador” do bairro, ele rompeu com os sentidos expressos pelo bispo Alfredo Schaffler, na entrevista que nos concedeu, já que lançou como fundadores o padre Henrique Gereón e ele próprio.

Em *No Transbordar do Rio*, Ana Paula e Maria Santana relataram a empreitada do então padre Henrique Gereón, para conseguir o dinheiro da compra de um terreno, que pertencia a uma senhora que se chamava “Romana”.

Saiu em busca de doutor Oscar e do vigário da cidade, Padre Joaquim Rufino do Rêgo. Precisa encontrar apoio. Diante do valor pedido, o que consegue é quase insignificante. A prefeitura declara que só pode se comprometer com no máximo NCr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros novos) e a paróquia faz a doação de NCr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos). Os outros NCr\$ 10.000,00 estava na mão de Deus. Era preciso saber como os receberia. O que fazer para consegui-los? É noite e está em sua cama, seus pensamentos continuam enrolados e as repostas às indagações são tão brancas quantos seus lençóis. Nesse momento se apega ao Pai para não abandonar os seus filhos e para que ilumine os corações daqueles a quem ele acabara de decidir recorrer por ajuda financeira. Deus pai lhe iluminou. Buscaria auxílio junto aos conhecidos na Alemanha.⁴⁸

Nas palavras de Cícero Bento, o terreno do Bairro Paroquial foi comprado somente pelo padre Henrique Gereón, no entanto, o trecho acima apresentou que o terreno foi

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 25-26.

⁴⁶ SILVA, Cícero Bento da. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 26 de julho de 2013.

⁴⁷ SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 44.

⁴⁸ MOURA, Ana Paula Santos. SANTANA, Maria de Sousa. **No Transbordar do Rio**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Comunicação) Universidade Estadual do Piauí, 2010, p. 72.

comprado a “dona Romana”, com recursos da Prefeitura Municipal de Picos, da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios e de “conhecidos” do padre Henrique Gereón na Alemanha. Se o terreno estava comprado, as pessoas começaram a chegar àquele espaço, no início da década de 1970. Cícero Bento relatou que seu pai, o “fundador”, chegou por lá no ano de 1971, apresentando ideias para a maneira como os terrenos foram divididos, com os seus respectivos tamanhos; e o modo como as casas eram construídas⁴⁹.

Aqui foi adoadado pra cada pessoa que tinha direito um terreno, que era 5 metros de frente e 20 de fundo. Aí o padre Geraldo entregou lá os critérios e isso quem tomava de conta era Zezé de Sinhorzinho Bandeira e padre Alfredo e seu Zé Borges, que era quem fazia os pico dos terrenos, roçava todinho pra fazer os piquetes, e eles vinham e entregavam pras pessoas. A cada um entregava sua partezinha de seus loteamento de chãozinho. Seu pedaço de chão de 5m de frente, por vinte de fundo. E ali ficava organizado ali, a pessoa podia fazer sua casinha do jeito que desse. E do jeito que fosse competido fazer. Era tudo casinha fraca, ninguém tinha condição de fazer prédio... Hoje em dia esturado que nem estaturaro aí não. Era tudo casa feita de taipa, coberta de palha. E tinha outras que o dono não tinha condição de cobrir de palha, cobria mesmo com uma parte de palha e outra de frande, outra cobria de ramo, que nem nossa casinha mesmo era coberta, destacada. Era coberta uma parte de palha um parte de frande. E outra parte era coberta de garrancho, feito aquelas latadazinhas, em cima da casa. Era assim.⁵⁰

Assim, tomamos contato com os trabalhos que foram realizados pelo então padre Alfredo Schaffler para dividir e marcar os terrenos, que tinham “5 metros” de frente e “20 metros” de fundo. As casas, segundo o trecho acima, eram feitas de “taipa e cobertas de palha”, porque “ninguém” tinha condição de fazer a sua casa melhor do que isso. Aos poucos, os terrenos foram doados e o Bairro Paroquial foi crescendo. É preciso destacar que naquele início da década de 1970, aquela área não fazia parte do perímetro urbano de Picos. Era uma área vista como afastada do restante da cidade. Mas a sua habitação ganhou pulso ao longo da década de 1970. Com o passar do tempo, a Igreja Católica aproveitou aquele local e começou a realizar os seus trabalhos com a “pobreza”. Em um dos momentos da entrevista que realizamos com Cícero Bento, ele relatou que os padres Alfredo Schaffler e Henrique Gereón, desenvolviam atividades incentivando os moradores a participarem da “religião”.

Realizava. Realizava assim, como é que se diz? De compatividade pros meninos de terço, realizava brincadeira assim de dar presente pros meninos, de distribuir presentes e realizava várias coisas que envolvia as crianças, que era pra incentivar as crianças pro lado da religião. Naquele tempo era mais

⁴⁹ SILVA, Cícero Bento da. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 26 de julho de 2013.

⁵⁰ SILVA, Cícero Bento da. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 26 de julho de 2013.

incentivado, porque tinha catecismo todo domingo, todos os sábados, e hoje em dia, se tem os catecismos, se tem os terços, ninguém vai, nem nada. É difícil mesmo até o povo frequentar as igreja aí [...] Eu gostava de ir porque era bem divertido e padre Alfredo, padre Geraldo, dava presente pros meninos. Distribuía camisa, distribuía chinelo, distribuía escova, pasta, e orientava os meninos bem, que era pra ficar frequentando sempre o terço, pra quando chegar o tempo dele fazer primeira comunhão, já tá preparado.⁵¹

A invenção discursiva da “pobreza”, pela Igreja Católica, através dos dois padres Henrique Gereón e Alfredo Schaffler, no início da década de 1970, foi uma forma de conseguir um número maior de participantes das atividades que eram realizadas pela igreja, além de disseminar o ideal daquele ofício no período, já que os significados que permeavam a Igreja Católica eram inspirados pelo desejo de criação da diocese na cidade. Concomitante a esse pensamento, segundo Cícero Bento, o padre Alfredo Schaffler e o padre Henrique Gereón realizavam “terços” com as crianças, distribuía “presentes”, sempre incentivando as crianças “pro lado da religião”. Assim, se os “pobres” tinham sido inventados discursivamente e, por isso, ameaçavam o “ordenamento econômico e social” da cidade que era o “marco zero” da Rodovia Transamazônica e a sede do 3º BEC, um “reordenamento” era necessário, pois somente com ele, a integração aconteceria. Representou ainda, o “disciplinamento” da “pobreza”, ou pelo menos a tentativa. Mas se os discursos procuraram um espaço para que os “pobres” permanecessem nele, durante a entrevista do bispo Alfredo Schaffler, a sua fala denotou que alguns “pobres” não ficaram no Bairro Paroquial e que por isso voltaram a construir suas casas na Tresidela, mesmo com o perigo de novas enchentes⁵². Se os *sólidos* carregam consigo a liquidez necessária para se perderem na multidão, ou seja, se eles não possuem espaço fixado ao tempo, a “pobreza” que teve um espaço criado para a sua fixação em determinada parte da cidade, desmanchou-se na multidão.

3.3 Os debates e a implantação do *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano na cidade de Picos*

Em Sessão da Câmara dos Vereadores, do dia seis de julho de 1973, o prefeito José Nunes de Barros, apresentou uma mensagem intitulada de “nº 5”, relatando que tinha a honra de enviar a Câmara dos Vereadores um “ofício de nº 133/73”, o “Projeto de Lei de nº 22/73” e “Cópia de Termo de Convenho celebrado entre a Secretaria de Obras Públicas do Piauí” e a

⁵¹ SILVA, Cícero Bento da. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 26 de julho de 2013.

⁵² SCHAFFLER, Alfredo. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 7 de agosto de 2013.

“Prefeitura da cidade de Picos”⁵³. A partir da firmação desse convênio, começou a produção de ideias dentro da Câmara dos Vereadores, impulsionada pelos ventos do “ideal de urbanização”, misturando-se com o “ideal de limpeza da cidade”. No que concerne ao “ideal de urbanização”, em primeiro de março de 1974, o vereador Filandro Portela Neto, lançou o *Projeto de Lei de nº 8*, tornando parte da área urbana da cidade, os quilômetros seis e oito da BR-316, no “lugar Aeroporto”, na “data Curralinho”⁵⁴. Já no *Projeto de Lei de nº 16*, do ano de 1974, a prefeitura municipal de Picos adquiriu um terreno para o local de depósito de lixo.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores nos termos do Art. 47, Item 1, letra “g”, da Lei Nº 2.954, de 20 de Janeiro de 1969, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a, mediante escritura de compra e venda, adquirir uma área de terras com quatro hectares, cinco ares e cinquenta e cinco centiares, na gleba locada sob nº 252, situado no lugar Cristovinho, Data Curralinho ou Picos, registrada no Cartório do Registro de Imóveis às folhas 61/63 do livro das Transcrições das Transmissões nº 39 (Livro Três) sob nº 43.376, de propriedade do sr. Joaquim Gonçalves de Sousa e sua esposa, dona Emília Maria da Conceição.⁵⁵

Entendemos que o “ideal de urbanização” e o “ideal de limpeza da cidade”, fazem parte da constituição de um “Plano Diretor”, tendo em vista que a urbanização entrelaça-se na “condição demográfica”, enquanto que a limpeza da cidade representa a “condição sanitária”, sendo alguns dos componentes que possibilitam o desenrolar de um processo de planejamento de uma modernização. Além dessas duas condições (a “demográfica” e a “sanitária”) para a constituição de um Plano Diretor, somam esforços a essas duas, enquanto *componente científico*, a “econômica”, “produtiva”, “tecnológica dos agregados sociais”; e enquanto *componentes sociológicos* somam-se o político e o histórico.

Mas, ao analisarmos essas características, não devemos compreender o que foi escrito enquanto o próprio “real”, já que foram construídas por meio dos serviços de um urbanista, como forma de serem orientações⁵⁶. E, completando o pensamento da autora, não devemos nos esquecer de que o Plano Diretor que está no papel, também possui o seu “real” ou a sua prática, já que o discurso também é uma prática⁵⁷. Assim, existe uma distância entre o Plano Diretor que se encontra no papel e o que foi aplicado, mas o ideal pode ser o mesmo entre o que foi planejado e as alterações que foram empreendidas, no sentido de

⁵³ ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1973, p. 187.

⁵⁴ ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 5. Picos: 1974, p. 9.

⁵⁵ PROJETO de Lei de nº16 das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1974, p. 2.

⁵⁶ BRESCIANI, Maria Stella. Cidade. Objeto de Estudo e Experiência Vivenciada. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 2: A Associação, 2004, 12.

⁵⁷ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 50.

normatizações. A proposta de reordenar o espaço urbano de uma cidade, tendo como justificativa as condições sanitárias, configura-se em aspiração pelo “progresso”⁵⁸. Mas, antes de conhecermos as alterações que foram feitas no espaço urbano de Picos, tendo o *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano* como inspiração, faz-se necessário conhecermos os debates que aconteceram a seu respeito, na câmara dos vereadores.

Para acompanharmos as produções discursivas acerca da implantação do Plano Diretor, é preciso que conheçamos a maneira como a cidade, durante a década de 1970, permitiu que os debates que buscavam o “ser moderno” ganhassem sentido. Por que a ideia de modernizar, não chegou aos seus domínios somente com a implantação do Plano Diretor. O discurso significa um percurso ou a palavra em movimento⁵⁹, e esse percurso na cidade de Picos, sobre a necessidade de “modernizar” o seu espaço, não iniciou em 1974.

3.3.1 O ideal de “modernização”, na primeira metade da década de 1970

A linguagem que pretendia alterações na infraestrutura urbana da cidade existia pelo menos desde o ano de 1972, ou seja, anterior às discussões que foram travadas sobre o *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*, na Câmara dos Vereadores. A partir do jornal *Voz do Campus*, Picos já respirava a busca do “ser moderno”. Por meio de uma reportagem, “Antônio Pereira da Cruz”, que era diretor adjunto do jornal, escreveu sobre o não funcionamento do sinal de TV na cidade, da seguinte maneira:

Quando chegamos em Picos, 11 de julho do corrente, até mais ou menos fins de outubro o Picoense tinha o privilégio de sintonizar, relativamente bem, a TV CEARÁ, Canal 2. Acontece que daí para cá a imagem não aparece mais nas centenas de aparelhos – de TV existentes nas casas de famílias. É lamentável, pois vocês já imaginaram quantos aparelhos ociosos existem em Picos? Quantos não lutaram com dificuldade para comprar um aparelho de TV? E agora ficam a espera de um dia voltar a ver seus programas de Televisão. Por exemplo cito o caso de minha TV que foi tão difícil de se deslocar de Goiânia-Brasília-Barreiras-Irecê para chegar em Picos e agora está servindo apenas de enfeite na casa, sem nenhuma utilidade.⁶⁰

O diretor adjunto do Campus Avançado, no ano de 1972, já esboçou preocupação com a necessidade de “modernização” da infraestrutura urbana da cidade. Relatou que quando os membros do Campus Avançado chegaram a Picos, ainda no ano de 1972, as televisões que

⁵⁸ ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e pobreza**: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010, p. 32.

⁵⁹ ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009, p. 15.

⁶⁰ CRUZ, Antônio Pereira da. **E a imagem da TV?**. *Voz do Campus*. Picos, ano I, nº 2, p. 1, 28 dez. de 1972.

existiam em casas de famílias tinham utilidade, tendo em vista que a “TV CEARÁ”, adentrava os lares de alguns cidadãos. Só que no mesmo ano, o sinal de televisão já não estava mais disponível, deixando algumas televisões “ociosas” pela cidade. A reportagem seguiu e as justificativas apresentadas por Antônio Cruz, para que a cidade merecesse um sinal de TV, girou em torno das instituições do governo federal que estavam instaladas naquele ano; e na necessidade que lançou para os picoenses de manterem contato com o “Canal 4 de Teresina”, que seria mais “patriótico” para Picos.

Não sabemos o porquê da paralização de captação da imagem da TV Ceará ou mesmo do Canal 4 de Teresina, recentemente inaugurado o que seria mais patriótico para nós de Picos. Procurei saber com diversas pessoas e órgãos da cidade a respeito do problema. Ninguém sabe explicar o motivo ou motivos. Seria por exemplo o Govêrno do Estado? A Prefeitura Municipal? O 3º BEC? A TELEPISA? A CEPISA? ou então a AGESPISA? ... De qualquer forma alguém instalou e fez funcionar por algum tempo a torre repetidora de imagem e esse alguém é responsável pela manutenção, reparos e restabelecimento dessa nobre torre. Através, pois, deste jornalzinho, que não tem nenhuma função de criticar alguém, mas sim de informar [...] ⁶¹

No prosseguimento da reportagem, Antônio Cruz apresentou que a necessidade de funcionamento do sinal de TV, ajudaria os sujeitos a manterem contato com o “Canal 4 de Teresina”, por ser “mais patriótico”. Nesse mesmo ano de 1972, os discursos que partiam do governo brasileiro procuravam de alguma forma estreitar as relações com as mídias, para expandir a discussão e a propaganda do “Brasil Grande”. A cidade de Picos, que já contava com uma unidade do Campus Avançado e o 3º BEC, por exemplo, não podia ficar de fora dessa discussão. Então, os desejos que foram lançados por Antônio Cruz, ao retratar sobre o “patriotismo” do “Canal 4 de Teresina” conectou-se com a proposta do Estado brasileiro naquele início da década de 1970.

Antônio Cruz, por meio do seu discurso, relatou que não queria, com o “jornalzinho”, criticar ninguém. Mas, à medida que teceu a sua cobrança para o funcionamento do sinal de TV, pressionou os políticos da cidade a colocarem o sinal em funcionamento novamente. Porque, para ele, quem colocou a torre de TV para funcionar, era o responsável pela manutenção. E se o prefeito de Picos, no ano de 1972, Antônio de Barros Araújo, lançou o *Projeto de Lei de nº4*, comprando um terreno no Bairro Aerolândia, que foi destinado para a construção da torre de TV na cidade de Picos, o mesmo Antônio de Barros

⁶¹ CRUZ, Antônio Pereira da. **E a imagem da TV?**. Voz do Campus. Picos, ano I, nº 2, p. 1, 28 dez. de 1972.

Araújo, em uma personificação do poder, deveria ser o responsável pela manutenção, ao sentido das palavras que foram empregadas por Antônio Cruz⁶².

Em outra reportagem, o jornal *Voz do Campus* falou sobre um “símbolo de modernidade” da cidade, referindo-se ao “Hotel Savoy”, que contava com “Televisão”, “radiola”, “salão de danças”; cardápio permanentemente contando com “peixe fresco” e “galeto”; e doze quartos para hospedagem, sendo quatro com ar condicionado e oito com ventiladores, mas a ideia era colocar ar condicionado em todos, segundo a reportagem⁶³. Assim, percebemos que o espírito do “ser moderno” não se formou somente a partir dos debates para a instalação do *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*. Esse espírito da busca pelo “moderno” existia anteriormente, mas com as discussões na Câmara dos Vereadores, ganhou sentido. O Plano Diretor da cidade de Picos representou um objeto simbólico que estava rodeado de significados que foram lançados em sua direção com o passar do tempo, sendo o simulacro do trabalho do analista⁶⁴.

Por meio dos debates acerca do *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*, capturamos algumas informações, quais sejam: a ligação entre os políticos de Picos, a SUDENE e o PIN, como forma de compreendermos que o governo brasileiro, na sua esfera federal, preocupou-se com o crescimento da cidade; e também, o fato do Plano Diretor, impreterivelmente, ter a execução do seu planejamento, acompanhada da esfera federal do Estado brasileiro, representado pela SUDENE; e a segunda informação, diz respeito à maneira que alguns vereadores inventaram a “pobreza” discursivamente, para justificar que o *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano* era um “desastre”, já que a cidade era constituída, na sua maioria, por famílias “pobres”.

3.3.2 Os debates na Câmara dos Vereadores, as produções de sentidos e a aprovação do Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano

Em Sessão da Câmara dos Vereadores do dia cinco de julho de 1974, o *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano* foi votado:

[...] Foi aprovado em primeira discussão pelos vereadores: José Baldoíno de Araújo, Djalma Pereira Nunes, Severiano Teodoro de Sousa e Pedro Evangelista Caminha. Votaram contra os vereadores Milton Joaquim da Luz,

⁶² ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 3. Picos: 1972, p. 152.

⁶³ CRUZ, Antônio Pereira da. **E a imagem da TV?**. *Voz do Campus*. Picos, ano I, nº 2, p. 5, 28 dez. de 1972.

⁶⁴ ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009, p. 26.

Filandro Portela Neto e Raimundo de Sá Urtiga, este último basiando-se que o Plano Diretor que desapropria terrenos é desastroso para a população Picoense, pois é esta constituída quase totalmente de famílias pobres que ficaram doravantes sem direito a um pedaço de terreno para construir o seu casebre, frisou também que a emenda apresentada só vem a beneficiar uma diminuta parte da população Picoense [...]⁶⁵

As palavras acima apresentaram a Sessão em que o Plano Diretor foi destaque na Câmara dos Vereadores, com a apresentação dos respectivos votos dos vereadores, contrários ou a favor. Mas o que chamou-nos mais atenção foram os direcionamentos lançados pelo vereador Raimundo de Sá Urtiga para expressar porque a aprovação do *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano* em sua opinião, não se fazia “positivo” para a cidade naquele período. Disse ele, que o “Plano Diretor que desapropria terrenos” não era bom, já que a cidade era formada “quase totalmente de famílias pobres”, levando estes a ficarem sem um “pedaço de terreno” para construírem as suas casas. A partir dos sentidos que foram lançados pelo vereador Raimundo de Sá Urtiga, problematizarmos sobre a escrita da história, tornou-se possível também.

Em *A Escrita da História*, Michel de Certeau abordou sobre a historiografia, entendida como a escrita da história e uma relação entre o *real* e o *discurso*⁶⁶. E que o historiador, com o seu ofício, tem como uma de suas funções, realizar uma articulação entre o que passou e a maneira que ele pretende escrever sobre esse passado. Se tomarmos o trecho acima, sobre a aprovação do Plano Diretor, como mote de discussão, a nossa análise torna-se mais profunda.

No trecho que faz parte da ata de uma das Sessões da Câmara dos Vereadores, Djalma Pereira Nunes, vereador que era o secretário em exercício da Sessão naquele dia, escreveu sobre uma intervenção em que o vereador Raimundo de Sá Urtiga fez sobre o Plano Diretor, que estava sendo votado naquele dia. O que Djalma Pereira escreveu, chegou-nos enquanto passado e a análise que fizemos do que foi escrito representou o discurso do historiador. Assim, se a nossa escrita considerou o que um sujeito escreveu sobre outro, qual o limite de confiarmos uma espécie de regime de verdade ao que Djalma Pereira relatou sobre a fala do vereador Raimundo de Sá Urtiga?

Nesse momento, a escrita da história é uma tensão entre o real (passado) e o discurso (a escrita do historiador). Mas o historiador não tem como pressuposto principal para o seu ofício a busca da “verdade”. Em *Microfísica do poder*, Michel Foucault lançou um pensamento para problematizar o “poder”, que nos serve para a problematização da “verdade”

⁶⁵ ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 5. Picos: 1974, p. 15-16.

⁶⁶ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 8.

na escrita do historiador. Michel Foucault afirmou que o “poder”, que possui uma estreita relação com a “verdade”, não existe enquanto uma “coisa dada”, mas enquanto uma construção ou uma pulverização deste no social⁶⁷. Assim também acontece com a “verdade”. Não é algo natural, mas uma disseminação no social que é (re)construída a todo momento, por meio das relações que são travadas entre os sujeitos, com a atribuição de significados.

A escrita do historiador, que faz parte de um social, impreterivelmente, não se encontra fora dessa busca pela “verdade”. Mas, ao contrário, é preferível que o historiador tenha em mente, que os limites provocados pelo tempo, principalmente, limitam o seu ofício. Embora trabalhe buscando a versão mais próxima de um evento histórico, sabemos os limites que existem ao final da nossa escrita, porque até a nossa forma de escrever pertence a um determinado tempo. Enfim, que a “verdade” não seja uma condição necessária para que o ofício de historiador seja desempenhado. É preferível que o historiador concentre a sua busca nos “regimes de verdades”. E, sendo o trecho em que retratou a votação do *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*, um “regime de verdade”, faz-se necessário conhecermos outra visão sobre tal projeto que foi aprovado em Picos, naquele ano de 1974, para entendermos essa relação tensa de poder entre os vereadores, produzindo visões discordantes. O vereador José Baldoíno foi outro que apresentou aceção para o Plano Diretor.

O vereador José Baldoíno de Araújo alegou que a sua votação foi a favor da aprovação do projeto nº13 do Plano Diretor sendo uma iniciativa da SUDENE a sua criação acha o nobre vereador o projeto de grande interesse da Municipalidade , visto isto que, somente em sete cidades brasileiras teve o privilégio de ter adquirido juntamente com aquele Orgão Federal a seu Orçamentos Financeiros todos por conta da referida SUDENE.⁶⁸

Mais uma vez o vereador Djalma Pereira Nunes, utilizou-se da linguagem para materializar a fala de outro sujeito sobre a aprovação do Plano Diretor. Dessa vez, ele apresentou as supostas palavras que foram ditas pelo vereador José Baldoíno de Araújo, que votou a favor da aprovação do Plano Diretor, enquanto o vereador Raimundo de Sá Urtiga votou contra a aprovação, no ano de 1974. É importante percebermos de que maneira os sentidos lançados por Raimundo de Sá Urtiga e José Baldoíno de Araújo assumiram a cena de produções de discursos sobre a construção da Rodovia Transamazônica; do PIN e da SUDENE, naquele presente da década de 1970, na cidade. Aconteceu desse modo, porque não existem de um lado os discursos fundamentais e aqueles que reproduzem ou comentam os

⁶⁷ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 12.

⁶⁸ ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 5. Picos: 1974, p. 16.

discursos⁶⁹. Em determinado momento, os comentários tomam a cena principal do social. E, naquele ano de 1974, durante aquela Sessão, os comentários de Raimundo de Sá Urtiga e José Baldoíno de Araújo assumiram a cena principal.

Enquanto para o vereador Raimundo de Sá Urtiga, a aprovação do *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano* não era boa para Picos, por ser uma cidade em que a maioria era de “pobres”; para o vereador José Baldoíno de Araújo era um projeto de interesse de “toda municipalidade”, já que apenas “sete cidades brasileiras” ganharam aquele “privilégio”. E se o comentário tem a função de tornar visível o que foi silenciado no texto primeiro⁷⁰, no momento em que a fala do vereador José Baldoíno de Araújo afirmou que o *Projeto de lei de nº 13*, do ano de 1974, que apresentou o Plano Diretor como de interesse de “toda municipalidade”, lançou sentido para a fala do presidente Emílio Médici, quando o mesmo apareceu no *Jornal do Brasil* por meio da linguagem, afirmando, na cidade de Recife, que a construção da Rodovia Transamazônica e o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste, por meio do PIN, pertenciam aos interesses de “tôdos os brasileiros”.

Outro sentido lançado por José Baldoíno de Araújo foi pensar que o funcionamento do Plano Diretor seria financiado pela própria SUDENE. Era uma forma de produzir a ideia de que a cidade de Picos não arcaria com as reformas urbanísticas que seriam implantadas. Se até agora abordamos sobre os debates entre vereadores, em torno do *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*, faz-se necessário também, analisar o *Projeto de Lei de nº 13*, já que ele, enquanto uma produção discursiva apresentou acepções para a política de integração nacional e para a cidade de Picos.

Recursos da ordem de Cr\$ 200.000,00 para sua elaboração, provenientes do Plano de Integração Nacional – P.I.N.

Afora Teresina, Capital do nosso Estado, é Picos a primeira cidade no Piauí que passará a contar com um Plano Diretor, sendo de ressaltar que o erário municipal não dispendeu nenhum recurso próprio para a sua consecução.

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste acompanhou em toda sua tramitação e elaboração deste Plano, inclusive realizando seminários para avaliação dos trabalhos; a impressão do Plano foi precedida de apreciação e aprovação da SUDENE.

Sua transformação em Lei obviamente por si só não mudará de pronto a fisionomia urbana de Picos; mas, disciplinando o crescimento, apontando sugestões, falhas e alternativas, sua paulatina e contínua aplicação, de certo proporcionará um desenvolvimento harmonioso e ordenado da nossa cidade, que é o que todos desejamos.

Acreditamos que esta ilustre Câmara de Vereadores tudo fará no sentido de que este Plano seja apreciado e aprovado no menor espaço de tempo, afim de

⁶⁹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 22.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 24.

que o município passe efetivamente a contar com o mais válido dos instrumentos disciplinadores do seu progresso e desenvolvimento.⁷¹

Percebemos com esse fragmento de que maneira a criação do Plano Diretor em Picos, estava interligado com a política do PIN (que em alguns momentos foi denominado, nas produções discursivas por Plano de Integração Nacional). E logo nas primeiras linhas, a ideia era procurar uma forma de conectar a cidade, com a política no campo macro, principalmente com a ideia de integração nacional, para que as alterações urbanas, previstas para acontecer na cidade, fossem justificadas. Por que se o Plano Diretor foi financiado pelo “Plano de Integração Nacional”, em outras palavras, isso significava que os esforços do governo federal estavam voltados também para integrar a cidade de Picos. Além de forjar uma importância para tal acontecimento, tendo em vista que no estado do Piauí, somente a cidade de Teresina contava com um Plano Diretor, a produção discursiva presente no *Projeto de Lei de nº 13*, tinha como missão eliminar os sentidos negativos, informando que tal empreitada não foi custeada pelo município de Picos, mas pela própria SUDENE.

Informar que a SUDENE estava custeando e acompanhando a elaboração do Plano Diretor da cidade de Picos, de forma intencional ou não, conectou esses sentidos com as significações do governador de Pernambuco Nilo Coelho e do senador de Alagoas Arnon de Mello, que foram vociferadas no ano de 1970 e que acompanhamos no primeiro capítulo desse texto. Se, para Nilo Coelho, retirar verbas da SUDENE para a construção da Rodovia Transamazônica, no ano de 1970, era lançar o seu “destino final” e se para Arnon de Mello, a SUDENE tinha “fracassado”; afirmar que a SUDENE, no ano de 1974, estava financiando o Plano Diretor da cidade de Picos, que fazia parte da política de integração nacional, era lançar o sentido de que a SUDENE manteve-se ao longo do tempo, porque passou a fazer parte do PIN.

Em seguida, o trecho do *Projeto de Lei de nº13*, lançou a significação de que somente um Plano Diretor enquanto “papel”, ou seja, a linguagem materializada, não mudaria a cidade de Picos, e que, por isso, os esforços de “todos” era importante para a efetivação dos melhoramentos da cidade, principalmente “disciplinando o crescimento”. Ao tocar nesse sentido, o Projeto de Lei deixou implícito que a Câmara de Vereadores da cidade de Picos, a partir do *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*, seria o manuseador dos “instrumentos disciplinares”, naquele período.

Nesse ponto, a proposta de “progresso” e “desenvolvimento”, aproximou-se de uma análise que foi feita por Zygmunt Bauman, pois no *Panóptico* (arquimetáfora do poder

⁷¹ PROJETO de Lei de nº13 das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1974, p. 3.

moderno para Michel Foucault), os internos estavam presos ao lugar e impedidos de se movimentarem, representando assim os *sólidos* (metáfora utilizada por Zygmunt Bauman), que procuravam vigiar os seus “internos” dentro do social. Desse modo, os vigilantes na cidade de Picos, na busca do “ser moderno”, do “progresso” e do “desenvolvimento”, de acordo com o trecho presente no *Projeto de Lei de nº13*, foram os vereadores da cidade, já que tinham que colocar em funcionamento “instrumentos disciplinares”⁷². Na emenda de nº22, que foi lançada para o *Projeto de Lei de nº22*, outros sentidos foram lançados para os moradores da cidade de Picos. A emenda tratou do “uso e da ocupação do solo urbano”.

Em virtude da situação geográfica, localizada entre o morro e o rio Guaribas, a cidade de Picos não conta com muitos terrenos em área apropriada para construção. Por esse motivo o Bairro Junco está se desenvolvendo muito e os terrenos são muito valorizados.

Pelas razões acima expostas, acreditamos que o aumento de metros na fração mínima do parcelamento, criará dificuldades e concorrerá para diminuir o número de construções na zona urbana da Cidade em virtude do pequeno poder aquisitivo de nossa população.

É também público e notório que os nordestinos, em regra, possuem família com muitas pessoas, razão por que somos de parecer que a área de ocupação de cada terreno deve ser aumentada.⁷³

O tema principal, no trecho acima, era a maneira que os cidadãos aproveitariam o “solo urbano” da cidade. Havia a preocupação de que o “aumento de metros na fração mínima do parcelamento” dos terrenos dificultaria a quantidade de construções na zona urbana, por causa do “pequeno poder aquisitivo” da população de Picos, naquele ano de 1974. No entanto, em seguida, a emenda de nº 22 justificou que como os “nordestinos” possuíam famílias com muitas pessoas, ao tempo daquele discurso, era notório, de acordo com o discurso, que a área de ocupação de cada terreno fosse aumentada.

No momento em que a emenda colocou como característica dos “nordestinos”, “famílias com muitas pessoas”, produziu sentidos para os pronunciamentos que eram feitos pelo presidente Emílio Médici, de que a “densidade demográfica” no Nordeste era “grande”, ao contrário da região Norte, o que justificava o PIN. Nesse momento, uma problematização possibilitou-nos a percepção de que o Nordeste, no discurso da emenda de nº 22, foi tomado enquanto uma “tábua de trabalho”, que niquelada e envolta em brancura, permitiu que significações fossem lançadas em sua direção. A partir da cidade de Picos, o discurso

⁷² BAUMAN, Zygmunt. Prefácio. In: _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 16-17.

⁷³ PROJETO de Lei de nº22 das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1974, p. 5.

provocou uma generalização do que foi visto ou não, para a região Nordeste⁷⁴. A face das desapropriações também foi materializada em forma de discursos.

3.3.3 Os discursos e a face positiva da “desapropriação”

Já que conhecemos as propostas de discussões acerca do *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*, o passo seguinte é a problematização dos discursos que justificaram as desapropriações de algumas casas na cidade de Picos, com base no ideal de “fazer-se moderno”. Em ata da Sessão da Câmara dos vereadores do dia seis de dezembro de 1974, foram apresentados os *Projetos de Leis de nº 32 e 33*, abordando sobre a desapropriação de dois imóveis, tendo como justificativa a necessidade de “alargamento de rua”, para um deles⁷⁵. No entanto, para termos uma compreensão mais profunda desses discursos presentes nas atas, é preciso que tenhamos contato com os *Projetos de Lei de nº 32 e 33*, já que na ata do dia seis de dezembro de 1974, a justificativa utilizada, vazia em sua significação, não nos possibilitou aprofundar a discussão. Assim, vejamos primeiro as justificativas do *Projeto de Lei nº 32*.

Art. 1 – Fica o poder Executivo autorizado a desapropriar, para fins de alargamento de rua, e mediante pagamento de indenização, o imóvel localizado à Praça João Leopoldo nº 7, de propriedade da Sra. Joventina Ferraz de Lima, cadastrado sob Nº 013613320, situado no Seotr 01, Quadra 36, Lote 133,20.

Art. 2 – Fica aberto no Orçamento vigente o Crédito Especial no valor de Cr\$ 16.000,00 –Dezesseis mil cruzeiros – para ocorrer com o pagamento da indenização pelo imóvel desapropriado, valor correspondente à quantia pela qual foi avaliado e lançado no Cadastro Fiscal do Município.

Art. 3 – Constitue recurso para abertura do crédito autorizado no Art. 2, o excesso de arrecadação de I.C.M. verificado no presente exercício.

Art. 4 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.⁷⁶

O fragmento textual acima teve como tema principal, a desapropriação do imóvel da “Sra. Joventina Ferraz de Lima”. A sua casa estava localizada à Praça João Leopoldo, onde hoje fica localizada a Igreja do Sagrado Coração de Jesus. A quantia que foi acertada, nesse Projeto de Lei, para custear a indenização da casa de Joventina Ferraz de Lima, foi de “Cr\$ 16.000,00”, ou seja, dezesseis mil cruzeiros. No entanto, os sentidos lançados como justificativas para a realização da desapropriação foram: a necessidade de “alargamento de

⁷⁴ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 12.

⁷⁵ ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 5. Picos: 1974, p. 21.

⁷⁶ PROJETO de Lei de nº32 das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1974, p. 2.

rua”, que se tratou de um desejo que partiu do público, representado pela burocracia do Estado brasileiro; e do privado, que representou a vida da família de Joventina Ferraz. A família desapropriada receberia uma indenização, segundo trecho do Projeto de Lei, como se a questão principal girasse em torno somente da parte econômica, não levando em consideração as afetividades que a família de Joventina Ferraz tinha com a sua casa. A segunda desapropriação ficou expressa, a partir do *Projeto de Lei de nº 33*, do ano de 1974.

Art. 1 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar para fins de alargamento de rua, parte de um imóvel de propriedade da Sra. Maria de Lourdes Santos, localizado à Rua Nova Nº 93 e situado na Zona Urbana, Seotr 01, Quadra 21, Lote 150,00, cadastrado sob Nº 012115000, com 64,37 m² de terreno e 26,65 m² de construção.

Art. 2 – Fica aberto no Orçamento Vigente o Crédito Especial do valor de Cr\$ 1. 360,00 – (Um mil, trezentos e sessenta cruzeiros), para ocorrer com o pagamento do valor devido a título de indenização pela desapropriação do imóvel citado no Art. 1.⁷⁷

O trecho acima apresentou a desapropriação de parte da casa, da senhora Maria de Lourdes Santos, que ficava localizada na Rua Nova, que ao contrário de Joventina Ferraz, que teve a sua casa toda desapropriada, perdeu parte do seu imóvel. Pelo menos foi assim que a produção discursiva informou. A quantia de indenização de Maria de Lourdes Santos foi de Cr\$ 1.360,00, ou seja, mil e trezentos e sessenta cruzeiros. Outra diferença presente na produção discursiva que envolveu as desapropriações de Joventina Ferraz e Maria de Lourdes foi o modo como aconteceram às justificativas. No caso de Joventina Ferraz, o sentido lançado foi de que representava o “alargamento de uma rua”. Já no caso de Maria de Lourdes, o sentido exposto foi de que essa casa obstruía metade da Rua Nova, “quase” impedindo o trânsito pela mesma. Assim, a sua justificativa apresentou como necessidade, derrubar parte da casa.

Na medida em que o discurso definiu as suas “necessidades” sem o consentimento da família de Joventina Ferraz de Lima e da família de Maria de Lourdes, no ato de sua materialização, na ata e nos projetos de leis que foram apresentados, entendemos que o processo modernizador ao qual discutimos no presente capítulo, trabalhou enquanto uma *utopia*⁷⁸. Assim, a utopia do processo modernizador que foi planejado/implantado em Picos, durante a década de 1970, materializou-se nos fragmentos que foram apresentados acima, enquanto um espaço “liso” e “maravilhoso”. O discurso modernizador procurou não deixar a

⁷⁷ PROJETO de Lei de nº33 das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1974, p. 2.

⁷⁸ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 13.

sua parte “negativa” a mostra, consolando e explicitando que provocaria o “alargamento de uma rua” e a “derrubada de parte de uma casa”, lançando a ideia de que a cidade de Picos estava crescendo.

A partir das informações que foram lançadas acima, uma discussão que Yi-Fu Tuan realizou sobre duas categorias de análise que compõem o título do seu livro *Espaço e Lugar*, foi possível. Nessa perspectiva, para Yi-Fu Tuan, o *espaço* é o domínio da liberdade, do desconhecido, da não familiarização e da insegura, dentre outras possibilidades. Enquanto o *lugar* é aquilo que destinamos valor e, conseqüentemente, o domínio da segurança⁷⁹. Percebemos que as definições do que é *espaço* e do que é *lugar*, em Yi-Fu Tuan, foi feita com base em uma análise relacional; e que, através da experiência, os sujeitos históricos lançam/lançaram valor ou não, para o *espaço*.

Com relação à Joventina Ferraz e Maria de Lourdes, a casa que o Estado brasileiro lançou sentidos sem os seus consentimentos, representou o *lugar*. Se na ata e nos projetos de leis de nº 32 e 33, o Estado brasileiro não apresentou os sentidos de Maria de Lourdes e Joventina Ferraz, enquanto linguagem materializada constituiu-se assim em uma maneira de trazer os sentidos, não para o domínio do *lugar*, mas do *espaço*, que sendo representado por uma rua, significou a categoria do público.

Desse modo, se o Estado brasileiro, representado pelos políticos da cidade de Picos naquele período, trabalhou a sua maquinaria discursiva por meio da *utopia*, na medida em que imaginou ser possível esquadrihar o espaço urbano da cidade, definindo os consumos dos espaços de acordo com o perfil dos sujeitos, procurando conformar, a nossa análise trabalhou no campo das *heterotopias*, porque procuramos descaminhar o propósito da linguagem. Para isso utilizamos a própria linguagem que pretendeu ser utopia.

No jornal *O Profeta*, mais precisamente em edição de dezembro de 1976, apareceu enquanto problemas da cidade, as pessoas que estavam “morrendo de fome” na “vila barrão” e na “trizedela” e “outros locais da nossa cidade”, referindo-se a cidade de Picos.

Infelizmente são poucos os que notam que por falta desse dinheirão para quem não tem nem um por isso [...] mal empregado, alguém está morrendo de fome lá na vila barrão, na trizedela e em outros locais da nossa cidade. Outros não tem sequer um comprimido para dor de barriga.⁸⁰

Percebemos que, por meio de uma “moral cristã” - já que o jornal era ligado aos trabalhos da Igreja Católica na cidade de Picos -, mesmo que a intenção do jornalista tenha

⁷⁹ TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983, p. 6.

⁸⁰ MENSAGEM para 77. **O Profeta**. Picos, ano. I, nº 3, p. 2, 3 dez. de 1976.

sido inventar discursivamente a “pobreza”, a sua preocupação com a existência das pessoas que estavam “morrendo de fome”, na “vila barrão” ou na “trizedela”, denunciou que se os trabalhos de criação do Bairro Paroquial e do *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano* pretenderam alojar a “pobreza” da cidade de Picos em um espaço sólido, essa mesma “pobreza”, vivia espalhada, ou seja, fluida, líquida ou deslizante, por vários espaços da cidade, no ano de 1976. Aconteceu desse modo com o fragmento acima, porque o contexto ajuda-nos na compreensão do texto, bem como o texto na problematização do contexto⁸¹. Nas palavras de Francisco Alcides do Nascimento, o texto e o contexto não possuem uma relação de mão única. Ao contrário, entrelaçam-se nos escritos e nas problematizações do historiador.

Assim, trabalhamos com as *heterotopias*, porque serviu-nos para perceber que o processo de “modernização” que foi pensado para a cidade de Picos, foi uma *utopia*, enquanto não atingiu os seus objetivos. Semelhante ao que Maria Mafalda apresentou sobre a cidade de Teresina, em *Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*, guardada as diferenças entre as temporalidades e aos pressupostos teóricos e metodológicos, a cidade de Picos, principalmente por parte do Estado brasileiro, sentiu-se “moderna”, naquele presente da década de 1970⁸². Mas, ao contrário, a “modernização” é uma possibilidade que só existe/existiu nos sonhos que inspiraram o cotidiano de algumas pessoas e na linguagem materializada presente nos pedaços de papeis.

A pobreza na cidade de Picos, mesmo com o ideal de tornar o espaço urbano da cidade “moderno” era “fluida”, “escorregava”, “esvaia-se”, “respingava”, “transbordava”, “vazava”, “inundava” e “borrifava”⁸³, porque tudo que é sólido desmancha no ar⁸⁴. A análise que desenvolvemos sobre os espaços que foram pensados para que os “velhos”, “pobres” e “pedintes” fossem colocados, assemelhou-se a outro pensamento de Zygmunt Bauman: a *mixofobia*⁸⁵, que se trata do medo de misturar-se com o diferente; enquanto que os “pobres” que percorriam a cidade ignorando a solidez pretendida pelo Estado brasileiro, pela Igreja Católica, o Exército brasileiro e alguns empresários (civis) da cidade de Picos, representaram a *mixofilia*⁸⁶, que é o desejo de misturar-se com o diferente.

⁸¹ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Apresentação: um projeto, múltiplos olhares. In: _____; VIANA, Débora Silva. LIMA; Albert Aurélio (Orgs.). **Teresina em foco: história, cidade e memória**. – Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2012, p. 12.

⁸² ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010, p. 45.

⁸³ BAUMAN, Zygmunt. Prefácio. In: _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 8.

⁸⁴ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 19.

⁸⁵ BAUMAN, Op. cit., 2009, p. 43.

⁸⁶ Ibid., p. 86.

3.4 A criação dos espaços da “pobreza” e as produções de sentidos

Com a identificação da “pobreza” e a criação dos espaços específicos, para os sujeitos que foram identificados enquanto “pobres”, durante a década de 1970 em Picos, produziram diversas ressignificações para os empreendimentos que partiram do Estado brasileiro, da Igreja Católica, do Exército brasileiro e de alguns civis que apoiaram, em processo de coadunação, a criação dos espaços. Com os ideais de modernidade que permeavam a cidade, a preocupação era com os “velhos pedintes” que circulavam nos patamares das igrejas e com algumas pessoas que moravam às margens do Rio Guaribas, na Tresidela, que por sofrerem com as cheias do rio, necessitavam, por diversas vezes, de se mudarem das suas casas para outros espaços. Um deles foi o Bairro Paroquial, criado com a participação da Igreja Católica, do Exército brasileiro, de alguns civis e do governo brasileiro. Assim, os sentidos que foram lançados pelo governo, foram apropriados por alguns sujeitos que viveram os eventos históricos ocorridos durante a década de 1970 e que abordamos em momentos anteriores. As ressignificações foram problematizadas no quarto capítulo.

4 AS MANEIRAS DE FAZER DOS CORPOS LÍQUIDOS: (re)significações espaciais e produções de sentidos sobre a cidade de picos da década de 1970

Essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural.
Michel de Certeau

Em *A invenção do cotidiano*, Michel de Certeau apresentou como tema do seu livro, as *maneiras de fazer* dos “sujeitos ordinários”, que por meio de operações quase “microbianas”, alteram o funcionamento de estruturas tecnocráticas, lançando uma multiplicidade de *táticas* que rompem as *estratégias* que são operacionalizadas por instâncias de poder. Se por meio dos capítulos anteriores compreendemos que o Estado brasileiro, o 3º Batalhão de Engenharia de Construção- Batalhão Visconde da Parnaíba, a unidade do Campus Avançado, a Igreja Católica e a Prefeitura Municipal de Picos, dentre outras instituições de poder, inventaram a “pobreza” discursivamente, durante a década de 1970, como forma de controlar as maneiras de consumo dos espaços urbanos, nesse capítulo, a nossa pretensão foi saber de que modo os cidadãos que não foram incluídos no processo de “modernização”, desenvolveram as suas táticas para romperem com os consumos da cidade que foram lançados pelas instâncias de poder institucionalizadas¹.

Uma das funções das instâncias de poder era disseminar, por meio de práticas discursivas e não discursivas, as maneiras que o consumo da cidade deveria ser feito. Por que se a cidade de Picos precisava ser integrada e também estava passando por um suposto “desenvolvimento” e um “progresso”, o seu ordenamento econômico e social estava entre as atenções do Estado brasileiro, já que a cidade de Picos naquele período era considerada como o “marco zero” da Rodovia Transamazônica, recebendo as atenções do governo federal. Durante esse período, na década de 1970, a cidade de Picos foi lançada no cenário nacional enquanto a cidade que possibilitou as junções da BR-230 e da BR-232, permitindo que a Transamazônica fosse construída. A Rodovia Transamazônica era um dos objetivos para que a região Norte e a região Nordeste fossem integradas ao restante do Brasil, segundo os discursos do *Jornal do Brasil*.

Assim, a “pobreza” em Picos, somente pela sua visibilidade, era um empecilho para o PIN que foi iniciado pelo presidente Emílio Médici. Se o Estado brasileiro, por meio de algumas práticas discursivas e não discursivas, tentou (re)alojar a “pobreza” durante a década de 1970, colocando-a em espaços específicos, definindo os sentidos para os consumos dos

¹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 41-42.

espaços urbanos, alguns cidadãos que entrevistamos, por meio da fala, romperam com os sentidos que partiram do Estado brasileiro, mesmo com o distanciamento temporal de suas falas. Não caíamos na ilusão de que somente a materialização da linguagem no papel, ou seja, os documentos, permitem-nos (re)contar as histórias, mas o tempo também. Ele é companheiro das ressignificações que são/foram empreendidas em outro tempo². Se um discurso é formado por um percurso que utiliza também a memória, a realização de entrevistas com sujeitos que viveram aquele presente da década de 1970 fez-se necessário³. Assim, os sujeitos entrevistados foram: Inês Ilma da Cruz Pires, Maria de Jesus da Silva, Francisco das Chagas Lima, Cícero Bento da Silva, Francisco Luiz de Oliveira, Francisco das Chagas Pires e Waldetar da Rocha Neto.

4.1 Os sujeitos e os sentidos múltiplos sobre a década de 1970 na cidade de Picos

Inês Ilma da Cruz Pires foi uma das cidadinas que viveu em Picos durante a década de 1970. Ela veio com o seu marido Severino Ramos Pires, que era funcionário civil do 3º BEC na cidade de Natal, quando o mesmo foi transferido para a cidade de Picos, no ano de 1971. Revelou que em Natal, no estado do Rio Grande do Norte, trabalhava enquanto professora e que por causa da vinda do seu marido para Picos, com o 3º BEC, perdeu o seu emprego e, conseqüentemente, os “danos de serviço tudinho”. E que, ao serem comunicados da transferência de seu marido, receberam a notícia de que seria por “tempo indeterminado”⁴. A fala de Inês Pires tratou-se de uma mulher que teve a sua vida alterada, por conta de uma transferência de emprego do seu marido. Ela conviveu por algum tempo entre a incerteza da permanência na cidade e o retorno para a cidade Natal, tendo em vista que a informação que o seu marido recebeu foi de que a transferência era por tempo “indeterminado”.

Para conhecermos um tempo histórico, não devemos direcionar a nossa análise apenas para o que deu certo, porque a impossibilidade de um tempo histórico também moveu as pessoas daquele tempo que passou. E, no caso de um período em que a *modernidade* prometia lançar seus ventos para os tempos vindouros, quanto menor a experiência, maior é a expectativa. Se no caso de Inês Pires, antes mesmo da experiência (a promessa da tão sonhada “modernidade” já existia), a sua expectativa, nos primeiros tempos vividos em Picos, era de

² REZENDE, A. P. M. **X Encontro Nacional de História Oral**- testemunhos: história e política. Recife. p. 1- 6. 26 a 30 de abril de 2010. (Anais eletrônicos). p. 3.

³ ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009, p. 30.

⁴ PIRES, Inês Ilma da Cruz. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

retornar para a cidade de Natal⁵. Já Francisco das Chagas Pires, que também era funcionário civil do 3º BEC e irmão de Severino Ramos Pires (que era casado com Inês Pires) relatou sobre a dificuldade que teve para sustentar a sua família, já que os seus salários atrasavam, no tempo que era funcionário civil do 3º BEC.

Aí, apertava a gente, mas eu sempre sábado e domingo, eu trabalhava de pedreiro, nunca faltou serviço de pedreiro, né? De carpinteiro, de marceneiro, fazendo bico, né? O sábado no batalhão ninguém trabalhava. E eu levava minha vida assim, graças a Deus. Cheguei ao ponto da gente enquadrar e já melhorou a situação, até graças a Deus cheguei ao ponto de me aposentar.⁶

Os significados que foram empreendidos por Francisco Pires, através das palavras acima, quanto à permanência do seu emprego de funcionário civil do 3º BEC, tiveram como ideia principal a sua busca pela aposentadoria. Se os funcionários da guarnição de Picos, como o senhor Francisco Pires, ao receberem a notícia de transferência da cidade de Natal, tiveram como promessa a permanência de seus empregos, ou mesmo, as promessas de “melhorarem de vida”, por parte do Estado brasileiro, as suas palavras romperam com esses sentidos.

Os seus salários, por diversas vezes estiveram atrasados. Sua família, que dependia do seu emprego, sofria durante esses períodos. Aquele horizonte de expectativa⁷, que representou a esperança de melhorar de vida, foi desfeito para a sua família, quando as promessas de melhorar de vida, foram lançadas pelo Estado brasileiro, já que a transferência do 3º BEC fazia parte da política do PIN. Então, que política de integração era essa, que em meio ao anúncio de “milagre econômico”⁸, no início da década de 1970, deixava seus funcionários sem o recebimento de salários? Se entre os anos de 1969 e 1973, o “milagre econômico” foi anunciado como propaganda política, justificando a integração nacional, com a construção das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica, na cidade de Picos, por meio do relato de Francisco Pires, percebemos que se tratou somente de um acontecimento diferente do que foi anunciado pelo Estado brasileiro.

A problematização dos significados que foram lançados por Francisco Pires pode acontecer. Em nossa sociedade, os populares, os “sujeitos ordinários”, por meio da linguagem

⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 326.

⁶ PIRES, Francisco das Chagas. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

⁷ KOSELLECK, Op. cit., p. 308.

⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. Introdução. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru-SP: Edusc, 2005, p. 145.

que foi criada por uma elite produtora de discursos, produzem as suas formas de viver⁹. E assim, se o Estado brasileiro prometeu que Francisco Pires melhoraria de vida, com a sua transferência para Picos, mas atrasou os seus salários, ele, por meio da ordem, ou seja, através dos sábados e domingos de folga, trabalhou como pedreiro para sustentar a sua família, já que ele não desejava deixar o emprego do 3º BEC, porque almejava a passagem do “militarismo” para ser “enquadrado”¹⁰. Se por meio das suas palavras, tomamos conhecimento de que o salário do seu irmão Severino Ramos Pires, também ficou atrasado por algum tempo, compreendemos alguns sentidos que Inês Pires lançou para a cidade, quando revelou que por diversas vezes, desejou retornar para o “Rio Grande do Norte”.

[...] Tem pouca gente agora do Rio Grande, mas muita gente foi se aposentando e foi embora, eu mesmo quando Severino se aposentou, eu queria que ele tivesse voltado, ele disse: “não, volto mais não. A família já tá toda aqui, voltar pra quê? O que vai ver mais lá?” Mais ainda hoje eu tenho vontade de morar na minha terra. Eu gosto daqui, num vou dizer que num gosto daqui, né, que os dois meninos nasceram lá, e as meninas nasceram aqui, então eu já me adaptei aqui. Tudo cresceram, já casaram, mas eu ainda lembro de morar na minha terra. A gente nunca esquece não.¹¹

Com as palavras que foram lançadas por Inês Pires, no fragmento acima, percebemos que muitas pessoas que deixaram o Rio Grande do Norte, tendo como destino a cidade de Picos, com a aposentadoria, retornaram novamente para o estado que viviam anteriormente. Inês Pires foi uma das pessoas que desejou voltar, mas o seu marido Severino Ramos Pires não concordou. As sensibilidades de Inês Pires em relação a Picos foram formadas desde os primeiros momentos em que esteve na cidade. A busca por sua *cidade sensível*, que foi construída de forma imaginária, faz parte de uma das premissas da história cultural urbana: capturar as múltiplas cidades sensíveis que os cidadãos (re)criaram, a partir da experiência em que tiveram em um espaço¹². Assim, sobre a cidade de Picos da década de 1970, ela não foi a única a criar a “sua cidade de Picos” daquele período. Outros cidadãos também criaram. Mas, no momento, lançamos nossas análises para as suas sensibilidades, que, ao chegar à cidade, no ano de 1971, achou “tudo” “estranho” e ajudou a construir os sentidos de que a cidade se “desenvolveu” com a chegada do 3º BEC.

⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 40.

¹⁰ PIRES, Francisco das Chagas. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

¹¹ PIRES, Inês Ilma da Cruz. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53, jun. 2007. p. 14.

Aí quando nós chegamos aqui, era muito esquisito aqui. Ave Maria! Quando eu entrei aqui em Picos, isso por aqui era tudo mato. Era só mato, daqui até o Junco. Só tinha casa mesmo, lá onde ficou o comando, aí mais pra lá era mato e só tinha casa onde Severino alugou, tinha a casa vizinha, a casa que eu morava, que ele tinha alugado pra morar, aí pra lá era mato novamente. Tá entendendo? Aí aquele posto nacional já tinha, né? E na frente também tinha uma casinha pouca. O resto era tudo mato, eu sei que quando eu entrei aqui em Picos, aí me deu um desgosto tão grande que eu chorei, chorei, pela tristeza. Era muito pobre esse Picos aqui, era muito pobre, pobre mesmo. Aí quando o batalhão chegou foi desenvolvendo, né? Foi muita gente daqui se empregou no batalhão.¹³

Para ela, quando chegou a Picos, no início da década de 1970, as primeiras sensações que teve, foi de que aqui “era muito esquisito”. Era “esquisito” porque era “tudo mato”, quando se referiu ao deslocamento do seu bairro, o Conjunto Habitacional Petrônio Portela para o Bairro Junco. Por conta dessas sensações, disse que chorou, tendo um “desgosto tão grande”. O “desenvolvimento” da cidade só aconteceu, de acordo com as suas palavras, porque o 3º BEC foi instalado aqui, pois a cidade de Picos anteriormente era “muito pobre”.

Quem também lançou sentidos para o 3º BEC, semelhante ao que abordou Inês Pires, foi Francisco Luiz de Oliveira, que desde a década de 1960 mora no “Morro da Mariana”, próximo ao centro da cidade. Quando abordou sobre como era viver em Picos naquele período, Francisco Oliveira disse o seguinte:

Rapaz, num era boa não. Era ruim. A vida aqui era ruim. Em 70 mesmo aqui foi ruim. Em 70 eu trabalhava aqui de ajudante de pedreiro, mas ruim, ruim, ruim mesmo. Aqui era ruim. Aí o 3º BEC chegou, aí miorou mais, que apareceu mais serviço aqui. Porque eles mesmo quando chegaram aqui, aquele pessoal pobre, que veio muita gente, eles num passaram bem aqui não em 70. Tinha um caba que num deixava uma jia, um camaleão, que era de seca. 70 aqui foi de seca. Tempo ruim¹⁴.

Para Francisco Oliveira, a vida em Picos, no ano de 70, do século passado, era “ruim”. Definiu que a situação só melhorou, quando o 3º BEC chegou à cidade de Picos, porque apareceu mais “serviço”. Para Francisco Oliveira, as pessoas que vieram com o 3º BEC, mesmo empregadas, “aquele pessoal pobre”, não passaram bem em 1970. Para lançar sentido ao que estava falando, Francisco Oliveira disse que tinha um sujeito, que não deixava uma “jia” ou um “camaleão”, porque o tempo era de “seca”. Nas suas palavras, a fome na cidade era tão grande, que as pessoas comiam “jia” e “camaleão”. Essa situação só melhorou, com a pós-implantação do 3º BEC. No momento em que afirmou que mesmo as pessoas que vieram

¹³ PIRES, Inês Ilma da Cruz. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

¹⁴ OLIVEIRA, Francisco Luiz de. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

com o 3º BEC sofreram, conectou seus sentidos com os de Inês Pires, que não gostava da cidade naquele período e que por isso desejava voltar para Natal.

A partir desses sentidos que foram lançados por Inês Pires e Francisco Oliveira, para a cidade, do início da década de 1970, compreendemos que a vontade de Inês Pires de retornar para o Rio Grande do Norte, impreterivelmente, esteve ligada a experiência que ela teve na cidade. Se os sentidos se rompem, à medida que os cidadãos empreendem a movimentação da linguagem, alguns também são confirmados. Parece um pouco com o que Michel Foucault discutiu em *Microfísica do Poder*, de que sendo o poder uma instância que não existe, senão enquanto uma pulverização no social, de suas movimentações não é fácil o escape.

A partir dos trechos acima, Inês Pires e Francisco Oliveira não tiveram como escapar do poder que instaurou o desenvolvimento da cidade de Picos a partir da instalação do 3º BEC em seus domínios. Um poder que foi movimentado por meio dos discursos que partiram do Estado brasileiro, do 3º BEC e de alguns políticos municipais¹⁵. Por causa de sentidos que foram lançados por Inês Pires e Francisco Oliveira, para Picos, enquanto uma cidade “esquisita” e “ruim”, um pensamento deve ser explorado: os sujeitos não são acabados. Os sujeitos são efeitos das práticas discursivas e não discursivas, merecendo ao invés de uma interpretação verdadeira, uma explicação. Assim, Inês Pires e Francisco Oliveira subjetivaram por meio das experiências que tiveram em Picos, da década de 1970, a cidade em que viviam¹⁶.

Com relação aos “perigos” do poder, faz-se necessário destacarmos, que o poder reproduzido pelas palavras de Inês Pires e Francisco Oliveira, colocou o 3º BEC enquanto o ponto de “desenvolvimento” da cidade, como uma positividade. Os “perigos” de esse poder apareceram quando houve uma conexão entre a fala de Inês Pires e Francisco Oliveira (mesmo que não intencionalmente) com os “rituais de verdade” que cristalizaram, enquanto produção de um “real”, que o “desenvolvimento” da cidade de Picos aconteceu a partir da instalação do 3º BEC.

São inegáveis as contribuições do 3º BEC para Picos e outras cidades circunvizinhas, algo que merece um trabalho específico com os trabalhadores das construções do 3º BEC, por exemplo. No entanto, a cristalização de ser o único que contribuiu, tem que ser historicizada, já que o 3º BEC veio para a cidade de Picos, em meio a uma Ditadura civil-militar. Então os

¹⁵ FOUCAULT, Michel. Introdução. In: _____. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 17.

¹⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006, 15.

jogos discursivos e os “rituais das verdades”, precisam de relativização. Assim, o poder tem que ser questionado, onde apareceu enquanto “positividade”¹⁷.

Quem também falou sobre a vida na cidade, durante a década de 1970, foi Maria de Jesus da Silva. Ela, que se definiu enquanto uma “trabalhadora de roça”, durante a década de 1970, revelou ser “cozinheira”, ao passo que lançou alguns sentidos sobre aquele período. Ela disse que,

A vida era ruim. Era ruim. Era mais ruim de que agora, a gente escapava porque Deus era pai e Nossa Senhora era mãe. Mas para viver era uma luta. Era correndo por cima de pau e preda, trabaiando de tijolo, noite e dia. Era lançando alvenaria, era tijolo, fazendo caieira, fazia caieira eu mesmo botava fogo, eu era de umas que fazia a caieira e botava fogo na caieira. No dia de tirar o fogo, eu tirava o fogo. Apagava o fogo e tampava as bocas com barro. Pra num sair a quentura dos tijolo pra assar direitinho. Aqui mesmo dentro da Tresidela. Aqui mesmo. Eu era trabaiadeira de João Virgílio, que hoje ele já é falecido. Eu trabalhava com ele.¹⁸

Semelhante às palavras que foram lançadas por Inês Pires, Maria de Jesus, relatou que a vida na cidade, durante a década de 1970, era “mais ruim de que agora”. Para justificar os sentidos lançados, falou do local em que trabalhou para ajudar nas despesas de sua casa. Ela disse que trabalhou em “alvenaria”, fazendo “tijolo”. Um trabalho que era realizado no local em que ela já morava naquele período: a Tresidela. Se por meio de algumas ações, como o *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano* e a implantação de uma unidade do Campus Avançado, o Estado brasileiro prometeu um “ordenamento econômico e social”, da cidade de Picos, os sentidos que foram lançados por Maria de Jesus romperam com as ideias que foram lançadas/produzidas no social, pelas instâncias de poder. Em outro trecho de sua entrevista, Maria de Jesus falou sobre a maneira em que a sua família conseguiu arranjar dinheiro para que seu irmão viajasse.

A rotina era trabalhando direto, coitadinhos. Meu irmão sofria que só cora de pisar fumo. Nessa época, num tinha época de posento, o meu irmão mais velho adoeceu e nós fumo trabaiaar, eu mais meu outro irmão, minha outra irmã, que hoje mora nas Aroeira, fumo trabalhar pra ajudar ele a criar o filhinhos. Até quando criou, criou não, alevantou mais um pouquim. Levantou um pouquim, foi ente que Deus ajudou, que ele disse mãe eu num quero mais ficar aqui, eu quero caçar um meio de dá de comer a meus fi e a minha mulher. Pois Agostinho, meu irmão, você é quem sabe, se quer caçar um meio de dá de comer a sua mulher e seus filhos, você se dirija para onde você quer, garanto que nós vamos caçar um meio, ou pedindo ou sem pedir,

¹⁷ FOUCAULT, Michel. Introdução. In: _____. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 20.

¹⁸ SILVA, Maria de Jesus da. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

nós vamos pedir a uma pessoa que tenha condições, pra lhe ajudar pra você viajar com sua família, até que ele resolveu a ir, fimo pedir a um e a outro [...]”¹⁹

De acordo com as palavras de Maria de Jesus, que compõem o fragmento acima, a compreensão de parte das táticas que a sua família utilizou para viver na cidade de Picos, durante a década de 1970, tornou-se possível. Segundo ela, a rotina diária dos seus irmãos era “trabalhando direto”. Um deles, durante aquele período, o seu irmão mais velho, “adoeceu” e assim o restante da família foi trabalhar para ajudar a criar os “filhinhos” dele. Como não existia aposentadoria naquele tempo, quando o seu irmão desejou não ficar mais em sua casa, a família foi pedir “a um e a outro” para que conseguisse o dinheiro para pagar a viagem dele. Assim, de acordo com as palavras de Maria de Jesus, percebemos que a sua família não teve ajuda do Estado brasileiro, que durante aquele período prometeu melhorar a vida das pessoas na cidade. Por conta disso, a sua família desenvolveu algumas táticas.

Uma delas foi “pedir a um e a outro”. Romperam com as estratégias do Estado brasileiro que não oferecia aposentadoria, segundo os seus relatos. A prática de “pedir a um e a outro” talvez não fosse bem vista, mas, sendo silenciosa, naquele período, permitiu a família de Maria de Jesus manter o seu irmão “Agostinho”, que estava doente, juntamente com os seus filhos²⁰. Quem também abordou sobre a forma que desenvolveu as suas táticas, durante a década de 1970 em Picos, foi Francisco Oliveira. Relatando de que maneira conseguiu alguns gêneros alimentícios, que estavam em falta no comércio da cidade.

Aí faltou café aqui na cidade. Faltou café, num tinha café em lugar nenhum pra vender, nem eu e nem ele num tinha. Eu vou à cozinha de Jussiê, que a cozinha era aberta, só tinha um quarto trancado, mas a casa era aberta pra nós. Aí eu fui. Aí achei café, açúcar, tinha demais. Aí eu digo, vou tirar. Aí tirei um quilo de café, mei quilo pra mim, mei quilo pro outro. Aí tirei dois quilo de açúcar, quando Jussiê chegou eu disse a ele. Eu disse a Jussiê. Eu pensei que ele ia zangar, mas num zangou não. Ele fez foi dizer assim: “Olha vem aqui, ali é gordura, ali é arroz, ali é feijão, ali é açúcar. Olha o que precisar pode tirar. Basta me dizer e pronto”. Aí trabaiemo até o fim²¹.

De acordo com as palavras de Francisco Oliveira, a cidade de Picos ficou sem café, em determinado momento daquele presente da década de 1970, mas como ele estava trabalhando na casa de um sujeito que ele o chamou de “Jussiê Monteiro” (durante a

¹⁹ SILVA, Maria de Jesus da. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

²⁰ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 44.

²¹ OLIVEIRA, Francisco Luiz de. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

entrevista) ele, juntamente com o seu sobrinho, foram até a cozinha da casa de Jussê e retiraram café e açúcar, dividindo meio a meio para os dois.

Se a família de Jesus da Silva desenvolveu como tática para ajudar o seu irmão, “pedir dinheiro a um e a outro”, Francisco Oliveira, que estava sem café na sua casa, retirou da casa em que estava trabalhando como ajudante de pedreiro, já que pela cidade não tinha para vender, avisando a Jussê Monteiro posteriormente. Assim, a partir das maneiras de fazer de Jesus da Silva e Francisco Oliveira, percebemos que os sujeitos ordinários são capazes de driblar no cotidiano, a ordem social que lhe foi imposta, de trabalhos mal remunerados, ações repetitivas, burocracia e falta de perspectivas²². Outro cidadão que viveu em Picos durante a década de 1970, foi Francisco das Chagas Lima, que é funcionário civil do 3º BEC. Ele que nasceu em “Nova Russas”, no estado do Ceará, chegou à cidade no ano de 1973. E assim relatou também sobre como era viver na cidade de Picos, durante a década de 1970.

Era difícil. As condições de Picos eram muito pequenas, né? A gente sofria muito, a gente vinha em cima de um caminhão pra cá. Não tinha BR era só mato e carroçal. Poeira mostra, quando chegava aqui tinha que trocar de roupa para trabalhar, porque a poeira era demais. Era difícil. Hoje a vida em Picos é outra né? Picos cresceu muito, desenvolveu. Hoje tá bem tranquilo, diferente demais dos anos 70.²³

Os sentidos que foram lançados por Francisco das Chagas, no que diz respeito ao “desenvolvimento” da cidade de Picos, durante a década de 1970, conectaram-se com a fala de Inês Pires, quando ela relatou que a cidade se “desenvolveu” a partir do 3º BEC. Para Francisco das Chagas, quando ele chegou à cidade de Picos, em 1973, a vida na cidade de Picos era “difícil”, pois ele viajou de caminhão, tendo em vista que não tinha “BR”. Assim, implicitamente, as suas palavras apresentaram que a falta de uma “BR” impedia que Picos crescesse. O 3º BEC recebeu sentidos positivos.

As falas de Inês Pires e Francisco das Chagas estiveram permeadas por dizeres que se formaram outrora. Dizeres que foram elaborados no início da década de 1970, mas que produziram sentidos nas falas de Inês Pires e Francisco das Chagas no momento da entrevista. Não temos acesso ou controle sobre a forma em que os sentidos são construídos. O dizer não é propriedade particular²⁴. E é nesse ponto de construção da “positividade” que os discursos precisam ser questionados. Ainda com respeito à vida na cidade, durante a década de 1970,

²² NEGRÃO, Maria Thereza. Se essa quadra fosse minha. In: FUYUMIJIAN, Marcia de Melo Martins. _____. (Orgs). **Os espaços da história cultural**. Brasília: Paralelo 15, 2008, p. 157.

²³ LIMA, Francisco das Chagas. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 30 de julho de 2013.

²⁴ ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009, p. 32.

Inês Pires relatou que achava a cidade ruim, porque não tinha “diversão” e que também achava “estranha” a forma como algumas pessoas falavam.

[...] Era muito ruim, ruim mesmo. Num tinha nada de diversão não. A diversão era só mesmo os vizinhos nas calçadas conversando, o prato de comida na calçada (risos). Mas era isso aí. Aí foi desenvolvendo, melhorando, né? A linguagem era toda diferente, a cultura, porque cada lugar, cada estado tem a sua cultura, né? Mas a cultura da fala era diferente demais. Eram umas pronúncia bem... Que a gente estranhava, mas depois a gente foi se acostumando, acostumando [...]²⁵.

A partir do que Inês Pires relatou, algumas discussões são possíveis. A primeira diz respeito às “diversões” em que a cidade oferecia, durante aquele período. Para ela, a cidade de Picos era “muito ruim”, porque não oferecia “diversão”. A única forma de “diversão” era conversar com os vizinhos nas calçadas, com o “prato de comida” do lado. Quando o assunto, durante a entrevista, foi a relação de sua família com os vizinhos, Inês Pires disse que eram mesmo que ser da “família” e que ao se encontrarem, principalmente os que moram no Junco, bairro em que Inês Pires morou por um tempo, ela e os seus vizinhos de outrora “conversam” e “sorriem do passado”. Nesse momento da entrevista, questionamos a Inês Pires se a vizinhança era mais presente naquele período que na contemporaneidade. Os sentidos que Inês Pires lançou para os vizinhos daquele período apareceram em forma de saudosismo.

Era mais. Naquela época a vizinhança era mais presente, porque hoje de acordo com essa correria do tempo, a gente não tem mais nem tempo de conversar muito com os vizinho. Por que hoje em dia são muito corrido, são muitas tarefas na vida da gente, principalmente eu que faço parte de movimento de igreja. Ainda fica mais difícil, porque tem muitas coisas pra gente assumir, né? Aí a gente num tem tempo de ficar em casa pra visitar vizinho. A gente se encontra assim, né, mas não é como naquela época. Naquela época era mais tranquilo. A gente tinha o dia, tirava a tarde ficava com os vizinhos tudo, mais hoje a gente num tem mais esse tempo, né, de ficar assim com esse contato tão bom daquela época, né?

A vizinhança, para Inês Pires na década de 1970 era mais presente do que hoje, porque, de acordo com suas palavras, “com essa correria do tempo”, “a gente não tem mais tempo” de se encontrar com os vizinhos, como naquela época. No momento em que falou sobre a sua relação com os vizinhos da década de 1970, abordou também sobre a velocidade em que o tempo assumiu na contemporaneidade, dificultando que ela tenha tempo de reencontrar com os seus vizinhos de outrora.

²⁵ PIRES, Inês Ilma da Cruz. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

De acordo com os sentidos lançados por Inês Pires para a década de 1970, com o desejo de que as relações com seus vizinhos estivessem permanecido, um pensamento confirmou-se: cada sociedade e mesmo, cada indivíduo vive dentro de um “arcabouço temporal”²⁶. Acontece desse modo, porque a quebra entre passado e presente não é uma regra. Inês Pires, no seu desejo de retorno das relações com os vizinhos, ou mesmo cultivando sentidos para essas relações, permanece presa ao passado. Os indivíduos não são contemporâneos de si mesmo. Se os desejos de retorno das relações de vizinhança apareceram, por meio dos sentidos que foram lançados por Inês Pires, foi porque, naquele presente da entrevista que concedeu-nos, as relações de vizinhança não estavam presentes. Esse discurso saudosista apareceu em momentos de grandes transformações nas trocas sociais, em que o tempo parece se acelerar. A saudade, desse modo, configura-se como uma descida ao coração do tempo, para (re)viver aquele tempo que se foi²⁷.

Na fala de Inês Pires, outra sensação da contemporaneidade ficou presente em sua fala, como o “individualismo” e a “aceleração do tempo”, já que denominou a forma como sentiu o tempo, naquele presente da entrevista, enquanto uma “correria”. Assim, essa sensação do tempo que escorrega pelos dedos, acompanha os indivíduos desde a década de 60, do século passado, com o *boom* pós-moderno²⁸. Uma das principais características desses tempos pós-modernos, que ficou presente, foi a sensação de mudança nas relações das pessoas com os espaços e das relações entre si. Então, a diversão que existia na cidade de Picos, para Inês Pires era sentar nas calçadas e conversar com os vizinhos. O modo como narrou a falta de tempo na contemporaneidade, assemelha-se a ideia de “tempo útil do trabalho”, como sendo um dos ordenadores invisíveis das atividades que são desenvolvidas no social²⁹. Se os sujeitos lançam significados diferentes para um mesmo tempo vivido, o cidadão Waldetar da Rocha Neto foi outro cidadão que nos concedeu uma entrevista, revelando que se divertia, durante as décadas de 1960 e 1970, na Praça Félix Pacheco e no Cine Spark (cinema que existiu na cidade de Picos). Waldetar Neto, também foi funcionário civil do 3º BEC, durante a década de 1970.

²⁶ CORBIN, Alain. O prazer do historiador. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº 49, p. 11- 31, 2005, p. 19.

²⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As sombras do tempo: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: ERTZOGUE, Maria Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes. (Org.). **História e Sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006, p. 117- 139, p. 119. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

²⁸ SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. 18. ed. São Paulo: editora brasiliense, 1998, p. 102.

²⁹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 17.

De acordo com a sua fala, ele frequentava a Praça Félix Pacheco aos domingos, depois que terminava a missa, porque “sempre tinha uma banda de música tocando”³⁰. Os sentidos que foram lançados por Inês Pires e Waldetar Neto, no que diz respeito à “diversão” que a cidade de Picos oferecia durante a década de 1970, foram definidos mediante as ressignificações e as experiências que tiveram com os espaços da cidade. Waldetar Neto, que também morou no Bairro Centro, tinha como opção de “diversão” a Praça Félix Pacheco, que estava próximo de onde ele morava. Em contrapartida, Inês Pires, que morava no Bairro Junco, ou seja, mais distante do Bairro Centro, não tinha a mesma experiência que Waldetar Neto teve com a Praça Félix Pacheco.

A análise que fizemos sobre os espaços de “diversão”, com relação aos dois sujeitos (Inês Pires e Waldetar Neto), configurou-se em campo que a historiografia, algumas décadas atrás, não se interessava: o lazer. Alguns historiadores acreditavam que no tempo livre os sujeitos históricos estavam desprovidos de sentidos, frente às obrigações sociais. No entanto, a partir das palavras de Inês Pires e Waldetar Neto, percebemos de que maneiras os sujeitos históricos empreendem ressignificações para uma cidade, tomando como referencial o espaço urbano em que viviam. Para Inês Pires a cidade era “estranha” e não tinha “diversão”, se não fosse conversar com os vizinhos na calçada; já para Waldetar Neto, a cidade tinha “diversão”, pois ele frequentava a Praça Félix Pacheco aos domingos após a missa³¹. O desenrolar das produções de sentidos no tempo livre ou de lazer acontecem, principalmente com relação à ruptura de sentidos, porque o lazer é regido por uma lógica diferente da lógica definida pelo capital, ocupando os espaços da família ou do bairro, como no caso de Inês Pires e Waldetar Neto, que romperam com os sentidos que foram lançados pelo Estado brasileiro para a cidade³². A outra análise possível de ser feita, a partir do que Inês Pires falou no seu trecho, foi com relação à estranheza que ela teve com o modo que as pessoas falavam na cidade de Picos, no início da década de 1970. Em sua opinião a “cultura da fala era diferente” e que por isso estranhou um pouco quando chegou ao espaço urbano da cidade.

Assim, percebemos por meio da fala dos narradores, que a cidade de Picos pensada pelo Estado brasileiro, pelo 3º Batalhão de Engenharia de Construção e pela Igreja Católica, foi (re)significada de forma diferente, nos trechos de entrevistas que utilizamos nesse

³⁰ ROCHA NETO, Waldetar da. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 30 de julho de 2013.

³¹ CLÍMACO, Magda de Miranda. Encontro de chorões: ao modo de uma colcha de retalhos. In: FUYUMIJIAN, Marcia de Melo Martins. MELLO, Maria Thereza Negrão de (Orgs). **Os espaços da história cultural**. Brasília: Paralelo 15, 2008, p. 145.

³² MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. In: _____; _____. (Orgs.). **Os espaços da história cultural**. Brasília: Paralelo 15, 2008, p. 149.

capítulo. As produções de sentidos, no campo do individual, romperam com os sentidos que foram lançados pelas instituições de poder, que despejaram ideias para os cidadãos, definindo a maneira que eles deveriam consumir a cidade, durante a década de 1970. Dessa forma, compreendemos que a cidade de Picos (real), daquele presente da década de 1970, correspondeu a diversas outras cidades que foram criadas e recriadas, tendo como suportes o pensamento e ação das pessoas que entrevistamos e que tiveram as suas falas analisadas nesse capítulo³³.

³³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53, jun. 2007, p. 11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos debates que foram realizados pelo Estado brasileiro, sobre o Programa de Integração Nacional (PIN), principalmente no *Jornal do Brasil*, pudemos problematizar a cidade de Picos enquanto o “marco zero” da *Rodovia Transamazônica*, principalmente quando o assunto foi a implantação do *3º Batalhão de Engenharia de Construção- Batalhão Visconde da Parnaíba*; de uma unidade do *Campus Avançado*, ligado a Universidade Federal de Goiás; e de um *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*. As produções discursivas que analisamos tiveram como característica em comum a invenção discursiva da “pobreza” na cidade, como forma de justificar os debates que, portando características de um *poder relacional*, partiram do Estado brasileiro, nas suas três esferas (municipal, estadual e federal), do Exército brasileiro, da Igreja Católica e de alguns civis da cidade, que, atuando em processo de coalizão com as instituições citadas anteriormente, receberam por meio da nossa escrita, a vinculação de “Ditadura civil-militar”, com base em alguns autores que consumimos.

No início da década de 1970, o desejo do Estado brasileiro, por meio do discurso da generalização, foi de integrar as regiões do Brasil, utilizando-se dos requisitos presentes no PIN, que previa a construção da Rodovia Cuiabá-Santarém e da Rodovia Transamazônica para interligar as diversas regiões do país. Para o presidente Emílio Garrastazu Médici e os Ministros Costa Cavalcanti e Mário Andreazza, por exemplo, com a integração nacional e a consequente exploração da região Norte (considerada uma região de vazio demográfico), pelos “colonizadores” do Nordeste, os índices econômicos das duas regiões melhorariam, porque se a região Amazônica, que tinha um potencial a ser explorado, receberia trabalhadores e trabalhadoras do Nordeste, que era uma região de concentração demográfica e consequentemente de “pobreza”, a Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG) estava garantida, já que um de seus requisitos era o desenvolvimento econômico do país por meio do “milagre econômico”.

Se a Rodovia Transamazônica fazia parte do ideal de integração nacional, pretendido pelo Estado brasileiro, a cidade de Picos, considerada o seu “marco zero” por ser o local de junção da BR-230 e da BR-232, figurou nos debates de alguns jornais como sendo um “centro de região flagelada”, justificando assim, a instalação do *3º BEC* em seu espaço, para que construísse trechos da Transamazônica nas cidades de Picos e Floriano, no estado do Piauí, bem como no estado do Maranhão. Após esse acontecimento, esperava-se que a cidade de

Picos se desenvolvesse, mas se não fosse um crescimento acompanhado pelo Estado brasileiro, tornar-se-ia “desordenado”. Assim, para “ordenar” o “crescimento econômico e social” da cidade, em seus domínios foi instalada uma unidade do *Campus Avançado*, ligada à Universidade Federal de Goiás.

A partir dos trabalhos que foram desenvolvidos por algumas equipes daquela unidade, no início dos anos 70 do século passado, a “pobreza” foi inventada discursivamente, como forma de justificar a pretensa “ordenação” de Picos. Nesse contexto, alguns debates que partiram de alguns membros da unidade, acreditavam que um dos “determinantes” possíveis de uma doença era a “pobreza”. Se a cidade de Picos foi considerada como um local de “flagelados”, o perigo da proliferação de doenças fazia-se presente. Então, o “ordenamento” da cidade passou pelo ideal de “higienização” de alguns espaços, ou melhor, pelo ideal “médico-higienista”. As produções discursivas que inventaram a “pobreza” foram materializadas no jornal *Voz do Campus*, que foi produzido durante esse período pelos membros do *Campus Avançado*.

A partir de alguns “exames de parasitoses” que foram feitos com crianças da cidade, o termo “classe pobre” foi inventado para denominar as crianças do Bairro Paroquial, que por não terem condições econômicas favoráveis, eram propensos à contaminação de doenças e, conseqüentemente, eram potenciais transmissores de tais “parasitoses intestinais”. No entanto, os (pretensos) riscos epidemiológicos foram utilizados para que os trabalhos de grupos do *Campus Avançado* fossem justificados no Bairro Paroquial, porque, se os exames também foram feitos com crianças que estudavam no Colégio Monsenhor Hipólito (IMH), em Picos, com proporções numéricas de infectados, semelhantes aos resultados encontrados nas crianças do Bairro Paroquial, mas, mesmo assim, aqueles que estudavam no IMH foram considerados crianças da “classe rica”, e que por isso, não eram potenciais transmissores de doenças, já que a validação ou não de tal assertiva, passava pelos “determinantes econômicos”. Em outras palavras, o discurso usou a sua maquinaria para atestar que os exames de “parasitoses intestinais” eram pertencentes (somente) à “classe pobre”, ou seja, os moradores do Bairro Paroquial. Assim, medicamentos para combater as “doenças” ou a “classe pobre”, foram distribuídos somente para os moradores do Bairro Paroquial.

Ainda com relação ao “ordenamento econômico e social” da cidade de Picos, por meio de uma coalizão entre o Estado brasileiro, a Igreja Católica, o Exército brasileiro e alguns civis da cidade, algumas transformações no espaço urbano de Picos foram realizadas, na tentativa de *solidificar* o ideal do “fazer-se moderno”. A ideia de “Ditadura civil-militar” aplica-se ao contexto pesquisado na cidade de Picos, durante a década de 1970, tendo em vista

que os discursos lançados por alguns vereadores apresentaram como necessidade, a aplicação de um *Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano*, que financiado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), empreendeu algumas transformações no espaço urbano, como a desapropriação de casas de alguns populares, com a pretensão de justificar a inserção da cidade de Picos no PIN; a Igreja Católica, por meio dos padres Alfredo Schaffler e Henrique Gereón, envolta pelo desejo de criação de uma Diocese em Picos, realizaram a doação de terrenos no Bairro Paroquial para alguns populares da Tresidela, do Morro da Mariana, de outros locais e para aqueles que chegavam à cidade e não tinham onde morar, como forma de reunir a “pobreza” em um lugar específico, facilitando os trabalhos relativos à Igreja Católica, que desejava expandir os seus horizontes de atuação. Os trabalhos desenvolvidos no Bairro Paroquial foram importantes para o Estado brasileiro e para a Igreja Católica, porque desejou o controle da “pobreza” em um espaço *sólido*, bem como a expansão dos horizontes de trabalho dos padres Alfredo Schaffler e Henrique Gereón, como forma de adquirir mais fiéis.

Além disso, o Estado brasileiro, juntamente com a Igreja Católica, o Exército brasileiro (representado pelo Coronel do 3º BEC, João Ferreira de Almeida) e por alguns civis, em coalizão, empreendeu a criação da Associação Beneficente João XXIII, como forma de arrecadar recursos para a construção do abrigo Joaquim Monteiro, que destinou seu sentido para o “recrutamento” de “velhos mendicantes” que viviam nos patamares das igrejas, principalmente a Igreja Nossa Senhora dos Remédios. A criação do abrigo significou, ainda, uma prática discursiva que pretendeu a normatização de alguns cidadãos, com o desejo de *solidificar* os seus corpos, ou seja, definindo os seus espaços de consumo da cidade.

No entanto, se o desejo foi concentrar a “pobreza” em alguns espaços bem definidos, na tentativa de não permitir que os “pobres” se tornassem *líquidos*, ou seja, livres para consumirem os espaços urbanos da cidade, através de algumas entrevistas que realizamos com alguns sujeitos que viveram em Picos durante a década de 1970, percebemos que a “modernização” que foi planejada/lançada em seu espaço, enquanto prática discursiva, não passou de uma *utopia*, já que não conseguiu controlar a “pobreza”. Os cidadãos que entrevistamos, por exemplo, usaram de diversas *táticas* para burlarem as *estratégias* que foram lançadas pelo Estado brasileiro, a partir da criação da Rodovia Transamazônica. Se a ideia com essa era promover a integração nacional, para os trabalhadores civis que vieram da cidade de Natal para Picos, os sentidos foram outros: manterem os empregos, por meio do *horizonte de expectativa*, no desejo de melhorarem de vida. Outros sujeitos que moravam em Picos, por meio de experiência que tiveram, apresentaram a década de 1970 como uma época

que não era boa para viver, tendo em vistas as dificuldades cotidianas em que possuíam. Assim, a ideia lançada pelo Estado brasileiro, para a cidade de Picos, de que esta seria inserida no PIN ou que teria os seus “índices econômicos e sociais” melhorados, foi rompido pelas *maneiras de fazer dos líquidos*.

Aqui, manuseamos a maquinaria que inventou a “pobreza” discursivamente na cidade de Picos, durante a década de 1970. Maquinaria que por não ser coerente, transmutou-se o tempo todo, nos ziguezagues da linguagem, que entre si concordaram, discordaram, simularam, dissimularam, sorriram, fizeram-se e refizeram-se ainda com os sorrisos nos lábios, trocando de pele, de argumentos ou de sentidos, só para descaminhar a linguagem enquanto uma estrada reta amaciada de coerência. Se a linguagem não é coerente, a escrita do historiador também não pode ser, porque ele também materializa a linguagem com base nas regras de um tempo, fincando seus pés em uma dada temporalidade que é o seu ponto de partida. Engana-se quem pensa que a invenção aqui só apareceu no momento em que manuseamos a maquinaria discursiva da “pobreza”. Se o historiador também é aquele que desconstrói, inventando, ou seja, (des)inventa para construir, a nossa escrita influenciou na constituição da trama aqui tecida. O historiador inventa, porque o evento histórico que recebeu a sua atenção não possuía uma “ordem”. É nesse momento em que a racionalização do fazer do historiador entra em cena¹.

Assim, o ofício do historiador é fundado por uma sociedade, uma cultura, por produções discursivas, práticas de poder e, principalmente, pela “coerção de um grupo”. No entanto, ao contrário de desanimar, nós “sorrisimos”, porque o historiador também participa desse processo inventivo. E, se desse modo acontece, levando em consideração as mudanças que o tempo pode trazer para a escrita desse texto, poderíamos (re)contar tudo de novo, de outra forma².

Mas, com um sorriso nos lábios, preferimos “acreditar” na “força tirânica”³ do ponto final.

¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Introdução. In: _____. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da história. – Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 35.

² Ibid., p. 35.

³ REZENDE, A. P. M. **X Encontro Nacional de História Oral- testemunhos: história e política.** Recife. p. 1- 6. 26 a 30 de abril de 2010. (Anais eletrônicos). p. 5.

REFERÊNCIAS E FONTES

a) Livros, Capítulos de Livros, Artigos de Revistas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Introdução. In: _____. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história.** – Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 19-39.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

_____. As sombras do tempo: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: ERTZOGUE, Maria Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes. (Org.). **História e Sensibilidade.** Brasília: Paralelo 15, 2006, p. 117- 139. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

_____. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Rio de Janeiro, n. 19, Ano 4, 2009, p. 1-13. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/o_tecelao_dos_tempos.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Bauru-SP: Edusc, 2005.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina.** Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. Prefácio. In: _____. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 7-22.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERSTEIN, Serge. “A cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (orgs.) **Para uma história Cultural.** Lisboa, Estampa, 1998, p. 349-364.

BODANZKY, Jorge. **Iracema uma transa amazônica,** São Paulo, STOPFILM, 1976, 91 min.

BORGES, João Carlos de Freitas; CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. Construindo uma identidade indesejada: a cultura letrada e o malogro da piauiensidade. In: OLIVEIRA, Karla Ingrid Pinheiro de. SILVA, Ítalo Cristiano Silva e. **Olhares de Clio: cenários, sujeitos e experiências históricas.** – Teresina: EDUFPI, 2013, p. 111-125.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Cidade. Objeto de Estudo e Experiência Vivenciada. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** v. 6, n. 2: A Associação, 2004, p. 9-26.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. In: _____; _____; _____. **Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 7-20.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. – 1ª. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CLÍMACO, Magda de Miranda. Encontro de chorões: ao modo de uma colcha de retalhos. In: FUYUMIJIAN, Marcia de Melo Martins. MELLO, Maria Thereza Negrão de (Orgs). **Os espaços da história cultural**. Brasília: Paralelo 15, 2008.

CORBIN, Alain. O prazer do historiador. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº 49, p. 11- 31, 2005.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. Introdução. In: _____; _____. **Mil platôs- Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 7-36.

DIAS JUNIOR, J. E. S. Iracema uma Transa-Amazônica: o filme como história. In: **XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social**, 2013, Natal – RN. v. 1, p. 1-15

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Estudos históricos**. 1992, p. 1-17.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24.n 47.p. 29-60, 2004.

FOUCAULT, Michel. Introdução. In: _____. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 7-34.

_____. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005, p. 7-97.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº 49, 2005, p. 35-42, p. 41.

KUYUMIJIAN, Marcia de Melo Martins; MELLO, Maria Thereza Negrão de. Apresentação. In: _____; _____; _____. **Os espaços da história cultural**. Brasília: Paralelo 15, 2008.

LIMA, Albert Aurélio. Entre linotypos, clichêiras e off-sets: uma escrita sobre a modernização da imprensa escrita e a cidade de Teresina nos de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; VIANA, Débora Silva; _____. (Orgs.). **Teresina em Foco: história, cidade e memória.** – Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2012, p. 19-36.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. In: _____. (Orgs.). **Os espaços da história cultural.** Brasília: Paralelo 15, 2008.

MARQUES, Elimária Costa. BRANDIN, Vivian de Aquino Silva. Frentes de combate à seca no Piauí: esperanças, tristezas e realidades na década de 1970. In: VASCONCELOS, José Geraldo. SILVA, Samara Mendes Araújo. SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos (Orgs.). **Labirintos de Clio: práticas de pesquisa em História.** – Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 105-130.

MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo.** Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 73-98.

MONTE, Regianny Lima. Entre táticas e estratégias: a relação do Estado autoritário com a imprensa escrita em Teresina durante os anos de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco A. do. SANTOS, Maria L; _____. (Orgs.). **Diluir Fronteiras: interfaces entre história e imprensa.** – Teresina: EDUFPI, 2001, p. 193-219.

MOTTA, R. P. S. Introdução. In: _____. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002, p. 19-28.

MOURA, Ana Paula Santos. SANTANA, Maria de Sousa. **No Transbordar do Rio.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Comunicação) Universidade Estadual do Piauí, 2010.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Apresentação: um projeto, múltiplos olhares. In: _____. VIANA, Débora Silva; LIMA, Albert Aurélio (Orgs.). **Teresina em foco: história, cidade e memória.** – Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2012, p. 11-17.

NEGRÃO, Maria Thereza. Se essa quadra fosse minha. In: FUYUMIJIAN, Marcia de Melo Martins. _____. (Orgs.). **Os espaços da história cultural.** Brasília: Paralelo 15, 2008.

NUNES, Everardo Duarte. Saúde Coletiva: uma história recente de um passado remoto. In: CAMPOS, G. W. S.; MINAYO, M. C. S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, M. Y. (Orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva.** São Paulo/Rio de Janeiro: Hicitec/Fiocruz, 2006, p. 295-315.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Contra a Foice e o Martelo: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959- 1969: uma análise a partir do jornal O Dia.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PACHECO, A. SILVA, A. C. S. O homem “à margem da História” por Euclides da Cunha. **Fênix** (UFU. Online), v. 9, p. 1-13, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53, jun. 2007, p. 11-23.

_____. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RABELO, Elson de Assis. Rumores da miséria, ecos da história: a emergência do estereótipo da pobreza piauiense nos anos 1950 e 1960. **Fênix** (UFU. Online), v. 6, p. 1-19, 2009.

RÉMOND, René. Por que estudar a história política?. **Estudos históricos**. 1994, p. 9-19.

REZENDE, A. P. M. **X Encontro Nacional de História Oral**- testemunhos: história e política. Recife. p. 1- 6. 26 a 30 de abril de 2010. (Anais eletrônicos).

RODRIGUES, Lídia Bruna Albuquerque. **Cidade sob as “Águas de Março”**: história e memória de Picos no período das (pós-)Enchentes (1960). 2011. 55f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2011.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 15, nº 30, 1995, p. 9-22.

SÁ EARP, Fábio. PRADO, Luiz Carlos. “O milagre” brasileiro crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda 1967- 1973. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília A. N (orgs.), **O Brasil Republicano**, vol. 4, **O tempo da Ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 1-29.

SKIDMORE, Thomas. **De Castelo a Tancredo (1964- 1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 289.

SPINK, Mary Jane. Apresentação. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 9-16.

_____.; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: _____. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 41-62.

TRONCOSO, Alberto Del Castillo. La memoria histórica y los usos de la imagen. **História Oral**, n. 1, v. 13, jan-jun. 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983, p. 6.

b) Monografias e Dissertações

ALMEIDA, Kllaricy Oliveira de. **Filhos bastardos do progresso**. Pobreza e discurso na imprensa teresinense na primeira metade da década de 1970. 2011. 102f. Monografia (Curso de Licenciatura) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

OLIVEIRA, Jailson Dias de. **MDB E ARENA**, Cultura Política na cidade de Picos durante o regime militar (1964-1985). 2012. 100f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2012.

ROCHA, Artur Gilberto Garcéa de Lacerda. **Discursos de uma modernidade**: as transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880). 2003. 128f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

RODRIGUES, Lídia Bruna Albuquerque. **Cidade sob as “Águas de Março”**: história e memória de Picos no período das (pós-)Enchentes (1960). 2011. 55f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2011.

c) Fontes

ANDREAZZA anuncia rodovia transamazônica como apoio aos transportes fluviais. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXIX, nº 292, p. 16, 19 mar. de 1970.

APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**. Rio de Janeiro. 31 ago. de 2013. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 14 set. de 2013.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 3. Picos: 1972, p. 152.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1970, p. 117.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1970, p. 119.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1970, p. 109.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1970, p. 135.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1973, p. 184.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1973, p. 189.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1973, p. 190.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1973, p. 187.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 5. Picos: 1974, p. 11.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 5. Picos: 1974, p. 9.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 5. Picos: 1974, p. 15-16.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 5. Picos: 1974, p. 16.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 5. Picos: 1974, p. 21.

AUTOCRÍTICA do terror. **Veja**. São Paulo, 15 jul. de 1970. n. 97, p. 16.

AUTORIDADES principais de Picos. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 2, 8 dez. de 1972.

AVIÃO da FAB levará alimentos ao Piauí. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 9, p. 18, 18 abr. de 1970.

CAMPUS do Projeto em Goiás. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro. ano, nº15. 307, p. 5, 19 set. de 1972.

CAVALCANTE, Rangel. TRANSAMAZÔNICA, a estrada-desafio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 89, p. 31, 19 e 20 jul. de 1970.

_____. TRANSAMAZÔNICA, a estrada-desafio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 90, p. 16, 21 jul. de 1970.

_____. TRANSAMAZÔNICA, a estrada-desafio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 91, p. 14, 22 jul. de 1970.

COLABORAÇÃO do Exército na Transamazônica. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, s/ano, nº 14.669, p. 12, 25 ago. 1970.

COMISSÃO de Migrações quer plano publicitário a fim de impedir invasão do Sul. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXI, nº 249, p. 22, 26 jan. de 1972.

COSTA Cavalcânti anuncia que Projeto Rondon estende agora sua ação ao Nordeste. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXI, nº246, p. 7, 22 jan. de 1972.

COSTA Cavalcânti diz que construção de Brasília deu impulso ao desenvolvimento. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXI, nº 310, p. 16, 8 abr. de 1972.

CRUZ, Antônio Pereira da. **E a imagem da TV?**. Voz do Campus. Picos, ano I, nº 2, p. 1, 28 dez. de 1972.

_____. Editorial. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 1, 8 dez. de 1972.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Três, 1984.

_____. **À Marjem da Historia**. 3. ed. Porto: Livraria Chandron, de Lelo & Irmão, 1922.

DIOCESE de Picos. **Voz do Campus**. Picos. ano I, nº 7, p. 8, 8 abr. de 1973.

DNER já projetou rodovia transamazônica. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXIX, nº 291, p. 4, 18 mar. de 1970.

ESTRADAS são vitais e já tem planos prontos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 60, p. 7, 17 jun. de 1970.

ESTUDANTES vão para o Nordeste. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. ano LXXII, nº24.308, p. 3, 11 jul. de 1972.

EUCLIDES e a Transamazônica. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 62, p.10, 19 jun. de 1970.

EXÉRCITO continua contribuindo com a integração: estradas. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, s/ano, nº 15.426, p. 6, 6 fev. 1973.

EXPEDIENTE. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 2, 8 dez. de 1972.

FIDELIDADE em Pernambuco. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXX, nº 79, p. 6, 1 e 2 nov. de 1970.

GRUPO goiano vai a Picos para ajudar. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXII, nº327, p. 33, 18 mar. de 1973.

HELVÍDIO aplaude Universidade no Piauí. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. ano LXXII, nº24.372, p. 2, 23 set. de 1972.

JARDIM Natal. **Macambira**. Picos. ano I, nº 9, p. 9, 1 mar. de 1976.

MÃE queria trocar filha por uma rede. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXV, nº 129, p. 20, 15 ago. de 1975.

MELLO, Arnon de. **A Transamazônica e o desenvolvimento do Nordeste**. Maceió: Gazeta de Alagoas, 1970.

MENSAGEM para 77. **O Profeta**. Picos, ano. I, nº 3, p. 2, 3 dez. de 1976.

MINISTRO reafirma que só Piauí tem estiagem. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 15, p. 14, 25 abr. de 1970.

NASCIMENTO, Geraldo P. do. **Voz do Campus**. Picos. ano I, nº 8, p. 7, 28 abr. de 1973.

NOVA Frente. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 61, p. 14, 18 jun. de 1970.

O que existe ao longo da estrada. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 62, p. 13, 19 jun. de 1970.

O que fez a 9ª equipe. **Voz do Campus**. Picos, ano I, nº 6, p. 5, 18 mar. 1973.

OCUPAÇÃO da Amazônia é preparada. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 62, p. 1, 19 jun. de 1970.

OPERAÇÃO Rondon mais intensa no Nordeste. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, s/ano, nº15.109, p. 3, 27 jan. de 1972.

OS caminhos da integração. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXII, nº 64, p. 47, 1 out. de 1972.

PLANO Diretor Urbano. **Voz do Campus**. Picos. ano I, nº7, p. 1, 8 abr. de 1973.

PLANO urbanístico fará que Amapá e Roraima cresçam com Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXIII, nº141, p. 3, 27 ago. de 1973.

PREFEITOS dizem que fome e desemprego aumentam em várias regiões do Piauí. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXV, nº 295, p. 12, 30 jan. de 1976.

PRESIDENTE anuncia rêde de rodovias na Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXIX, nº 290, p. 7, 17 mar. de 1970.

PROJETO de lei de nº 40 da Câmara dos vereadores da cidade de Picos. Folha nº 1. 1970.

PROJETO de Lei de nº13 das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1974, p. 3.

PROJETO de Lei de nº16 das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1974, p. 2.

PROJETO de Lei de nº18 das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 2. Picos: 1972, p. 2.

PROJETO de Lei de nº18 das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 2. Picos: 1972, p. 2.

PROJETO de Lei de nº22 das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1974, p. 5.

PROJETO de Lei de nº32 das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1974, p. 2.

PROJETO de Lei de nº33 das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1974, p. 2.

Prontuário nº 291/SI/SSP/DEOPS-SP 1970: 23 de julho de 1970.

RECONCILIAÇÃO pelo desenvolvimento. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXX, nº 76, p. 6, 4 jul. de 1970.

REFORMA sem demagogia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 73, p. 10, 1 jul. de 1970.

REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 4, 1970.

REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 2, 1971.

REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 3, 1971.

REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 4, 1972.

REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 4, 1971.

REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 1, 1973.

RELATÓRIOS das equipes de Rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 6-7, 8 dez. de 1972.

RONDON vai estender ação para o Nordeste. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXI, nº 246, p. 1, 22 jan. de 1972.

SÊCA é pretexto à subversão, dizem deputados. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 15, p. 14, 25 abr. de 1970.

SETE cidades. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXXIII, nº93, p. 6, 10 jul. de 1973.

SISTEMA integrado impulsionará o Nordeste. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. ano, LXXI, nº 24254, p. 3, 7 e 8 mai. de 1972.

TRANSAMAZÔNICA garantirá expansão do Nordeste. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 95, p. 28, 26 e 27 jul. de 1970.

TRANSAMAZÔNICA nº2. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, s/ano, nº 14.627, p. 6, 8 jul. 1970.

TRANSAMAZÔNICA, a estrada-desafio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 91, p. 14, 22 jul. de 1970.

TRANSAMAZÔNICA. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXX, nº 139, p. 10, 16 set. de 1970.

TRANSAMAZÔNICA: assistência médica. **Diário da Noite**. São Paulo, ano XLVII, nº 14.089, p. 2, 7 set. de 1971.

d) Entrevistas

LIMA, Francisco das Chagas. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 30 de julho de 2013.

ROCHA NETO, Waldetar da. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 30 de julho de 2013.

OLIVEIRA, Francisco Luiz de. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

PIRES, Francisco das Chagas. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

PIRES, Inês Ilma da Cruz. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

SCHAFFLER, Alfredo. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 7 de agosto de 2013.

SILVA, Cícero Bento da. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 26 de julho de 2013.

SILVA, Maria de Jesus da. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

VASCONCELOS FILHO, José Bertino de. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura.** Picos (PI), 25 de julho de 2013.